



Universidade Federal Fluminense

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS – CEG

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – ICHF

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

INGRID DA SILVA MENDONÇA CORRÊA

**ULYSSES GUIMARÃES: TRAJETÓRIA POLÍTICA DE UM
LIBERAL-DEMOCRATA NA LUTA CONTRA A DITADURA
MILITAR (1971 – 1984)**

NITERÓI

2011

INGRID DA SILVA MENDONÇA CORRÊA

ULYSSES GUIMARÃES: TRAJETÓRIA POLÍTICA DE UM
LIBERAL-DEMOCRATA NA LUTA CONTRA A DITADURA
MILITAR (1971 – 1984)

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Prof^o Jorge Ferreira

Niterói

2011

INGRID DA SILVA MENDONÇA CORRÊA

ULYSSES GUIMARÃES: TRAJETÓRIA POLÍTICA DE UM LIBERAL-
DEMOCRATA NA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR (1971 – 1984)

Banca Examinadora

Profº Drº Jorge Ferreira – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Profº Drº. Américo Oscar Guichard Freire
Fundação Getúlio Vargas

Profº Drº. Andrea Casa Nova Maia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profº Drº. Giselle Martins Venâncio
Universidade Federal Fluminense

Este trabalho é dedicado aos meus amados pais, Paulo Roberto e Selma Maria, a
minha linda irmã Karen e ao amor da minha vida, Fábio Guerra.

AGRADECIMENTOS

Ao fim desta etapa tão importante em minha vida, o primeiro sentimento que vem ao coração é a vontade de agradecer. Indiscutivelmente, em primeiro lugar, Deus! É a força divina que me move e me faz crer que tudo é possível quando se tem determinação, coragem e força de vontade. Nos momentos bons e ruins, é a Ele que recorro quando fecho meus olhos e me concentro buscando-O como exemplo a ser seguido almejando um caminho reto e digno. É sua indescritível energia que enche meu coração de esperança e alegria, tornando meus dias mais leves e felizes. Portanto, meu Deus, querido amigo Jesus, OBRIGADA, por essa etapa vencida.

Minha querida família – mãe, pai e irmã – que eu amo de forma profunda. Muito obrigada por tudo que sempre fizeram por mim. Sou hoje o resultado da educação e convivência com valores tão positivos que me foram passados. Tanta torcida, tanto amor! Graças a vocês estou aqui hoje podendo comemorar essa grande conquista. Tanta paciência e respeito! Nos momentos difíceis sempre tive braços e mãos estendidas para me erguer e me fazer seguir em frente de cabeça erguida. Nos bons momentos, sempre tive minha família para sorrir junto comigo e sentir a vibração da conquista como se fosse de cada um de vocês. Amo vocês! Muito obrigada, sempre!

Agradeço também a minha família – vó Mercedes, tios e primos amados – amigos queridos (UFF, Volta Redonda, Rio de Janeiro, Infoglobo, Globosat) que tanto torceram por mim. A minha sogra e sogro, cunhados e a todos que vibraram por mim ao longo destes anos. O meu sincero, muito obrigada!

Ao amor da minha vida, Fábio Guerra! Obrigada, vida! Estivemos juntos desde a seleção do mestrado. Disputamos a mesma vaga como se não fôssemos concorrentes. Só somamos nossas forças e felizmente, tivemos um ao outro nessa trajetória. Sempre companheiro e amigo! Em seus braços encontro o conforto e o apoio necessário. Encontro o amor puro e verdadeiro, a força que move a vida! Sou muito feliz por você fazer parte da minha vida e estarmos sempre caminhando lado a lado, ajudando um ao outro. Assim será sempre! Isso me conforta e me dá vontade de seguir em frente com mais força e energia de viver. Eu amo você! Obrigada, sempre!

Ao meu querido orientador, Jorge Ferreira. Está comigo desde a monografia, ajudando-me em todas as etapas com muita didática, paciência e dedicação. Admiro muito esse professor e espero que muitos alunos tenham a oportunidade de serem orientados por ele, porque

certamente virá agregado uma excelente pessoa que terá muito a ensinar! Aprendi muito nesses anos e, simplesmente, agradeço de todo coração por toda paciência, amizade, carinho e respeito. Obrigada professor querido! Que Deus abençoe hoje e sempre sua vida!

Meus agradecimentos se estendem aos professores que participaram da minha banca na qualificação do mestrado em agosto de 2010 – professor Américo Oscar Guichard Freire (FGV) e professora Andrea Casa Nova Maia (UFRJ) – por todas as dicas e orientações que só ajudaram a enriquecer o trabalho. Agradeço também aos professores das disciplinas que cursei no mestrado – José Murilo de Carvalho (UFRJ), Paulo Knauss (UFF), Laura Maciel (UFF) que, de alguma forma, ajudaram-me nessa caminhada.

Muito obrigada a todos!

LISTA DE IMAGENS

01. Mapa de Angra dos Reis-RJ com o trajeto feito pelo helicóptero antes de cair no mar - *Veja*, 21 de outubro de 1992. p.17 – Introdução: página 02
02. Ulysses durante a anticandidatura – Foto de Luciano Andrade / Tribuna da Bahia – Capítulo I: página 45
03. Ulysses Guimarães entre Barbosa Lima Sobrinho e Amaral Peixoto em “anticampanha”. Niterói-RJ - Arquivo Edgard Leuenroth – Capítulo I: página 45
04. Reunião da direção do MDB - Ulysses Guimarães e Barbosa Lima - 31.08.1973 – Agência O Globo – Capítulo I: página 46
05. Panfletos da anticandidatura – Arquivo Pessoal de Ulysses Guimarães – CPDOC – Capítulo I: página 46
06. Ulysses Guimarães depois do discurso no Colégio Eleitoral em 1974 - *Veja*, 23 de janeiro de 1974. p.18 – Capítulo I: página 49
07. Anexo 1 - Discurso de Ulysses Guimarães no jornal O Globo, 13 de setembro de 1973. Primeiro Caderno - Página 06 – Anexos : página 153
08. Ulysses Guimarães votando em 1974 - *Veja*, 20 de novembro de 1974. p.20. – Capítulo II: página 56
09. Em Itajaí, sorteio de carro para quem não foi ver o comício do MDB – 1976 - *Veja*, 03 de novembro de 1976. p.22 – Capítulo II: página 68
10. Ulysses Guimarães em campanha eleitoral, 1976 - *Veja*, 03 de novembro de 1976 p.20 – Capítulo II: página 68
11. Ulysses Guimarães, Petrônio Vilella. *Veja*, 06 de abril de 1977. p.24 – Capítulo II: página 73
12. Tancredo Neves e Paulo Brossard - *Veja*, 30 de março de 1977. p.21 – Capítulo II: página 74
13. Novas regras do Pacote de Abril- *Veja*, 20 de abril de 1977. p.25 – Capítulo II: página 75
14. Espectadores assistindo o discurso da oposição - *Veja*, 06 de julho de 1977. p.27 e 28 – Capítulo II: página 77
15. Espectadores assistindo o discurso da oposição - *Veja*, 06 de julho de 1977. p.25 – Capítulo II: página 77
16. Euler Bentes Monteiro escolhido na Convenção Nacional do MDB – 1978 – Foto de Carlos Namba - *Veja*, 30 de agosto de 1978. p.21- Capítulo II: página 81
17. Tancredo Neves, Euler Bentes Monteiro, Ulysses Guimarães e outros em comício durante a campanha eleitoral para a presidência da República e Senado Federal - Agosto de 1978 – Arquivo Pessoal Ulysses Guimarães – CPDOC - TN foto 0371 – Capítulo II: página 83
18. Páginas da *Folha de São Paulo* dos dias 31/12/1978 e 01/01/1979 sobre o fim do AI-5 – Capítulo II: página 86

19. Ulysses Guimarães durante votação da Lei da anistia - Arquivo - Agência Estado/AE – Capítulo III: página 101
20. Ulysses Guimarães no Congresso durante votação da Lei da anistia Arquivo - Agência Estado/AE – Capítulo III: página 101
21. Manifestação no Largo Treze-SP a favor da anistia Ampla, Geral e Irrestrita - Arquivo - Agência Estado/AE – Capítulo III: página 101
22. Arte da Veja, 25 de agosto de 1982. p.18 V pesquisa Veja- Gallup para as eleições ao Senado em 1982. – Capítulo III: página 110
23. Ulysses Guimarães – Luis Humberto - Brasília, 1982 - Capítulo III: página 112
24. Orestes Quércia, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Mário Covas e Fernando Henrique, no PMDB, durante campanha de Montoro em São Paulo em junho de 1982 – Agência Estado/AE - Capítulo III: página 112
25. Página jornal *O Globo*, 3 de março de 1983. p.3 - Capítulo III: página 116
26. *Folha de S. Paulo*, 25 de agosto de 1983- Capítulo III: página 124
27. Roteiro de Ulysses Guimarães na campanha Pró-Diretas - Capítulo III: página 125
28. Ulysses e o placar das Diretas na Praça da Sé – São Paulo - Antônio Carlos Piccino – 23.02.1984 / Agência O Globo - Capítulo III: página 125
29. Comício da Candelária - Custódio Coimbra / Agência O Globo - Capítulo III: página 128
30. Brizola, Franco Montoro, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso no palanque no Rio de Janeiro na campanha pelas Diretas Já – Sebastião Marinho / Agência O Globo - Capítulo III: página 129
31. Votação da Emenda Dante de Oliveira. No gramado do Congresso Nacional jovens escrevem Diretas com o próprio corpo – Luis Antônio / Agência O Globo - Capítulo III: página 131
32. *Folha de S. Paulo*, 26 de abril de 1984. p.1- Capítulo III: página 133
33. Capa da *Veja*, 04/06/1986 - Conclusão: página 139
34. Ulysses Guimarães – 05/10/1988 – Agência O Globo – Conclusão: página 141
35. Ulysses Guimarães em campanha para as eleições presidenciais - 12.10.1989 - Agência O Globo – Conclusão: página 144
36. Ulysses Guimarães e Waldir Pires em comício em Montes Claros MG - 29.07.1989 - Agência O Globo – Conclusão: página 144

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	02
-------------------------	----

Capítulo 1 - Ulysses Guimarães e a década de 1970: eleições, anticandidatura e luta pela redemocratização

Ulysses e o Partido Social Democrático (PSD)	08
O que era democracia para Ulysses Guimarães?	15
1970 – 1972: o difícil início de uma década	19
Na sucessão, havia uma anticandidatura	34

Capítulo 2 - Caminhos para a redemocratização: entre avanços e recuos

A vitória eleitoral de 1974	51
Geisel versus Ulysses Guimarães	59
Entre avanços e recuos	62
A Lei Falcão e as eleições de 1976	66
O Pacote de Abril – 1977	71
As eleições de 1978	80
1979 – Governo Figueiredo e o processo de abertura	86

Capítulo 3 – Ulysses Guimarães e a Travessia da década de 1980

Ulysses Guimarães e a Campanha da Anistia	93
Do MDB ao PMDB: Ulysses e a reforma partidária	102
As eleições de 1982	107
A campanha Diretas Já e o “Senhor Diretas”	113
<i>Conclusão</i>.....	137
<i>Bibliografia</i>	148
<i>Anexos</i>	153



INTRODUÇÃO

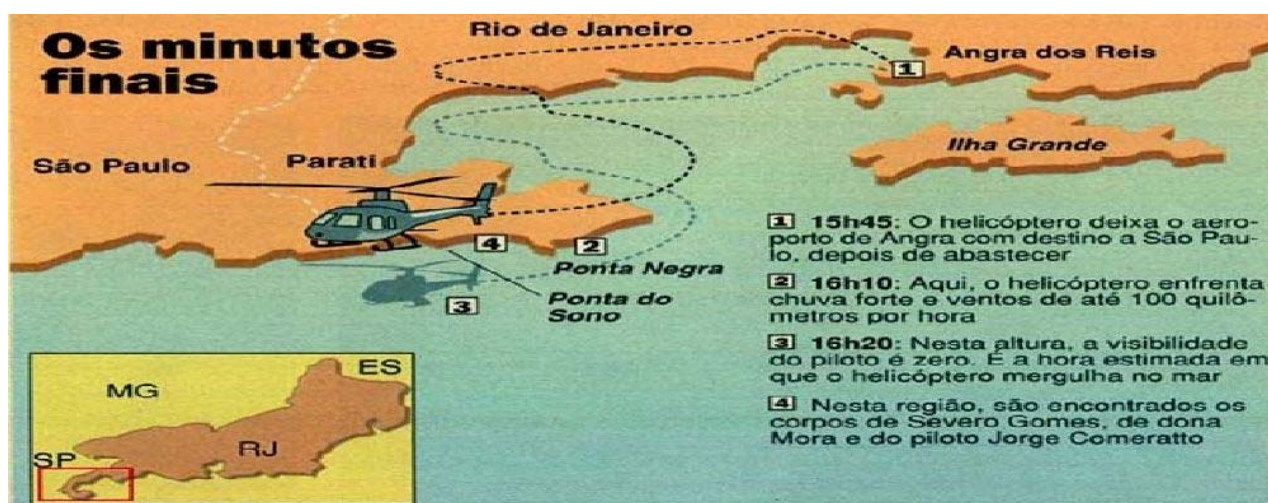
*Eu não quero morrer de raiva,
Nem de mágoa, nem de doença
Eu quero morrer na luta*

Ulysses Guimarães

Segunda-feira, céu encoberto, com possibilidade de chuvas e trovoadas, previsão do tempo para Angra dos Reis que se efetivou com muita chuva, ventos e rajadas de até 100 quilômetros por hora. Era dia 12 de outubro de 1992, feriado nacional, dia da padroeira do Brasil – Nossa Senhora Aparecida. Com meus nove anos de idade, assisti pela televisão a notícia de que o helicóptero de Ulysses Guimarães – Esquilo, prefixo PT-HMK – havia caído no mar de Angra dos Reis quando voltava para São Paulo.

A bordo estava o piloto Jorge Comeratto, a esposa de Ulysses, Dona Mora Guimarães, o ex-senador e ex-ministro Severo Gomes e sua esposa Ana Maria Henriqueta Marsiaj Gomes. Ulysses recusara voltar de carro uma vez que estava recém-operado do apêndice, considerando ser desconfortável ficar sentado por horas no carro. Resolveu antecipar a volta em 1 hora para São Paulo.¹

Ainda sem entender das questões políticas do país, só recorro da dimensão de sua morte, entendida como uma tragédia. Muitas reportagens na televisão, jornais e revistas. A busca pelo seu corpo – que nunca foi encontrado – estendeu-se por 21 dias.² Sua morte foi oficialmente reconhecida.



Veja, 21 de outubro de 1992. p.17

¹*Veja*, 21 de outubro de 1992. p.16

²*O Globo*, 04 de novembro de 1992.

Fazendo uso de suas palavras “Navegar é preciso, Viver não é preciso.” De fato, a vida não tem precisão. Vive-se simplesmente sem saber até quando. Ulysses durante a viagem a Angra conversou pelo telefone com o presidente Itamar Franco sobre seu compromisso de ajudá-lo na manutenção da governabilidade após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello. Contudo, sua continuidade na vida e nos planos políticos foi interrompida com sua morte trágica. Sobre a morte dizia: “Eu não quero morrer de raiva, nem de mágoa, nem de doença. Eu quero morrer na luta.”³

Tantos mares navegados com sua nau ao longo de sua trajetória política, lutando pela democracia e pela liberdade do país e, ironicamente, foi no mar que encontrou o repouso de seu corpo aos 76 anos recém-completados no dia 6 de outubro do mesmo ano.

E foi essa lembrança de sua morte e a inquietação de ter sido o único corpo a não ter sido encontrado que me voltou à memória quando li o nome de Ulysses Guimarães no texto de Maria Paula Nascimento Araújo sobre as lutas democráticas na década de 1970, quando buscava um tema para minha monografia da graduação em História na Universidade Federal Fluminense.⁴

Neste momento comecei minha pesquisa sobre o político Ulysses Guimarães, a qual trouxe para o mestrado em História Social na UFF, tendo a oportunidade de aprofundar mais questões de sua trajetória política.

A dissertação propõe estudar a trajetória política de Ulysses Guimarães como principal líder do único partido de oposição legalizado durante ditadura civil-militar. Não se tratará de uma biografia de toda sua vida, mas de um estudo principalmente focado na década de 1970 e metade da década de 1980. O tema dessa maneira se propõe estudar a trajetória política de Ulysses Guimarães na luta pela redemocratização. Nesse sentido, quero enfatizar, mais detidamente, sua trajetória política no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), desde sua inserção no partido em 1971, incluindo sua anticandidatura em 1973, e os avanços e recuos do projeto de distensão do governo Geisel – como, por exemplo, a Lei Falcão (1976) e o Pacote de Abril (1977). Analisar inclusive a discussão do processo da abertura política que resultou com a Lei da Anistia em 1979 e, além disso, trabalhar com as eleições que ocorreram nesse período. Na década de 1980, o enfoque principal além das eleições, será sobre o movimento das Diretas Já.

Desta forma, não é objetivo realizar uma biografia, discorrendo sobre sua história de vida em todas as suas dimensões – profissional e pessoal – mas, estudar sua trajetória política a partir

³ Site PMDB – www.pmdb.org.br – Resumo biográfico de Ulysses Guimarães.

⁴ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. IN: REIS, Daniel Aarão & Ferreira, Jorge (org.) Revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume III.

de 1971 quando se tornou presidente do MDB, retomando de forma breve, seu passado no Partido Social Democrático (PSD).

Havia um interesse inicial de estender a pesquisa e estudar a atuação e o papel de Ulysses na Assembléia Nacional Constituinte (1988) e nas eleições presidenciais de 1989. Contudo, devido à dimensão da documentação do período, caso fosse desenvolvido nessa dissertação, tornar-se-ia demasiadamente extensa, decidido, desta forma, estudar este período num outro momento.

Qual seria a importância do tema que trata da trajetória política de Ulysses Guimarães? Inicialmente por ser um liberal-democrata que lutou pelo processo de redemocratização do país. Ulysses representa uma personalidade importante, embora esquecida e desvalorizada pela historiografia. Uma hipótese a ser desenvolvida é que ele, como maior líder da oposição parlamentar à ditadura, era um liberal-democrata, não era um homem com posições de esquerda. Segundo Daniel Aarão Reis, desde a campanha da anistia política formulou-se uma memória sobre os anos de autoritarismo sob o ponto de vista das esquerdas. Segundo suas palavras,

“Na gênese da ditadura, tendeu-se a apagar o grande embate social. O projeto reformista revolucionário evaporou-se, transformando em um *fantasma*. As esquerdas foram vitimizadas. Os amplos movimentos sociais de direita, praticamente apagados. Os militares, estigmatizados *gorilas*, culpados únicos pela ignomínia do arbítrio. A ditadura, quem a apoiou? Muito poucos, raríssimos, nela se reconhecem ou com ela desejam ainda se identificar. Ao contrário, como se viu, quase todos *resistiram*. Mesmo a esquerda revolucionária transmudou-se numa inventada *resistência democrática* de armas nas mãos.”⁵

Nesse sentido, a figura de Ulysses Guimarães não se coaduna com a memória que privilegia a atuação das esquerdas. Chama a atenção, neste aspecto, de que foi um grupo de liberais-democratas – Ulysses, Tancredo Neves, Franco Montoro, Barbosa Lima Sobrinho, Raimundo Faoro, entre outros – que, ao mesmo tempo, se opôs e negociou com a ditadura, resultando na abertura política. No entanto, tratando-se de liberais-democratas, o papel deles foi relegado a segundo plano pela memória construída após a anistia.

Resgatar a trajetória política de Ulysses Guimarães é uma forma de preservar uma dimensão importante da história política brasileira recente escrita pela vertente liberal-democrática. Ressalto, assim, a relevância do meu estudo.

Em trabalho biográfico é preciso estar atento para não reconstituir a vida do personagem encaminhando-a para um final que já sabemos como ocorreu, como se tudo que acontecesse para

⁵ REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo (org.). “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.” IN: *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois*. Bauru: Editora Edusc, 2004. p. 50.

levar à pessoa àquele papel na história. Nesse sentido, ao longo de uma existência, durante as tomadas de decisões, hesita-se, há conflitos e dúvidas. Desta forma, o historiador tem um desafio: narrar uma história de vida que segue uma cronologia linear e natural, mas também um percurso de vida não-linear, sendo importante pensar o contínuo e o descontínuo, os diferentes momentos e temporalidades.

Para isso, as fontes de investigação foram fundamentais. Uma fonte de investigação importante no projeto é formada por discursos e trabalhos publicados por Ulysses a partir de 1971, tais como: *Navegar é preciso, viver não é preciso*⁶, de 1973; *Enquanto houver um Homem há Esperança para a Liberdade*, de 1974; *Reforma com Democracia*, de 1978 e *Rompendo o cerco*, de 1978.⁷

Outro conjunto de fontes refere-se a jornais e revistas. Entre os jornais cito: *O Pasquim*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*. No caso das revistas, trabalhei com *Veja*, *Visão* e *Isto É*.⁸

Foi utilizado também estatísticas das eleições que ocorreram a partir de 1970 até 1989, tendo como principal fonte o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁹. Além disso, o site *youtube* contém vídeos da campanha de 1989, do período da Constituinte e algumas entrevistas que servem como fonte para esta dissertação.

Por fim, recorri à documentação que se encontra no arquivo privado de Ulysses Guimarães no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Entre diversos documentos, interessa-me cartas escritas por políticos e cidadãos brasileiros, pessoas comuns, que enviaram correspondências a Ulysses. As cartas tratam de dois momentos específicos. O primeiro do período da anticandidatura, quando ele recebe inúmeras cartas de apoio. É muito interessante perceber que praticamente todas as cartas estão com comentários escritos por Ulysses, sendo na maior parte das vezes respondidas. O segundo

⁶ Ulysses Guimarães. Discurso, como presidente Nacional do MDB, quando da aceitação de sua candidatura a Presidente da República, na VI Convenção Nacional do Partido em 1973. Disponível em <http://www.fugpmdb.org.br>.

⁷ GUIMARÃES, Ulysses. *Rompendo o cerco*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁸ É interessante notar que com o avanço da tecnologia e a melhoria da qualidade e acesso à internet, algumas revistas e jornais encontram-se digitalizados e disponíveis na internet, facilitando, portanto, à pesquisa. É o caso da revista *Veja*, que tem seu acervo digitalizado desde sua primeira revista datada de 11 de setembro de 1968 até os dias atuais. A *Folha de São Paulo*, possui parte de seu acervo no Banco de Dados *Folha*, no qual reúne centenas de textos históricos, publicados originalmente nos jornais "Folha da Noite", "Folha da Manhã", "Folha da Tarde" e "Folha de São Paulo" entre 1921 e 1999. Os textos estão divididos por editoriais e acompanhados por cronologias. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> e http://bd.folha.uol.com.br/bd_acervoonline.htm

⁹ Na seção "Fale Conosco" do site do TSE - www.tse.gov.br - pode-se ter acesso a um formulário de pesquisa histórica, no qual a partir do momento que se pede a pesquisa em até 48 horas obtém-se respostas via e-mail. Disponível em: http://www.tse.gov.br/internet/home/fale_conosco/hist_blank.htm Acessado em: 06 de julho de 2010

momento trata do período da abertura política, momento de resistência e lutas democráticas.¹⁰ Algumas cartas pedem para que Ulysses apóie a anistia sob a bandeira de “ampla, geral e irrestrita”.

Sobre as fontes, vale ressaltar uma importante análise de Alessandra Ciambarella no que tange a questão de utilizar jornais e revistas como fonte durante o período da ditadura civil-militar. Nesse sentido, desenvolver a análise de jornais e revistas enquanto fontes para o resgate de um dado momento histórico é antes de tudo, reconhecer a importância inegável destes testemunhos, considerando a imprensa também como agente político decisivo, portadora de uma visão de mundo e inserida num contexto histórico. A imprensa pode ser um instrumento do Estado, mas também parceira de pactos contra ele.¹¹

Esta dissertação será constituída de três capítulos. O capítulo 1 vai trazer uma discussão desde 1971 quando Ulysses se torna presidente do MDB até 1973 com maior ênfase na anticandidatura de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho à presidência. Há uma breve retomada da trajetória de Ulysses no Partido Social Democrático (PSD) e uma análise do significado de democracia para Ulysses Guimarães.

No capítulo 2, a análise continua a partir da vitória nas eleições de 1974 para o MDB. Enfoque nas sucessões presidenciais, os avanços e recuos do projeto de distensão do governo Geisel - como, por exemplo, a Lei Falcão e o Pacote de Abril – representando os retrocessos.

Por fim, o terceiro e último capítulo trabalhando com a trajetória de Ulysses durante a Campanha da Anistia, até o movimento de grande mobilização que foi as Diretas Já, no qual Ulysses ficou conhecido como “Senhor Diretas”.

¹⁰ Sobre resistências e lutas democráticas ver: ARAUJO, M. P. N.. Lutas democráticas contra a ditadura. IN: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 321-354.

¹¹ CIAMBARELLA, Alessandra. *Anistia ampla, geral e irrestrita: A campanha pela Anistia Política no Brasil (1977-1979)*. Dissertação de mestrado. Niterói, 2002. p. 9.



CAPÍTULO 1

**Ulysses Guimarães e a década de
1970: eleições, anticandidatura e
luta pela redemocratização**

Ulysses e o Partido Social Democrático (PSD)

Antes de trabalhar mais detidamente com o período de estudo proposto – a partir de 1971, quando Ulysses Guimarães tornou-se presidente do MDB, - é importante conhecer um pouco de sua história no Partido Social Democrático (PSD), pretendendo entender como seu passado pessedista refletiria em sua atuação política no MDB e PMDB.

O PSD foi um partido político brasileiro, fundado em 17 de julho de 1945 e extinto pela ditadura militar, através do Ato Institucional Número Dois (AI-2), em 27 de outubro de 1965. Segundo Lucia Hippolito em “*De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*”¹², o PSD, considerado um partido de centro ou mesmo de centro-esquerda, como querem alguns de seus membros, foi considerado o mais importante partido do regime da Constituição de 1946. Por sua atuação e influência na própria dinâmica do processo político, pode-se dizer que o PSD deu o tom da política brasileira do período.

De modo geral, as duas principais hipóteses deste livro de Hippolito dizem respeito à dinâmica do sistema partidário. A primeira, fala de um sistema partidário moderado, caracterizado pela presença de um sólido partido de centro, que exerce a função de estabilizador do sistema.

A segunda postula que a transformação do sistema partidário, de moderado em polarizado, ocorreu através de um processo de radicalização que atingiu diretamente o centro do sistema; este desapareceu, embora o partido de centro tenha continuado existindo. Este partido, minado por um processo de fragmentação interna, já não poderia mais manter a tendência centrípeta do sistema, perdendo sua função básica de fiador da estabilidade política.

O PSD exerceu o papel de fiador da estabilidade política do regime de 1946. Com a mudança do sistema partidário para polarizado, com o processo de radicalização, atingiu diretamente o centro do sistema. Em 1964, o PSD já não era mais o fiador do equilíbrio, porque estava fragmentado internamente, nesse sentido, essa fragmentação disseminou para todo sistema.

¹² HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Em relação ao trabalho sobre o PSD, o estudo de Lúcia Lippi de Oliveira em *O Partido Social Democrático é referencial*. Sem esta referência, o trabalho de Lucia Hippolito, segundo ela afirma, teria enormes dificuldades de ser desenvolvido, uma vez que naquele momento tratava-se do único estudo sobre o PSD, enquanto partido nacional. De modo geral, Lippi aborda o partido como uma organização, estudando sua estrutura interna, sua participação nos governos, sua função de representação e o papel que desempenhou na política brasileira. Dez anos depois desse importante trabalho, Hippolito cita Dulce Pandolfi que trabalha com o PSD de Pernambuco.

Os pessedistas eram vistos como raposas políticas. E o que significa isso? Mestres na malícia, na esperteza, no cochicho, na acomodação e na conciliação. Para tal, Lucia Hippolito esquematiza o “Manual do bom pessedista” para tentar penetrar mais fundo na mentalidade e no estilo pessedista.¹³

A *primeira regra* era a demonstração de força eleitoral. Bom pessedista era antes de tudo, aquele que tinha votos. A *segunda regra* indicava que o PSD era um partido de centro. Segundo Amaral Peixoto, “era formado com a esquerda da direita e a direita da esquerda.”¹⁴

Segundo Ulysses Guimarães, o PSD era o partido da classe média brasileira, aquela representada por professores, farmacêuticos, advogados e muitos elementos da classe rural. O PSD era acentuadamente da classe rural, muito ligado ao interior. Quando surgiu a questão da reforma agrária, foi um problema que atingiu a medula da estrutura do PSD, que era uma máquina montada – e daí a sua força – em todos os municípios do Brasil. Portanto, o setor tinha muita atuação, muita força no partido.¹⁵

A *terceira regra* apontava a característica de conciliação e moderação. Segundo Amaral Peixoto, “o pessedista era o homem do bom-senso e do equilíbrio.”¹⁶ De acordo com Ulysses Guimarães, “o PSD foi o grande laboratório das soluções políticas brasileiras. O PSD, com sua plasticidade, com sua sabedoria, com seu realismo, foi um laboratório político, evitando turbulências na vida política nacional, preservando a unidade.”¹⁷

A *quarta regra* tratava da importância da firmeza na decisão e na execução. Não se deve confundir moderação e espírito de conciliação com indecisão. Já dizia Tancredo, “o pessedista é o homem do equilíbrio, do bom-senso, da conciliação, mas muito firme na hora em que toma uma decisão. Legalista, tem respeito reverencial pela autoridade constituída, mas não hesita em contratá-la na defesa da ordem democrática.”¹⁸

A *quinta regra* apontava a socialização política. Um bom pessedista se forjava na prática cotidiana política. No PSD eram todos do ramo. Os políticos quando chegavam ao cenário nacional, já tinham aprendizados no estado e no município e traziam a vivência política. Segundo Ulysses Guimarães, “os deputados estaduais, em geral, tinham sido prefeitos ou vereadores. Depois de serem deputados estaduais, e frequentemente em várias legislaturas, é que alçavam vôo para o plano nacional, como deputados federais ou senadores.”¹⁹

¹³ Idem. p.45.

¹⁴ Idem. p.45.

¹⁵ Idem. p.46.

¹⁶ Idem. p.46.

¹⁷ Idem. p.46.

¹⁸ Idem. p.47.

¹⁹ Idem. p.47.

A *sexta regra* do manual do bom possedista falava sobre a competência administrativa. Essa última regra vinha como somatório de todas as outras cinco, ou seja, força eleitoral, posição de centro, espírito de moderação e conciliação, firmeza na decisão e na execução, socialização constituem os elementos que levaram a uma competência administrativa. Desta forma, caracterizava um estilo de prática política. As regras apontadas por Hippolito, principalmente caracterizadas pelo “manual do bom possedista”, era uma das formas que a autora encontra para demonstrar os fundamentos da longa permanência do PSD no poder.

O PSD era um partido que convivem raposas – lideranças tradicionais, atentas às reivindicações das bases do interior - e reformistas – lideranças mais jovens, voltadas para as demandas do emergente eleitorado urbano.

A Ala Moça, criada no início da legislatura 1955-1959, grupo do PSD ligado à campanha e ao governo de Juscelino Kubitschek, foi assim batizado pela imprensa – o Correio da Manhã - por reunir jovens deputados federais tais como: Renato Archer²⁰ e Cid Carvalho²¹ (MA), José Joffily²² (PB), Oliveira Brito²³ e Tarcílio Vieira de Melo²⁴ (BA), Ulysses Guimarães e João Pacheco Chaves²⁵ (SP), Leoberto Leal²⁶ (SC) e Nestor Jost²⁷ (RS). Pregava a renovação dos métodos políticos do partido e defendia posições nacionalistas. Atuou de 1955 a 1961, quando se dissolveu, já no governo de Jânio Quadros.

Para que a análise da Ala Moça faça sentido, é necessário inseri-lo no contexto da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek. De início, o que os unia era uma intenção difusa de modernizar o PSD, para tanto, a Ala Moça apoiou decisivamente a candidatura de JK à presidência da República. Foi o primeiro candidato à presidência que se apresentou ao eleitorado com um programa de governo: Programa de Metas. Desta forma, questões como opções para desenvolvimento, industrialização, fortalecimento do mercado interno, crescimento da

²⁰ Renato Archer era do PSD do Maranhão e manteve cumplicidade política com Ulysses desde a década de 1950. Foi deputado federal e ministro da Ciência e da Tecnologia e da Previdência durante o governo Sarney.

²¹ Cid Almeida Carvalho Remanso (Petrolina, 25 de agosto de 1904 – Petrolina, 31 de janeiro de 2002). Jornalista, político, historiador e poeta. É mais conhecido por suas atividades literárias, com a autoria de 16 livros, dois sobre a história de Petrolina e os demais de poesia, sobre pessoas e fatos do cotidiano de Petrolina.

²² José Joffily (João Pessoa, 27 de novembro de 1945) é um diretor, roteirista, produtor.

²³ Antônio Ferreira de Oliveira Brito (Ribeira do Pombal, 8 de outubro de 1908 – Salvador, 3 de julho de 1997) foi um advogado e político brasileiro.

²⁴ Tarcílio Vieira de Melo (Barreiras- Bahia, 24 de dezembro de 1913 – 22 de abril 1970). Político brasileiro. Formou-se em ciências jurídicas e sociais, em 1936, pela Faculdade de Direito da Bahia.

²⁵ João Pacheco Chaves, um dos melhores amigos de Ulysses Guimarães, foi deputado estadual e federal por São Paulo, além de secretário da cultura no governo de Franco Montoro.

²⁶ Leoberto Laus Leal (Tijucas, 4 de julho de 1912 – São José dos Pinhais, 16 de junho de 1958) foi um advogado e político brasileiro.

²⁷ Nestor Jost (Vila da Candelária - RS, 10 de janeiro de 1917 – Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2010) foi um empresário e político brasileiro.

urbanização, modernização administrativa, extensão da legislação trabalhista ao campo, acesso à terra, voto do analfabeto, entre outras, levaram ao centro do debate.²⁸

Juscelino foi tanto a causa quanto como o efeito dessas novas realidades. De um lado o Programa de Metas – industrialização, saúde, transportes, energia, etc. – e de outro, a implementação do programa durante o governo de JK acelerou a evolução das novas realidades, gerando novas demandas.

Diante dessas claras mudanças, houve um grupo dentro do PSD que estava preocupado em se renovar e ocupar um novo centro: a Ala Moça. Estreitamente vinculada à candidatura e ao governo de JK, a Ala Moça se organizou como grupo renovador, disposta a revitalizar os métodos do PSD, adaptando-o às novas solicitações trazidas à tona durante a campanha e o governo de JK.

A trajetória da Ala Moça, de fração de ideias à dissidência ideológica, representou o primeiro impacto sério na estrutura pessedista, cujas consequências serão traumáticas, segundo Hippolito, para o PSD e todo sistema partidário.²⁹

Em 1955, travou-se a primeira disputa entre a Ala Moça e as velhas lideranças do partido, em torno da presidência da Câmara dos Deputados. Ulysses Guimarães e Horácio Lafer, ambos do PSD paulista, dividiram as preferências do partido, que acabou optando por Carlos Luz (MG).

A Ala Moça durante o governo JK ocupou os principais postos da Câmara dos Deputados, constituindo-se no mais importante suporte legislativo do governo. Ulysses Guimarães foi eleito presidente, Vieira foi o líder da maioria, Renato Archer e Cid Carvalho foram vice-líderes e Oliveira Brito foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Além disso, a Ala Moça começou a defender posições nacionalistas, como a intocabilidade da Petrobras, o reordenamento da remessa de lucros e a orientação da entrada de capitais estrangeiros. Seus membros entraram em contato com grupos similares que se formaram nos demais partidos — Bossa Nova da União Democrática Nacional (UDN), Grupo Compacto do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) etc. — discutindo temas até então considerados delicados para o PSD tradicional — reforma administrativa e reforma agrária — ou para a UDN — voto do analfabeto. Esta coincidência de pontos e propósitos com grupos renovadores de outros partidos foi de grande utilidade para a constituição da Frente Parlamentar Nacionalista³⁰.

²⁸ ABREU, Alzira Alves & BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p.330

²⁹ HIPPOLITO, Lucia. *Idem*. p. 139

³⁰ A *Frente Parlamentar Nacionalista* foi uma organização interpartidária - formado na Câmara dos Deputados, formado tanto pela Ala Moça como a Bossa Nova da UDN e o Grupo Compacto do PTB - criada em 1956 no Congresso Nacional. Funcionava como um grupo que reivindicava a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o controle estatal sobre a exploração dos recursos naturais básicos, além disso, pressionava e condenava o

Cabe destacar que esse esforço de modernização partidária empreendido pela Ala Moça teve como objetivo ocupar o novo centro político que se estava criando, de forma a permitir que o partido continuasse a exercer suas funções de fiador do equilíbrio político. A Ala Moça captou os sinais de mudança enunciados pela sociedade brasileira e queria estar apto para responder a esses sinais. Em nenhum momento teve a intenção de romper com o partido e transferir-se para outro, na verdade, queria continuar atuando dentro do PSD tentando persuadir o partido a ocupar o novo centro.

Todavia, as raposas pessedistas, só compreendiam na atuação da Ala Moça uma ameaça a seu poder. Nesse sentido almejavam a destruição do grupo, imaginado que o fim da Ala Moça traria a tranquilidade de volta ao partido. Entretanto, o que a oligarquia conservadora não percebeu foi que, ao destruir a Ala Moça, o PSD fugiu ainda mais do centro, uma vez que era aquele grupo - e não a oligarquia - quem estava ocupando o verdadeiro lugar do PSD, no novo centro político-ideológico, contribuindo para a estabilidade do regime. Desta forma, residiu na Ala Moça e em seu conflito com a oligarquia pessedista a origem da fragmentação interna do PSD e seu desaparecimento enquanto partido situado no centro do sistema partidário, fiador da estabilidade política.

De uma forma geral, a ação da Ala Moça era a tentativa de inverter as regras do jogo do poder. Para Ulysses,

“a Ala Moça não era um outro PSD, não tinha autonomia, não era um cisma ou dissidência. Era apenas o coletivo dos que procuravam renovar o pessedismo, sem revogá-lo, e situar-se para galgar posições de comando do partido em que alguns pareciam eternizar-se.”³¹

Ou seja, a Ala Moça foi uma tentativa de substituir os velhos pelos novos políticos sem rompimento e lutas, apenas trocando os sujeitos da cúpula por outros.

Em março de 1977, em entrevista para o Jornal *O Globo*, Ulysses respondeu a pergunta “O extinto PSD morreu?”, dizendo que como partido político, o PSD morreu. Mas considerou o partido como um “estado de espírito” muito ajustado ao Brasil. Disse que não se ajustavam ao Brasil soluções violentas, prepotentes, orgulhosas, mas que o país buscava a conciliação, o consenso. Por fim, disse que para entender bem o fenômeno pessedista, era preciso notar que o PSD era condescendente no adjetivo, mas intransigente no substantivo. Nesse sentido, se

imperialismo em geral e a ação do capital estrangeiro em particular. Foi extinta em abril de 1964 decorrente da cassação da maioria de seus membros durante a ditadura militar instaurada no país.

Ver: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acessado em: 15/01/2011.

³¹ GUTEMBERG, Luiz. *Moisés codinome Ulysses Guimarães: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras. p.55

coadunou bem com a quarta regra do “Manual do bom pessedista”, no qual tratava da importância da firmeza na decisão e na execução.³²

Nas palavras do jornalista da *Folha de S. Paulo* Getúlio Bittencourt em 1977, ele definiu Ulysses como “antigo pessedista e, portanto político de conhecidas tendências moderadas.”³³ Nesse retrospecto da trajetória política de Ulysses antes do MDB, percebe-se que o perfil moderado, conciliador já fazia parte de suas características políticas no PSD.

Em entrevista à revista *Status* em 1978, Ulysses falou sobre sua militância no PSD e seu ingresso no MDB. Em suas palavras:

“Eu militei no PSD desde a fundação até sua extinção. Em 1943, ou 1944, o Getúlio despachou cá para São Paulo o Benedito Valadares³⁴ para fundar o PSD. Este seria o partido para sustentação do poder, do governo, ao passo que o PTB, também fundado pelo Getúlio, seria o partido da popularidade, da sustentação popular junto as trabalhadores. Eu mal saíra da faculdade e tinha, como tantos outros, uma séria desconfiança de que aquilo não era pra valer. Sei mesmo que de muitos figurões da época que desconversaram, na hora de assinar o livro de fundação do PSD, suspeitando que aquilo poderia ser uma jogada ... Mas, apesar disso, eu entrei para o PSD. E como seu militante fui presidente da Câmara Federal, líder da maioria e ministro de Estado, na fase parlamentarista.”³⁵

Ulysses continuou falando como, a partir do fim do pluripartidarismo, ingressou no MDB.

“Antes [de ingressar no MDB] recusei alguns convites para fazer parte da ARENA. Lembro-me de um fato pitoresco quando redigíamos os estatutos do MDB. Estávamos eu, o Tancredo Neves e o Oliveira Brito (...), quando começamos a pensar no nome do partido. Estava quase decidido que seria Ação Democrática Brasileira. Mas quando estávamos para batizar a criança, o Tancredo me disse: ‘Olha aqui, Ulysses, vamos dar nome de macho a esse partido. Essa UDN que aí está, com nome de mulher, já criou muita complicação neste país. Então vamos arranjar nome masculino, um nome de macho.’ Aí nasceu o Movimento Democrático Brasileiro.”³⁶

³² *O Globo*, 23 de março de 1977. *O extinto PSD morreu?* p.6

³³ *Folha de São Paulo*, 06 de novembro de 1977. “Nossa constituição mente”

³⁴ Benedito Valadares Ribeiro, político brasileiro. Após o final do Estado Novo, ingressou no Partido Social Democrático (PSD), agremiação organizada a partir do prestígio que os antigos interventores ainda detinham, e deu apoio decidido à candidatura presidencial vitoriosa do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Vargas. Exerceu a presidência nacional do PSD por alguns anos. Morreu em 1973. Deu nome a cidade de Governador Valadares em Minas Gerais.

Ver: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/benedito_valadares Acessado em 20/01/2011.

³⁵ *Status*, sem data, 1978. p.14.

³⁶ *Idem*.

Nessa entrevista de seis páginas, muitas informações de sua vida política foram passadas. Interessante destacar uma parte na qual Ulysses, a pedido do jornalista Fernando Morais, deu conselhos para novatos políticos que exerciam a oposição. Ulysses elencou seis conselhos. Na verdade, ele disse que não gostava de dar conselhos, então, oferecia algumas “mezinhas que trago no meu embornal de andarilho da política.”

“Primeiro: não sejam impacientes. (...) Eu entendo que quem está na vida política não pode ganhar uma categoria política do dia para a noite. O caminho é longo, paciente, perseverante, difícil.

(...)

Segundo: na política, em geral, e especialmente no poder, se você não pode fazer um amigo, não faça um inimigo.

(...)

Terceiro: em política nunca se deve proferir palavras irreparáveis, irretratáveis.

(...)

Quarto: em política você nunca deve estar tão próximo, que amanhã não possa ser adversário ou inimigo. E nem tão distante que amanhã você fique em dificuldade por ter que estar próximo.

(...)

Quinto: é preciso saber a arte de escutar.

(...)

Sexta: a grande arma de qualquer bom político é o trabalho. O esforço, a perseverança, o trabalho, constroem uma carreira.”³⁷

A partir desses conselhos, percebe-se o perfil moderado de Ulysses. Porém, quando subia em um palanque fazendo um discurso, transformava-se em um político muito combativo, muitas vezes não medindo as palavras, por exemplo, o episódio em que compara Geisel ao ditador Idi Amin Dada, de Uganda.³⁸ A partir dessa consideração, vem à tona a discussão conceitual de biografia.

É nesse sentido que vem a ideia de “ilusão biográfica”³⁹ tratada por Bourdieu. O autor considera indispensável reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante. A análise de Bourdieu, atenta para a “ilusão biográfica”, ou seja, como se a vida fosse uma estrada, caminho, trajeto, corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional, que tem um começo, etapas e um fim. Como uma série única e suficiente de acontecimentos sucessivos; como um todo, com projetos e intenções, que segue uma ordem cronológica – que também é lógica – e obedece ao postulado do sentido da existência. Na verdade, diz Bourdieu, a

³⁷ Idem. p.21

³⁸ Ver Capítulo 2, nesta dissertação, item Geisel *versus* Ulysses Guimarães

³⁹ BOURDIEU, P. *A ilusão biográfica*. IN: Ferreira, M. M. & Amado, J. (coord). Usos & abusos da história oral.

individualidade é uma formidável abstração; e tratar a história de vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica.

Vavy Pacheco Borges, em *Grandezas e misérias da biografia*⁴⁰, recorre a Bourdieu explicitando exatamente a questão da ilusão biográfica, na qual há o perigo de uma falsificação por meio de um finalismo. Em uma biografia é preciso estar atento e tomar cuidado para não mostrar que a vida se encaminha para o final que teve, que tudo que aconteceu foi para levar à pessoa àquele papel na história, àquele final de vida. A autora evidencia que na vida, nas tomadas de decisões, hesita-se, há conflitos e dúvidas. Sendo assim, o historiador tem o desafio ao narrar uma vida que segue uma cronologia linear e natural – nascimento, amadurecimento, cotidiano, enfim – mas também um percurso de vida que não é linear, sendo importante pensar o contínuo e o descontínuo, as diferentes temporalidades. Há, segundo Vavy, um “embaralhamento contínuo e constante em nossa mente, pois enquanto me lavo no chuveiro, lembro-me de minha infância, de ontem à noite, penso no que farei daqui a pouco, temo pelo que pode me acontecer daqui a seis meses.”⁴¹

A partir disso, não apenas quando se faz uma biografia, mas a própria característica do ser humano é de não ser linear, coerente, o tempo todo da mesma forma. Embora Ulysses tivesse a característica moderada, conciliatória, trazendo esse perfil desde o PSD, não significou que não tenha sido combativo muitas vezes ao longo de sua trajetória política.

Por fim, vale concluir o item com uma pergunta feita por Ziraldo no jornal *O Pasquim* de dezembro de 1978. Ele perguntou a Ulysses se o PSD ajudou a moldar o seu caráter, a sua personalidade.

“Entrei muito novo no partido mas já tinha minhas posições. Fui o presidente da Câmara mais novo, com 37 anos. Agora, se tive minhas posições é lógico que também estava bem entrosado com o partido mas... Na vida a gente paga um pouco das coisas que faz. Hoje tem esse negócio de autênticos e no PSD éramos a Ala Moça, os Jovens Turcos. Os caciques, os pajés, foram deslocados por nós que representávamos um pensamento mais novo. Os jovens costumam ter mais garra.”⁴²

⁴⁰ BORGES, Vavy Pacheco. *Grandezas e misérias da biografia*. IN: *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2006. p. 203 – 233.

⁴¹ Citação de Jacques Le Goff IN: BORGES, Vavy Pacheco.

⁴² *O Pasquim*, nº489, dezembro de 1978. p.59

O que era democracia para Ulysses Guimarães?

*A democracia é o regime das discordâncias, menos uma:
discordar para perdê-la ou para não reconquistá-la.*

Ulysses Guimarães

Muito se destaca nos discursos e entrevistas de Ulysses, um político liberal-democrata que lutou pela redemocratização do país. Mas, antes de entender o que era democracia na concepção de Ulysses Guimarães, cabe discutir, ainda que de forma breve, os conceitos de democracia e liberalismo.

Segundo Norberto Bobbio,⁴³ a definição de liberalismo como fenômeno histórico oferece dificuldades específicas. A razão da inexistência de consenso quanto a uma definição comum, quer entre historiadores quer entre os estudiosos de política, é devido a uma tríplice ordem de motivos.

Em primeiro lugar, a história do liberalismo acha-se intimamente ligada à história da democracia; é, pois, difícil chegar a um consenso acerca do que existe de liberal e do que existe de democrático nas atuais democracias liberais: se factualmente uma distinção se torna difícil, visto a democracia ter realizado uma transformação mais quantitativa do que qualitativa do Estado liberal, do ponto de vista lógico essa distinção permanece necessária, porque o liberalismo é justamente o critério que distingue a democracia liberal das democracias não-liberais.

Em segundo lugar, o liberalismo se manifesta nos diferentes países em tempos históricos bastante diversos, conforme seu grau de desenvolvimento. Em terceiro lugar, nem é possível falar de uma “história-difusão” do liberalismo, embora o modelo da evolução política inglesa tenha exercido uma influência determinante, superior à exercida pelas constituições francesas da época revolucionária. Há uma indefinição quanto aos referenciais históricos do termo liberalismo: tal termo pode, conforme o caso, indicar um partido ou um movimento político, uma ideologia política, uma estrutura institucional específica ou a reflexão política por ela estimulada para promover uma ordem política melhor, justamente a ordem liberal.

⁴³ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UNB, 12ª edição, 1999, volume 2. p.686.

Em relação à democracia,⁴⁴ confluem três tradições históricas. A primeira é a *clássica*, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de Governo, segundo a qual a democracia, como governo do povo, de todos os cidadãos. Ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, distinguindo-se da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como governo de poucos.

A segunda teoria é a *medieval*, de origem romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior. Por último, a terceira teoria, *moderna*, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é aristocrática), onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o governo genuinamente popular é chamado, em vez de democracia, de república.

Se for verdade que não pode chamar-se propriamente liberal um Estado que não reconheça o princípio democrático da soberania popular, ainda que limitado ao direito de uma parte - mesmo restrita - dos cidadãos darem vida a um corpo representativo, é ainda mais verdadeiro que segundo a concepção liberal do Estado não pode existir democracia senão onde forem reconhecidos alguns direitos fundamentais de liberdade que tornam possível uma participação política guiada por uma determinação da vontade autônoma de cada indivíduo.

Em que sentido, a democracia pode ser considerada como prosseguimento e o aperfeiçoamento do Estado liberal, ao ponto mesmo de justificar o uso da expressão “liberal-democracia” para designar certo número de regimes atuais? Não só o liberalismo é compatível com a democracia, mas a democracia pode ser considerada como natural desenvolvimento do Estado liberal apenas se tomada não pelo lado de seu igualitário, mas pelo lado da sua fórmula política, que é a soberania popular.

Ideais liberais e método democrático vieram gradualmente se combinando num modo tal que, se é verdade que os direitos de liberdade formam desde o início a condição necessária para a direta aplicação das regras do jogo democrático, é igualmente verdadeiro que, em seguida, o desenvolvimento da democracia se tornou principal instrumento para a defesa dos direitos de liberdade.

⁴⁴ *Idem*, p.319

Quando se lê parte da entrevista concedida por Ulysses ao jornal *O Globo* em setembro de 1988, na qual ele falou de democracia, relacionou-se com a concepção de que o liberalismo é compatível com a democracia, evidenciando a soberania popular. Em suas palavras:

“Sempre entendi que a democracia é o caminho político da dignidade, da estabilidade social e da fraternidade cristã. Sempre fui um convicto adepto e defensor da democracia. Sei que ela tem defeitos, mas se é *um regime criado por homens para governar homens* [grifo meu], evidentemente, em todos esses estágios se tem que pagar o preço de sua precariedade. Mas não há regime melhor, principalmente porque é um regime voltado para o homem. Ao passo que nos regimes autoritários, ditatoriais, a máquina do Estado e da vontade unipessoal esmaga, pune e tortura o homem, lançando-o no ostracismo e no exílio. Na democracia tive a oportunidade que reputo a mais alta da minha vida pública – ter sido escolhido, eleito Presidente da Constituinte.”⁴⁵

Democracia para Ulysses tinha sempre a ênfase de que era o governo da lei, para todos.

“Democracia é a vontade da lei, que é plural e igual para todos, e não a do príncipe, que é unipessoal e desigual para os favorecimentos e os privilégios. Se a democracia é o governo da lei, não só ao elaborá-la, mas também para cumpri-la, são governo o Executivo e o Legislativo.”⁴⁶

Em outros momentos da trajetória política de Ulysses, já se fazia notório o discurso pelas liberdades e democracia. Na década de 1940, em discurso pela Assembleia Legislativa, Ulysses dizia que

“A abertura para os homens, dos brancos e retos caminhos da paz, a fim de que eles possam chegar à Justiça, com a realização do direito à Democracia, que é a disciplina político-social da liberdade, e também ao respeito recíprocos, (...) formulemos nosso anátema definitivo contra todos os totalitarismos, venham de onde vierem, quaisquer que sejam seus endereços políticos.”⁴⁷

Além deste momento, é possível trazer mais alguns discursos de Ulysses em momentos anteriores à ditadura, no qual ele pauta seu discurso na defesa dos mesmos ideais de democracia e liberdades.

⁴⁵ *O Globo*, 02 de setembro de 1988. p. 5

⁴⁶ GUIMARÃES, Ulysses. Revista Direito GV, São Paulo. P.595-602. Julho – Dezembro 2008. Discurso do Deputado Ulysses Guimarães – Presidente da Assembléia Nacional Constituinte em 05 de outubro de 1988, por ocasião da promulgação da constituição federal. p.598.

⁴⁷ GUIMARÃES, Ulysses. Assembleia Legislativa, 1947. P.132-3. *Apud* LIBERATTI, Angela Inês. *Ulysses Guimarães: pessoal e intransferível*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães; Birigui - SP: Boreal Editora, 2008. p.61-2

“A democracia precisa ser esclarecida pela verdade e pelo bem. Isso é impossível sem a liberdade, em que tudo pode ser responsabilmente dito, funcionando a opinião pública como tribunal. (...) Uma das definições da democracia é ser ela o regime da opinião. Da livre opinião, é claro.”⁴⁸

Quando se lê essas declarações, acredita-se tratar do período da ditadura civil-militar, no entanto, ele fala isso em 1961.

Em 1968, em mais um discurso, Ulysses define o que era para ele democracia.

“A democracia é a técnica política que admite, que pressupõe, como condição essencial, dissentir, divergir, polemizar. Institucionaliza-se a divergência, não a indivisibilidade. É a convivência de contrários. (...) Ao final, como consequência da sublegenda, teremos a desmoralização daquilo que ainda resta de partido, de prática democrática, nesta nação.”⁴⁹

Em outubro de 1973, quando perguntado pelo jornalista João Pena Jô, do jornal *Última Hora*, se ele considerava que se o governo abrisse mão do regime de exceção poderia estar eventualmente colocando em risco o binômio “desenvolvimento-segurança”, Ulysses responde mais uma vez sobre a necessidade de democracia e liberdades.

“Não acredito que a segurança seja incompatível com a liberdade. A democracia não é infensa à ordem. O desenvolvimento com liberdade assegura a ordem consentida, a ordem em que a maioria não tenha sentimento ou a frustração de estar sendo espoliada ou injustiçada. A verdadeira segurança repousa em uma ordem social justa e esta só pode ser lograda através da participação livre do povo nos problemas e responsabilidades nacionais. Através da democracia, em síntese.”⁵⁰

Na *Folha de S. Paulo* de 1 de fevereiro de 1979, Ulysses disse o que era para ele democracia e o que era necessário para conquistá-la.

“Enganam-se os que crêem que o MDB deseja a democracia para coonestar a pobreza e a concentração de renda, ou seja, a democracia relativa, biônica, das salvaguardas e da Lei Falcão.⁵¹ A conquista da democracia se faz na liça da política e na liça social. Para ela contribui a resistência do MDB no Parlamento, sua pregação nos comícios, nas fábricas, nas universidades, na área rural, nos simpósios, e suas vitórias nas eleições (...)”⁵²

⁴⁸GUIMARÃES, Ulysses. Lei do Rádio e da televisão. *Diário de São Paulo*, 16/07/1961. Apud: *Idem*. p. 75-6.

⁴⁹GUIMARÃES, Ulysses. Multisubpartidarismo. Brasília, 23/01/1968. In: *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações. p.137-53. Apud: *Idem*.p.76.

⁵⁰ Pauta do jornal *Última Hora*. Questionário de perguntas respondidas por Ulysses Guimarães entregue ao jornalista João Pena em 10/10/1973. Resposta da pergunta número 5. Arquivo Pessoal de Ulysses Guimarães. CPDOC. UG 73.06.29 mdb / II-15

⁵¹ A Lei Falcão será discutida no capítulo 2 desta dissertação.

⁵² *Folha de São Paulo*, 1 de fevereiro de 1979. p.4

A partir das discussões acima propostas, tanto sobre o PSD, quanto sobre o significado de democracia para Ulysses, segue o capítulo a partir de 1971, quando Ulysses tornou-se o presidente do MDB.

1970 – 1972: o difícil início de uma década

Em 1971, o Brasil vivia pelo oitavo ano sob a ditadura civil-militar. O AI-5 endurecera ainda mais o regime. O mais autoritário ato institucional da ditadura atribuiu poderes absolutos aos generais-presidentes. Além de autorizá-los a baixar leis e até alterar a Constituição à revelia do Congresso, isentava seus atos de qualquer apreciação judicial. Vivia-se o terceiro governo da ditadura, sendo o mais duro período repressivo desde o golpe em março de 1964. Ocupava o Palácio do Planalto o general Emílio Garrastazu Médici.

Com o apoio da população aos militares através da eleição dos candidatos da ARENA, diminuindo os representantes do MDB no Congresso – e afastando da cúpula do partido, seu então presidente Oscar Passos, não reeleito em 1970 – abriu para Ulysses a presidência do partido. Fato este que também foi possível pela ausência de líderes políticos, cassados desde 1964 com a instauração da ditadura civil-militar.

Ulysses sobreviveu às cassações e o conhecimento que possuía sobre o funcionamento dos espaços estatais, inclusive de suas especificidades e detalhes, foram importantes para que ele assumisse a presidência do partido.

Cabe ressaltar que esses acontecimentos ocorreram durante o governo Médici (1969 – 1974), que fez o governo considerado mais duro e arbitrário de todo o ciclo militar. Mas, ajudado pelos ventos favoráveis da economia, – crescimento acelerado, grandes projetos públicos e moeda razoavelmente estável –, alcançou alto nível de popularidade e prestígio, inclusive nas camadas populares. É necessário considerar, também, o marketing competente e a censura eficaz.

Médici incorporou em seu governo a preocupação do regime militar com a aceleração do desenvolvimento econômico num ritmo e duração adequados à meta de superação do subdesenvolvimento. Esse projeto nacional aflorou numa conjuntura duplamente favorável – ascenso cíclico no plano doméstico, e um cenário externo de expansão do comércio e do movimento de capitais – possibilitando, assim, desfrutar a evidência de uma economia que crescia na velocidade compatível com as ambições alimentadas pelo regime. Note-se ainda: a

recuperação estava em curso desde 1967, mas, somente no início de 1970, vem à tona a evidência do crescimento “milagroso”⁵³. E havia indicações persuasivas de que foi também o momento em que a política econômica concebida por Delfim Netto tornou-se hegemônica, aparecendo o “modelo agrícola-exportador” e o projeto Brasil Grande Potência.⁵⁴

Durante o governo Médici, a busca de legitimidade deslocou-se definitivamente do plano político para o plano econômico. A ideia de que estava em processo a construção de um “Brasil Potência” passou a constituir a base da propaganda do governo e o fundamento de sua legitimidade.⁵⁵

Além disso, foi o auge da radicalização política do regime militar, do autoritarismo e da repressão. A oposição institucional estava debilitada. O movimento sindical e estudantil estava enfraquecido, contidos pela repressão, emudecidos pela censura e ofuscados pela euforia econômica. Incrivelmente em uma de suas entrevistas, Médici disse o seguinte: “Eu tinha o AI-5, podia tudo. (...) Tendo o AI-5, fiz o governo mais democrático da Revolução.”⁵⁶

Segundo Ronaldo Costa Couto, o governo fez da propaganda instrumento eficaz de popularização de suas políticas, a serviço de sua imagem. Creditou-se a disparada da economia ao governo forte de Médici.

“Só a oposição falava em democracia e, ainda sim, sem ressonância. Censura, repressão e ambiente triunfalista bloqueiam o debate de ideias e as críticas. A democracia parece incompatível com os resultados alcançados pelo país. A impressão passada ao povo é a de que o desenvolvimento exige governo forte. Governo militar.”⁵⁷

Uma das imagens mais marcantes do presidente Médici é a de torcedor de futebol. A televisão apareceu como principal instrumento de promoção do governo e de seu projeto de desenvolvimento e segurança nacional. Era o tempo do “Brasil, conte comigo”; do “Ninguém segura este país!”; do “Pra frente, Brasil!”; “Brasil: ame-o ou deixe-o”. A censura cuidava do

⁵³ A expressão “milagre econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “milagre alemão”. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente na década de 1970, a expressão “milagre brasileiro” passou a ser usada como sinônimo de *boom* econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo. Sobre o “milagre brasileiro” ver: EARP, Fábio Sá & PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. p. 219.

⁵⁴ MACARINI, José Pedro. *A política econômica do governo Médici (1970-1973)*. Revista Nova Economia: Belo Horizonte, setembro – dezembro 2005. p.89.

⁵⁵ EARP, Fábio Sá & PRADO, Luiz Carlos Delorme. *Idem*. p.228

⁵⁶ *Veja*, 16 de maio de 1984. p.15.

⁵⁷ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998. p.114.

controle e neutralização das críticas. Economia “milagrosa”, popularidade do presidente, oposição legalizada sob controle, guerrilha em declínio, conquista da Copa do Mundo de futebol em 1970 no México.

O otimismo da ditadura expresso na propaganda não foi inaugurado nesse período, mas “re-significado”, evidenciando a tentativa de construção do país de maneira otimista em contraposição ao pessimismo também existente na histórica intelectual brasileira. O regime militar desse período, através da propaganda política, procurou resignificar o otimismo no Brasil, com o intuito de asseverar a predestinação do Brasil ao sucesso, uma potência política e econômica entre as potências no âmbito mundial.⁵⁸

Assim, o desafio para quem se dispõe a analisar a propaganda política, reside em como apreender e/ou compreender a recepção desta, já que os indivíduos estejam em uma determinada estrutura político-econômica e social, fazem parte de grupos sociais distintos que possuem aspirações ou perspectivas e expectativas diferentes. O significado de otimismo para alguns estava correlacionado à predestinação do Brasil ao ingresso no Primeiro Mundo, porém, para outros, à expectativa era a de conseguir um emprego. Dessa maneira, verificou-se diferentes percepções e receptividade em relação a um determinado objeto. As expectativas dos grupos sociais frente ao milagre econômico de 1968-73 não perduraram e se consolidaram totalmente, pois a elevação da inflação e a crise do petróleo, entre outros fatores, abalaram a organização sócio-econômica e política do período.

Ao analisar a propaganda política do regime militar, Carlos Fico⁵⁹ aponta elementos utilizados na propaganda, ou seja, com a valorização da miscigenação, a crença na benevolência do povo, a valorização do trabalho, a ideia de nação associada aos princípios de coesão e da cooperação. A utilização desses elementos na propaganda procurou inculcar a crença de que estava diante de um novo patamar econômico, político e moral no país, uma “missão civilizadora” a ser empreendida pelos representantes militares. Assim, os propagandistas do Regime Militar viveram num contexto de contradições, ao enaltecer valores positivos entre os brasileiros de caráter moralizante, mesmo convivendo com um regime autoritário, com liberdade de expressão limitada pela censura, com perseguições políticas, entre outras medidas drásticas tomadas pelo governo militar.

As agências de propaganda política sob a ditadura, a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas, 1968) e a ARP (Assessoria de Relações Públicas, 1976), não surgiram com a

⁵⁸ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁵⁹ *Idem*.

finalidade de combate mecânico aos que se opunham ao governo ditatorial, mas sim com o objetivo de materializar as ideias entre os grupos sociais, conferindo aos governos militares uma imagem positiva.⁶⁰

Essa propaganda manifestou-se em campanhas educativas e cívicas, visto que se tinha a concepção de “educar” o povo, para que ele soubesse agir no “país grandioso” que se pensou ser o Brasil. Vale acrescentar que a propaganda política dos anos 1960 e 70 teve como meio de comunicação principal a televisão, através da qual, durante os governos militares os generais-presidentes procuravam projetar uma imagem distinta dos políticos da história brasileira, homens providos de dignidade e seriedade

Diante deste contexto de milagre econômico e propaganda política forte, o MDB não conseguiu votação expressiva e encontrava-se enfraquecido em seus quadros desde a fundação. Sem espaço, vulnerável, ofuscado pela popularidade do governo e pelo desempenho da economia, sujeito à censura e à repressão, o MDB chegou a discutir a autodissolução. Na V Convenção Nacional do MDB em abril de 1972, Ulysses defendeu o seguinte: “sempre me manifestei contra a autodissolução do Partido. Isso seria suicídio e o suicídio é rematada loucura. (...)”⁶¹

Houve até quem previsse a Aliança Renovadora Nacional⁶² - ARENA - no papel de partido único. O MDB, sob a presidência de Ulysses Guimarães, dividiu-se em correntes, como o grupo dos *autênticos e moderados*. Os *autênticos* defendiam uma postura agressiva, de protesto contra as ilegalidades e os atos arbitrários do governo militar. Os *moderados*, por outro lado, recomendavam uma linha de cautela, de modo a minimizar possíveis pretextos para novos abusos de poder. Os moderados consideravam os autênticos muito impetuosos, e os autênticos

⁶⁰ No entanto, não havia consenso, por exemplo, da AERP entre a linha dura. Desde 1964, assessores militares pretenderam criar uma agência de propaganda política, mas isso somente se deu em janeiro de 1968, com a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP. A partir de então, a AERP encheria a TV com seus filmes enaltecendo o amor, a participação, a crença no “Brasil potência” etc. Porém, ao contrário do que se poderia supor, a AERP não contava com a simpatia da linha dura. A Assessoria era vista como uma agência desimportante e seus filmes, como coisa supérflua. Para a linha dura, a mensagem que deveria ser passada à população não era a exaltação otimista do “Este é um país que vai pra frente”, mas outra, mais radical, como os discursos de arrependimento de militantes da luta armada feitos prisioneiros, transmitidos pela TV, ou o famoso slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o”, iniciativas da polícia política que preferia afirmar-se pela força de uma “guerra psicológica” e não pela propaganda edulcorada da AERP. FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História vol.24 n.47. São Paulo, 2004.

⁶¹ *Hoje começa a ser outro dia*. Discurso de encerramento da V Convenção Nacional do MDB proferido pelo presidente do diretório nacional deputado Ulysses Guimarães. Brasília 23 de abril de 1972.

⁶² Sobre a ARENA, ver o trabalho de GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Segundo Ângela de Castro Gomes na introdução deste livro, Lucia encontrou e construiu o perfil de uma organização mais heterogênea e cheia de conflitos do que se imaginaria. Fazendo isso, desnaturalizou o “bode expiatório” em que a Arena se transformou para a sociedade brasileira, destacando os vínculos entre a política do pré e do pós 1964; entre militares e civis no campo da política, durante o regime militar e civil; entre o campo da política formal e o da sociedade mais ampla.

achavam que os moderados eram oportunistas sem princípio.⁶³ A categoria integradora no partido era a luta contra a ditadura e pela redemocratização.

Ulysses antes de se tornar presidente do MDB em 1971 foi vice-presidente do partido. Segundo palavras de Paulo Brossard, ex-ministro da Justiça e antigo senador do MDB,

“se [Ulysses] tivesse morrido antes, teria ido para a vala comum da história. Não existiria como personagem decisivo da política brasileira. Foi a partir do momento em que ascendeu à presidência do MDB, como vice em exercício, logo sendo efetivado, que Ulysses Guimarães demonstrou excepcional compreensão do momento difícil e cresceu na adversidade”.⁶⁴

Oscar Passos, senador pelo estado do Acre, era o então presidente do MDB desde a sua fundação em 1965. Quando perdeu a reeleição em novembro de 1970, decidiu deixar Brasília para morar no Rio de Janeiro. Foi quando chamou Ulysses para lhe entregar o partido. Ele teve que assumir, pois era o vice, e sua função implicava em substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos, além de sucedê-lo quando fosse necessário. Segundo Ulysses, “não assumi como um transitório ‘vice em exercício’, mas como sucessor eleito na Convenção extraordinária de 2 de fevereiro de 1971.”⁶⁵

Ulysses Guimarães reconhecia os limites do partido e defendia o respeito às leis vigentes. No discurso de posse como Presidente Nacional do MDB, fez críticas ao governo aceitando as estratégias militares como condições momentâneas e passageiras. Segue, desta forma, alguns trechos do pronunciamento, marcando, portanto, o início de uma longa trajetória como presidente do partido.

“O Movimento Democrático Brasileiro é partido político por definição da legislação eleitoral da legislação eleitoral do País. No presente estágio, é partido político transitoriamente na Oposição, e não perpetuamente da Oposição.

Somente o voto direto, universal e secreto, em uma democracia digna deste nome, situa os partidos vencedores no poder para governar e os minoritários na Oposição, para a crítica e a fiscalização. (...)

No enunciado soberano de suas sucessivas convenções nacionais, órgão supremo do partido, esta é a meta prioritária do MDB: Acesso aos cargos legislativos e executivos, por meio de sufrágio direto, universal e secreto, ou seja, na nomenclatura política do Brasil, presidente da República, governadores dos estados, prefeitos municipais, principalmente das capitais, senadores, deputados federais, estaduais e vereadores.

⁶³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 232.

⁶⁴ Interpretação de Paulo Brossard IN: GUTEMBERG, Luiz. *Moisés codinome Ulysses Guimarães: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 97.

⁶⁵ GUTEMBERG, Luiz. *Moisés codinome Ulysses Guimarães: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 97.

Para qualquer povo, a paz, o desenvolvimento e a justiça social só são verdadeiros, humanos e permanente, quando criaturas da soberania popular. Quando o MDB hierarquiza, como postulado vital de sua luta, a participação, e não o divórcio do povo nas decisões nacionais, situa-se no plano da legalidade máxima da conceituação constitucional, constante do pré-transcrito artigo inaugural do Estatuto Político, bem como arvora em lema o histórico compromisso do honrado Presidente Garrastazu Médici de que, até o término de seu mandato devolverá ao país a plenitude democrática.”⁶⁶

Outra forma de contar essa mesma história foi narrada por Francisco Pinto, do grupo dos *autênticos*⁶⁷, em entrevista concedida a Beatriz Nader, revelou que

“no mesmo ano [1971], dr. Ulysses que ocupou a presidência do MDB, com a renúncia de Oscar Passos, apresentou-se candidato na convenção do partido. O Grupo Autêntico, consciente de seu comportamento demasiadamente conciliador, apresentou a candidatura de Josafá Marinho, que havia perdido a eleição para senador pela Bahia. Apesar de ter sido uma disputa violenta, nós perdemos a eleição, entretanto, a briga interna, acirrou-se.”⁶⁸

O grupo *autêntico* considerava Ulysses conservador, oportunista e conciliatório, embora todos o reconhecessem como líder partidário e bom articulador. Dentro do MDB, as tendências eram diferentes e somente um político experiente poderia contemporar as divergências do que, na verdade, nem era considerado partido, mas sim um movimento, que abrigava todos que não haviam sido incorporados à ARENA. Na presidência do MDB, Ulysses exerceu o papel de articulador de uma oposição entre os políticos e militares, por ter acesso a vários grupos e não ter sido cassado. Colocou-se como mediador das contradições internas do partido. Sobre a divisão *autênticos* e *moderados*, Ulysses dizia que

“As pessoas falam em autênticos e moderados mas, em geral, é uma questão de idade. Quem verificar as ideias de um autêntico de 28 anos e de mim que tenho 60, às vezes pode notar que digo coisas mais autênticas do que os autênticos. Acredito que tenha feito

⁶⁶ GUIMARÃES, Ulysses. Pronunciamento de posse como Presidente Nacional do MDB, 2 fev. 1971. In: *Discursos Parlamentares*: Ulysses Guimarães. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977, p. 2-3. *Apud* LIBERATTI, Angela Inês. *Ulysses Guimarães: pessoal e intransferível*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães; Birigui - SP: Boreal Editora, 2008. p.61-2

⁶⁷ O grupo denominado *Autêntico* foi constituído pelos 23 deputados federais do MDB que, em janeiro de 1974, assinaram uma declaração contra a participação do partido na eleição indireta que elegeu o general Ernesto Geisel para presidente da República. São eles: Alencar Furtado, Álvaro Lins, Amauri Müller, Eloy Lenzi, Fernando Cunha, Fernando Lyra, Francisco Amaral, Francisco Pinto, Freitas Diniz, Freitas Nobre, Getúlio Dias, Jailson Barreto, Jerônimo Santana, JG de Araújo Jorge, João Borges, Lysâneas Maciel, Marcondes Gadelha, Marcos Freire, Nadyr Rossetti, Paes de Andrade, Severo Eulálio, Santilli Sobrinho e Walter Silva.

⁶⁸ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB – semeadores da democracia: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.174. Na orelha do livro de Beatriz, Marcondes Sampaio destaca que este livro sobre os autênticos do MDB desautoriza certo enfoque simplista que concentra na figura de Ulysses Guimarães os méritos da resistência ao regime militar. Ainda segundo ele, se não fosse o Grupo Autêntico, o papel de Ulysses - destacado como um conservador movido à pressões e pela busca de afirmar-se na história como grande líder do período militar – teria sido mais acanhado. Destaca aos autênticos a responsabilidade por empurrar Ulysses a anticandidatura.

ataques frontais e substanciais contra isso que está aí. E é por isso que o presidente Geisel me tem nessa estima que toda a nação conhece.”⁶⁹

Segundo Angela Liberatti,⁷⁰ Ulysses, presidente do MDB pelo seu continuísmo burocrático disciplinado desde o PSD, por conhecer e reproduzir as regras e por sua experiência, será como líder da oposição consentida que Ulysses Guimarães irá romper esta continuidade, para emergir como líder da democratização brasileira: ele não será mais homem do partido (PSD), mas de um movimento (MDB). Sua fala será, portanto, deslocada do político internalizado no Congresso Nacional, cuja postura estava de acordo com as “verdades” estabelecidas pelo partido e seus pares, para o discurso do novo, que criaria em seu corpo a voz da oposição.

Jorge Bastos Moreno em 12 de agosto de 2010 publicou em seu *blog* sobre o período que Ulysses tornou-se presidente do MDB. Destaca que com a ascensão de Ulysses à presidência do partido, a esquerda ganhou força e, reunida em Pernambuco, lançou a "Carta de Recife", defendendo a convocação de uma Constituinte. Destaca que para Tancredo Neves, a "Carta de Recife" é um pano vermelho jogado no carão dos militares.⁷¹ Pano vermelho referindo-se aos filiados ao MDB que eram anteriormente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Com escasso registro e constituindo um evento pouco estudado, esse encontro realizado no Recife em maio de 1971 foi considerado um marco na luta contra o regime militar e um referencial para a resistência democrática. No encontro, apesar da reação de algumas das principais lideranças nacionais do MDB, foi lançada a Carta de Recife, na qual foram definidas duas bandeiras fundamentais: a defesa da Constituinte e da Anistia.

Ressalte-se que essa proposta – havia também as bandeiras de luta pela Constituinte e por eleições diretas – foi a mais criticada por algumas lideranças e setores oposicionistas, que alegavam tratar-se de influência de militantes do PCB nas fileiras do MDB pernambucano. De fato, no seu clandestino, VI Congresso, o PCB havia definido a necessidade da criação de uma ampla frente democrática cujo objetivo era lutar pelas liberdades democráticas, por anistia, constituinte e eleições em todos os níveis.

O plenário se dividiu em dois: um lado com Marcos Freire, Jarbas Vasconcelos e outros, pela aprovação das propostas; o outro, e votando contra em nome de uma prudência política, com Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Thales Ramalho. As duas bandeiras, anunciadas

⁶⁹ *O Pasquim*, n° 489, dezembro de 1978. p.59

⁷⁰ Angela Inês Liberatti é coordenadora do curso de História do Centro Universitário Toledo de Araçatuba. Formada em História pela PUC-SP e pós-graduada em museologia pelo MASP/Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

⁷¹ <http://oglobo.globo.com/pais/moreno/> - *O Globo Online* de 12/08/2010. Acessado em 21/08/2010

como sugestão dos comunistas, realmente tinham sido aprovadas no VI Congresso do PCB, realizado em 1967.⁷² O Encontro do Recife foi fundamental também para derrotar, de uma vez por todas, a ideia de autodissolução do MDB, pregada por alguns setores mais à esquerda.

Tratando mais especificamente do MDB, este foi um partido que nasceu de cima para baixo, criado por força do arbítrio do regime, dentro de um sistema bipartidário. E por que um sistema bipartidário e não um governo de partido único? Ainda que em um regime ditatorial, buscava-se no Brasil manter a aparência de um país democrático.

Nesse sentido, em primeiro lugar, muito provavelmente a necessidade desta fachada democrática justificaria o sistema bipartidário. De forma paradoxal, existindo uma oposição, ela atuaria como canal de manifestação dos descontentes com o regime militar, facilitando talvez seu controle. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta “seja como for, os detentores do poder decidiram-se pela criação de um sistema bipartidário, cabendo às heterogêneas forças oposicionistas o desafio de se acomodarem todas na mesma agremiação.”⁷³

A legislação que instituiu os novos partidos exigia como condição prévia para seu registro, a adesão de, no mínimo um terço dos representantes da Câmara Federal e do Senado.⁷⁴ Assim, por força da lei, os partidos deveriam nascer como organizações primordialmente parlamentares. Após o fato consumado, com o partido oposicionista já criado pelos parlamentares é que se procurou obter o reconhecimento da sociedade. Não é difícil perceber que a construção da legitimidade do novo sistema partidário era uma tarefa extremamente complicada. Tratava-se não só de obter respaldo social, como também de convencer o eleitorado a votar nos novos partidos.

Além do fato de o bipartidarismo ser uma criação autoritária e artificial, havia também uma tradição partidária anterior que se tinha construído junto à população e tecido um jogo de fortes identificações simbólicas.⁷⁵ De repente, por força do arbítrio, os partidos com os quais a população estava habituada há anos foram extintos, e criados apenas dois, que deveriam dar conta de representar toda uma multiplicidade de aspirações, anseios e posicionamentos ideológicos, peculiares a uma organização social complexa. Além disso, para o MDB se pôs

⁷² FREIRE, Roberto. A marcha democrática de uma esquerda. In: SOUZA, Daniel, CHAVES, Gilmar (org.). *Nossa paixão era inventar um novo tempo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999. p. 158-159

⁷³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. 1993, enc. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. p. 15.

⁷⁴ Dessa forma, poderiam ser criados no máximo três partidos. Na prática, contudo estabeleceu-se o bipartidarismo. Primeiro porque a oposição não tinha forças para articular mais do que um partido. E por outro lado, porque o governo “estimulou” todos os seus apoiadores a se congregarem sob um só partido de maneira a se garantir uma forte base de apoio no Congresso. KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo no Brasil. Gênese e trajetória do MDB*. SP: IDESP-Vértice, 1988, p. 29.

⁷⁵ Ver LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

outra dificuldade: um número muito expressivo de lideranças políticas de extração popular havia sido cassado nos primeiros expurgos, desfalcando-se seriamente o campo oposicionista.

O partido, desde sua criação, tinha em seu programa como um dos principais pontos, a reivindicação das liberdades democráticas. Dada a diversidade de seus integrantes, este era o único tema que poderia manter a unidade do partido. Os objetivos do MDB na sua fundação giravam em torno dos seguintes pontos:

- Restauração plena da democracia representativa;
- Política de desenvolvimento nacional;
- Política de justiça social;
- Política externa de independência, sem prejuízo da solidariedade para com os países democráticos.⁷⁶

Há uma ressalva feita por Rodrigo Motta interessante destacar: a integração de bandeiras das esquerdas ao programa do MDB foi fruto da capacidade de articulação e pressão dos grupos “esquerdistas” que escaparam à repressão e decidiram aderir ao único partido legal de oposição. Isso é importante ser destacado, porque até meados dos anos 1970, uma relevante parcela das esquerdas havia se recusado a participar da política institucional, optando por uma militância clandestina. Todavia, ainda que existisse a influência das esquerdas no MDB – PTB e PCB – a maioria do partido era formada por políticos liberais, oriundos do PSD. O MDB, desse modo, tinha um compromisso democrático e reformista.⁷⁷

As eleições de 1970 deram ao MDB seu pior desempenho eleitoral, com um grande número de votos nulos. Os votos em branco ou nulo expressaram o descrédito da população em relação às instituições políticas depois do AI-5. Votar na ARENA ou no MDB nesse momento significaria aceitar a legitimidade do sistema.

Diante desse duro golpe, o partido tomou novos rumos na década de 1970. Nunca se saberá o que mudou o MDB, já que dois fatos nasceram juntos: se foi a ascensão de Ulysses Guimarães e o novo grupo na direção do partido, ou o surgimento dos *autênticos*, novidade no cenário político com as eleições de 1970. O MDB declinou da ideia de se autodissolver, contudo dividiu-se em matéria de estratégia e tática.

Quando pensamos em eleições em plena ditadura, que possuía um ato institucional como o de número 5, surge uma questão importante: por que ter um sistema eleitoral? A resposta vai ao encontro da mesma resposta que justificava o sistema bipartidário. Ou seja, a necessidade do governo de ter uma face democrática, ainda que disfarçada. Os militares e seus colaboradores

⁷⁶ *Jornal do Brasil*, 23 de novembro de 1965. p. 7.

⁷⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.cit. p.40.

civis viam as eleições como importante no processo de legitimação, e, portanto, deveriam ser mantidas.

A situação do MDB recebida por Ulysses em 1971 era desoladora. Não era por fraude que a ARENA ampliava suas bancadas. O MDB não conseguia se comunicar com seus eleitores e, indubitavelmente, a culpa devia-se a falta de estratégia do partido. Depois do AI-5, a moderação ficou muito latente no MDB, adotando um tom bastante moderado. Essa prudência excessiva diante do governo ditatorial, não contribuía positivamente para a imagem do partido; ao contrário, desmoralizava-se ainda mais diante da sociedade que já o reconhecia como um partido de oposição consentida.⁷⁸

Para começar, havia a experiência profissional de Ulysses Guimarães. À medida que era reconhecido como legítimo pólo oposicionista, o MDB enfrentava problemas naturais das frentes políticas. Ulysses considerava que uma das operações mais delicadas que enfrentou foi a incorporação progressiva de representantes dos movimentos de oposição armada – que agora caminhavam para a legalidade. Enquanto isso, a ditadura não conseguia converter em ganho político sua incontestável vitória sob as esquerdas armadas.

A nova forma de atuação do MDB, com a posse da comissão executiva presidida por Ulysses, logo mostrou sua eficácia. A primeira demonstração foi a atuação dos líderes do partido na Câmara e no Senado na Comissão de Direitos Humanos, que funcionava no Ministério da Justiça. Esta comissão tornou-se de tal forma incômoda à ditadura que decidiram retirar-lhe a representatividade, justamente o que dava confiabilidade às suas investigações. Essa manobra consistia em ampliar a comissão de tal forma que o número de representantes dos órgãos do próprio governo suplantasse a representação de entidades da sociedade civil organizada.⁷⁹

Com o exemplo da Comissão de Direitos Humanos percebe-se como o jogo político era duro e exigia do MDB sensibilidade estratégica para encontrar sinais de debilidade e esgotamento num regime que “tudo podia”, “tudo fazia” e tinha meios para calar as vozes. Era fácil criticá-lo, mas difícil combatê-lo com eficácia.

O comportamento otimista de Ulysses na presidência do MDB não incomodava apenas o governo. Também contrariava os setores radicais da oposição que o consideravam fraco. Para eles, era utópico a oposição chegar ao poder por meio da ação política obedecendo a regras criadas exatamente para impedir que isso acontecesse. Ulysses achava que era a denúncia dessa fraude nas regras político-eleitorais que forçaria sua revisão. Em suas palavras:

⁷⁸ Idem. p. 42.

⁷⁹ GUTEMBERG, Luiz. Op.cit. p.114

“Os juristas de aluguel que satisfaziam qualquer desejo dos militares redigindo os mais absurdos textos legais de quase teve notícia neste país, como os tais “decretos secretos”, pretenderam fixar o seguinte axioma: em todas as formas de provimento de cargos que implicassem controle administrativo relevante, mesmo que se fizesse através de eleições, diretas ou indiretas, a Arena, o partido do governo, seria obrigatoriamente vencedora. O partido da oposição podia concorrer, mas seria obrigatoriamente derrotado. Diziam que eram o modelo mexicano. O MDB estava condenado a ser sempre coadjuvante, embora nossos atores fossem quase sempre melhores do que os canastrões da Arena, que ganhavam os papéis de protagonistas. Eram regras grotescas demais para subsistirem. Para minhas expectativas, duraram muito. Mas nada aconteceria se não conseguíssemos desmoralizar a fraude do processo eleitoral indireto, baseado em casuísmos, ou seja, em regras mutantes que favoreciam as eventuais posições vantajosas da ditadura e desclassificavam a oposição, independente de sermos maioria. Era preciso criar uma antipatia visceral, fosse pela indignação, fosse pelo ridículo, fosse pelo nojo, fosse pelo que fosse, contra a farsa eleitoral com que a ditadura mascarava sua troca de generais-presidente. Era por essa brecha que solaparíamos o sistema que parecia sólido e estável. Desde que assumi a presidência do MDB, jamais duvidei de que esse era o caminho e, se encontrássemos o rumo, tudo seria uma questão de tempo.”⁸⁰

Ou seja, se para muitos utilizar as próprias regras políticas instituídas pela Ditadura não seria um caminho de denúncia, para Ulysses, era sim uma possibilidade de desmoralizar o processo eleitoral indireto. E, de fato, o processo de anticandidatura confirmou as palavras citadas acima.

Apesar do desempenho ruim das eleições de 1970, Ulysses e alguns deputados foram eleitos desejosos de mudar os rumos do partido. Conhecido como *autênticos*, pretendiam fazer uma oposição real, “autêntica” ao regime militar, em contrapartida a uma oposição consentida. Ainda em 1971, este grupo partiu para uma atuação parlamentar combativa. Segundo Rodrigo Motta,

“a atuação dos autênticos praticamente deu o tom do discurso emedebista, uma vez que esses parlamentares se destacavam sobremaneira na tribuna. Nesse processo vão se destacar novas lideranças como Fernando Lyra, Marcos Freire, Lisâneas Maciel, Alceu Collares, Amaury Muller, Francisco Pinto, Freitas Nobre, Alencar Furtado, dentre outros.”⁸¹

O discurso dos autênticos resgatou a ideia original do MDB de lutar pela democracia, pelo nacionalismo e por reivindicações sociais. Nesse sentido, este grupo surgiu em um momento crucial para o partido, contribuindo de forma significativa para a reorganização do

⁸⁰ *Idem.*

⁸¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.cit. p. 167. Cabe destacar que o livro de NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB*, citado acima, traz alguma dessas entrevistas com essas lideranças destacadas por Rodrigo Motta.

MDB.⁸² Na introdução do livro de Beatriz Nader, José Carlos Sebe Bom Meihy descreve o grupo da seguinte forma:

“Os personagens desta história foram os políticos democraticamente estabelecidos que restaram das canetadas, seqüentes e conseqüentes, dos desdobramentos daquele fatídico abril de 1964. Era a pequena turba de inconformados que ia atuando nos possíveis e quase improváveis limites de uma regra a ser superada. Ecoando a canção ensejada pelos jovens e velhos delineadores de um Brasil melhor, esses ousaram apregoar que o “amanhã há de ser outro dia”, pensando-se “todos soldados armados ou não”. Juntos, essa gente vivia uma história que, curiosamente, os filhos da ditadura passam a contar, reconhecendo nela a beleza da inevitabilidade democrática. Continuidades. Continuidades de rupturas. Rupturas de continuidades: história da democracia brasileira recente.”⁸³

A decretação do AI-5 foi fundamental para perceber a necessidade de organização institucional, uma vez que o regime militar deu mostras que não seria uma realidade passageira. Nesse sentido, sendo o MDB a única oposição legal, único partido que poderia servir de canal de expressão contra a ditadura civil-militar, era necessário investir na organização do MDB. Essa era a linha de ação proposta pelos autênticos.

Para inúmeros parlamentares do MDB não cabia ao partido participar do processo eleitoral, que eles afirmavam ser uma farsa, pois a legislação era constantemente alterada a fim de garantir a continuidade da maioria de arenistas nas assembleias legislativas estaduais e federais. O Executivo contava com o poderoso instrumento de calar a oposição parlamentar: a cassação através do AI-5. Assim também pensavam muitos eleitores partidários do voto nulo. Entretanto, segundo Thomas Skidmore, dirigentes emedebistas defendiam a posição de continuar

“a disputar o jogo eleitoral porque era o único refúgio partidário para qualquer adversário do governo. Com o exercício do poder arbitrário, o governo criava um número muito grande de inimigos, os quais, quaisquer que fossem as suas divergências, tinham em comum a necessidade de um guarda-chuva sob o qual continuassem a fazer oposição. Assim o governo, permitindo o funcionamento de um partido da oposição, criara um processo de recrutamento ideal para o MDB.”⁸⁴

Assim não pensava um número expressivo de eleitores nas eleições de 1970. Foi muito elevado o número de votos nulos e brancos, o que tornou ainda mais esmagadora a vitória da

⁸² *Idem.* p.168.

⁸³ MEIHY, J.C. Sebe Bom. Prefácio do livro *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p.13.

⁸⁴ SKIDMORE, Thomas, op.cit., p. 228.

ARENA. Para o senado, a ARENA elegeu 40 senadores contra 6 do MDB, tendo 220 deputados federais, contra 90 do MDB.⁸⁵

É claro que o governo ganhou por maioria significativa nas eleições de 1970. Contudo, examinando de forma mais detida, percebe-se que muitos eleitores tinham se manifestado contra o governo sem nunca haver votado no MDB. Nos votos válidos para o Senado a ARENA obteve 44% contra 29% para o MDB. Para a Câmara dos Deputados a ARENA obteve 48% contra 21% do MDB. Mas, como anteriormente já enfatizado, os votos em branco totalizaram 22% para o Senado e 21% para a Câmara.⁸⁶ Nas eleições de 1966, por exemplo, os votos em branco nas eleições totalizaram 12%. Em 1970 o número quase dobrou. Como se explica isso?

Primeiro porque houve uma campanha nas grandes cidades – especialmente nas capitais – instando os eleitores a votarem em branco. Isso porque votar na ARENA ou MDB seria aceitar as regras do jogo político, legitimá-lo. Nas eleições em que o MDB não tinha candidatos ou as que seus candidatos não tinham chance de vitória, o voto branco tornou-se muito elevado.

Nas eleições de 1972, embora o ambiente de luta da oposição fosse restrito houve o objetivo de utilizar as eleições como canal de expressão da insatisfação diante do regime vigente. O discurso do presidente do diretório nacional do MDB, Ulysses Guimarães, demonstrou essa perspectiva do partido.

“O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, pelo seu Presidente, dirige a seus correligionários municipais palavras de exortação e de compromisso.

O povo é a única fonte do poder e só pelo voto direto, universal e secreto ele, legitimamente, se transfere para os governantes. Esta a síntese política do Programa de Oposição. Se esta reivindica para o Brasil democracia com eleições diretas, está no dever inarredável de disputá-las. Não basta a prédica, é indispensável a prática de democracia.

(...) Quinze de Novembro, mais do que eleição, será luta. Os dirigentes e parlamentares oposicionistas, de todos os níveis, não se limitam a conclamar os correligionários municipais para que nela corajosamente se empenhem.

Estarão com eles, nas concentrações, nos comícios, na imprensa, no rádio e na televisão nos quais, afinal, o acesso é garantido por lei, na justiça eleitoral para denunciar abusos e defender direitos, a fim de que todos corramos os mesmos riscos, partilhemos idênticos sacrifícios e comemores novas vitórias. Este o compromisso.”⁸⁷

Segundo o jornal *O Globo*, a abstenção nas eleições foi calculada em torno de 25%, o que representava aproximadamente o quantum de 7.680.000 a descontar dos 30.754.344 eleitores que

⁸⁵ Dados *Almanaque da Folha*. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil70.htm>. Acesso em 3 de julho de 2010

⁸⁶ SKIDMORE, Thomas, op.cit., p.230

⁸⁷ Movimento Democrático Brasileiro. Eleições Municipais de novembro de 1972 – Instruções. Ulysses Guimarães, Presidente do Diretório Nacional. Brasília, junho de 1972. p. 7.

estavam aptos ao voto: cerca de 23 milhões de pessoas em todo país devem ter comparecido às urnas.⁸⁸ Apesar da derrota e da obtenção de apenas 12% das prefeituras, o MDB foi pouco a pouco ampliando sua estrutura organizacional nas regiões e municípios.

Em algumas cidades o MDB não chegou a concorrer, ficando a disputa entre candidatos arenistas. Entretanto, alguns municípios nem concorrência houve, pois a ARENA apresentou candidato único. É interessante destacar um candidato específico. Márcio Rodrigues Palhares era candidato único à prefeitura de Santa Rita do Passa Quatro, mas, mesmo assim não foi eleito. Foi derrotado pelos votos nulos e brancos que ultrapassaram 50%, tornando, portanto, nulo o pleito segundo as leis eleitorais. Márcio e seu vice Irineu Biachini eram candidatos da ARENA.⁸⁹

Os resultados das eleições de 1972 para prefeitos podem ser vistos na tabela abaixo demonstrando clara vitória da ARENA.

PREFEITOS ELEITOS E NOMEADOS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ARENA	MDB	TOTAL DOS ELEITOS	NOMEADOS	TOTAL DOS MUNICIPIOS
Acre	—	—	—	7	7
Alagoas	78	15	93	5	94
Amazonas	31	3	34	10	44
Bahia	296	31	327	9	336
Ceará	122	18	140	1	141
Espírito Santo	44	8	52	1	53
Goiás	191	26	217	4	221
Maranhão	116	13	129	1	130
Mato Grosso (*)	69	1	70	13	83
Minas Gerais	638	70	708	14	722
Pará	62	11	73	10	83
Paraíba	134	36	170	1	171
Paraná	245	31	276	12	288
Pernambuco	153	10	163	1	164
Piauí	108	5	113	1	114
Rio de Janeiro	45	14	59	4	63
Rio Grande do Norte	140	9	149	1	150
Rio Grande do Sul	148	55	203	29	232
Santa Catarina	144	41	185	12	197
São Paulo	493	58	551	20	571
Sergipe	65	8	73	1	74
Território do Amapá	—	—	—	5	5
Território de Rondônia	—	—	—	2	2
Território de Roraima	—	—	—	2	2
Total	3.322	463	3.785	162	3.947

(*) No Estado de Mato Grosso, os Municípios seriam 84 se considerado o de Aripuanã, onde, contudo, não são realizadas eleições nem para Prefeito nem para Vereador.

A ofensiva para reestruturar o MDB, iniciada em 1971 e associada à atuação dos *autênticos*, foi coroada com o lançamento da anticandidatura presidencial de Ulysses Guimarães.

⁸⁸ *O Globo*, 16 de novembro de 1972. p. 12.

⁸⁹ *O Globo*, 17 de novembro de 1972. p.12.

Foi uma proposta dos autênticos de utilizarem o momento de eleições presidenciais para realizar denúncias contra o arbítrio do poder vigente.⁹⁰ Desta forma, a anticandidatura – como veremos mais detalhadamente adiante – renovou os ânimos do partido, conferindo ao MDB uma imagem pública mais favorável, combatente, militante e com vontade de mudar o jogo político.

Por fim, é importante salientar que, para Ulysses, o MDB não era um partido, mas sim um movimento nacional de opinião empenhado na redemocratização do país. Em suas palavras:

“O MDB é o que seu nome diz. O MDB não é um partido, a rigor, mesmo porque não se pode dizer que haja partidos políticos no Brasil. Da mesma forma que não há imprensa, não há Congresso, etc. Todas essas instituições vicejam com a normalidade democrática têm existência precária no Brasil. Então, não há partidos. O MDB é um movimento que reúne homens que têm uma maneira comum de ver os grandes problemas nacionais prioritários, que estão unidos para botar abaixo o AI-5, para que se tenha um país a normalidade democrática. Depois que isso acontecer, virão então novos partidos e cada elemento procurará situar-se dentro daquele que melhor interpretar suas convicções.”⁹¹

Em 1977, Ulysses reafirmou a mesma posição falando que o MDB reunia pessoas com diferentes conceitos de democracia, unidos por uma luta comum. “É bastante provável que seus membros, vencida a luta, se dispersem por um partido socialista, um trabalhista, um partido do centro e assim por diante.”⁹²

Apesar das condições adversas, das constantes manipulações eleitorais realizadas pelo governo federal e das derrotas sofridas nas eleições de 1970 e 1972, o MDB lançou a anticandidatura de Ulysses Guimarães e Alexandre Barbosa Lima Sobrinho contra os candidatos oficiais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos.

Na sucessão, havia uma anticandidatura

Depois da grande vitória da ARENA nas eleições de 1970, o presidente Geisel continuava a manter forte controle sobre o partido. Já em 1972 começava a movimentação em torno da sucessão presidencial de Médici.

⁹⁰ Desde a sucessão de Castelo Branco, em 1967, estabeleceu-se que os presidentes e governadores de estado seriam escolhidos por Colégios Eleitorais compostos por poucas centenas de indivíduos. Através desse mecanismo, o regime militar garantia seu controle absoluto sobre o processo de escolha dos mandatários do poder executivo. Nesse sentido, a candidatura da oposição seria uma anticandidatura, por ser contra o processo de eleição direta, e não por ter chance de vencer no Colégio Eleitoral. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 171.

⁹¹ *Visão*, 9 de fevereiro de 1976. Em uma entrevista concedida à revista *Veja* em 12 de setembro de 1973, Ulysses diz a mesma coisa: “Quando se escolheu o nome de Movimento Democrático Brasileiro, e não partido, isso foi levado em consideração. Ele é um movimento para se chegar a um partido, apenas. Na conceituação do direito público, o MDB não é um partido. A ARENA muito menos.” p. 4.

⁹² *Folha de S. Paulo*, 6 de novembro de 1977.

Segundo Ronaldo Costa Couto,⁹³ um nome insinuado pela imprensa na época foi o do General Ernesto Geisel – então presidente da Petrobras. Era um general respeitado nas Forças Armadas, aliado do general João Baptista Figueiredo – ligado ao Gabinete Militar da presidência e irmão de Orlando Geisel – do Ministério do Exército.

Em 12 de junho de 1973, no Palácio das Laranjeiras no Rio de Janeiro, Médici fez o convite formal a Geisel. No dia 18, já em Brasília, anunciou oficialmente o nome de Adalberto Pereira dos Santos como seu vice. Apesar da identificação de Geisel com a corrente “castellista” ele foi o escolhido do governo, mesmo sabendo que essa opção poderia levar a um processo de abertura. O general Ernesto Geisel era considerado integrante do “Grupo da Sorbonne”, ligado à Escola Superior de Guerra, cuja principal referência era o general Castello Branco.

No contexto geral da mudança de rumos do Estado em direção a um novo período de liberalização e distensão controlada da sociedade, a oposição entrou num processo de reavaliação e análise. Os partidos derrotados da oposição armada estavam desarticulados e reconsideravam a estratégia da luta armada.⁹⁴ O MDB sofreu sérias perdas nas eleições para o Congresso em 1970 e nas municipais de 1972 – como dito anteriormente. Este enfraquecimento do único partido legal de oposição deveu-se à combinação dos efeitos da repressão, da elevação do nível de vida das classes médias – que em maior grau passaram a apoiar o governo – e da persistência da campanha da anulação de votos. Assim que em 1973 o MDB empenhou-se num debate interno sobre políticas alternativas. Três principais possibilidades foram consideradas: 1. autodissolução como derradeiro protesto; 2. firme posicionamento oposicionista, centrado na exigência do fim da repressão e de melhor distribuição da renda; 3. negociações com o novo governo de liberalização controlada.⁹⁵

Dentre essas alternativas, a autodissolução já havia sido discutida e não seria executada. Ulysses já tinha dito que considerava a autodissolução um suicídio. Embora a terceira opção, sob o risco de ameaçar seu objetivo de um posicionamento mais firme, podia, contudo, ser combinada à segunda. Esta política de negociações limitadas para a obtenção de certas concessões mais importantes – em especial o restabelecimento do direito de *habeas corpus* e a revogação do AI-5 – seria um das metas básicas do partido de oposição no período seguinte. Além disso, o MDB precisava assumir uma postura oposicionista agressiva, para romper a

⁹³ COUTO, Ronaldo Costa. Op.cit. p. 120.

⁹⁴ Sobre luta armada ver: ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionarias e luta armada. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 43-91. Ver também Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti em seus artigos In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.

⁹⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2005. p.216

paralisa do medo e do isolamento em que haviam mergulhado os setores moderados da oposição, em consequência da forte ação repressiva do Estado.

Em entrevista à revista *Veja* em 12 de setembro de 1973, Marcos Corrêa Sá perguntou a Ulysses se a abstenção pura e simples já não seria uma forma de protesto suficiente contra o governo. Em resposta, Ulysses disse que a abstenção poderia atender à ortodoxia do partido – uma vez que era contra as eleições indiretas. Contudo, apenas se abster não traria a possibilidade de, por exemplo, levar o programa do MDB às ruas, às praças, aos programas de rádio e televisão (quando possível). E continuou:

“O valor das atitudes ortodoxas é muito relativo. Eu posso ser contra uma lei, mas eu a cumpro. O MDB é contra o AI-5 e vive no regime do AI-5. Então, a dissolução do partido também seria a atitude mais coerente, do ponto de vista ortodoxo. No entanto, nós achamos que o melhor era ferir o combate.”⁹⁶

A primeira oportunidade do partido de oposição veio com o processo de sucessão presidencial em 1973. Como ambos os partidos tinham o direito de apresentar candidatos ao Colégio Eleitoral que escolheria o próximo presidente, o MDB decidiu lançar uma campanha simbólica, com o objetivo de demonstrar ao país a defasagem entre a linguagem da democracia e a realidade do controle político.

Em 22 de setembro de 1973, *O Globo* publicou sobre a Convenção Nacional do MDB para homologar a candidatura de Ulysses e Barbosa Lima Sobrinho. O jornal destaca as finalidades apontadas por Ulysses com a candidatura.

“Iremos às capitais dos 22 Estados e, por igual, dois territórios e, também, as grandes cidades do interior. O objetivo será, então, demonstrar que nós não vamos, a rigor, ter um candidato na acepção política e clássica dessa palavra, porque a Oposição, não tem qualquer chance e qualquer possibilidade de galgar a Presidência da República. A razão é óbvia: o Colégio Eleitoral não tem independência. (...)

Nós iremos em todas as praças públicas para demonstrar que não havendo voto popular, o voto dos cidadãos, não há possibilidade de outra solução senão aquelas apontadas pela situação ora vigente. (...)

Se escolhem um deputado federal, o deputado estadual, o senador, não vejo porque o eleitor não possa investir politicamente no supremo mandatário da Nação, o Vice-Presidente da República, os governadores, e os vice-governadores dos Estados. É a solução democrática. Precisamente o que demonstra que nós não estamos num País com normalidade democrática. (...)

Ao lado disso nós iremos fazer uma proclamação, desenvolver, doutrinar, sobre o nosso programa, o programa do MDB. Do lado político, nós temos além do restabelecimento da

⁹⁶ *Veja*, 12 de setembro de 1973. p.3.

democracia, o voto universal direto e secreto, o *habeas corpus* e a reforma da Constituição.”⁹⁷

Assim, como noticiado no jornal *O Globo*, em 22 de setembro de 1973 foi realizada a I Convenção Nacional Extraordinária no Plenário do Senado Federal pelo MDB. Ulysses Guimarães já era o presidente do partido desde fevereiro de 1971. A finalidade da convenção foi a de fixar a posição do partido quanto à sucessão presidencial da República. Por fim, o que ficou decidido foi:

- “1. Indicar como candidatos do partido os senhores:
Vaga de Presidente da República - Ulysses Guimarães
Vaga de Vice-presidente da República - Barbosa Lima Sobrinho
2. Outorgar aos órgãos partidários amplos poderes para, em seu nome, tomar as decisões e providências imprescindíveis ao cumprimento das deliberações adotadas pela Convenção;
3. Decidir que, ocorrendo fatos supervenientes que prestem o direito de reunião e o uso dos meios de comunicação, está convocada automaticamente nova Convenção Nacional, para reexame do problema sucessório e assumir, de acordo com os candidatos, as atitudes ditadas pelo decoro, os interesses e a existência do Partido, de tudo dando fundamentada denúncia à Nação.”⁹⁸

Nessa Convenção, Ulysses falou sobre a anticandidatura, em seu conhecido discurso “Navegar é preciso, viver não é preciso”:

“O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira. Na Situação, o anunciado como candidato, em verdade, é o Presidente, não aguarda a eleição e sim a posse. Na Oposição, também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido. A 15 de janeiro próximo, com o apelido de eleição, o Congresso Nacional será palco de cerimônia de diplomação, na qual senadores, deputados federais e estaduais de agremiação majoritária certificarão investidura outorgada com anterioridade. O Movimento Democrático Brasileiro não alimenta ilusões quanto à homologação cega e inevitável, imperativo de identificação do voto ostensivo e da fatalidade da perda do mandato parlamentar, obra farisaica de pretensão colégio eleitoral, em que a independência foi desalojada pela fidelidade partidária. A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a Nação e perante o mundo que o sistema não é democrático, de vez que tanto quanto dure este, a atual Situação sempre será governo, perenidade impossível quando o poder consentido pelo escrutínio direto, universal e secreto, em que a alternatividade de partidos é a regra, consoante ocorre nos países civilizados. Não é o candidato que vai percorrer o País. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo *habeas corpus* e

⁹⁷ *O Globo*, 22/09/1973. p.2

⁹⁸ *Do MDB ao PMDB* – Disponível em: www.pmdb.org.br

condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque, ensurdece a Nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema.

Por fim, a imperiosidade do resgate da enorme injustiça que vitimou, sem defesa, tantos brasileiros paladinos do bem público e da causa democrática. Essa justiça é pacto de honra de nosso partido e seu nome é anistia.

Senhores Convencionais, a caravela vai partir. As velas estão pandas de sonho, aladas de esperança. O ideal está no leme e o desconhecido se desata à frente.

No cais alvoroçado, nossos opositores, como o Velho do Restelo de todas as epopéias, com sua voz de Cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e invencibilidade do *establishment*. Conjuram que é hora de fiar e não de se aventurar.

Mas no episódio, nossa carta de marear não é de Camões e sim de Fernando Pessoa ao recordar o brado:

"Navegar é preciso,
Viver não é preciso."

Posto hoje no alto da gávea, espero em Deus que em breve possa gritar ao povo Brasileiro: Alvissaras, meu capitão. Terra à vista! Sem sombra, medo e pesadelo, à vista a terra limpa e abençoada da liberdade".⁹⁹

Esse discurso foi realizado no plenário da Câmara dos Deputados e deveria ser transmitido ao vivo para todo o país, conforme contrato. O discurso representou a primeira manifestação da oposição à Presidência da República nas eleições indiretas marcadas para 15 de janeiro de 1974. O então secretário-geral do partido, deputado Tales Ramalho tinha conseguido convencer auxiliares próximos ao presidente que o governo só colheria vantagens ao transmitir o discurso de Ulysses. Como o placar das eleições já estava escrito, o candidato oposicionista não ameaçava a vitória do sucessor Ernesto Geisel. Ao contrário, esse gesto representaria benevolência, tolerância, sobretudo respeito ao dar voz à oposição.¹⁰⁰

Embora tudo estivesse acertado, algo estranho começou a acontecer a menos de 24 horas da Convenção do MDB. Indiferente e desavisado das mudanças nas disposições do governo, Ulysses subiu à tribuna e discursou certo de que estava sendo visto e ouvido pelo Brasil inteiro. Nunca se soube exatamente as razões que levaram ao cancelamento. O MDB não recebeu explicações. Nem o próprio Médici foi informado com detalhes o que houve. Apenas lhe disseram que "o deputado Ulysses havia sido insolente, traíra a boa vontade do governo e a transmissão fora cancelada."¹⁰¹

A promessa de algumas emissoras de televisão e rádio era transmitir o discurso, mas apenas no dia seguinte após um jogo de futebol. "Esse idiota não vai ao ar. Não foi ao vivo, nem

⁹⁹ *Discurso de Ulysses. O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1973.

¹⁰⁰ GUTEMBERG, Luiz. Op.cit. p.117.

¹⁰¹ *Idem*. p.120.

vai em gravação” disse o general Milton Tavares de Souza, chefe do Centro de Informações do Exército (CIEEx) depois de ouvir Ulysses.¹⁰² Os grandes jornais, porém, publicaram-lhe a íntegra,¹⁰³ o que representou algo significativo. Criticando o AI-5, o processo eleitoral para sucessão do próximo presidente, falando sobre as prisões arbitrárias, Ulysses estaria atingindo diretamente o governo, criticando o que não poderia se criticar – por exemplo, a censura. A repercussão deste fato chegou aos jornais e Médici, ao ler, comentou: “Crítica direta, desde que respeitosa, ainda vai, mas ironia, não aceito. O discurso é odioso.”¹⁰⁴

Em entrevista concedida à revista *Veja*,¹⁰⁵ Ulysses reafirmou a essência do discurso “Navegar é preciso”.

“Eu serei o anticandidato. A campanha do MDB vai por a descoberto, mais flagradamente, perante os brasileiros, o absurdo do colégio eleitoral, que usurpou seu direito de escolher seus governantes. (...) Nossa campanha será simbólica, mostrando a grave mutilação que se fez na vida política do país, onde foi tirado aos cidadãos o direito de eleger seu presidente. (...) Nós temos nos voltado para um tipo de missão e nos absorvemos nela: a redemocratização do país. Logo que tivéssemos a democracia, se o nosso candidato pudesse ser eleito presidente pelo voto popular, nós teríamos então outras manifestações, outras atitudes, até outros candidatos. Eles teriam que dizer na campanha o que faria com o poder. Nossa campanha, por enquanto, tem sentido cívico. Estamos pregando apenas a democracia, o que não é programa de governo.”

Ou seja, a anticandidatura visava, antes de tudo, denunciar para a população os mecanismos autoritários que caracterizavam as eleições, ao mesmo tempo, era uma forma de retirar o MDB da letargia que o dominava desde 1968.

Impedido de utilizar o rádio e a televisão para a sua anticampanha – o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entendia que em eleições indiretas não se aplicava a obrigatoriedade do horário gratuito nos meios de comunicação –, Ulysses Guimarães, liderando grande caravana do MDB, percorreu todo o país. Os últimos meses do ano de 1973 foram dedicados, assim, a denúncia de que as eleições indiretas, tal como se davam no Brasil, eram como um jogo de cartas marcadas, e também à denúncia de toda sorte de arbitrariedades cometidas pela ditadura.

A oposição estava viva. Nas centenas de eventos por esse Brasil afora, Ulysses pregou as idéias oposicionistas, mobilizou os cidadãos e defendeu as liberdades democráticas. Sua andança repercutiu no exterior, fato que desagradou e irritou os militares. Em algumas cidades, Ulysses

¹⁰² *Idem*. p. 121.

¹⁰³ O discurso apresentado acima “Navegar é preciso, viver não é preciso” foi inclusive retirado da publicação do *O Globo* de 23 de setembro de 1973. Ver anexo 1.

¹⁰⁴ GUTEMBERG, Luiz. *Op.cit.* p.121.

¹⁰⁵ CORRÊA, Marcos Sá. *Eu sou o anticandidato*. *Veja*, 12 de setembro de 1973.

foi covardemente agredido, como na Bahia, onde foi perseguido pelos cães da polícia baiana do governador Roberto Santos. E, por ironia, o governador Chagas Freitas, filiado ao MDB, impediu-o de visitar o Rio de Janeiro em campanha.¹⁰⁶

Em entrevista a revista *Status* Ulysses contou que andando por todo o Brasil muitas vezes teve que repetir que não era uma campanha, mas uma anticampanha para uma antieleição. Em suas palavras:

“O meu grande medo era de que aquela campanha pudesse transformar-se numa coisa farisaica, porque vinham advogados, donas-de-casa, depois dos comícios dizer para mim: ‘Eu vou votar é no senhor para Presidente da República’. Então tínhamos que esclarecer que aquilo não era campanha, era denúncia. Na verdade eu era um candidato que não era candidato, falando para eleitores que não eram eleitores.”¹⁰⁷

O jornalista Fernando Morais, que o entrevistou na revista *Status*, fez um comentário de que em um fim de semana acompanhou seis ou sete comícios junto de Ulysses. E disse que no fim ele estava “meio estropiado e o senhor, lépido, animadíssimo.” Essa visão que tinha de Ulysses como alguém combativo foi expressa em uma pergunta que fez a ele.

“O Senhor é tido como um opositorista ‘moderado’. No entanto, eu tive a oportunidade de fazer campanha junto com o senhor, nas últimas eleições [1976], e percebi que, em cima de um palanque e com o povo na frente, o senhor se enfeza e avança sinais que costuma barrar até ‘autênticos’ do MDB.”¹⁰⁸

E seguiu perguntando como ele explicaria essa aparente contradição. Ulysses respondeu a ele que sempre pedia a Deus que não seria por medo que ele deixaria de proferir uma palavra ou tomar uma atitude. E quando afirmava alguma coisa, o fazia com convicção.

Ao longo da pesquisa, consultando o arquivo pessoal de Ulysses Guimarães que se encontra no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na cidade do Rio de Janeiro, tive a oportunidade de encontrar diversas cartas de apoio de políticos e pessoas não envolvidas com a política, demonstrando apoio a esse momento da anticandidatura. Principalmente após o discurso “*Navegar é preciso*”. Em 26 de setembro de 1973, o ex-presidente Juscelino Kubitschek escreveu a Ulysses:

“Meu caro Ulisses Guimarães,

¹⁰⁶ DELGADO, Tarcísio. *A história de um rebelde*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006. p. 108.

¹⁰⁷ *Status*, sem data, 1978. p.22

¹⁰⁸ *Status*, sem data, 1978. p.21

Há muito tempo que eu não leio uma peça oratória tão rica em substância, e tão profunda em conteúdo como a que você proferiu na convenção do MDB, aceitando a sua candidatura e fixando conceitos da mais alta transcendência.

E ouvir uma voz como a sua, erguendo-se do fundo de todas as expectativas, enche-nos de esperança.

Seu discurso torna-se, pelas circunstâncias, um roteiro mais do que um caminho, um porto de convergência de toda a ansiedade nacional. Nele se consubstancia a nossa indomável vocação democrática. (...)

Aceite meus cumprimentos, meu caro Ulisses, e o seu magnífico discurso, que marcará época nos anais de nossa oratória, é a primeira vitória dessa sua grande campanha.

Abraço afetuoso,

Juscelino Kubitschek”¹⁰⁹

Muitos filiados do MDB de diversas partes do país se manifestaram depois do discurso “Navegar é preciso”. A advogada e secretária do MDB Luzia Ferreira dos Santos parabenizou pelo discurso de Ulysses.

“Aqui vai o abraço amigo, abraço da correligionária sincera que confia nas palavras dos ilustres amigos e companheiros de luta, porque existe em vós qualidades incomuns de discórdia, coragem, obnegação e caráter. Não vos falecem entretanto, essas qualidades. E a prova está na ascendência que sobre nós vos reconhecemos. E hoje em dia, em que os políticos são tão malsinados, vossos nomes se acham aurelados de respeito e acatamento. E que as intenções dos homens se medem pelos seus atos.”¹¹⁰

Em resposta por telegrama, Ulysses se disse grato pela “sua luta sincera corajosa e talentosa carta. Subscribi seus altos conceitos morais e patriotismo e figuras com a minha prestigiosa amiga fortalecem nossos passos e o MDB. Disponha sempre do admirador e correligionário deputado Ulysses Guimarães.”¹¹¹

Muitas cartas foram enviadas com conteúdos similares. Parabenizando pelo discurso “Navegar é preciso”. Foi o caso do advogado José Lima, eleito vereador pelo MDB no pleito de 1972. Em suas palavras:

“Conheço V. Exa., politicamente, de longa data. Mas, não poderia deixar de lhe manifestar o deslumbramento em mim causado pelo seu venerável discurso pronunciado na convenção de lançamento de sua candidatura, que considerei um verdadeiro

¹⁰⁹ Carta do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Arquivo Privado Ulysses Guimarães do CPDOC – UG 73.06.29 mdb – I-28

¹¹⁰ Arquivo Pessoal de Ulysses Guimarães. CPDOC. Carta Luzia Ferreira da Silva. UG 73.06.29 mdb / II-72. Cabe ressaltar que manteve os erros de português da carta.

¹¹¹ Resposta de Ulysses por telegrama para Luiza Ferreira dos Santos - Arquivo Privado Ulysses Guimarães do CPDOC – UG 73.06.29 mdb – II-72A

compêndio doutrinário, uma perfeita declaração de princípios, um estandarte de democrática crença ou todo um ideal.

Confesso a V.Exa. que era eu radicalmente avesso ao lançamento das candidaturas, entendendo que ‘quem participa concorda’. Entretanto, convenceu-me V. Exa. Inteiramente do contrário.

Sei que V. Exa. não passa de um presidente-candidato a concorrer com um candidato a concorrer com um candidato-presidente. Mas, aprendi perfeitamente a lição e já comecei a fazer de minha parte, no que concerne à cidade, o discurso de V. Exa. no plenário da Câmara Municipal de minha terra. Farei tudo para tirar dessa oportunidade de dizer o melhor que puder para os ideais emedebistas.”¹¹²

Em resposta, Ulysses agradeceu “sumamente honrado sua lúcida carta. Encorajamentos como o de sua lavra muito nos motivam para prosseguirmos na jornada democrática.”¹¹³

Mas, não só de políticos vieram às manifestações de apoio à anticandidatura. Cartas de pessoas simples também chegaram a Ulysses e foram respondidas. É o caso do senhor Adivaldo Correia Miranda de Jacobina na Bahia. Em suas palavras:

“Jacobina, 22 de outubro de 1973

Deputado Ulisses Guimarães, Parabéns

Futuro Presidente, Meu Abraço.

(...) Eu não podia deixar de manifestar meu entusiasmo por tão brilhante, destimedo, lançamento sua candidatura, minha mearge de fé e esperança é pedir e rogar a Deus, deus, deus, que resplança a luz o meio das trevas lhe der uma campanha de paz e amor uma vitória esmagadôra para a legenda da oposição MDB. (...) Vou terminar com meu fraternal abraço pedindo a Deus uma campanha de paz e amor.

Adivaldo Correia Miranda (...) Descupe os érros é falta de cultura”.¹¹⁴

É importante destacar que manteve os erros de português da carta de Adivaldo, e que estes mesmos problemas na escrita apontam para sua simplicidade e falta de instrução. Mesmo assim, não se furtou e escreveu para Ulysses para manifestar seu apoio. Isso demonstra, de certa maneira, tanto o discurso quanto a própria figura de Ulysses Guimarães atingia não apenas pessoas ligadas ao partido ou instruídas, mas pessoas comuns, humildes.

Na carta Adivaldo, fez dois pedidos a Ulysses Guimarães. O primeiro, fé para que ele pudesse levar seu nome a todos os municípios do Brasil durante a campanha. Já o segundo, pedia para alguém financiar um motor para a fábrica de farinha de mandioca. Em suas palavras,

¹¹² Carta de José Lima. Arquivo Privado Ulysses Guimarães do CPDOC - UG 73.06.29 mdb / II-11

¹¹³ Resposta a carta de José Lima. Arquivo Privado Ulysses Guimarães do CPDOC - UG 73.06.29 mdb / II-11A

¹¹⁴ Carta de Adivaldo Correia Miranda. Arquivo Privado Ulysses Guimarães do CPDOC - II- 40

“se possível for pesso que me afinhance um motôr para fabrica e farinha de mandioca minha oficina tocada a brasso de homem hoje diante a cituação de custo de vida é difilse trabalhador braçal ganhar até mesmo pão de cada dia(...)”

Não tive a oportunidade de encontrar outras cartas com conteúdos como este da carta de Adivaldo, mas achei interessante destacar esta uma vez que faz lembrar o trabalho de Jorge Ferreira, *Trabalhadores do Brasil: O imaginário popular 1930-45*,¹¹⁵ no qual é trabalhado um conjunto de cartas e de processos administrativos, onde as pessoas comuns tiveram a oportunidade de se manifestar e deixar registradas e sistematizadas suas experiências.

No caso do trabalho de Jorge Ferreira, as enunciações discursivas dos trabalhadores na época de Vargas demonstram como eles aceitavam o discurso oficial e as concepções dominantes do mundo. Todavia essas formas de expressão em nenhum momento significavam conformismo, passividade ou resignação. Quando os trabalhadores manipulavam todo o arcabouço doutrinário e prático do Estado varguista, selecionavam aquilo que poderia beneficiá-los - a legislação, os discursos sobre a família, o trabalho, o progresso, o bem-estar, etc. - e deixavam de lado todo o aparato autoritário, repressivo e excludente, não por acaso. Eles aceitaram esses princípios, mas recriaram contra-argumentos a partir da própria lógica do discurso dominante, a fim de progredir um contexto socioeconômico onde as oportunidades eram muito restritas.

Na carta de Adivaldo, ele utilizou do momento da anticandidatura, da força do discurso “Navegar é preciso, viver não é preciso”, e fez uma série de elogios ao discurso e à campanha, demonstrou seu apoio e fez seu pedido esperando ser atendido. Ulysses respondeu sua carta dizendo que iria encaminhá-la a alguém que pudesse ajudá-lo.

Ressalvas a parte, vale destacar uma participação de Ulysses em um suplemento da *Folha de São Paulo – Folhetim*¹¹⁶ – no qual ele destacou qual o melhor momento de sua carreira. Seu ponto de vista estava de acordo com muitos elogios que recebera com o discurso “*Navegar é Preciso, Viver não é Preciso*”.

“Se você me perguntar qual foi o melhor momento de minha longa carreira, direi que foi o discurso do “Navegar é Preciso”. Senti que naquele momento consegui unir o partido em torno de bandeiras comuns, quando o Lisâneas Maciel chegou e me disse:

¹¹⁵ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: O imaginário popular 1930-45*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

¹¹⁶ O polêmico suplemento dominical de cultura da Folha de S. Paulo, *Folhetim*, publicado no final dos anos 70 e durante quase todos os anos 80, foi criado e dirigido por um dos fundadores do também polêmico Pasquim, o jornalista Tarso de Castro. O *Folhetim* teve início em 23 de janeiro de 1977. A sua última edição foi em 25 de março de 1989. Nos 13 anos de existência do *Folhetim*, muitos trabalhos importantes foram produzidos sob a força exercida pelo equilíbrio tênue que separa o jornalismo da erudição.

- Presidente, o sr. Sabe que não sou farto de elogios. E estou aqui para abraçá-lo, o Sr. foi grande.

E pensei que aquela história poderia me levar ao ridículo, arrastando o partido todo. Eu era candidato a um cargo já ocupado, disputando o voto de eleitores que não votavam, tendo o povo do lado de fora. Parecia teatro do absurdo. Aí inventei a expressão anticandidatura. Alguém disse:

- Você não vai ter coragem de dizer isso.

- Vou – respondo, e a anticandidatura deu certo, tendo o discurso do “Navegar é Preciso” como corolário”.¹¹⁷

Cabe ressaltar que inicialmente Ulysses não queria aceitar ser anticandidato. Alguns políticos do grupo dos autênticos destacaram bem que em princípio era para ser Barbosa Lima Sobrinho o candidato à presidência, já que Ulysses não queria aceitar. Alencar Furtado em entrevista à Ana Beatriz Nader afirmou:

“Quanto à anticandidatura de Ulysses Guimarães, a princípio não queria aceitá-la. No entanto, quando Barbosa Lima prontificou-se a assumir esse papel, Ulysses resolveu ser o candidato. Ele seria, realmente, a figura que mais somaria, uma vez que estava na Presidência do Partido da oposição. O dr. Barbosa concordou em ser candidato a vice do dr. Ulysses (...).”¹¹⁸

Fernando Lyra compactuou com essa posição de Alencar Furtado, dizendo:

“Embora nosso projeto vislumbrasse a fissura da hegemonia militar. Concluimos que o melhor antídoto seria um candidato militar. No entanto, esse acordo foi impossível. Diante dessa situação, Marcos Freire e eu fomos ao encontro de Barbosa Lima Sobrinho, a fim de convidá-lo para ser o anticandidato. Como ele é pernambucano, tínhamos grande intimidade, ligação com ele. Aproveitando-se da ideia, Ulysses Guimarães assumiu a Anticandidatura e, de certa forma, tivemos de apoiá-lo.”¹¹⁹

Antes de ser decidida oficialmente no MDB a candidatura de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho à presidência e vice-presidência da República, dentro no partido ainda havia políticos apreensivos – como Amaral Peixoto – a cerca dos próximos passos que o MDB iria dar. Em uma carta destinada a Ulysses Guimarães do dia 20 de agosto de 1973, Amaral Peixoto evidenciou sua preocupação com as decisões que o MDB iria tomar, com a unidade do partido.

“O que nos preocupa então? É o problema da direção da campanha, os rumos que tomará a propaganda, caso sejam dadas condições para que se realize. (...) durante o desenrolar

¹¹⁷ BITTENCOURT, Getúlio. *Folha de São Paulo, Folhetim*, sem data, 1978.

¹¹⁸ NADER, Ana Beatriz. Op.cit. p.51.

¹¹⁹ *Idem*. p. 120.

da campanha não poderão surgir questões que ponham em jogo e até comprometam definitivamente essa unidade?”

E complementou com mais uma preocupação. A divisão entre o grupo dos “autênticos” e “moderados”.

“Falou-se nas últimas reuniões que não havia mais grupos de ‘autênticos’ e ‘moderados’. Logo em seguida foi dito, sendo você ligado aos ‘moderados’, o vice-presidente deveria ser escolhido entre os ‘autênticos’. Nunca aceitei essa divisão e não compartilhei dos entendimentos para por fim a essa situação (...) Como não quero ser empecilho à harmonia do partido, tenho feito declarações demonstrando um otimismo que não tenho, mas não sei até que ponto poderei manter essa posição.”¹²⁰

Terminou sua carta dizendo a Ulysses que não queria desanimá-lo, mas sim queria alertá-lo para futuros aborrecimentos.

Mesmo diante da evidente não unanimidade no MDB, o processo da anticandidatura continuou. Em 24 de outubro de 1973, em nota à imprensa, Ulysses deixou claro que não se devia impor ao Brasil uma eleição que “além de indireta, seja clandestina, hermética, elitizada, privilégio dos delegados do Colégio Eleitoral.” Ainda segundo ele, o futuro presidente seria da República e não do Colégio Eleitoral. Nesse sentido, ressaltou que eleição sem propaganda não era eleição.

“Trata-se de reconhecer a uma campanha da responsabilidade da sucessão presidencial da República o direito democrático e partidário de acesso à opinião pública através do rádio e televisão. (...)”

Não se pode impor ao Brasil uma eleição, que além de indireta, seja clandestina, hermética, elitizada, privilégio dos delegados eleitores do Colégio Eleitoral. O futuro Presidente será da República e não do Colégio Eleitoral. Nem na mente dos legisladores, nem do espírito da lei, nem da letra da legislação eleitoral vigente se poderia vislumbrar a intenção absurda de silenciar precisamente o mais importante e federativamente mais nacional dos pleitos. Eleição sem propaganda não merece esse nome. É palpite, decisão aleatória, escolha fortuita de homens e não opção responsável entre ideais e programas. Entre estes é que verdadeiramente há eleição, sendo os candidatos meros intérpretes, veículos e executores, se eleitos. A oposição confia que a Justiça Eleitoral lhe confirme o predicamento democrático de dialogar com a nação através dos únicos meios contemporâneos aptos para chegar à sua consciência.”¹²¹

O desenvolvimento da campanha da anticandidatura trouxe um saldo político extremamente positivo para o MDB. Foram feitas concentrações públicas em várias cidades, a

¹²⁰ Carta pertencente ao Arquivo pessoal de Ulysses Guimarães no CPDOC – UG mdb 73.06.29 – pasta I – I-4.

¹²¹ Nota à imprensa do deputado Ulysses Guimarães em 24 de outubro de 1973. Este documento encontra-se no Arquivo Pessoal de Ulysses Guimarães no CPDOC. UG mdb 73.06.29 – Pasta II – II-30

maioria ainda em recinto fechado, mas, mesmo assim, mobilizando milhares de pessoas. O fundamental não foi tanto o peso numérico das concentrações populares. O mais importante foi o impacto psicológico e político positivo sobre o próprio MDB e à população. Contribuiu ao MDB uma imagem pública mais favorável. A campanha liderada por Ulysses mostrou à população – principalmente àqueles setores mais bem informados e politizados – um partido mais combativo, aguerrido, sobretudo ativo. Essa postura do MDB contribuiu significativamente para o sucesso eleitoral de 1974.

Luciano Andrade / Tribuna da Bahia



Ulysses durante a anticandidatura

Arquivo Edgard Leuenroth



Ulysses Guimarães (no centro da foto) entre Barbosa Lima Sobrinho e Amaral Peixoto em “anticampanha”. Niterói-RJ

Agência O Globo



Reunião da direção do MDB - Ulysses Guimarães e Barbosa Lima - 31.08.1973

CONVENÇÃO 1973

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
RIO GRANDE DO SUL

É tempo de se ouvir também
A VOZ DA OPOSIÇÃO
na palavra dos seus próprios candidatos à
Presidência e Vice-Presidência
da República

ULISSES GUIMARAES
E
BARBOSA LIMA SOBRINHO

27-10-73
Dia 27, às 20 horas, no plenário da
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Panfletos da anticandidatura – Arquivo Pessoal de Ulysses Guimarães - CPDOC. ¹²²

Campanha - A. João

CAMPANHA PRÓ CANDIDATURAS

Ulysses Guimarães e
Barbosa Lima Sobrinho

à Presidência e Vice-Presidência da República

PROGRAMA
CAMPO GRANDE - MT.

Dia 28-10-73 - 10,20 hs. - Recepção Aeroporto Antonio João
11,00 hs. - Entrevista coletiva à Imprensa
Aeroporto Antonio João
11,30 hs. - Hospedagem - Hotel C. Grande
12,00 hs. - Almoço
17,00 hs. - Reunião do Partido - Hotel C. Grande
20,00 hs. - Pronunciamento - Centro Português
22,30 hs. - Jantar

Dia 29-10-72 - 12,00 hs. - Almoço
14,00 hs. - Embarque - Aeroporto A. João

34

¹²² UG mdb 73.06.29 Pasta II – II-33 / II-34

Observação da data errada: 29.10.1973

Barbosa Lima Sobrinho, em entrevista concedida em 7 de julho de 1993 para Célia Soibelman Melhem e Sonia Morgenstern Russo, respondeu a pergunta de como havia sido a “campanha eleitoral” de 1973. Em suas palavras:

“A candidatura à vice-presidência se caracterizou basicamente por viagens pelo Brasil. Eu ia junto com o Ulysses, em avião de carreira. Fizemos a propaganda dos anticandidatos em praticamente todos os estados, com exceção de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, talvez. Estivemos no Amazonas, Pará, Piauí, depois em Minas Gerais e São Paulo. Fizemos campanha também no Rio Grande do Sul.

Chegávamos e éramos procurados, logo cedo, por um grupo de jornalistas que vinha nos entrevistar. Mas no dia seguinte não saía nada nos jornais, porque em quase todos eles a censura imperava. Mas se realizava um comício. No Rio Grande do Norte, por exemplo, ele aconteceu em praça pública – o único em praça pública.”¹²³

Ulysses, assim como Barbosa Lima também deixou registradas suas impressões sobre a anticandidatura, dizendo que foi um sucesso enorme e que venceu o medo.

“As pessoas me perguntavam sobre o que mais ficou dessa experiência, dessa caminhada por aí, no Amazonas, no Piauí, no Rio Grande do Sul, no interior. Adotamos uma coisa muito importante para campanhas eleitorais que é a passeata, através da qual você faz um comício global, passando pelas ruas onde todo mundo ouve. Tivemos casos de cortejos de 500 carros, passado justamente nos lugares mais humildes. Mesmo que houvesse dificuldade ou receio dessas pessoas comparecerem à praça pública, já tínhamos feito nosso serviço. De alguns fatos, não me esqueço. Uma vez entramos numa rua muito estreita, num jipe, numa rua muito estreita, e uma velhinha, toda sem dentes, coitada disse pra mim: “Eu estou com vocês, ainda que doa”. Quer dizer, ela sabia que essas coisas todas eram vigiadas, sabia que eles sabiam quem batia palmas, que nós íamos embora e depois ficavam as represálias.”

Um ponto de tensão entre os *autênticos* e o processo da anticandidatura em que Ulysses esteve à frente foi o fato de que o grupo dos *autênticos* queria utilizar o processo apenas como denúncia e ato simbólico. Esperavam que ao fim da campanha Ulysses e Barbosa Lima não comparecessem ao Colégio Eleitoral, porque passariam a ser “candidatos” e não mais “anticandidatos”, legitimando assim, no entendimento deles, o sistema vigente. Esse pensamento se afirma com o depoimento de Alencar Furtado:

“Tudo caminhava muito bem, até que por volta de uns dez dias antes da eleição de Geisel, veio a data fatal como já estava definido. Vale lembrar que éramos a minoria e

¹²³ MELHEM, Célia Soibelman & RUSSO, Sonia Morgenstern (org.). *Dr. Ulysses: O homem que pensou o Brasil. 39 depoimentos sobre a trajetória do Sr. Diretas*. São Paulo: Prêmio, 2004. p. 50.

eles a maioria esmagadora. Ulysses nos chamou e comunicou que não poderia mais honrar aquele compromisso anterior, porque seria um desafio ao sistema e neste sentido, ele estava pensando em submeter o seu nome ao Colégio Eleitoral. Houve uma reação muito grande do nosso pessoal. (...) Uma das maiores decepções que tivemos foi esse comportamento do Ulysses. (...) O anticandidato tornou-se candidato, renegando-se, prestando um serviço à ditadura, em pleito já definido por antecipação, coonestando uma farsa.”¹²⁴

A reunião do Colégio Eleitoral em janeiro foi um anticlímax. Geisel e seu vice foram eleitos por 400 a 76. Ulysses e Barbosa Lima nem sequer receberam todos os votos do seu partido. Dos *autênticos*, 23 deputados se abstiveram. Em seu manifesto anunciaram que estavam devolvendo os votos ao grande ausente: o povo brasileiro. O objetivo era achar o papel adequado do partido em um regime repressivo. Ambos – *autênticos* e *moderados* – queriam o fim do regime, sabiam que não havia solução simples para os problemas eleitorais, ambos estavam trabalhando para assegurar ao seu partido um papel importante, lutando por um Brasil democratizado.¹²⁵

No dia 23 de janeiro de 1974, a revista *Veja* publicou uma matéria sobre a escolha de Ernesto Geisel à presidência da República. Em um dos trechos, destacou sobre a “derrota” do MDB e sobre o discurso que Ulysses Guimarães fez no Colégio Eleitoral.

“Acima de todas as divergências pairava a certeza de que ninguém estava ali para disputar uma eleição. (...) O presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, numa veemente oração de 20 minutos, mereceu a indulgência de alguns arenistas, aplausos de seus companheiros moderados, a condenação dos radicais e irada resposta do ministro da Educação Jarbas Passarinho, em artigo escrito para o jornal carioca *O Globo*. Guimarães condenou a cassação nacional, regional e local (...) do direito político do povo brasileiro de eleger, pelo voto direto, o presidente e vice-presidente da República, os governadores e vice-governadores dos Estados, prefeitos e vice-prefeitos.’ (...) E para sustentar a tese oposicionista de que ‘o voto popular é evolutivo, aberto e progressista’, enquanto as conquistas populares ‘morrem nas antecâmaras dos procônules’, invocou uma frase que em 1972 conquistou demorados aplausos do Congresso, ao ser pronunciada pelo brigadeiro Eduardo Gomes (...): ‘Só na liberdade criam valores estáveis’ ”¹²⁶.

¹²⁴ NADER, Ana Beatriz. Op.cit. p.52.

¹²⁵ SKIDMORE, Thomas. Op.cit. p.303.

¹²⁶ *Veja*, 23/01/1974.p.18

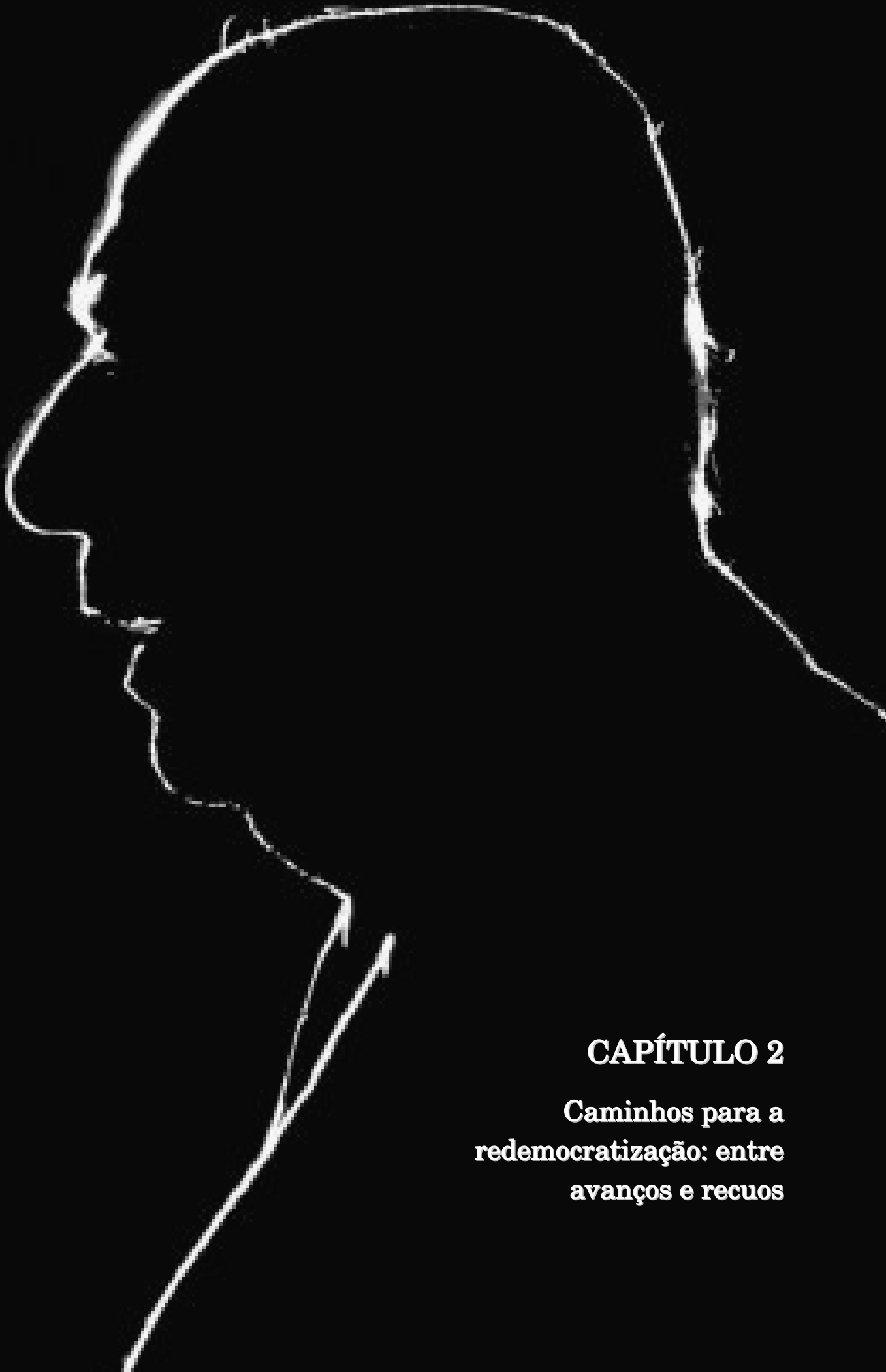


Veja, 23 de janeiro de 1974. p.18

Mais uma vez o Poder Legislativo desempenhou seu papel meramente homologatório da escolha do sucessor militar. Em 15 de janeiro de 1974, a candidatura de Ernesto Geisel – ARENA – venceu a anticandidatura de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho – MDB. A derrota já esperada, certamente não causou surpresas. Contudo, a oportunidade de percorrer o país, fazendo denúncias e críticas ao governo, disseminando os ideais do partido, fortalecendo a base eleitoral do MDB, representou uma vitória. Sem televisão nem rádio, Ulysses e Barbosa Lima percorreram o país por mais de três meses. Houve episódios de bravura, enfrentaram repressão policial, inúmeras restrições. Fizeram discursos improvisados, em bares e carrocerias de caminhões, para denunciar a “antieleição”, imposta pela “anticonstituição”.¹²⁷

O intento do MDB e de Ulysses não objetivava uma vitória presidencial. Como já dito anteriormente, o placar já estava escrito. A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhou perante a nação que o sistema era farsa em termos democráticos. Os resultados de 1974 sinalizaram o desejo de mudança que se vinha formando no seio da sociedade, impulsionaram a organização de oposições variadas. Para além do impacto sobre o governo, a conjuntura marcada por essas eleições foi significativa pelo que trouxe de implicações para o MDB. O partido saiu extremamente revigorado. Primeiro porque aumentou sua representação parlamentar. Segundo por ter conseguido passar para a sociedade a imagem de partido popular, com um perfil realmente oposicionista. Diversos setores sociais que antes não depositavam confiança no MDB e que não se interessavam pela política institucional, mudaram de perspectiva.

¹²⁷ COUTO, Ronaldo Costa. *Op.cit.* p. 125.



CAPÍTULO 2

**Caminhos para a
redemocratização: entre
avanços e recuos**

A vitória eleitoral de 1974

A ascensão do general Geisel à presidência da República e o anúncio do projeto de distensão gradual marcaram o início de seu governo. Em linhas gerais, após o governo Médici, ocorreu uma inflexão na trajetória política e econômica no Brasil. A explosão dos preços do petróleo e a repercussão desta crise no mundo atingiram fortemente o Brasil – terceiro importador mundial. O modelo do “milagre econômico” entrou em crise. Era o momento de optar entre o ajuste da economia brasileira à nova situação, via profunda desaceleração, ou de tentar manter o crescimento acelerado a todo custo, mudando o modelo. Foi o que prevaleceu. O clima interno ainda estava contaminado pela euforia dos anos anteriores. Prevalecia a ideia da veloz ascensão internacional do país. Os empréstimos externos tiveram grande peso no ajuste econômico, o que ajudou o crescimento, mas também tornou a economia mais vulnerável a flutuações internacionais.¹²⁸

Foi com Geisel que começou a ser planejada uma liberalização controlada. Esse momento foi definido pelo projeto de *distensão política* idealizado não só pelo general-presidente, mas também pelo chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva. O projeto de distensão propunha uma abertura “lenta, gradual e segura”¹²⁹ que reconduzisse o país ao Estado de Direito, mas que excluísse os movimentos mais radicais da oposição e as esquerdas. Mas é inegável que a abertura política de Geisel, com todas suas contradições, inaugurava um novo cenário político para atuação das esquerdas e dos movimentos populares.¹³⁰ Nas palavras de Geisel:

“Era evidente para mim que nós tínhamos que andar num processo de transição para normalizar a vida do país, estabelecendo um regime de natureza democrática e que representasse uma normalização. Quem colaborou muito comigo nessas idéias, foi o Golbery. O ponto de vista do Golbery era até mais avançado que o meu. A tendência dele era caminhar talvez um pouco mais depressa do que eu pretendia.”¹³¹

¹²⁸ COUTO, Ronaldo Costa. *Idem*. p.134.

¹²⁹ General Ernesto Geisel, entrevista, in Costa Couto, Ronaldo (1999, p.209). “(...) essas três condições, acho que se justificam por si mesmas. Por que ela tem que ser lenta? Porque não pode ser uma abertura abrupta. Porque cria um problema maior com a área que é favorável à revolução. Sobretudo a área que havia nas Forças Armadas, que era a tal chamada linha-dura. Ela tinha de ser gradual, progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse o regime de exceção. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma solução definitiva”.

¹³⁰ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. IN: REIS, Daniel Aarão & Ferreira, Jorge (org.) *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume III. p. 324.

¹³¹ COUTO, Ronaldo Costa. *Op.cit.* p. 143-144.

Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, os dois principais atores internos em presença no jogo político da abertura foram, de um lado, o grupo militar construído em torno do projeto Geisel-Golbery, herdeiros da linha política denominada *castelista* e interessados numa imediata reconstitucionalização do regime militar, e de outro, as forças políticas de oposição organizadas em torno do único partido de oposição, o MDB.¹³²

José Murilo de Carvalho em *Cidadania no Brasil - O longo caminho*, aponta algumas razões para que o governo Geisel iniciasse o processo de abertura. Assim como Teixeira da Silva, destaca a herança *castelista* de Geisel. José Murilo questiona por que teria o general Geisel e seus aliados tomado a iniciativa de começar a desmontar o sistema autoritário?

Desta forma, José Murilo indica como uma das possíveis razões o fato de o general pertencer ao grupo de oficiais ligados ao general Castelo Branco, primeiro presidente militar. Esse grupo nunca pretendeu prolongar indefinidamente o controle militar do governo, pois eram liberais conservadores, ligados à Escola Superior de Guerra. Sua convicção política era liberal, embora não democrática. O general Castelo foi derrotado pelos setores mais autoritários das Forças Armadas, a chamada linha dura, que colocaram no poder o general Costa e Silva. O auge do poder dos linhas duras foi durante o governo do general Médici. Com o general Geisel voltaram os liberais conservadores.¹³³

Além desse primeiro fator, outras razões influenciaram o processo de abertura. Em 1973 tinha acontecido o primeiro choque do petróleo, isto é, um aumento brusco no preço do produto, promovido pela Opep, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. A triplicação do preço atingiu o Brasil com muita força, pois 80% do consumo dependia do petróleo importado. Os anos do "milagre" estavam contados e eram necessárias novas estratégias para enfrentar os tempos difíceis que se anunciavam. Nessa conjuntura, seria melhor para o governo e para os militares promover a redemocratização enquanto ainda houvesse prosperidade econômica do que aguardar para fazê-lo em época de crise, quando os custos da manutenção do controle dos acontecimentos seriam muito mais altos.

Um terceiro argumento diz respeito às próprias Forças Armadas. A ditadura tirou os militares de suas atividades profissionais, atraindo-os para a vida política, para altos cargos na administração pública e privada. Mais ainda, a montagem dos aparelhos de repressão criou dentro das Forças Armadas um grupo quase independente que ameaçava a hierarquia. Esse grupo envolveu-se em repressão e tortura, jogando sobre os militares como um todo o estigma de

¹³² TEIXEIRA, Francisco Carlos da Silva. Op.cit. p.254-255.

¹³³ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil - O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.173 -74

torturadores. A imagem da corporação ficou profundamente desgastada, o que não podia interessar aos oficiais que tivessem visão mais profissional do papel das forças armadas.¹³⁴

Seja como for, em 1974 o general Geisel permitiu propaganda eleitoral mais livre para as eleições legislativas. A oposição teve acesso à televisão e pode falar com alguma liberdade. Nesse sentido, a oposição crescia juntamente com a mobilização da sociedade civil. A revogação parcial da censura à imprensa e os sinais, por parte do governo, de valorização das eleições legislativas daquele ano (1974) indicavam que as declarações do novo presidente eram algo mais do que promessas de retorno à democracia tão frequentemente aludida por seus antecessores na presidência.

Geisel buscava conter as manobras da ala mais radical das Forças Armadas para boicotar o projeto de abertura, além de tentar romper o isolamento social e político dos militares estabelecido por gestões anteriores. Priorizava as perspectivas de negociação com importantes setores da sociedade civil, especialmente os que compactuavam com a ideia de gradualismo. O discurso oficial era o de que a volta da democracia se daria de forma gradual e, sobretudo controlada, e por isso mesmo mais segura. Contudo, os militares não são portadores de um pensamento único e homogêneo. Nesse sentido, o discurso de uma abertura “lenta, segura e gradual” não era unânime, principalmente pela “linha-dura.”¹³⁵

O objetivo era liberalizar o regime, mas sem a imediata entrega de todo o poder aos civis. Sem extirpar os principais instrumentos de exceção e sem eleições diretas para governadores e presidentes, por exemplo. “Pouco a pouco, a liberalização deixa de ser ‘concessão-conquista-concessão-conquista’ entre o governo e a sociedade (...). Mas os militares não abrem mão de controle do processo político, de dirigir a liberalização.”¹³⁶

Ou seja, o governo Geisel promoveria um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas, definido no contexto do slogan oficial “continuidade sem imobilidade”. A continuidade traduziu-se numa política de fiel obediência às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento já estabelecido e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional.¹³⁷ Desse modo, a “continuidade” preservava os principais aspectos do

¹³⁴ *Idem.* p.174-75

¹³⁵ CIAMBARELLA, Alessandra. “*Anistia ampla, geral e irrestrita: a campanha pela anistia política no Brasil (1977 – 1979)*” Dissertação de mestrado, Niterói, PPGH-UFF, 2002. p.22.

¹³⁶ COUTO, Ronaldo Costa. *Op.cit.* p. 134.

¹³⁷ A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG), em colaboração com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o

modelo e a engrenagem do aparato repressivo. “Sem imobilidade” encarnava-se no plano governamental de reformas que pretendia constituir um passo adiante na liberalização progressiva para um retorno à democracia.

A distensão da sociedade seria obtida em estágios bem planejados: haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos. Posteriormente seriam promovidas reformas eleitorais para elevar o nível de representação política. Em seguida as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o AI-5, seriam revogadas, incorporando-se outros mecanismos de controle à Constituição.¹³⁸

O modo como este projeto de liberalização foi conduzido e a dinâmica do processo político que acabou por levar à democracia foram, no entanto, algo extremamente complicado.

Uma das características da institucionalização do Estado em sua fase de distensão era a busca de maior legitimidade pelo fortalecimento eleitoral. O setor politicamente mais sofisticado da coalizão no poder reconheceu que a sustentação de um sistema eleitoral era essencial para a legitimidade do Estado. Os sinais de liberalização que permitiram a realização das eleições de 1974 em condições mais livres resultaram num surpreendente desempenho eleitoral do partido de oposição – MDB.

A anticandidatura marcou o início da fase de efetiva atuação oposicionista do partido de oposição oficialmente reconhecido. Foi uma lição de verdadeiro engajamento ao nível da política que se aprofundaria nas eleições de 1974, 1976, 1978 e 1982. A mudança de orientação dos grupos oposicionistas envolveu uma avaliação crítica de toda a experiência da luta armada e um novo comprometimento com as vias institucionais.¹³⁹ Havia, em contrapartida, grande insatisfação da sociedade após 10 anos de ditadura militar.

Os resultados das eleições de 1974 foram decisivos para o MDB, uma vez que essa vitória também foi importante para impulsionar a transição democrática. Contudo, é importante ponderar quando se fala em vitória da oposição nas eleições de 1974. Na verdade, o MDB continuou sendo minoritário no Congresso, apesar de seu bom desempenho. Ganhou da ARENA na disputa pelo Senado, mas perdeu na Câmara, ainda que por uma pequena diferença.¹⁴⁰

Para Ulysses, o segredo do MDB foi simplesmente ter se preparado para a campanha com um ano de antecedência, quando o próprio Guimarães lançou à sucessão presidencial a

desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos. IN: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p.42.

¹³⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. Op.cit. p.224

¹³⁹ *Idem*. p.219.

¹⁴⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.cit. p.173.

“caravela” de sua anticandidatura. “Quem sai na frente bebe água limpa”, ele declarava. “Estamos atingindo nossas metas, das quais a maior é a normalização democrática do país. Mas não seremos fator de inquietação.”¹⁴¹

Resultados eleitorais em níveis federal e estadual: 1970 e 1974¹⁴²

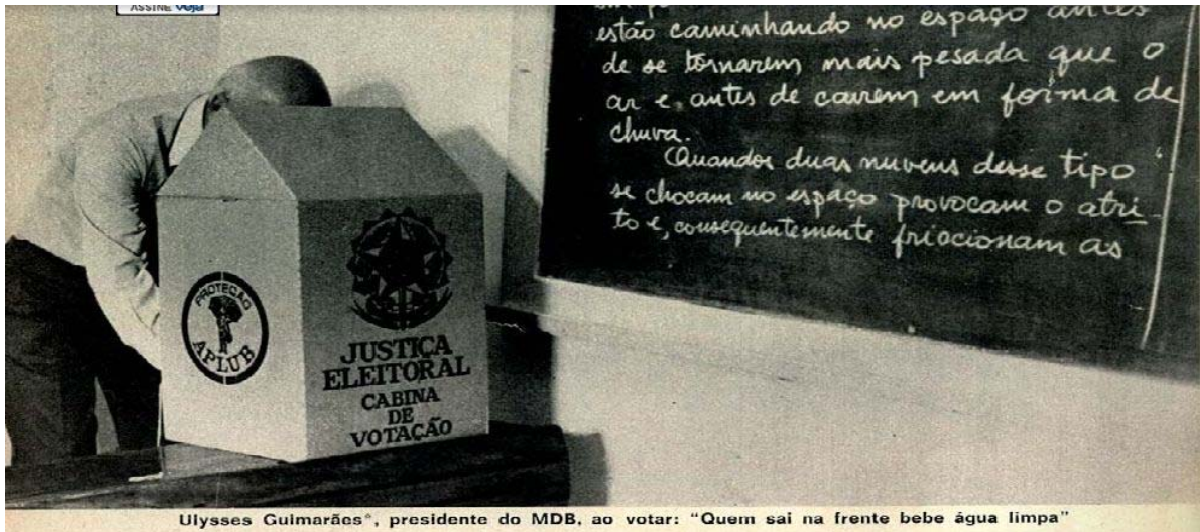
<u>Senado Federal</u>	1970	1974
Total de Votos da ARENA	9.898.964	10.068.810
Total de Votos do MDB	6.224.525	14.579.372
% válida da ARENA	61,4	41,0
% válida do MDB	38,6	59,3
<u>Câmara dos Deputados</u>		
Total de Votos da ARENA	10.867.814	11.866.482
Total de Votos do MDB	4.777.927	10.954.440
% válida da ARENA	69,4	51,9
% válida do MDB	30,5	48,0
<u>Assembléias Estaduais</u>		
Total de Votos da ARENA	11.442.894	12.184.240
Total de Votos do MDB	4.940.072	11.209.023
% válida da ARENA	69,8	52,0
% válida do MDB	30,1	47,9

Assim, concretamente, a vitória da oposição se deu de forma mais expressiva no Senado. No entanto, mesmo na Câmara os resultados foram muito positivos para o MDB, se for considerado que os números das eleições de 1970 foram desastrosos. Naquelas eleições a oposição obteve apenas 21,3% dos votos, perdendo para os 30% de votos nulos e brancos. Em 1974, o chamado voto de protesto se reduziu a 21,3% do total dos votantes.¹⁴³

¹⁴¹ *Veja*, 20 de novembro de 1974. p.20.

¹⁴² ALVES, Maria Helena Moreira. *Op.cit.* p.228 – Fontes: Tribunal Superior Eleitoral, Departamento de Imprensa Nacional, 1973, *Dados Estatísticos*, Volume 9: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1970 (dados 1970); Tribunal Superior Eleitoral, Departamento de Imprensa Nacional, 1977, *Dados Estatísticos*, Volume 11: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974 (dados de 1974).

¹⁴³ KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo no Brasil. Gênese e trajetória do MDB: 1966-1979*. São Paulo: IDESP-Vértice, 1988. p.73.



Ulysses Guimarães*, presidente do MDB, ao votar: "Quem sai na frente bebe água limpa"

Veja, 20 de novembro de 1974. p.20.

De toda forma, as eleições foram interpretadas como uma vitória da oposição. Nesse sentido, como explicar esse resultado tão inesperadamente positivo, tanto para o governo, quanto para a própria oposição? Em primeiro lugar, é importante destacar a ação de grupos renovadores dentro do MDB. Essa postura, como já vimos acima, teve como consequência a própria anticandidatura que levou ao país durante 90 dias de campanha as evidências da ilegitimidade do processo eleitoral indireto. Desta forma, a imagem do MDB mais combativa, ativa, aumentou seu apelo eleitoral.

Outro fator que é importante destacar para entender o bom desempenho da oposição em 1974 foi a postura do governo Geisel. Empenhado em seu projeto distencionista, o novo governo envidou esforços no sentido de tornar as eleições de 1974 as mais livres desde 1964. Pela primeira vez, não foram cassados candidatos da oposição antes das eleições, nem foram feitas prisões. O governo deu sinais claros à oposição de que ela poderia realizar sua campanha. A questão é que o grupo de Geisel temia o desaparecimento do partido oposicionista em 1974, tendo em vista os resultados de 1970.¹⁴⁴ Para a consecução dos objetivos governamentais, era imprescindível a existência de uma oposição organizada institucionalmente. Até 1974, a ação do MDB podia ser interpretada como capitulação de uma oposição impotente.

O mais importante a considerar em relação às eleições de 1974 e a conjuntura imediata posterior é a emergência a partir daí de um novo MDB, não no sentido de um partido que tivesse

¹⁴⁴ O MDB teve o pior desempenho eleitoral de sua história em 1970. O AI-5 foi determinante para tal. Além de uma descrença generalizada em relação à política institucional, o partido teve que enfrentar a coerção e o arbítrio do regime. O MDB que havia eleito 139 deputados federais em 1966, caiu para 89 em 1970. Dados dos Anais da Câmara dos Deputados Federais, In MOTTA, Rodrigo Patto Sá. p.161.

mudado substancialmente suas características, seu programa; mas um partido com uma postura mais ativa e arrojada.

Nesse sentido, a nova conjuntura aberta com o resultado das eleições, tornou o MDB mais atraente para setores da população e para parcelas do movimento social – os que antes não o consideravam um instrumento legítimo. Cabe ressaltar que as eleições de 1974 e o crescimento do MDB estavam inseridos num processo mais amplo, de surgimento de uma consciência e uma prática democrática envolvendo importantes setores da sociedade brasileira. Novos movimentos sociais foram se estruturando, questionando o autoritarismo vigente.¹⁴⁵

Desta forma, ocorreu a partir de meados dos anos 1970 uma aproximação entre o MDB e setores da sociedade civil, que começavam a se organizar. A nova conjuntura marcada pelo ascenso das lutas democráticas aproximou o partido da sociedade, muito embora o relacionamento entre o MDB e alguns setores da sociedade foi tenso, principalmente no que se refere aos “novos” movimentos sociais.¹⁴⁶

De qualquer forma, o excelente desempenho oposicionista nessas eleições foi um marco importante na luta da sociedade pelo estado de direito.

Novas regras no jogo político foram postas após a importante vitória nas eleições de 1974, o governo iria mudar unilateral e casuisticamente as regras eleitorais para melhorar o desempenho da ARENA, como por exemplo, através do uso e acesso à televisão.¹⁴⁷ Do ponto de vista político, o resultado das eleições significou a vitória da oposição e o acerto de se promover a distensão, evidenciando o caráter desgastado que se encontrava o regime.

Havia também o peso das dificuldades econômicas – potencializadas pela crise do petróleo – fortalecendo a imagem da oposição e prejudicando ainda mais a ARENA. O MDB estava falando o que se queria ouvir naquele momento: liberdade, democracia, nacionalismo, justiça social. E, sobretudo, a denúncia do arbítrio, do regime de exceção em que se vivia.

Neste processo de liberalização no governo Geisel, faz-se muito importante evidenciar a questão da imprensa. Não há democracia sem liberdade de imprensa. A censura ampla, irrestrita e implacável do governo Médici, não se repetiu durante o governo Geisel. A censura prévia aos grandes jornais quase inexistia em 1975. Relativamente livre, posteriormente livre, a imprensa foi instrumento fundamental na ampliação e vitalização da abertura política. Crescentemente foi

¹⁴⁵ *Idem.* p.182.

¹⁴⁶ Cabe evidenciar que o sentido de novo não se refere a proposta de organização via bases. A novidade consiste na amplitude, na abrangência que esse fenômeno atingiu envolvendo parcelas expressivas do movimento popular. Sobre lutas democráticas ver: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. IN: REIS, Daniel Aarão & Ferreira, Jorge (org.) *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume III.

¹⁴⁷ COUTO, Ronaldo Costa. Op.cit., p.165.

se libertando da cultura do medo e do silêncio impostos pela força, abrindo espaço para a oposição falar. Os principais jornais passaram a avaliar e discutir a política econômica do governo, denunciar casos de corrupção, tortura, mortes, exigindo explicações.¹⁴⁸

Um exemplo é a morte do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975. Foi amplamente coberta pelos principais jornais, bem como o serviço fúnebre ecumênico em sua memória. Ao criar uma atmosfera ligeiramente menos rígida para a imprensa, o regime Geisel tornou possível uma opinião pública mais bem informada e mais facilmente mobilizada. E essa opinião estava se inclinando maciçamente para a oposição, como ficou provado nas eleições de 1974. O projeto de abertura de Geisel abriu espaços para a mobilização da sociedade civil a despertar novamente, mas não estava preparado para ouvir o que a voz da sociedade tinha para dizer.¹⁴⁹

Como o MDB e em especial Ulysses viam esse processo de distensão política? Em entrevista concedida ao *Jornal do Tarde / O Estado de S. Paulo*, Ulysses disse que o MDB estava apenas mais otimista do que esteve no passado. Para Ulysses, o levantamento da censura à imprensa, o melhor diálogo com a classe política e uma certa sensibilidade no relacionamento com o Congresso Nacional não significavam, por si só, o restabelecimento de um regime democrático. São pressupostos da democracia, mas não esgotam o seu conteúdo. O fundamental para Ulysses foi que o governo inverteu as prioridades do desenvolvimento do país sobre o econômico o que o autorizava a ter uma expectativa otimista.

Contudo, quando perguntado sobre os possíveis temores sobre o processo de distensão, Ulysses respondeu:

“O que o MDB vê com inquietação é a questão do método, o gradualismo na distensão. Entendo que se não se quiser fazer de pronto a reformulação, pelo menos que se imprima uma certa velocidade ao processo. Se, no caminho da liberdade, do respeito aos direitos humanos, do voto popular para todas as investidas, fomos surpreendidos por acontecimentos inesperados, o processo poderá sofrer interferências e interrupções. Tivemos exemplos anteriores: a doença do presidente Costa e Silva. Ele tinha uma Constituição pronta, mas com a sua doença as coisas se precipitaram e os rumos foram diferentes. O MDB, por isso, teme o método gradualista. Se ele for muito espaçado, podem surgir acontecimentos que impeçam a marcha para a democratização do país, continuaríamos na situação atual em que há, no Congresso, instituições democráticas mais formais do que reais. Um sistema equívoco. Tememos, por isso, o método contagotas.”¹⁵⁰

¹⁴⁸ *Idem.* p.175.

¹⁴⁹ SKIDMORE, Thomas. *Op.cit.* p.369.

¹⁵⁰ *Jornal da Tarde*, 10 de março de 1975. p.10

Se o método conta-gotas era o temor de Ulysses e do partido, então, esse medo se concretizou, uma vez que o processo distencionista foi caracterizado por ser “lento, seguro e gradual”.¹⁵¹

Geisel *versus* Ulysses Guimarães

Ao tratar do governo de Ernesto Geisel, é interessante destacar a relação entre ele e Ulysses Guimarães. Entre eles desenvolveu-se uma “intensa, profunda e insuperada inimizade.”¹⁵² Essa é sempre uma posição marcada na relação dos dois.

Contudo, nem sempre a relação se destacou nesses moldes. No jornal *O Globo* do dia 20 de junho de 1973, quando foi divulgada oficialmente a indicação de Ernesto Geisel para a sucessão do presidente Médici, a reportagem traz a nota à imprensa do presidente nacional do MDB, deputado Ulysses Guimarães, declarando que a oposição “conhece e respeita o General Geisel, querendo agora conhecer seu programa”¹⁵³.

Em setembro de 1973 Ulysses concedeu entrevista à revista *Veja* e, neste momento ainda não se percebe, inimizades, ao menos da parte de Ulysses. Alguns trechos da entrevista levam a este entendimento.

“VEJA - *A sua campanha será, então, contra o atual governo ou contra o outro candidato, o general Geisel – que é afinal seu concorrente?*

ULYSSES – Não será contra pessoas, mas favorável aos pontos fundamentais de nosso programa. Vamos debater democraticamente o que nos parece errado no governo Médici.
VEJA – *E Geisel?*

ULYSSES – Pessoalmente, tenho as melhores impressões dele. E, de nossa parte, só podemos esperar que ele cumpra os objetivos de reforma política, no sentido da democracia, a que – dizem – ele se propõe.

VEJA – *Mas o general Geisel tem sido cauteloso, desde que foi indicado, em não estabelecer compromissos e condicionamentos para seu governo. Como o senhor pode deduzir dessa atitude as suas intenções no governo?*

ULYSSES – Em primeiro lugar, ele não é um neófito, não vai ser inaugurado em termos de administração pública. Foi secretário do governo na Paraíba. Foi da Casa Militar de Castello Branco. Foi presidente da Petrobras. Baseado em sua atuação passada e experiência, talvez possa depreender que ele tenha condições de realizar, para o bem do

¹⁵¹ Ver tópico abaixo “*Entre avanços e recuos*”

¹⁵² Ver, TEIXEIRA, Francisco Carlos da Silva. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. In FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano*, vol. 4. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. p. 268.

¹⁵³ *O Globo*, 20 de junho de 1973. p.2.

país, uma administração correta, desde que ele se convença de que, para isso, é indispensável que governe sob forma democrática. Quanto a isso, tenho as melhores informações a seu respeito.

VEJA – *Vão apoiá-lo, portanto?*

ULYSSES – Não, apenas não vamos hostilizá-lo. (...) Geisel terá uma oportunidade histórica de devolver ao país a liberdade. (...)”¹⁵⁴

Em matéria do suplemento da *Folha de S. Paulo – Folhetim*, em 1978, já citada mais acima, Ulysses ressalta o fato de Geisel não gostar dele e se posiciona.

“Sei que o atual, esse general Geisel, não gosta de mim. Mas digo que é um erro da parte dele, porque a Presidência da República não inclui esse negócio de gostar ou não gostar. Como presidente do MDB procuro agir como um magistrado. O Presidente da República tem que fazer isso com mais cuidado.

E claro que como pessoa o general Geisel tem o direito de gostar ou desgostar de quem quiser. Mas, como presidente da república, não pode colocar os interesses da Nação ao sabor de caprichos pessoais. Como pessoa é outra coisa (...)

O que vejo de negativo no general Geisel é que ele centraliza tudo.”¹⁵⁵

Três anos antes, em uma nota à imprensa em 5 de outubro de 1975, Ulysses levou o presidente Geisel à fúria. Ele protestava contra um discurso proferido por Geisel, no qual ele acusava a oposição de saudosista e minimizava os apelos para a volta ao “chamado estado de direito” (a expressão, e, sobretudo as aspas, irritaram-no mais ainda). Ulysses preparou sua violenta resposta ao presidente Geisel.¹⁵⁶

“Confirmou-se o provérbio francês: “mais isso muda, mais é a mesma coisa”. A fala presidencial, espero que momentaneamente, mudou a direção do trânsito. “Distensão” não é o rumo para a democracia, mas a continuidade do AI-5, do decreto-lei 477¹⁵⁷, a inaceitabilidade da anistia. (...) No Brasil atual, o presidente da República exerce o Poder Executivo DO e SOBRE o Poder Legislativo; dispõe de poderes de cassar mandatos outorgados pelo povo; colocar em recesso o Parlamento; proscriver *ad aeternum* brasileiros de vida política pela “suspensão” de seus direitos políticos. [...] Ainda DO e SOBRE o Poder Judiciário, acumular poderes de cassar cargos e direitos políticos de juízes (...)”

¹⁵⁴ *Veja*, 12 de setembro de 1973. p.5. Cabe ressaltar que todo acervo da Revista *Veja* encontra-se digitalizado. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

¹⁵⁵ BITTENCOURT, Getúlio. *Folha de São Paulo, Folhetim*, sem data, 1978.

¹⁵⁶ GUTEMBERG, Luiz. *Op.cit.* p. 152.

¹⁵⁷ Decreto-lei 477 – Em linhas gerais define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, 26 de fevereiro de 1969.

Mas o trecho que foi considerado mais injurioso por Geisel, diz: “É obvio que à oposição não iria importar o modelo adotado por Idi Amin Dada, pois nada mais ultrapassado do que governo baseado na força.”

Idi Amin Dada¹⁵⁸, era um ex-sargento das Forças Armadas coloniais inglesas que se tornou ditador de Uganda (1971-1979), na África. Evocá-lo numa nota de protesto contra declarações em que Geisel defendia medidas de força era o mesmo que compará-los.¹⁵⁹

Ulysses criticava algumas declarações de Geisel. Em entrevista concedida ao jornal *O Pasquim* em dezembro de 1978, Ulysses declarou que “o general Geisel fez algumas declarações que comprometem muito sua condição de conduzir os negócios públicos do Brasil”.

“Uma delas é essa frase famosa: ‘Não decido sob pressão.’ Mas quem é que não decide sob pressão? (...) O que não se deve fazer é ceder às pressões por covardia. Kennedy disse uma frase certa: ‘Governar é dirigir pressões’. Todo mundo pressiona mas é preciso decidir qual a pressão legítima. Outro erro fatal do Geisel quanto à sua imagem perante a História foi que achou que deveria se o presidente da Arena e não do Brasil. O estadista precisa ter o senso das prioridades e quando vai para o governo não pode ficar no *fait-divers*, no varejo, tem que ver o que é essencial. O meio do governo ganhar uma eleição é fazendo um bom governo mas Geisel faz um mau governo e anda por aí pior do que o Francelino pra dizer que tem que votar na Arena senão as coisas pioram.”¹⁶⁰

Do ponto de vista de Geisel, as divergências eram devido a outros fatores. Segundo suas palavras: “o elemento que mais me prejudicou no problema da abertura política foi o Ulysses. O Ulysses nunca quis compreender o problema da abertura. Ele achava, estou fazendo uma ilação agora, que se promovia pessoalmente, teria maior liderança. Isso era problema pessoal dele, prejudicando possivelmente o problema nacional.”¹⁶¹

Para Ulysses era fundamental o exercício de retórica oposicionista densa, corajosa e severa. Sem ela, dificilmente teria cumprido notável papel aglutinador e principal líder do MDB

¹⁵⁸ Em 1971, Idi Amin Dada derrubou o presidente Milton Obote. Depois de alguns meses de moderação, iniciou rapidamente a arbitrariedade como estilo de governo. Ordenou assassinatos em massa e aprisionou os opositores. Dizimou as tribos hostis e instaurou pelotões de execução. Estima-se que entre 100 mil e 300 mil ugandenses tenham sido torturados e mortos durante o regime do ex-ditador, que costumava jogar os corpos no rio Nilo. Dezenas de milhares fugiram do país. Em abril de 1979, foi derrocado pelos rebeldes ugandenses no exílio, armados pelo presidente da Tanzânia, Julius Nyerere.

¹⁵⁹ GUTEMBERG, Luiz. *Op.cit.*, p. 152.

¹⁶⁰ *O Pasquim*, n° 489, dezembro de 1978.

¹⁶¹ COUTO, Ronaldo Costa. *Op.cit.* p. 162.

e da resistência democrática que brilham na sua biografia.¹⁶² Em depoimento em 1993, mesmo com Ulysses já falecido em 1992, Geisel foi muito duro quando se referiu a ele:

“Nunca construí nada, na minha opinião. Sempre fez demagogia, sua politicagem, mas jamais produziu. Coitado, já morreu. Sempre fez oposição, a não ser quando foi ministro no regime parlamentar de 1961. De concreto, na vida pública, Ulysses fez apenas aquele monstro que é a Constituição que está aí.”¹⁶³

Como destaquei inicialmente, essa inimizade foi tomando forma após o processo de anticandidatura. Mas, se perpetuou mesmo com a morte de Ulysses.

Entre avanços e recuos

O resultado das eleições de 1974 surpreendeu a todos, ao governo e a própria oposição. O processo da anticandidatura surtiu um efeito positivo. O governo foi amplamente derrotado nas eleições para o Senado. Havia 22 cadeiras em disputa, das quais o MDB ganhou 16. Nas eleições para a Câmara, o MDB não conseguiu maioria, mas aumentou sua bancada de 87 para 165 deputados; a ARENA caiu de 223 para 199. Com isso o governo perdeu a maioria de dois terços, necessária para aprovar emendas constitucionais.¹⁶⁴

Algumas medidas para liberalização foram promovidas, como por exemplo, o abrandamento da censura dos meios de comunicação¹⁶⁵ e a reintrodução de algumas salvaguardas legais aos direitos individuais. Como um conceito mais amplo e especificamente político, a democratização compreenderia os direitos de disputar o governo e eleger representantes livremente, sem privilégios ou limitações.

Porém, assustado com a derrota das eleições de 1974 e sob pressão dos militares radicais, Geisel deu passos para trás. Com receio de nova derrota nas eleições de 1978, tentou fazer

¹⁶² *Idem.* p.163.

¹⁶³ D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p.262

¹⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Idem.* p.175.

¹⁶⁵ Paulo Marconi defende que a censura prévia em veículos da grande imprensa como a revista *Veja* e nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde* durou “o tempo necessário para que os donos destes órgãos aceitassem se submeter ou a um acordo com as autoridades ou então a se livrar dos jornalistas que, pela ótica do poder, eram indesejáveis” Ver MARCONI, P. *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*. 2ªed. São Paulo, Global, 1980. p. 60. O autor aponta casos em que a “conveniência econômica” mais do que a “convicção política” fez com que alguns órgãos preferissem não se indispor, acatar as determinações da Polícia Federal e impor uma “censura patronal”. Maria Aparecida Aquino (1999), por sua vez, em um estudo comparativo da atuação da censura prévia na grande imprensa e na imprensa alternativa afirma que enquanto as divergências de *O Estado de São Paulo* com o regime político puderam ser reparadas com o processo de abertura política, o *Movimento* defendia a mudança de projeto como um todo, opondo-se ao modelo que privilegiava interesses de grupos “nacionais e associados” unidos para deflagrar o golpe em 1964.

mudanças na legislação eleitoral. A Lei Falcão de 1976, o Pacote de Abril de 1977 ¹⁶⁶ e as reformas de 1978 estabeleciam, de forma geral, a proibição da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, alterações na escolha dos representantes com a criação dos senadores biônicos, bem como novas formas de controle por meio das “salvaguardas de emergências.”

No início de 1975, o governo enfrentou delicada situação política. Nos seus primeiros dias na presidência, Geisel parecera receptivo à ideia da oposição de que o AI-5 fosse desativado. Entretanto, meses após sua posse, Geisel advertiu os congressistas de ambos os partidos que não extinguiria os poderes extraordinários do AI-5, e não tardou a demonstrar o que dizia.

Em entrevista concedida a Maria Celina D’Araujo e Celso Castro em 1993, Geisel disse que “não morria de amores” pelo AI-5. “Era preciso mostrar à oposição que, afinal de contas, havia poder. Que tinham que ser comedidos, porque eu tinha poder para reprimir.” ¹⁶⁷

Geisel desencadeou o processo de abertura, todavia, foi também o que mais aplicou o AI-5. No início de 1975 o utilizou pela primeira vez. Ele decretou intervenção federal em Rio Branco, Acre, onde a Assembleia Legislativa recusava aprovação a todos os nomes apontados pelo governador do Estado para assumir a Prefeitura. Voltou a aplicá-lo em julho, para cassar o mandato e os direitos políticos do senador Wilson Campos e de dois outros políticos pernambucanos acusados de corrupção. ¹⁶⁸

Ao longo de 1975, Armando Falcão, ministro da justiça, ordenou uma caça aos comunistas, que ele e as forças de segurança achavam terem desempenhado um papel fundamental na vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1974. Ao longo de 1976, o presidente Geisel utilizou o AI-5 para cassar mandatos com diferentes argumentos: acusação de apoio de comunistas, corrupção, por insulto ao governo e aos militares, etc. O fato é que o uso do AI-5 pelo presidente significava que a influência da linha dura no governo ainda tinha peso. ¹⁶⁹

No final de junho, um retrocesso no processo liberalizante. O presidente Geisel tomou uma medida mais séria para controlar a mídia. Pediu e obteve do Congresso uma lei que proibisse o uso para fins de campanha política da televisão ou rádio, na qual só poderia aparecer

¹⁶⁶ O “Pacote de Abril” foi declarado sob a vigência do AI-5 que, entre outras coisas, permitiu que Geisel fechasse o Congresso por tempo indeterminado em 1º de abril de 1977. Elio Gaspari destaca que pela primeira vez desde o reinado de D. Pedro I, o executivo legislou com a colaboração dos presidentes das duas Casas do Congresso fechado. Entre as medidas anunciadas em 14 de abril, determinava-se que com um só voto – o do presidente – a ARENA recebia 21 cadeiras no Senado. Ver GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Ver também CARVALHO, Aloysio C. de. *Geisel, Figueiredo e a Liberalização do regime autoritário (1974-1985)*. In: Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol, 48, nº 1, 2005, pp.68-115. Mais a frente será desenvolvido um tópico sobre o Pacote de Abril.

¹⁶⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 390.

¹⁶⁸ COUTO, Ronaldo Costa. *Op.cit.*, p. 172-173.

¹⁶⁹ SKIDMORE, Thomas. *Op.cit.*. p.370.

a imagem do candidato e a leitura de seu *curriculum*. Esta medida seria extensiva aos dois partidos – ARENA e MDB. A lei de número 6339 de 1º de julho de 1976 ficou conhecida como Lei Falcão, devido ao ministro da Justiça Armando Falcão.

Ao analisar as eleições de 1974, o governo concluiu que o acesso relativamente livre ao rádio e à televisão influenciou na vitória do MDB que pode divulgar suas ideias, atraindo votos decisivos. Nesse sentido, Geisel, reforçava o cerco do governo ao partido opositor.

Em entrevista à revista *Isto É* em 1979, Ulysses faz uma análise do governo Geisel e dos retrocessos de seu governo.

“Acho que o que o Geisel deveria ter feito era justamente dar consequência ao raciocínio político que informava ou que alimentou a sua imagem ao vir para o governo. O que se dizia do Geisel, da expectativa que ele gerou, era de que ia democratizar o país. Ele andou neste sentido até que veio com aquela interpretação de distensão, distensão não é só política, distensão é social, porque dá salários, distensão porque aumenta renda, distensão não sei o que, foi o discurso da ‘pá-de-cal’ de agosto de 1975. (...) acho que o discurso ‘pá-de-cal’ foi um aviso aos navegantes de que viria o ‘pacote de abril’, Lei Falcão, de que o governo precisava ganhar as eleições de qualquer maneira.”¹⁷⁰

O discurso “pá-de-cal” no qual Ulysses se referiu na entrevista à *Isto É*, faz alusão ao pronunciamento que Ernesto Geisel fez dia 1º de agosto de 1975 para o rádio e televisão falando sobre os aspectos político, social e econômico, destacando sobre o processo de distensão. Geisel diz que a palavra distensão apareceu pela primeira vez no final do discurso de 29 de agosto de 1974, aos dirigentes da ARENA.

“A partir de então, e principalmente depois das eleições de 15 e novembro, muito se tem publicado e discutido sobre a *distensão*, atribuindo-se ao Governo – notadamente ao Presidente da República – intenções, objetivos, avanços, recuos, submissões a pressões etc., que – uns e outros – absolutamente não correspondam à realidade, mas constituem fruto da imaginação e, por vezes, além do que contém de intriga e de ação negativista, representam apenas o desejo íntimo de seus autores.

A *distensão* é aí apresentada com a conotação exclusivamente política, visando, pelo que se diz, ao indispensável restabelecimento do chamado ‘estado de direito’, mediante a pura e simples supressão do AI-5 e, complementarmente, a revogação do DL-477, a revisão da Lei de Segurança, a concessão de ampla anistia. Preconiza-se, também,

¹⁷⁰ *Isto É*, 21 de fevereiro de 1979

reforma da Constituição, com a redução dos poderes do Executivo, considerados excessivos, e a ampliação das atribuições do Legislativo. (...)”¹⁷¹

Neste discurso, Geisel definiu o processo de distensão por ele defendido. Desta forma, quando Ulysses diz que este discurso foi “pá-de-cal” – que no sentido popular significa dar algo por encerrado – quer dizer que ali ele apontou suas diretrizes de governo e que o processo seria gradual. E continuou:

“Mas a *distensão* não deve ser apenas política, – nem predominantemente política. O que almejamos para a Nação (...) é um desenvolvimento integral e humanístico, capaz, portanto, de combinar, orgânica e homoganeamente, todos os setores – político, social e econômico – da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a *distensão*, – isto é, a atenuação, se não eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da Nação e o bem-estar do povo.

(...)

Constitui *distensão* a ação que se realiza na área social.

(...)

É *distensão* o conseguir-se a regularização do abastecimento da população em gêneros alimentícios.

(...)

Constitui *distensão* o encaminhamento da solução dos problemas crônicos e crescentes das regiões urbanas. (...) Constitui *distensão* o acesso de maior número de jovens ao ensino superior.(...)”¹⁷²

Distensão no dicionário significa afrouxamento, relaxação, prolongamento¹⁷³. Quando analisamos o que é distensão para Geisel, percebe-se a amplitude que o termo passa a significar. Nesse sentido que Ulysses diz que Geisel “veio com aquela interpretação de distensão, distensão não é só política, distensão é social, porque dá salários, distensão porque aumenta renda, distensão não sei o que”, caracterizando o discurso como “pá-de-cal”.

Por fim, cabe ressaltar que os retrocessos do governo Geisel não interromperam o movimento de abertura. Em 1978, o Congresso votou o fim do AI-5, o fim da censura prévia no rádio e na televisão, e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos. O governo ainda atenuou a Lei de Segurança Nacional e permitiu o regresso de 120 exilados políticos.

¹⁷¹ GEISEL, Ernesto. *Discursos 1975*. Volume II. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1976. p. 152-53.

¹⁷² *Idem*. p. 153.

¹⁷³ Dicionário Michaelis Online. Ver: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=distensao> Acessado em: 03/03/2011

A Lei Falcão e as eleições de 1976

Diante da proximidade das eleições de 1976, Geisel decretou a Lei Falcão¹⁷⁴. O que a lei determinava?

A lei admitia apenas no rádio e na televisão a leitura do nome, número do registro, legenda, dados biográficos do candidato e local e horário dos próximos comícios, acrescidos de candidato e nem mesmo as mensagens do seu partido político. Desta forma, a campanha se tornaria algo sem atrativos, enfadonho para o telespectador.

Além disso, a justiça eleitoral proibiu a afixação de cartazes e outros recursos visuais em locais públicos. Restaram os jornais, que não tem o impacto para eficácia eleitoral e tem menor penetração. O significado desta censura fica evidente se lembrarmos que os maiores jornais do país na época tinham tiragem máxima de aproximadamente 300 mil exemplares, atingindo cerca de 20 milhões de pessoas; em compensação, o rádio atingia 85 milhões de pessoas, e a televisão aproximadamente 45 milhões. Desse modo a campanha para as eleições municipais de 1976 reduziu-se a um silêncio virtual, negando-se à oposição o emprego do seu principal recurso – o debate e a argumentação.¹⁷⁵ Ulysses em entrevista ao jornal *O Globo*, faz sua avaliação sobre a Lei Falcão. Em suas palavras:

“[As eleições de 1976] foi uma mobilização enorme de candidatos a prefeitos, a vereadores, dos diretórios, das convenções e, posteriormente, da campanha. Quero mais uma vez demonstrar o nosso irreconciliável dissídio e o nosso repúdio à chamada “Lei Falcão”. Entendemos que foi uma grave distorção à normalidade das eleições de 1976, porque a propaganda não pertence aos partidos, nem ao MDB nem à Arena. Ou melhor, a propaganda não é um direito dos partidos, é um direito do eleitor. O eleitor, para votar bem, precisa ser esclarecido. E para ser esclarecido é preciso que os meios de

¹⁷⁴ Seguem alguns artigos da lei: "Art. 250. Nas eleições gerais, de âmbito estadual, as emissoras de rádio e televisão, de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, Estados, Territórios e Municípios, reservarão, nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito, duas horas diárias para a propaganda eleitoral gratuita, sendo uma hora à noite, entre vinte e vinte e três horas, sob a fiscalização direta e permanente da Justiça Eleitoral. § 1º Nas eleições de âmbito municipal, as emissoras reservarão, nos 30 (trinta) dias anteriores à antevéspera do pleito, uma hora diária, sendo trinta minutos à noite entre vinte e vinte e três horas, para a propaganda gratuita, respeitada as seguintes normas: I - na propaganda, os partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro dos candidatos na Justiça Eleitoral, bem como a divulgar, pela televisão, suas fotografias, podendo, ainda, anunciar o horário local dos comícios; II - o horário da propaganda será dividido em períodos de cinco minutos e previamente anunciado; III - a propaganda dos candidatos às eleições em um município só poderá ser feita pelas emissoras de rádio e televisão, cuja outorga tenha sido concedida para esse mesmo município, vedada a retransmissão em rede; IV - o horário de propaganda destinado a cada partido será distribuído em partes iguais, entre as suas sublegendas; Brasília, 1 de julho de 1976; 155º da Independência e 88º da República. ERNESTO GEISEL / Armando Falcão”

¹⁷⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. Op.cit., p.230.

comunicação social mais adiantados, como a televisão e o rádio, sejam utilizados pela campanha e pela propaganda.”¹⁷⁶

A campanha silenciosa e mal divulgada prejudicou muito mais o MDB, já em natural desvantagem, porque não tinha estrutura tão capitalizada quando da ARENA. Em muitos dos quatro mil municípios brasileiros nem diretório tinha.

O controle dos cargos municipais adquiria importância cada vez maior na medida em que constituíam os blocos de sustentação do poder político. A ARENA, comparada ao MDB tinha muito mais recursos. Em primeiro lugar, o estudo do Serviço Nacional de Informação (SNI) assinalara os municípios mais importantes, estabelecendo as estratégias eleitorais dos candidatos do partido do governo. Além disso, toda a burocracia do Estado central e dos diferentes estados foi colocada à disposição dos interesses eleitorais da ARENA. Abriram-se estradas em municípios de controle deste partido, e em alguns casos cortavam-se fundos de municípios controlados pelo MDB.¹⁷⁷

As finanças do Estado foram postas à disposição de candidatos da ARENA. Eles podiam usar carros oficiais, gasolina, funcionários públicos para trabalho em suas campanhas, mimeógrafos, papel, etc. Embora os candidatos não pudessem falar pela televisão ou pelo rádio, nada impedia que governadores, ministros ou o próprio Presidente da República fizessem em nome dos candidatos. Acima de tudo, dizia-se na época que em caso de vitória do MDB haveria uma onda de repressão.¹⁷⁸ Ou seja, diante desta situação, parece claro que o MDB não gozou de vantagens como a ARENA. Durante a campanha de 1976, o MDB conduziu sua campanha no interior literalmente sobre o lombo de burros ou a pé. Em uma matéria da revista *Veja* denominada “Campanha de porta em porta”, percebe-se bem essa situação:

“Primeiro, ela [propaganda política] foi banida dos jornais, em nome da necessidade de disciplinar o uso do dinheiro. Depois dos muros, árvores e postes das vias públicas, para que se conservassem limpas as cidades. Este ano, caiu a última barricada – a propaganda política foi quase inteiramente proibida no rádio e na televisão, pelo que se informou na época para evitar que eleitores desprevenidos, ouvindo ou vendo programas transmitidos de outra cidade, acabassem votando em candidatos de outra jurisdição. Foi assim que os interessados na conquista de um mandato de prefeito ou vereador, no próximo de 15, se viram um trabalho quase artesanal, andando, andando de casa em casa, falando de ouvido a ouvido, para convencer os eleitores de suas virtudes. ‘Só nos restam as praças públicas’, desabafou, na semana passada, em Santos, o presidente nacional do MDB,

¹⁷⁶ *O Globo*, 26 de dezembro de 1976. p.6

¹⁷⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. Op.cit., p.230.

¹⁷⁸ *Idem*.

deputado Ulysses Guimarães. É uma declaração que ele vem repetindo de cidade em cidade, de palanque em palanque – e vai continuar a repetir até o encerramento da campanha, quando pretende ter completado a expressiva cifra de 1200 discursos, pronunciados diante de auditórios tão diferentes (...)”¹⁷⁹



Em Itajaí, sorteio de um carro para quem não foi ver o MDB

Veja, 03 de novembro de 1976. p.22

A foto acima demonstra o esforço da ARENA em esvaziar os comícios do MDB durante as eleições de 1976.



Ulysses Guimarães no interior de São Paulo: "Só nos restaram as praças públicas"

Veja, 03 de novembro de 1976 p.20

¹⁷⁹ Revista *Veja*, 3 de novembro de 1976. p.20.

Em entrevista à revista *Visão* em fevereiro de 1976 ¹⁸⁰, Ulysses contou sobre sua viagem pelo Norte e Nordeste do país e destacou as dificuldades encontradas.

“**Visão** – O senhor voltou de uma controvertida viagem pelo Norte e Nordeste. Apesar de todas as restrições que foram impostas a essa sua peregrinação política, o senhor voltou otimista?

Ulysses Guimarães – Sim, a viagem foi muito importante para o MDB, serviu para aumentar nossa confiança. Havíamos programado apenas reuniões de lideranças, mas essas reuniões se transformaram em acontecimentos populares. Por isso, hoje estamos mais motivados, confiantes.”

E continuou falando das restrições e dificuldades que encontraram e citou um caso concreto:

“**Ulysses Guimarães** - O presidente da Arena, Francelino Pereira, havia estado umas três semanas antes em Campina Grande, na Paraíba, e desde sua chegada ao aeroporto os meios de divulgação tiveram toda liberdade para trabalhar. Conosco, foi o que se viu. Em Pernambuco, outro exemplo: enquanto fazíamos um comício sob patas de cavalo em Caruaru, o governador, responsável por toda aquela repressão, falava ao povo em Garanhuns, com a presença de emissoras de rádio. Houve, portanto, uma diferença muito grande de tratamento.”

Cabe destacar que essas viagens ainda não significavam campanha eleitoral para as eleições de 1976. Contudo, segundo Ulysses, considerou essa diferença no tratamento um retrocesso na vida política do país, uma vez que o acesso ao rádio e à televisão foi uma conquista partidária para a época das eleições.

Contudo, apesar dos benefícios da ARENA, o partido não obteve a vitória esperada. Venceu. Obteve 15,2 milhões de votos – o que significava 35% - contra 12,7 milhões de votos para o MDB – 30%. A apertada vitória da ARENA parecia confirmar a previsão do SNI de que sem controles eleitorais o MDB poderia ter conquistado maioria, especialmente nas grandes cidades nos estados mais industrializados. O MDB venceu as eleições para prefeitos e conquistou controle majoritário de câmaras municipais em 59 das 100 maiores cidades do país. Das 15 cidades com mais de meio milhão de habitantes, o MDB venceu em 67%.¹⁸¹

¹⁸⁰ Revista *Visão*, 9 de fevereiro de 1976. p.23-26

¹⁸¹ Ver dados em *Veja*, 24 de novembro de 1976. p. 22.

Em entrevista ao jornal *O Globo* em 26 de dezembro de 1976, Ulysses Guimarães fez um balanço do ano de 1976 e sua primeira avaliação é que o ano foi bom, porque houve eleições.

Em suas palavras:

“Como o senhor vê o ano político de 1976?”

Em primeiro lugar, eu registro a circunstância de que tivemos eleições. Acho um fato auspicioso, porque as eleições caracterizaram uma prática democrática. A democracia é um exercício, é uma prática. Inclusive para que o povo vá se aprimorando no exercício de sua competência de escolha, na seleção das opções que lhe são oferecidas. Entendo que, com a realização das eleições de 1974, mobilizou-se toda dinâmica social do país com convergência para as eleições de 1976. E agora também, daqui para frente, com base nas eleições de 1976, todo corpo social, as instituições, estão se posicionando, se mobilizando para um alvo, que são as eleições de 1978, notadamente, eleições para governos estaduais. Digo notadamente porque elas inexistiam até aqui. (...) Lamento, nas eleições que se realizaram, o fato de ter havido, num grande número de estados, uma ingerência, que entendo indevida, na máquina administrativa. Sustentei e sustento que o Presidente da República e os Governadores dos Estados têm o direito de se interessar, mesmo de participar da luta partidária, como se faz nos demais países democráticos. Mas a burocracia, ou melhor, a administração, esta é neutra. É imparcial, pertence ao País, a todos os brasileiros, portanto a todos os partidos. E não pode tomar partido. Lamentavelmente, constatamos que em muitos estados isso não ocorreu. De outro lado, também registramos a influência do poder econômico, do dinheiro. E é por isso que nós do MDB somos contra a coincidência de mandatos. O argumento contra gastos eleitorais é um argumento contra a coincidência. Seria melhor que amiudássemos as eleições, para que se enfraquecesse a possibilidade de atuação do dinheiro. Mas indiscutivelmente, entendo que no ano de 1976, é claro, o acontecimento político culminante foram as eleições municipais, mesmo por que, pela sua estrutura, pelas suas características, elas se interferiram em todos os municípios do Brasil.”¹⁸²

Analisando os acontecimentos da política nacional em 1976, a partir dessa entrevista de Ulysses, percebemos que ele considerou as eleições municipais como o acontecimento mais importante do ano. Além de representar uma prática democrática, serviram de base para as eleições de 1978.

Em análise mais distanciada de 1976, em entrevista concedida ao jornal *O Pasquim* em dezembro de 1978, Ulysses declarou que considerava a Lei Falcão para a oposição foi pior que o AI-5, e explicou o porquê.

“Pior que o AI-5 pra oposição foi a Lei Falcão porque o nosso instrumento é a palavra. A televisão atinge o cidadão que está contra você, contra o seu partido, ou está na dúvida, enquanto a grande parte dos que vão a comícios são aqueles a seu favor. Antes de começar a falar já estão gritando: ‘Mete pau, Presidente’! É por isso que houve gente cassada por discursos. Começaram dizendo que não era uma democracia, outros já

¹⁸² *O Globo*, 26 de dezembro de 1976. p. 6.

diziam que era um arbítrio, outro pra arrancar aplausos dizia que era usurpação, aí vinha um que dizia: ‘É uma ditadura!’”¹⁸³

E continuou falando da importância da televisão e do rádio na propaganda política.

“O rádio e a televisão despertaram uma consciência de reivindicação, de ser consumidor e participar do mercado e do consumo, e isso vai abater no salário e na distribuição de renda. Mesmo com essa linguagem ultrapassada você pode falar algumas coisas nos comícios que levem a um raciocínio. Antigamente não, falava-se nas bandeiras, nos bandeirantes, hoje fala-se em distribuição de renda, nas multinacionais, na dívida externa, e o povo participa dos debates. Estão absorvendo certas idéias e sabem que é através da democracia que podem realizá-las. Essa democracia nossa, sempre mais formal do que real, está cada vez mais desaparecendo. O conteúdo da nova democracia está nascendo nas grandes massas brasileiras que estão participando cada vez mais.”¹⁸⁴

Ou seja, quando Ulysses ressalta que a Lei Falcão tenha sido pior que o AI-5, ele não minimiza o AI-5 como se fosse algo menos grave, mas apenas evidencia que cercear o uso da palavra na propaganda eleitoral, limitaria ainda mais a atuação da oposição, na medida em que a propaganda era uma maneira de chegar também àqueles que desconheciam, discordavam ou tinham dúvidas a respeito da proposta do MDB. A propaganda era, portanto, um canal de comunicação e acesso aos eleitores. Nesse sentido, a Lei Falcão é entendida como um retrocesso no processo de abertura.

O Pacote de Abril – 1977

Desde 1974, quando o MDB obteve vitória com maioria no Senado Federal, a ARENA não tinha mais a maioria de dois terços no Congresso, condição considerada necessária para aprovação de emendas constitucionais, por exemplo. Nesse sentido, a ditadura perdeu a capacidade de produzir um projeto autônomo de reforma política. O MDB teria plenas possibilidades de negociação, “teria forte poder de barganha”¹⁸⁵, segundo Geisel.

Geisel, pensando em uma solução para o que ele entedia como impasse, chegou a sondar a hipótese de dissolução dos partidos. Mas, essa possibilidade foi eliminada. Para sobreviver, o regime precisava de muito mais, em sua concepção. Respeitando as regras que ele próprio estabeleceu, a hegemonia da ARENA deveria se evidenciar nas eleições de 1978 – no dia 15 de

¹⁸³ *O Pasquim*, n°489, dezembro de 1978. p.62.

¹⁸⁴ *Idem*.

¹⁸⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.353. Anotações de Geisel de 6 de abril de 1976.

novembro seriam realizadas eleições diretas para escolha dos governadores e para a renovação de dois terços do Senado Federal, de toda a Câmara dos Deputados e de todas as Assembleias Legislativas. As lembranças das eleições de 1974 não eram positivas para o governo. E num cálculo conservador, a oposição era favorita no Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

186

Para a ditadura, a oposição obter maioria no Senado e os grandes Estados que concentravam quase dois terços do PIB do país sendo governados por emedebistas, incomodava o governo.

Para preparar o terreno para as medidas de liberalização do plano de distensão, o Presidente Geisel precisava aplacar os setores de linha dura da coalizão civil-militar que exigiam controle mais permanente sobre o Judiciário. Duas modificações principais seriam estabelecidas por emenda constitucional a ser apresentadas no Congresso: a primeira criava um novo órgão, o Conselho da Magistratura, dotado de poderes para disciplinar os juízes.

A segunda, talvez mais importante para o desenvolvimento do aparato repressivo, consistia na retirada dos julgamentos de policiais militares da jurisdição dos tribunais civis; eles passariam a ser julgados por tribunais militares especiais integrados por oficiais da própria Polícia Militar. Ou seja, a possibilidade de impunidade para os policiais militares que cometessem crimes seria quase total. Estas inovações, incluídas no pacote de reforma judiciária como Emenda Constitucional número 7, encontrou problemas com a Ordem de Advogados do Brasil (OAB) que pressionou o MDB para rejeitar o projeto governamental ou modificá-lo.¹⁸⁷

Como essa reforma judiciária foi introduzida como emenda constitucional, precisava-se de dois terços dos votos de ambas as casas – Senado e Câmara – para ser aprovada. Nesse sentido, o governo se viu obrigado a negociar com MDB.

Quando Petrônio Portella – presidente do Senado – anunciou que pretendia discutir com a oposição o projeto de reforma do Judiciário, buscava uma maneira de avançar mudanças que desmontassem as armadilhas em que a ditadura estava presa. Tentava um compromisso que, de saída, liquidasse a eleição direta dos governadores. Não enunciava o desejo, nem trazia propostas, apenas metáforas.¹⁸⁸

¹⁸⁶ *Idem.*

¹⁸⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Op.cit.*, p.232.

¹⁸⁸ GASPARI, Elio. *Op.cit.*, p.355.



Uma trégua nos desentendimentos, para fotografias e declarações: Nobre, Guimarães, Portella e Pereira

Veja, 06 de abril de 1977. p.24

Contudo, Ulysses Guimarães não queria negociar. Petrônio procurou-o formalmente no dia 9 de março para conversar. Mas o que foi proposto ao presidente do MDB era algo inaceitável para a oposição. Fora oferecido que não fossem realizadas as eleições diretas dos governadores. Repúdio da oposição. Porém, Thales Ramalho, defensor da conciliação, achava necessário conjurar o confronto. Thales queria negociar o fim da ditadura. Já Ulysses, queria o poder, que representava para ele uma nova vitória eleitoral em 1978. Com a eleição de governadores do MDB nos principais estados, poderia tirar das mãos do regime o controle da sucessão presidencial.

Elio Gaspari em *Ditadura Encurralada*, narra sobre os bastidores do MDB negociando a possibilidade de aceitar a proposta de Petrônio Portella. Thales Ramalho e Tancredo Neves – ala mais moderada – estavam inclinados e tentando fazer Ulysses concordar. Tancredo Neves sustentara a conveniência de se permitir a reforma. Ele não via motivos para ser ir a um choque por conta de um tema – os predicamentos da magistratura – incompreensível para a opinião pública. Ademais, entendia que não valia a pena lutar por um Judiciário que sempre iria a favor do regime. Diante de uma longa conversa, Ulysses aceitou apoiar a tática. Combinaram até a

ordem da comunicação na reunião do Diretório. Tancredo encaminharia a proposta de liberação da bancada, depois, Franco Montoro apenas a endossaria.¹⁸⁹

Porém, na hora, após o discurso de Tancredo, Ulysses não chamou Montoro, mas Paulo Brossard, que ao invés de reafirmar as palavras de Tancredo – que representava a posição dos moderados -, desarticulou-as. Ou seja, Ulysses não firmou o trato e ao invés da reunião fechar com a proposta do governo “para evitar o confronto”, segundo Tancredo; por unanimidade o diretório decidiu o oposto: o enfrentamento.



Veja, 30 de março de 1977. p.21

Tancredo e Thales Ramalho ficaram com raiva de Ulysses. Segundo Gaspari, “tão elegantes quando dissimulados, eles conviveram por mais onze anos sem atritos públicos e sem nenhuma confiança.”¹⁹⁰ Tancredo precisava de Ulysses para que suas manobras não fossem apedrejadas. Ulysses precisava de Tancredo para evitar o radicalismo. Ou seja, um precisava do outro e seus projetos se neutralizavam. Neste dia, Ulysses neutralizou Tancredo. O fato foi que o MDB fechou a questão obrigando todos seus parlamentares a votarem contra o projeto.

No dia 30 de março de 1977 o projeto da reforma judiciária foi a plenário em sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados, como era exigido para a votação de uma emenda constitucional. O resultado foi de 241 votos a favor do projeto original contra 156. Com esse “placar” não houve os dois terços necessários para aprovação. Portanto, o projeto foi rejeitado.

¹⁸⁹ *Idem.*

¹⁹⁰ *Idem.* p.360.

Valendo-se do poder extraordinário que tinha em mãos com o AI-5, Geisel fechou o Congresso Nacional no dia 1º de abril – depois a reprovação do projeto. Durante 14 dias foram promovidas discussões. Os poderes legislativos foram transferidos a um núcleo pequeno de assessores. No dia 13 de abril, Geisel assinou a Emenda Constitucional número 7 – a mesma reforma judiciária rejeitada pelo Congresso no dia 30 de março. No dia seguinte, assinou a Emenda Constitucional número 8, que estabeleceu alterações fiscais e uma série de importantes modificações na Constituição de 1969 a respeito das eleições. Este conjunto de medidas ficou conhecido como “Pacote de Abril”, cujas medidas foram basicamente:

1. As eleições dos governadores será sempre indireta e alterou a composição do Colégio Eleitoral.¹⁹¹
2. Assegurou a maioria no Senado tornando indireta a escolha de um dos dois senadores que seriam eleitos em 1978. Com um só voto – o seu – a ARENA já tinha 21 cadeiras. Ficaram conhecidos como “senadores biônicos”. Essa designação pejorativa foi criada por humoristas de oposição para sintetizar a ideia de que eram, na realidade, “invencíveis e artificialmente fabricados.”¹⁹²
3. Aplacou as facções da ARENA nos estados e municípios restabelecendo a sublegenda na eleição de um dos senadores.
4. Alterou o sistema de cálculo das representações dos Estados na Câmara dos Deputados.
5. Estendeu para seis anos o mandato dos seus sucessores e alterou a composição do Colégio Eleitoral – reduzindo a influência das representações dos estados mais populosos.

A tabela abaixo, publicada na Revista *Veja* de 20 de abril de 1977¹⁹³ ajuda a elucidar as deliberações do “Pacote de Abril”.

¹⁹¹ Cabe ressaltar que desde 1966 as eleições já eram indiretas para governador. A partir desse ano, todas as eleições de governadores foram indiretas, voltando a ser diretas em 1982. 1966 – eleições em 3 de setembro; 1970 – eleições em 3 de outubro; 1974 – eleições em 3 de outubro e 1978 – 1º de setembro. Em 1982 a eleição de governadores volta a ser direta, uniformizados os mandatos em 4 anos de duração, na forma da Emenda Constitucional n.º 15, de 19-11-1980. Essa Emenda restabeleceu, também, o voto direto nas eleições para senador da República, com mandato de oito anos. Fonte Tribunal Superior Eleitoral. Acessado em 28.07.2010 em <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/cronologia.htm>

¹⁹² ALVES, Maria Helena Moreira. Op.cit. p.235.

¹⁹³ Revista *Veja*, 20 de abril de 1977.

As novas regras, criadas em duas semanas

Durante os catorze dias em que o Congresso esteve sob recesso, Geisel decretou as seguintes medidas:

Presidência da República

- O mandato presidencial passa a ter a duração de seis anos.
- A eleição foi antecipada de 15 de janeiro para 15 de outubro.
- O mandato do presidente Geisel continuará sendo de cinco anos.

Governadores de Estados

- A eleição dos governadores será sempre indireta.
- O colégio que elegerá os governadores será composto dos membros das assembleias legislativas e de delegados das câmaras municipais.
- A eleição foi antecipada para o dia 1.º de setembro.

Senado

- Um terço dos representantes será eleito por via indireta, pelo colégio que elegerá os governadores.
- Cada partido passa a ter o direito de instituir até três sublegendas para a disputa em eleições diretas das outras duas vagas, em cada Estado.

Câmara Federal

- Foi fixado o limite máximo de 420 representantes.
- A proporcionalidade da representação será calculada segundo a população de cada Estado, e não mais segundo o número de eleitores.
- Nenhum Estado terá mais de 55 ou menos de seis deputados.

Constituição

- Qualquer emenda à Constituição Federal será aprovada através do voto da maioria dos membros do Congresso Nacional, e não mais pelo voto de dois terços.
- As propostas de emendas poderão ser feitas pelo presidente da República ou por um terço dos membros de cada Casa do Congresso.

Lei Falcão

- As limitações impostas à propaganda eleitoral instituídas no ano passado apenas para os pleitos municipais passam a se estender às eleições gerais.

Prefeitos e vereadores

- Os prefeitos e vereadores a serem eleitos em 1980 exercerão um mandato-tampão de apenas dois anos, para permitir a coincidência geral das eleições, em 1982.

Poder Judiciário

- Foi promulgada a reforma do Poder Judiciário conforme projeto que havia sido elaborado pelo Poder Executivo.

Férias

- Foram introduzidas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho com o objetivo de estender por trinta dias corridos o período de férias dos trabalhadores.

Denúncia vazia

- Através da "denúncia vazia", o locador podia exigir a entrega de um imóvel, ao fim do contrato. Agora foi fixado prazo (proporcional ao tempo de ocupação) para que o inquilino desocupe o imóvel.

Impostos

- Passa a ser possível a criação, o aumento e a cobrança imediata de impostos, a qualquer época, mediante lei complementar.

Concursos públicos

- Nenhum concurso para preenchimento de cargo público terá validade maior que quatro anos, a contar da homologação.

Veja, 20 de abril de 1977

Diante de tais medidas, o governo sentia-se tranqüilo para organizar o processo de sucessão e pensar nas eleições de 1978.

Mesmo com tantos direitos cerceados, o governo ainda não conseguiria calar a oposição. O MDB era um movimento, como dizia Ulysses, que caracterizava uma frente ampla, uma vez que abrigava um amplo espectro de tendências e opiniões, agregando desde conservadores e liberais, até socialistas. Sua identificação era a luta pela democracia e pelo fim da legislação repressiva.¹⁹⁴

Em junho de 1977, a oposição já se movimentava pensando em 1978. O MDB com quatro de seus principais líderes – Ulysses Guimarães, Alencar Furtado, Franco Montoro e Alceu Collares –, organizou um programa nacional de rádio e televisão, no qual teceram duras críticas ao governo, tocando em temas como o modelo de desenvolvimento econômico, salários dos trabalhadores e condições de vida, os controles e reformas eleitorais arbitrários do Pacote de Abril, e a política econômica.

No dia seguinte, segundo cálculos do IBOPE, estima-se que 21 milhões de pessoas tenham ouvido a mensagem do MDB. “Um sucesso de público. Na hora das novelas, a voz e a

¹⁹⁴ COUTO, Ronaldo Costa. *Op.cit.* p.204.

imagem do MDB para 21 milhões”, já dizia a manchete da revista *Veja*.¹⁹⁵ Isso significava que 70% dos 12 milhões de televisores no Brasil, estavam atentos à mensagem do MDB.¹⁹⁶ Dos 70% que assistiram, 69% apoiava os pontos de vista defendidos pelo partido de oposição. O programa não infringia a Lei Falcão, uma vez que o período da comunicação não era eleitoral. Na revista *Veja* de 6 de julho de 1977, mostrou a penetração do programa no Brasil.

“No supermercado Carrefour, só um casal interrompeu a ciranda de compras para acompanhar o programa, enquanto na estação rodoviária idêntica indiferença cercava os aparelhos (...) de televisão. Naquele instante, contudo, milhões de brasileiros encastelados em poltronas e cadeiras recompunham uma platéia virtualmente proscrita pela ‘Lei Falcão’.”

O pernambucano João Matos, representante do Ibope no Recife disse que “audiência assim é um tiro.”¹⁹⁷ Tiveram pessoas que ligaram aflitas para o Estado de São Paulo perguntando se haviam derrubado o presidente Geisel. Diante deste nível de penetração e com a grande repercussão do programa, Geisel reagiu com represália.



Flachsland e família: louvores ao exemplo democrático do Brasil

Veja, 06 de julho de 1977. p.27



Brasília: espectadores na rodoviária

p.28

¹⁹⁵ *Veja*, 6 de julho de 1977. p.25.

¹⁹⁶ *Jornal do Brasil* de 28 de junho de 1977, p. 10 também aponta para esses mesmos dados.

¹⁹⁷ *Veja*, 6 de julho de 1977. p. 25.



Veja, 06 de julho de 1977. p.25

No final de junho de 1977, o mandato e os direitos políticos do líder do MDB na Câmara, Alencar Furtado, foi cassado. Durante o programa, Alencar falou sobre o AI-5 e sobre a censura. Ulysses Guimarães, presidente do partido, foi enquadrado no artigo 347 do Código Eleitoral, por desobediência à Justiça Eleitoral. Contudo, foi unanimemente absolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) alguns meses depois. Diante do sucesso do programa, o governo proibiu o acesso do partido ao rádio e à televisão, mediante o Ato Complementar número 104, do início de julho de 1977. Mas, o novo papel do MDB pesava cada vez mais na balança política do país e no jogo de abertura.

O discurso que não cassou o mandato de Ulysses, mas que o enquadrou por desobediência à Justiça Eleitoral tratava dos seguintes pontos:

Discursando sobre as eleições:

“Fechar as urnas é tapar a boca da nação. Se o povo politicamente não pode falar, como poderá anunciar seus mandatários? Como poderá clamar pela falta de pão, teto, saúde, educação?”

Sobre desenvolvimento do país:

“A estratégia do desenvolvimento deve ser a geração do bem-estar, a criação de empregos, redistribuição e não-concentração das riquezas, para que a renda dos pobres receba ponderação maior que a renda dos ricos.”

Falando de democracia:

“A democracia é causa e não efeito da prosperidade e bem-estar.”

Finalizando sobre o futuro:

“O mal que dizima e amargura a nação tem um só diagnóstico – ausência de democracia. É a hora da grandeza, vamos vivê-la. É a hora da coragem. Deus nos abençoará para que a tenhamos.”¹⁹⁸

Vale destacar também alguns trechos do pronunciamento na televisão que levou à cassação de Alencar Furtado.

“É abominável quando a lei se torna instrumento de alguns para atender a caprichos subalternos. É que nas autocracias a lei existe para servir a força e a força nem sempre existe para servir a lei. Desgraçadamente acredita-se mais na força que na lei, mais no AI-5 que no Poder Judiciário. (...) Sempre defendemos os direitos humanos e as liberdades democráticas, fundamentos e inspiração do nosso programa, cuja difusão estamos promovendo; por isso sofremos a incompreensão de muitos e o combate sistemático de outros, mas, em compensação, recebemos o comovente apoio da Nação Brasileira. (...) Torna-se insuportável mais de uma década de arbítrio. O Governo da democracia, procura perpetuar-se no Poder, deturpando o processo revolucionário com a flagrante usurpação dos direitos do povo.”

E seguiu criticando o regime de exceção, o arbítrio e os atos institucionais:

“Em verdade, a legislação excepcional esbulhou o império da legalidade, elegendo o arbítrio. O regime abastardou a lei, vulnerou a intangibilidade do Judiciário, quebrantou o Legislativo e colocou os dirigentes acima da própria Constituição, que, à sua vez, se submete aos caprichos dos Atos Institucionais.”

Alencar tocou na questão dos desaparecidos e mortos durante a ditadura. Esse foi o trecho de seu discurso que mais irritou os militares, motivo para a cassação de seu mandato parlamentar:

“Hoje, menos que ontem, ainda se denunciam prisões arbitrárias, punições injustas e desaparecimentos de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em prantos; filhos órfãos de pais vivos – quem sabe? – mortos, talvez. Órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvem com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe?”

¹⁹⁸ Trechos do discurso de Ulysses Guimarães extraído da Revista Veja, 6 de julho de 1977. p.28

E finalizou com pedido aos cidadãos brasileiros:

“A nação como está não pode prosseguir. Chegou a hora de nos encontrarmos. Este é o instante da legalidade e da libertação. (...) Voltemos as costas para o Brasil da censura postal ou discriminatória, da repressão irracional ou desvairada, das punições sem defesa, das prisões arbitrárias, da escuta telefônica e da delação que avilta. Não, não é essa pátria que sonhamos. O Brasil que estremecemos ressumbra amor e compreensão, respeito e dignidade. (...) Nele o homem é livre e a Nação democrática.”¹⁹⁹

O regime de exceção que Alencar Furtado criticara em seu pronunciamento, sobretudo a referências aos “mortos”, foi o motivo para a cassação seu mandato e de seus direitos políticos.

É interessante perceber que mesmo com cassações e atitudes que procuravam coagir e silenciar a sociedade como um todo, Geisel afirmava que o Brasil era um país democrático. Em uma matéria da Revista *Veja* do dia 06 de abril de 1977, mesma revista que trouxe estampado na capa a cassação do deputado Alencar Furtado, tinha uma matéria de Geisel a uma televisão francesa na qual ele afirma que o Brasil vivia uma democracia “dentro de sua relatividade”. Em suas palavras:

“Quem vive no Brasil sabe que o Brasil é um país livre, onde todos podem exercer seus direitos. No Brasil não se admite que haja subversão. Mas esta questão de torturas, de sofrimentos e de ação terrorista contra aqueles que não apóiam o governo absolutamente não é verdade. (...) O Brasil vive um regime democrático dentro de sua relatividade. (...) Veja que se fala muito em liberdade de imprensa e eu me preocupo em assegurar a liberdade de imprensa. Mas o jornalista que quer ser livre e escrever o que bem entende também deve ser responsável. São livres, mas devem exercer esta liberdade dentro de um limite, que é fixado pela responsabilidade correspondente.”²⁰⁰

Todos poderiam exercer seus direitos com liberdade, **desde que** não houvesse subversão. O presidente Geisel dizia que a cassação de mandatos parlamentares tinha suas vantagens, “no sentido de arrefecer o ímpeto da oposição, que passava a ter receio das conseqüências (...)”²⁰¹ Esse é o “regime democrático dentro de sua relatividade” e a “liberdade dentro de um limite” – como citado acima - de Geisel.

Entende-se que ideais liberais e método democrático vieram gradualmente se combinando num modo tal que, se é verdade que os direitos de liberdade formam desde o início

¹⁹⁹ Pronunciamento de Alencar Furtado na T.V. *Jornal de Brasília*, 01 de julho de 1977 In: Arquivo pessoal de Ulysses Guimarães – CPDOC - UG mdb 1974.03.15 – 13A2

²⁰⁰ *Veja*, 06.07.1977 p. 29 - Entrevista de Geisel ao francês Jacques Chancel para TV francesa.

²⁰¹ D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (org.). Op.cit., p. 391.

a condição necessária para a direta aplicação das regras do jogo democrático, é igualmente verdadeiro que, em seguida, o desenvolvimento da democracia se tornou principal instrumento para a defesa dos direitos de liberdade.²⁰²

Nesse sentido, quando se lê uma declaração como a de Geisel que estabelece liberdade dentro de um limite e considera o regime democrático dentro de uma relatividade, faz todo sentido entendê-lo como autoritário e ditatorial, portanto, não-democrático.

As eleições de 1978

Em 5 de janeiro de 1978, o presidente Geisel se reuniu com a cúpula e as lideranças da ARENA no Congresso e anunciou a chapa João Baptista de Oliveira Figueiredo e Antônio Aureliano Chaves de Mendonça para a sucessão. No dia seguinte, o partido comunicou oficialmente a Figueiredo que ele era o candidato. Em 4 de janeiro de 1978, foi publicado na *Folha de S. Paulo* um diálogo entre políticos do governo dizendo que já sabiam da decisão acerca da sucessão presidencial discutida no Congresso Nacional. Segundo o texto:

“ ‘A sucessão está resolvida e deve ser divulgada nos próximos dias’ – conversa o deputado Teódulo Albuquerque, da Arena da Bahia, pertencente ao chamado Grupo Renovador.

Ao que disse, acabara de apostar com um companheiro de partido como a decisão sairia antes da viagem do presidente Geisel ao México.

‘Pois sai até quinta-feira, ou no máximo na reunião do Ministério dia 10’ – explicou alguém na roda de Teódulo. (...)

A comissão executiva nacional da Arena, integrada por dezessete personalidades - dezesseis parlamentares e o coronel Perachi Barcelos, ex-governador do Rio Grande do Sul, já se encontrava nesta capital para aguardar a divulgação oficial do futuro presidente.”²⁰³

Cabe aqui lembrar que foi definido em abril de 1977 que as eleições para presidente ocorreriam no dia 15 de outubro de 1978. As novas regras decididas via Pacote de Abril favoreceram a ARENA, inclusive na criação dos senadores biônicos. Em 15 de novembro de 1978 seria a vez das eleições para senadores e deputados. Mas as eleições não iriam ocorrer apenas pelo voto popular direto, uma vez que pela Lei Falcão, parte do senado, governadores e presidentes seriam escolhidos indiretamente.

²⁰² BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UNB, 12º edição, 1999, volume 2. p.686.

²⁰³ *Folha de S. Paulo*, 4 de janeiro de 1978. Disponível no Banco de Dados da Folha – Acervo de jornais - http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_04jan1978.htm

No dia 23 de agosto de 1978, a convenção nacional do MDB aprovou a chapa Euler – Brossard (Euler Bentes Monteiro – integrante do Alto Comando do Exército até março de 1977 – para presidente e Paulo Brossard – senador a vice-presidente). O objetivo neste ano de 1978 não era repetir os feitos de 1974 de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, com uma anticandidatura. Magalhães Pinto levantou uma hipótese que consistia no seguinte ponto: ter um candidato militar identificável com as prioridades do partido. Como a legislação não exigia fidelidade partidária, os votos da oposição, somados aos de arenistas aparentemente dispostos à dissidência – que existiam –, poderiam levar o MDB à vitória.²⁰⁴ A chapa Euler – Brossard foi aprovada na convenção nacional do MDB por 352 votos a favor e 107 em branco.

Carlos Namba



Euler Bentes Monteiro escolhido na Convenção Nacional do MDB – 1978
Veja, 30 de agosto de 1978. p.21

No jornal *O Pasquim*, Ulysses fala sobre a candidatura de Euler Bentes em 1978, quando perguntado por Ziraldo se o movimento do Euler foi tão importante quanto a anticandidatura. Ulysses responde que foi muito importante. E acrescentou:

“A começar pela indiscutível penetração militar, acabando com essa história de que éramos contra as Forças Armadas, etc. Em 74 éramos todos comunistas. Quando chegávamos nas cidades diziam: ‘Lá vem os comunistas’. Pelo menos temporariamente não está havendo isso, desde que o general de quatro estrelas é o candidato do MDB.

²⁰⁴ COUTO, Ronaldo Costa. Op.cit., p. 246.

Segundo foi um saldo positivo no sentido do ‘mexa-se’ da tal história do Napoleão e das manobras. Concordo, deveríamos ter ido a mais lugares.”

Quando perguntado porque a candidatura de Euler não foi apresentada também como anticandidatura, Ulysses responde que por ele ser militar não foi possível que ele fosse um anticandidato. E prosseguiu:

“A decisão da Comissão Executiva na Convenção do MDB foi sem maiores dificuldades. Porque, na verdade é que no começo, havia muito a idéia de que ele pudesse ganhar. Havia sim. Previam um aliciamento feito pelos militares nas bases. Mas em Goiânia, na segunda reunião que fizemos, eu disse ao General Euler: ‘Conheço a Arena, conheço esse povo, essa gente. Eles falam aqui fora em estado de direito, em liberdade etc., mas, lá dentro do Congresso, não votam. Posso citar uns 20 casos. Não acredito que esse pessoal vá sair do cocho do governo. Quero que o senhor não se iluda.’”²⁰⁵

Cabe analisar que ter tido um general do Exército se candidatando pela oposição à presidência da República em uma ditadura militar, faz perceber que esse exército não era um grupo coeso, um bloco homogêneo. Como de fato nada o é. Sempre haverá divergências e opiniões diferentes. Assim como o próprio MDB, que consistia um movimento – e não partido – com grupos diversificados, unidos por um só objetivo: por fim a ditadura.

Geisel em entrevista a Maria Celina D’Araujo e Celso Castro,²⁰⁶ quando perguntado sobre a divisão da oficialidade no processo de abertura – uma parte contrária e outra, talvez maior, neutra, propensa a se definir de acordo com o rumo dos acontecimentos – falou sobre sua visão a respeito das posições da oficialidade.

“Na época do meu governo, uma parte do pessoal, aquela que nós chamávamos de linha dura, era mais extremada e queria fazer inquéritos, punir, prender, queria levar as coisas mais ou menos a ferro e fogo. Uma outra massa era contra isso e, poder-se-ia dizer, a favor da abertura, da normalização da vida do país. Já estava cansada da permanência do Exército no poder, da responsabilidade de governar o país. Mas a grande maioria era indiferente, não acompanhava o processo. Era gente que estava voltada para os seus deveres, para a sua profissão, para o seu trabalho. Era difícil essa massa toda, chegar a uma conclusão. O que ainda valia, e muito, era a hierarquia e o espírito da disciplina (...)”²⁰⁷

Ressalvas a parte sobre a divisão da oficialidade, a candidatura de Euler Bentes Monteiro foi possível exatamente por isso. Na entrevista ao *Pasquim*, Ulysses continuou falando sobre as eleições de 1978 e sobre as possibilidades de Euler como candidato à presidência.

²⁰⁵ *Pasquim*, n°489, dezembro de 1978. p.61

²⁰⁶ ARAÚJO, Maria Celina de & CASTRO, Celso (orgs.). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

²⁰⁷ *Idem*. p.401-02

“Eu disse que não ganharíamos no Colégio, mas havia quem acreditasse. A diferença entre as duas candidaturas é que Euler fez uma plataforma: se fosse eleito Presidente daria Anistia, acabaria com as leis de exceção, convocaria a Assembléia Constituinte para eleger seus sucessores e encerrar o mandato.”²⁰⁸

Diante das limitações impostas pela Lei Falcão – na qual impedia o debate político na televisão e rádio – o general Euler viajava por todo o Brasil para divulgar suas propostas políticas. Sua campanha defendia a revogação imediata de toda a legislação de exceção; anistia ampla, geral e irrestrita aos prisioneiros políticos – exceto os incursos na prática de crimes como terrorismo, sequestros, assaltos e assassinatos –; retorno dos exilados brasileiros, garantia a ampla defesa; redução do mandato presidencial para quatro anos, com eleições diretas em todos os níveis em 1982, já sob o pluripartidarismo; direito de greve e liberdade sindical. No final, propôs até mesmo presidir um governo de transição de dois anos, seguido de eleições diretas e instalação de Assembleia Nacional Constituinte.²⁰⁹

FGV/ CPDOC



Tancredo Neves, Euler Bentes Monteiro, Ulysses Guimarães e outros em comício durante a campanha eleitoral para a presidência da República e Senado Federal - Agosto de 1978 – Arquivo Pessoal Ulysses Guimarães – CPDOC - TN foto 0371

As eleições parlamentares de 1978 tiveram um caráter plebiscitário que mereceu especial ênfase na campanha do MDB. A diversidade dos elementos em atuação no partido dificultou o consenso sobre uma plataforma coerente. O apelo ao apoio popular era arregimentado em oposição ao governo.

A impossibilidade de acesso de seus candidatos ao rádio e à televisão forçou o MDB a buscar apoio entre as organizações de base que lutavam pelos direitos humanos, sindicais,

²⁰⁸ *Pasquim*, n°489, dezembro de 1978. p.61

²⁰⁹ *Idem*. p.247.

políticos e de associação. A perseguição ao MDB dava-lhe legitimidade aos olhos desses grupos, e todos os setores de oposição aderiram à campanha de seus candidatos. Em quase todos os estados a campanha do partido de oposição foi conduzida por uma rede de militantes de diferentes grupos de oposição da sociedade civil: estudantes, líderes sindicais, militantes partidários, ativistas sociais da Igreja, membros dos movimentos pela anistia política e pelos direitos das mulheres e dos negros.²¹⁰

No dia 15 de outubro de 1978, foi homologada a presidência da República ao general João Baptista Figueiredo. Foram 355 votos para Figueiredo contra 226 para Euler Bentes Monteiro.

Um mês depois, ocorreram as eleições parlamentares, sob jugo das regras do Pacote de Abril. Os resultados encontram-se na tabela abaixo:

Eleições federais e estaduais no Brasil (1974 – 1978)²¹¹

ELEIÇÕES	1974	%	1978	%
<u>Senado Federal</u>				
Total de votos	28.925.792		37.601.641	
Total de votos válidos	24.544.678		30.770.038	
Total de votos válidos da ARENA	10.068.810	41,0	13.239.418	43,0
Total de votos válidos do MDB	14.579.372	59,3	17.530.620	56,9
Total de votos em branco	2.665.818	9,21	3.783.550	10,0
Total de votos nulos	1.705.296	5,89	3.048.053	8,1
Cadeiras obtidas pela ARENA	6		15	
Cadeiras obtidas pelo MDB	16		8	
<u>Câmara dos Deputados</u>				
Total de votos	28.981.015		37.553.882	
Total de votos válidos	22.820.958		29.792.217	
Total de votos válidos da ARENA	11.866.482	51,9	15.024.298	50,4
Total de votos válidos	10.954.440	48,0	14.767.919	49,5

²¹⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. Op.cit., p.238.

²¹¹ *Idem.* p.240 – 241. Fontes: Tribunal Superior Eleitoral, Departamento de Imprensa Nacional, 1977, *Dados Estatísticos*, Volume 11: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974 (dados de 1974); Márcio Moreira Alves, *As Eleições no Brasil 1978. Revista Crítica de Ciências Sociais* (Lisboa 1979) (dados de 1979).

do MDB				
Total de votos em branco	4.112.973	14,2	5.042.955	13,4
Total de votos nulos	2.047.084	7,06	2.718.710	7,2
Cadeiras obtidas pela ARENA	203		231	
Cadeiras obtidas pelo MDB	161		189	
<u>Assembleias Estaduais</u>				
Total de votos	28.867.300		37.447.839	
Total de votos válidos	23.393.263		30.222.386	
Total de votos válidos da ARENA	12.184.240	52,0	15.410.073	50,9
Total de votos válidos do MDB	11.209.023	47,0	14.812.313	49,9
Total de votos em branco	3.487.546	12,08	4.632.604	12,3
Total de votos nulos	1.986.491	6,89	2.592.849	6,9
Cadeiras obtidas pela ARENA	457		492	
Cadeiras obtidas pelo MDB	330		353	

O que se pode depreender da tabela é que o MDB continuou sendo o partido mais forte nas disputas pelo Senado, conquistando quase 4,3 milhões de votos a mais que a ARENA. Contudo, o partido do governo obteve maioria na Câmara dos Deputados com uma margem ainda menor se comparada às eleições de 1974. Por obra do Pacote de Abril, havia significativa discrepância entre o voto popular e o resultado eleitoral. No Senado o MDB ficou com 9 cadeiras enquanto a ARENA com 36, ou seja, 21 caracterizando senadores biônicos para a ARENA e 1 senador biônico para o MDB.

Na Câmara dos Deputados a diferença de votos foi bem pequena e nas Assembleias Estaduais, ambos partidos aumentaram sua representação. Cabe então considerar que o Pacote de Abril – mesmo representando um retrocesso para o projeto distencionista Geisel e Golbery – ajudou a ARENA como ela previa: conter a oposição nas eleições e neutralizar seu ímpeto de crescimento. Na visão do governo, diante desse “controle”, havia então “condições políticas e psicossociais para acelerar a abertura do regime.”²¹²

²¹² COUTO, Ronaldo Costa. Op.cit., p. 249.

1979 – Governo Figueiredo e o processo de abertura

Folha de São Paulo, 31 de dezembro de 1978, com destaque para o último dia do AI-5 no Brasil



Folha de São Paulo, 01 de janeiro de 1979. Primeiro dia sem o AI-5

AI-5, agora apenas uma reminiscência

A partir da meia-noite de ontem, o Brasil entrou numa nova fase de sua vida política e institucional. Cessou a vigência do Ato Institucional nº 5 — 10 anos e 23 dias após ter sido editado — e com isso desaparece toda a carga de arbítrio concentrada nas mãos do presidente da República: o poder de cassar mandatos, suspender direitos políticos, colocar o Congresso em recesso etc.

Além disso, pela nova ordenação institucional que o País começou a viver, restabeleceu-se a plenitude do habeas corpus, o Poder Judiciário recuperou suas prerrogativas, desapareceram as penas de morte, prisão perpétua e banimento.

Para defender-se, o regime conta agora com o chamado estado de emergência e as medidas de emergência. Essas inovações constituem o ponto mais polêmico das reformas ora em vigor, entendendo muitos que elas conservam forte conteúdo de autoritarismo e não se condizem com os ideais de plena democracia.

Um aspecto significativo dos novos dias que o Brasil passa a viver é que se extinguiu o caráter perpétuo da ineligibilidade dos cassados. Com isso, será possível a reintegração no processo político nacional de numerosos brasileiros dele compulsoriamente afastados.

Muitos líderes políticos afastados no exterior começam também a voltar ao Brasil, a partir da preempção do AIC5.

O ano de 79 deverá ser assinalado também pela movimentação em favor da criação de novos partidos (facilitada pela reforma constitucional). Os últimos meses do governo Getúlio, assim, decorrerão sem os poderes arbitrários que vigoraram no País durante mais de um decênio. O general Figueiredo, igualmente, assumirá a Presidência sem esses poderes.

A abertura deveria permanecer sob a tutela militar, limitada e lenta. À meia noite de 31 de dezembro de 1978 extinguiu-se o AI-5. Mas, foi incorporada na Constituição as chamadas “salvaguardas constitucionais” capazes de garantir a segurança do Estado.

Ulysses falou em entrevista à revista *Isto É* sobre o fim do AI-5, considerando o fato como uma conquista indiscutível. Porém, fez ressalvas em relação às salvaguardas constitucionais.

“Mas acontece que aí houve um processo de substituição, porque o AI-5 nós sabemos o mal que fez. Ele ficou malsinado, inclusive vinculado a casos pessoais, censura à imprensa, quem foi cassado, quem foi exilado, etc... Sabe-se os nomes, sabe-se a história. Mas as salvaguardas não se sabe, pode-se saber a qualquer momento. Acho que a salvaguarda é um instrumento mais poderoso, que pode fazer mais malefícios do que o AI-5, porque este agia, via de regra, a não ser no caso da censura à imprensa, singularmente. Ao passo que a possível suspensão dos direitos e garantias individuais, inclusive com a censura à imprensa, feita a todo país ou a uma região do país, é um mal muito maior. Se vocês avaliarem o AI-5 por aquilo que se conhece que ele fez, há uma sensação de alívio. Mas o outro não foi acionado, e até esperamos que não seja. Mas a primeira vez que isto ocorrer nós vamos ver. Haverá gente que dirá que o AI-5 perto

disso era o fuzil perto do canhão ou o canhão perto da bomba atômica. Tiraram o canhão, mas deixaram a bomba atômica no lugar.”²¹³

A partir dessa resposta, a revista *Isto É* perguntou a Ulysses se ele estava pessimista.

“Ao contrário, eu me acho otimista. Eu entendo que estas pressões estão surtindo resultados, a penetração que há até dentro do governo da Arena é muito grande. Hoje se fala em eleição direta, tem um presidente que jura que vai dar democracia. Acho que, em função da manifestação da sociedade, nós estamos mais próximos da meta da participação. Acredito que poderemos ter eleições diretas para governador, ter anistia.”²¹⁴

Nessa passagem da entrevista, Ulysses falou sobre as pressões da sociedade. Nesse sentido, antes de analisar mais detidamente o ano de 1979 e o governo Figueiredo, é importante falar dos um pouco dos atores políticos além do MDB que estavam lutando, de forma legítima, pelas liberdades democráticas.

Na conjuntura de luta pelas liberdades democráticas que se constituía ao longo da década de 1970 – impulsionada, por um lado, pelo redimensionamento político das esquerdas, e, por outro, pelo próprio projeto de distensão do regime –, apareciam novos atores no cenário político. Novos no que tange a conjunturas políticas anteriores. Esses novos atores surgiram em resposta ao arbítrio, da experiência da sociedade em elaborar estratégias de enfrentamento à ditadura, numa condição totalmente diferente. Atores marcados pela luta contra a ditadura com objetivo comum.²¹⁵

Cabe ressaltar que meu objetivo é pontuar os novos atores políticos e não fazer um estudo prolongado sobre eles. Deste modo, reconheço evidentemente que houve outros movimentos, para além do MDB, que se mobilizaram e lutaram de forma legítima para o fim da ditadura civil-militar no Brasil.

Nesse sentido, em primeiro lugar, o próprio MDB, pela originalidade de sua trajetória política, uma vez que foi criado para representar uma “oposição consentida”. Entretanto, como venho destacando no percurso desse capítulo, principalmente a partir de 1973 com a anticandidatura, o MDB passou a ser um problema para a ditadura civil-militar e nesse sentido, o governo criou várias dificuldades para a sua atuação política.

Outro ator de muita importância no cenário da luta democrática foi o movimento estudantil. Segundo Maria Paula Nascimento, “ele ajudou a radicalizar a luta democrática,

²¹³ *Isto É*, 21 de fevereiro de 1979. p.33

²¹⁴ *Idem.*

²¹⁵ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Op.cit., p. 334-335.

empurrando o movimento para as ruas, dando visibilidade às bandeiras democráticas da oposição.”²¹⁶ A Igreja Católica também deve ser destacada. “Apesar de sua visão conservadora, (...) adotou posturas de luta contra o arbítrio, em apoio aos trabalhadores, aos camponeses, aos estudantes e, em muitos casos, envolvendo-se diretamente com as lutas populares e os movimentos sociais de oposição.”²¹⁷ O vigoroso movimento sindical no ABC Paulista merece uma grande evidência. Cabe destaque também à imprensa alternativa.²¹⁸ “Por mais diferentes que fossem suas linhas editoriais, esses jornais ajudaram a criar uma opinião pública antiditadura, a disseminar uma cultura de esquerda, com padrões de comportamento e pensamento.”²¹⁹

É interessante destacar que no interior desses jornais, grupos e partidos de esquerda atuavam e, muitas vezes, disputavam sua direção. Assim, no *Pasquim*, atuavam diferentes grupos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No *Movimento*, tinha força o pensamento de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O Jornal *Em Tempo* representou a tentativa de se constituir, na imprensa, uma frente de organizações de esquerda – deles participavam o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Ação Popular (AP), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), organizações trotskistas como Liberdade e Luta. O *Companheiro* era o jornal do MEP; *Versus* foi tomado pela Convergência Socialista. Jornais como *A Hora do Povo* e *Voz da Unidade*, surgidos um pouco mais tarde, eram, assumidamente, jornais de organizações. O primeiro do MR-8 e o segundo do Partido Comunista.

Nesta relação de novos atores, o movimento de bairros e favelas também merece destaque. As associações de profissionais liberais²²⁰ igualmente contribuíram para ecoar a voz do apoio ao fim da ditadura. Por fim, cabe aqui mencionar sobre os movimentos de minorias políticas, que embora tivessem questões específicas das questões vividas e sofridas, esses atores se integraram à ampla frente de luta democrática contra a ditadura civil-militar.

Uma vez destacado sobre os outros atores políticos que faziam coro à luta pela redemocratização e lutavam pelas liberdades democráticas, torna-se necessário falar sobre o

²¹⁶ *Idem.* p. 337.

²¹⁷ *Idem.* p. 338.

²¹⁸ Entre os mais importantes estavam: *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *O Companheiro*, *Versus*. Havia também jornais feministas, como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*, jornais do movimento negro como *Sinba*, *Tiçãõ*, *Coisa de Crioulo*, e os jornais ligados ao movimento gay, como o *Lampião*. In: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Op.cit.*, p.339.

²¹⁹ *Idem.* p. 340.

²²⁰ A Organização dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), os Sindicatos dos Professores, os Sindicatos dos Médicos – são exemplos de profissionais liberais. IN: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Op.cit.* p.341.

governo do presidente João Batista Figueiredo, enfatizando a continuidade do governo anterior de Ernesto Geisel.

Em entrevista à revista *Isto É*, Ulysses é perguntado sobre as impressões que tinha a respeito do novo presidente Figueiredo. Ele diz:

“Conheço o general Figueiredo de vista, sendo chefe da oposição. Isto nunca poderia acontecer num país democrático. Mas aqui no Brasil é assim. Não conheço o general Figueiredo. Tenho informações sobre ele. Evidentemente é um homem que, se você considerar pelos parâmetros democráticos, não está preparado para ser o chefe da nação. Porque ele não é conhecido. Você já tem as informações do que ele fez ou não fez no curso de sua carreira política: Foi vereador? Foi prefeito? Foi governador? Foi senador? Foi isso? Foi aquilo? Então, o general Figueiredo não pode ser julgado pelo currículo. Acho que começou mal.”²²¹

E assim, Ulysses falou sobre Figueiredo, mostrando que valoriza o currículo de um político para ocupar cargos de tamanha importância como a presidência da República.²²²

O governo Figueiredo (1979 – 1985) combinou a ampliação da abertura política e o aprofundamento da crise econômica. Foi marcado pelas dificuldades econômicas e pelo esgotamento do regime militar. Desde sua campanha, enfatizava seu compromisso com a restauração democrática e a estabilização da economia, inclusive o controle da inflação.

No jornal *O Globo* de 1º de fevereiro de 1979, saiu uma matéria sobre a preocupação de Ulysses com as diretrizes econômicas do governo Figueiredo, baseada no discurso feito por ele dia 31 de janeiro de 1979 na Câmara dos Deputados. O jornal traz trechos importantes que valem a pena serem destacados, a começar pela afirmação que abre a matéria: “Devo dizer Nação, com a responsabilidade que o cargo me confere, que encaro com grande preocupação e em forma absolutamente crítica as diretrizes econômicas que se esboçam para o novo Governo.”²²³

Ulysses dedicou grande parte de sua fala analisando a situação econômica do país, tecendo críticas à situação política, econômica e social do governo, bem como sugerindo novas diretrizes.

²²¹ *Isto É*, 21 de fevereiro de 1979. p.34

²²² Ronaldo Costa Couto em *História indiscreta da ditadura e da abertura*, fala sobre o currículo de Figueiredo. Ressalta que ele tinha longa experiência de participação em governos, mas sempre ligado à área militar. Em 1961, com Jânio Quadros, foi subordinado ao então coronel Golbery do Couto e Silva no Conselho de Segurança Nacional. No governo João Goulart, assumiu funções de instrutor da ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). Promovido a coronel, em agosto de 1964, chefiou a Agência do SNI no Rio de Janeiro. Em 1966, transferido para São Paulo, comandou a Polícia Militar. General em 1969 foi no governo Médici chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e, no governo Geisel, ministro-chefe do SNI, de 1974 a 1978, cargo que deixou para candidatar-se à presidência da República. Ver: COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1998. p.256-57.

²²³ *O Globo*, 1º de fevereiro de 1979.

Sobre a questão social, aponta para os abismos sociais, afirmando que “a contrapartida dessa pobreza está na opulência, na constatação de que a fatia da renda abocanhada pelos cinco por cento mais ricos da população é maior do que a fatia da renda da metade mais pobre.”²²⁴ Mostrou-se, por outro lado, convencido de que nenhuma abertura democrática poderá ampliar-se e consolidar-se sem que todos os brasileiros encontrem canais de expressão livre para seus reclamos, através de suas associações de classe, de bairro e partidos políticos organizados com o retorno do Estado de Direito.

Em relação à promessa por democracia feita por Figueiredo, Ulysses reiterou:

“Prometer democracia significa, portanto, comprometer-se em termos efetivos e simultâneos com as liberdades de organização e expressão da sociedade e com a mudança profunda na estrutura política, econômica e social imposta ao País. (...) A imposição de uma democracia etapista, dosimétrica, relativa, de abertura e distensões protelatórias, ricas de palavras e pobres de verdade política, a Oposição propõe a solução coerente, filosófica, e da tradição do direito público doméstico e internacional: a democracia testemunhada e definida pela Nação através de uma Assembléia Constituinte, precedida pela concessão da anistia.”²²⁵

Sobre a inflação, Ulysses ressaltou que “o autoritarismo sucumbiu ante a inflação, que o AI-5 cassou vidas, a liberdade, empregos, mandatos, direitos políticos e de viver na própria pátria, mas foi pusilânime e impotente para cassar a inflação.”²²⁶ Acrescentou que a inflação é realimentada pela especulação financeira, subtraindo criminosamente recursos destinados a investimentos produtivos e elevando as taxas de juros, agravando a situação das empresas e acarretando a escalada dos preços.

Depois de prolongada análise da situação econômica do país e das críticas à política antiinflacionária do futuro do governo, Ulysses Guimarães acentuou que na conjuntura brasileira é artificial o dilema inflação *versus* crescimento e bem-estar. E apontou diretrizes:

“A elevação dos preços pode e deve ser combatida mediante estímulos seletivos à economia, retomando os investimentos em atividades que poupem bens importados, realizem já o grande potencial da indústria doméstica de bens de produção e gerem bens e serviços que a maioria da população necessita, como, por exemplo, além dos bens de consumo simples, obras que melhorem o padrão de vida urbana, concentradas em transporte coletivos, habitação popular, saneamento básico e meio-ambiente. Para

²²⁴ *Idem.*

²²⁵ *Idem.* Em relação ao discurso de Figueiredo ao receber a faixa presidencial de Geisel, segue um trecho no qual ele promete restabelecer a democracia: “Reafirmo, portanto, os compromissos da revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. (...) Reafirmo: é meu propósito inabalável – dentro daqueles princípios – fazer deste país uma democracia.” Apud COUTO, Ronaldo Costa. Op.cit., p. 255.

²²⁶ *O Globo. Idem.*

alcançar esses objetivos será necessário quebrar o círculo vicioso da especulação financeira controlar e sanear o endividamento externo, restaurar as verdadeiras funções da dívida fiscal, realizar uma reforma tributária que aumente efetivamente a gravitação dos impostos diretos e corrija as distorções para evitar a perversidade de quem é pobre proporcionalmente pagar mais ao Estado do que quem é rico.”²²⁷

Em de maio de 1979 em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Ulysses continuou analisando o governo e tecendo suas críticas. Foi perguntado pelo repórter como ele definia a situação do país naquele momento. Para ele, a política era a superestrutura do Estado e da sociedade. A política procurava precisamente resolver os problemas econômicos e sociais, portanto, destacou que não havia uma dicotomia entre as realidades sócio-econômicas e políticas. Pelo contrário, considerou como um profundo equívoco entender que poderia haver uma dicotomia.

“Tanto assim, que entendo que o diagnóstico do mal está no seguinte: no arbítrio, isso é a falta de democracia, falta da política. O País não tem definição política e, por isso, geram-se os problemas econômicos, os problemas sociais, a inflação, o modelo cruel de desenvolvimento que aí está, contra o homem, antipovo, o confisco salarial, essa distorção toda da nossa política de exportação, esse endividamento monumental que aí está. Isso decorre precisamente, dessa indefinição política – e nós persistimos na indefinição política. Então, ficamos indefinidos politicamente, principalmente não tendo a democracia, sob o pretexto de que há problemas econômicos, os problemas sociais, o problema das greves, da inflação e outros problemas mais. (...) Eu digo justamente o contrário: o que deveríamos fazer era rapidamente ter a definição política, rapidamente ter a democracia, porque com ela teremos então os controles e os meios para resolver os problemas sociais brasileiros.”²²⁸

O ano de 1979 foi apenas o primeiro ano do governo Figueiredo. O processo de abertura política seguiu com a votação da lei de anistia, muito exigida pela oposição e o fim do bipartidarismo. No próximo capítulo será discutido com maior destaque dois grandes movimentos de mobilização popular - a Campanha da Anistia e as Diretas Já - além da mudança do MDB para o PMDB, refletindo sobre a trajetória política de Ulysses nesses momentos.

²²⁷ *Idem.*

²²⁸ *O Estado de São Paulo*, 7 de maio de 1979. p.7



CAPÍTULO 3

Ulysses Guimarães e a
Travessia da década de 1980

Ulysses Guimarães e a Campanha da Anistia

O longo mandato de João Figueiredo (1979 – 1985) foi marcado pelo esgotamento do regime militar e pelas dificuldades econômicas. O processo de abertura avançava, embora Ulysses, em maio de 1979 tenha declarado ao jornal *O Estado de S. Paulo* que acreditava que o governo não estava caminhando para a abertura. E enfatizava:

“Acho que um dos defeitos dessa abertura é que ela não está tendo nitidez, não está tendo clareza. O dever da Arena e do governo, inclusive em assuntos políticos, é ser nítido, ser claro. Não pode ficar esperando a situação econômica (...)

Acho que o governo não está, pelo menos em termo de definições, caminhando para uma abertura prometida. (...) Quero dizer, também, que nós não nos conformaremos com isso. Nós não vamos ficar no âmbito parlamentar, apenas, mas iremos usar todas as tribunas, toda a movimentação da sociedade para dizer que a abertura não merece mais crédito quando surgem prorrogações de mandatos e outras medidas semelhantes. Quero dizer, ainda, que todos nós devemos estar muito conscientes dos perigos de não se ouvir a voz da Nação, de se recusar a sua participação.

Tenho-me exaurido em prevenir, tenho usado linguagem até mais rude nessa manifestação, porque entendo que não é um problema do MDB, mas de desafio à sociedade brasileira, que está querendo participar, – que está querendo reivindicar, que quer ter melhores soluções. Isso só se faz através da democracia e nós verificamos que as medidas que deveriam ser tomadas, pelo menos para tranquilizar a Nação, infelizmente não são adotadas. Se não são negadas, também não são afirmadas.”²²⁹

Mas, neste momento, a mobilização da sociedade civil ecoava de forma significativa, atingindo o governo com greves e reivindicações pelo fim da ditadura. O movimento estudantil e a luta pela anistia ocuparam espaços a partir de 1977, agitando com reivindicações democráticas. Em 1978 entraria em cena inesperadamente, o movimento sindical, com a greve se São Bernardo do Campo. Nada estava muito claro, como às vezes se imagina hoje, de forma retrospectiva, ao se dizer que a abertura caminhava inevitavelmente para o fim da ditadura.²³⁰ Esse *cursus* natural como podemos acreditar que foi a abertura, não se confirma com a declaração de Ulysses citada acima, na qual ele dizia, ao menos em termo de definições, que o governo não estava caminhando para a abertura. Ou seja, para quem vivia na época, com os avanços e recuos do período ditatorial, a abertura não era uma certeza absoluta.

Ressalvas a parte, o primeiro passo em direção ao alívio da pressão social foi à concessão da anistia política, parcial em 1979. A medida possibilitaria um desafogo de opinião política, ao

²²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 7 de maio de 1979. p.7.

²³⁰ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p.69

mesmo tempo desarticulando um amplo movimento social que se mobilizou em torno da questão da anistia aos presos.

Segundo Renato Lemos, o Brasil já tem uma considerável tradição no campo da anistia política. Mas, há diferenças de situações que implicam em diversos significados políticos. Ao longo de toda história do Brasil, tanto foram anistiadas pessoas acusadas de atentar contra a legalidade ilegitimamente estabelecida, como as que tentaram subverter a legalidade legitimamente constituída.²³¹

Sobre a lei da anistia, sua luta resultou em disputas. Assim, duas vertentes cedo se destacaram: de um lado, os que desejavam uma *anistia ampla, geral e irrestrita* – bandeira do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) - e, além disso, uma apuração dos crimes da ditadura, com o desmantelamento dos órgãos da polícia política (comunidade de informações), responsável pela execução da tortura como política de Estado. De outro, uma tendência desejosa de alcançar uma Anistia que reconciliasse a família brasileira. Prevaleceu na sociedade a segunda formulação, concretizada na *anistia recíproca*, excluindo de seus benefícios os condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal. Por outro lado, incluía os acusados de crimes conexos, isto é, de tortura, assassinato, o que dava à medida um caráter de reciprocidade.²³²

Tratando mais especificamente da *anistia ampla, geral e irrestrita*, seu lema defendia que a Anistia deveria ser para todas as pessoas que resistiram ao autoritarismo e se rebelaram, participando de diferentes formas de luta para pôr fim à ditadura militar. Eram adeptos da anistia mulheres e homens, estudantes, intelectuais, religiosos, trabalhadores das fábricas e do campo, artistas, advogados, familiares de presos políticos e dos mortos e desaparecidos políticos.²³³ Esta bandeira chegou a ter tal força que, apesar da repressão, repôs na cena brasileira o seu ator principal: os movimentos democráticos e populares. Os atos políticos pela anistia aconteciam nas escolas, nas ruas, de alguma forma na imprensa alternativa, mesmo com a censura, e também nos espaços da periferia.

Em 28 de julho de 1979, a *Folha de S. Paulo* noticiou que a anistia era “ampla e restrita”, nos seguintes termos:

²³¹ LEMOS, Renato. "Anistia e crise política no Brasil pós-64", Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ; 7 Letras, n. 5, setembro de 2002, p. 290.

²³² REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: As reconstruções da memória. IN: *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p.46-47.

²³³ Sobre lutas democráticas, ver ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Revolução e Democracia (1964...)*.

“Todos aqueles que foram condenados sob a acusação de terem cometido crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal não serão beneficiados pelo projeto de anistia que o presidente Figueiredo enviou ontem ao Congresso Nacional.

De resto, o projeto concede ‘anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 (data da última anistia) e 31 de dezembro de 1978 (fim da legislação excepcional), cometeram crimes políticos ou conexos com estes, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração pública, de fundações vinculadas ao poder público, aos dos poderes Legislativo e Judiciário e aos militares, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares’.

(...)

O presidente nacional do MDB, deputado Ulysses Guimarães, considerou o projeto restritivo e informou que a Oposição vai apresentar uma emenda para tirar-lhe esse caráter, atendendo assim ‘aos compromissos do partido por uma anistia ampla, geral e irrestrita.’ ”²³⁴

Ulysses Guimarães, como nome forte representante da oposição, recebeu inúmeras cartas e telegramas pedindo seu apoio para aprovação da anistia *ampla, geral e irrestrita*. Antes mesmo de ser enviado ao Congresso o projeto com a Lei da anistia, Ulysses recebeu uma importante carta, escrita à mão, de Márcio Moreira Alves²³⁵ de Lisboa, onde ele encontrava-se exilado. Nela dizia:

“Meu caro Ulysses,

²³⁴ *Folha de S. Paulo*, 28 de julho de 1979. p.4

²³⁵ Márcio Emanuel Moreira Alves – 14/06/1936 – 03/04/2009 – foi jornalista e político brasileiro. Em novembro de 1966 elegeu-se deputado federal pelo MDB. Com a intensificação das atividades oposicionistas, especialmente a partir do movimento estudantil e da atuação de membros da Igreja e das forças políticas articuladas na Frente Ampla, o governo passou a reagir com medidas de repressão institucional e policial militar. No dia 30 de agosto de 1968, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi fechada, e a Universidade de Brasília (UnB) foi invadida pela Polícia Militar, que espancou diversos estudantes. O fato repercutiu imediatamente no Congresso, e no dia 2 de setembro, em protesto contra a invasão da UnB, Márcio Moreira Alves pronunciou veemente discurso na Câmara, conclamando o povo a realizar um “boicote ao militarismo”, não participando dos festejos comemorativos da Independência do Brasil no 7 de setembro próximo. Seu pronunciamento foi considerado pelos ministros militares como ofensivo “aos brios e à dignidade das forças armadas”. Apesar de o presidente Artur da Costa e Silva ter declarado que o governo acataria as decisões dos poderes Judiciário e Legislativo, o pedido de cassação do mandato provocou grande apreensão na Câmara. No dia 4 de novembro, o STF enviou à Câmara pedido de licença para processar o deputado, e o pedido foi encaminhado à Comissão de Justiça. No dia 13 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva editou o AI-5, o mais drástico de todos os atos institucionais. Relacionado diretamente com o incidente na Câmara — na verdade o discurso de Márcio Moreira Alves foi apenas um pretexto, já que as medidas trazidas pelo ato eram as mesmas defendidas pelos militares desde julho —, o AI-5 autorizou o presidente da República, independentemente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o confisco de bens de “todos quantos tenham enriquecido ilícitamente” e a suspender a garantia do habeas-corpus. Márcio Moreira Alves voltou ao Brasil em setembro de 1979, beneficiado pela Lei da anistia. Ver sobre Márcio Moreira Alves no site <http://www.marciomoreiraalves.com>. Acessado em 10/03/2011.

O regime anuncia para os próximos dias o envio ao Congresso de um projeto de anistia. Embora apenas um primeiro passo para a reintegração à vida brasileira dos presos e exilados, essa anistia restrita provavelmente me beneficiará. Poderei, após sua aprovação, re-incorporar-me à luta, que à distância procurei ajudar, por melhores condições de vida para o nosso povo e pela reconquista da plenitude dos direitos políticos e civis. No entanto, ainda do outro lado, mas não queria deixar de manifestar previamente o meu apreço pela maneira corajosa e persistente com que você, juntamente com tantos outros companheiros do MDB, tem lutado para alcançar esses objetivos, cujos primeiros resultados parecem estar iminentes. Sei bem que muito há ainda a conquistar. Sei bem que os instrumentos de excessão²³⁶ e um aparelho repressivo anti-democrático continuam à disposição do regime. Sei também que grande parcela do que já se obteve no sentido de redemocratização do país e do que obterá no futuro é fruto da maior organização de classes e de camadas sociais, através de lideranças sindicais, profissionais, estudantis e religiosas que não se deixaram abater. No entanto, se o presidente do MDB não tivesse dado a sua contribuição constante para transformar em instrumento político da redemocratização o que fora imaginado como mero instrumento de legalização do arbítrio, o pouco que já se obteve poderia ser menos ainda e as forças sociais organizadas teriam dificuldades ainda maiores para fazerem ouvir as reivindicações das suas bases. Espero poder em breve abraçá-lo pessoalmente. Até lá receba o respeito e a amizade do seu,

Márcio Moreira Alves.”²³⁷

Ou seja, na carta, Márcio sabe que a Lei da anistia vai beneficiá-lo, porém não representa a conquista total, pois a luta da oposição era por uma anistia *ampla, geral e irrestrita*. Deposita em Ulysses confiança, reconhecendo que a luta pela Lei da anistia era fruto de grande organização e mobilização de diversos setores da sociedade, porém, acredita que a presença de Ulysses neste momento possibilitou uma conquista “maior”, ou melhor, “o pouco que já se obteve poderia ser menos ainda.”

Como Ulysses faz com todas as cartas recebidas, respondeu. Agradeceu a carta, elogiando a determinação e coragem de Márcio. Acrescenta que entende “que é a hora de somar e não subtrair, para que, ainda que involuntariamente, se vá servir ao arbítrio. Grato por suas palavras de compreensão e estímulo.”²³⁸

E, como citado acima, em julho foi enviado ao Congresso o projeto com a Lei da anistia. Ulysses continuou defendendo uma anistia *ampla, geral e restrita*. Seguiu recebendo inúmeras manifestações de apoio a essa bandeira de anistia. O telegrama de Ângela Barbosa Rodrigues em

²³⁶ Mantive a carta original com erros de português.

²³⁷ Carta de Márcio Moreira Alves a Ulysses Guimarães em 19 de junho de 1979. O documento encontra-se no Arquivo pessoal de Ulysses Guimarães no CPDOC – UG cd 79.03.29 I-6

²³⁸ Respostas de Ulysses Guimarães à carta de Márcio Moreira Alves. *Idem*. UG cd 79.03.29 - I-6A

16 de agosto manifestava a luta “Por uma anistia ampla geral e irrestrita, libertando presos políticos e atendendo reivindicações dos que perderam seus empregos.”²³⁹

Judith Lisboa, presidente do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)²⁴⁰ também recorreu ao deputado Ulysses Guimarães para pedir apoio à anistia *ampla, geral e irrestrita*.

“Neste momento em que toda a Nação Brasileira está de olhos postos no Congresso Nacional, em virtude do debate e votação do projeto de Anistia, milhares de mães, esposas e filhas de pessoas atingidas por medidas de exceção que, nós, do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA representamos, fazem-lhe um apelo no sentido de votar pela ampliação da proposta governamental a fim de que não excluia:

- a meia centena de jovens que estão amargurando no cárcere, anos a fio, e que nesta hora se encontram em greve de fome²⁴¹;

- os milhares de trabalhadores e estudantes punidos sem culpa formada e que não serão beneficiados pelo arremedo de ‘anistia’ que nos está sendo imposto;

- os funcionários civis e militares cuja reversão automática aos respectivos cargos ficará obstada.

Contando com sua atenção a esse apelo consciente de que a História julgará os que se omitirem ao clamor nacional pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, subscrevo-me

Cordialmente
Judith Lisboa.”²⁴²

Esses pedidos feitos para Ulysses Guimarães demonstram que ele era uma referência na oposição e que depositava nele uma esperança de ouvir os clamores da sociedade por uma anistia que não fosse restrita e parcial.

²³⁹ O documento encontra-se no Arquivo pessoal de Ulysses Guimarães no CPDOC – UG cd 79.03.29 - II-7. OBS: O telegrama estava sem endereço para enviar resposta.

²⁴⁰ Sobre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) ver a dissertação de mestrado de Alessandra Ciambarella. CIAMBARELLA, Alessandra. “Anistia ampla, geral e irrestrita: a campanha pela anistia política no Brasil (1977 – 1979)” Dissertação de mestrado, Niterói, PPGH-UFF, 2002. A autora analisa a campanha pela anistia internamente, através de duas de suas principais entidades – o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em 1975 e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), de 1978 -, buscando não só perceber suas motivações, levantar suas manifestações mais importantes e sua capacidade de mobilização social no Brasil e no exterior. Tudo isso em um quadro mais geral de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais por onde o país passava, sobretudo com o desencadeamento da abertura política “lenta, segura e gradual” definida pelo regime militar durante o governo Geisel.

²⁴¹ Os presos políticos realizaram, em todos os presídios, uma greve de fome nacional contra o projeto governamental de Anistia Parcial e em apoio à luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, no período de 22 de julho a 22 de agosto de 1979. Esta greve nacional foi expressão destacada dos 15 anos e meio de resistência dos presos políticos, cuja luta nem sempre era levada ao conhecimento do povo devido à repressão, à censura à imprensa e ao cerceamento das liberdades políticas. A greve durou 32 dias. O governo se comprometeu a revisar algumas questões e no dia 18 de agosto encaminhou o projeto ao Congresso Nacional, que foi aprovado por 206 votos contra 201 e no dia 28 de agosto de 1979 foi promulgada a Lei nº 6.683, anistiando todos os punidos por atos de exceção desde 1964. Ver: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/anistia-de-1979> Acessado em: 10/03/1979.

²⁴² O documento encontra-se no Arquivo pessoal de Ulysses Guimarães no CPDOC – 14 de agosto de 1979 - UG cd 79.05.17 - 15

O deputado federal Iram Saraiva, também se manifestou por uma *anistia ampla, geral e irrestrita*.

“O momento é de muita definição. (...) Nesta hora em que a nação brasileira se prepara para julgar os que não cometeram crimes. Espero que meu partido desempenhe corajosamente uma fórmula de anistia: ampla, geral e irrestrita. Fora disto é a usurpação dos direitos humanos. Quero que meu partido encontre a sua melhor solução e não a solução que o governo quer. Na anistia proposta inúmeros não foram beneficiados e ainda há os desaparecidos que queremos a qualquer preço que o governo revele os seus paradeiros. O meu voto pela anistia ampla, geral e irrestrita. Quero que a nação brasileira saiba que o povo não pode mais ser ludibriado. Ou todos os punidos são alcançados ou esta anistia proposta pelo governo nos leva a desconfiar de alguma coisa. Saudações emedebistas, Iram Saraiva.”²⁴³

Iram foi incisivo no seu telegrama, deixando claro sua defesa pela anistia *ampla, geral e irrestrita*, desejando que o MDB se colocasse buscando a melhor solução diante do projeto enviado pelo governo ao Congresso com a Lei da anistia.

Não faltaram dificuldades para levar esta luta à frente. As ameaças, as intimidações, as perseguições eram usadas de maneira permanente para impedir as manifestações e os protestos contra a ditadura. Tais manifestações repercutiram de certa forma no parlamento, que contou com vários projetos de lei sobre a Anistia. Embora o Congresso Nacional estivesse impedido de legislar sobre a matéria - pois a Junta Militar que outorgou a Constituição de 1969 tornava privativo do Presidente da República o ato da Anistia - foi tão forte a pressão que o Governo se viu obrigado a enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional, embora bastante ambíguo e insuficiente. Era um projeto que não devolvia os direitos àquelas pessoas que os perderam. Excluía os condenados por pegarem em armas para tentar salvar o Brasil de uma ditadura.

Os parlamentares de oposição, em sua maioria, decidiram apoiar o projeto, mas apresentando o maior número possível de emendas para ampliar a anistia. Houve manifestações populares de protesto contra o projeto do governo que limitava o sentido da anistia. Graças a estas mobilizações, algumas emendas conseguiram melhorar um pouco mais o projeto inicial que, finalmente, foi aprovado em 28 de agosto de 1979. Mesmo não sendo a anistia *ampla, geral e irrestrita*, o projeto aprovado trouxe novas perspectivas para a luta democrática. Trouxe exilados, banidos e as demais pessoas perseguidas de volta ao convívio familiar e social e devolveu a liberdade à maioria dos presos políticos.

²⁴³ O documento encontra-se no Arquivo pessoal de Ulysses Guimarães no CPDOC – UG cd 79.03.29 - II -8 - Iram de Almeida Saraiva - Goiânia, 27 de agosto de 1944 - é um advogado, professor e político brasileiro.

No dia 28 de agosto de 1979, a *Folha de S. Paulo* noticiou que Figueiredo poderia vetar expressão que amplia a anistia. A matéria atentava para a possibilidade de veto à expressão “e outros diplomas legais” contida no artigo 1º. O artigo 1º enviado pelo presidente Figueiredo ao Congresso Nacional era originalmente assim:

“É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 a 31 de dezembro de 1978, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração pública, de fundações vinculadas ao poder público, aos dos poderes Legislativo e Judiciário e aos militares, punidos com fundamento em atos institucionais e complementares.”²⁴⁴

Com a alteração do deputado federal da ARENA, Ernani Sátiro, o artigo passou a ter a seguinte redação:

“É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 a 31 de dezembro de 1978, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, **crimes eleitorais**, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração **direta e indireta**, de fundações vinculadas ao poder público, aos **servidores** dos poderes Legislativo e Judiciário, aos militares **e aos dirigentes e representantes sindicais**, punidos com fundamento em atos institucionais e complementares **e outros diplomas legais**.”²⁴⁵

O fato é que no dia 29 de agosto, quando a notícia chegou aos jornais, falava-se na anistia em vigor, porém, com veto na expressão “outros diplomas legais”. Na *Folha de S. Paulo*, discutiu-se as razões do veto.

“Nem o argumento da amplitude do texto caberia para o veto, pois o que prevalece no seu conteúdo é a expressão original relativa aos crimes políticos ou conexos. Não há ponto, não há ponto e vírgula e assim a expressão acrescentada – ‘e outros diplomas legais’ – não representaria o risco que o Governo estaria pretendendo evitar, mas o fato é que beneficiaria outros punidos por crimes políticos e conexos, não apenas nos atos institucionais e complementares, mas também nos regimentos, estatutos e decretos, alcançando trabalhadores, dirigentes sindicais e estudantes.”²⁴⁶

No mesmo dia, a *Folha de S. Paulo* noticiou que o presidente nacional do MDB, Ulysses Guimarães, informou que a luta da oposição por uma anistia *ampla, geral e irrestrita* seria continuada através do apoio das bancadas do partido à emenda constitucional apresentada pelo

²⁴⁴ *Folha de S. Paulo*, 28 de agosto de 1979. p.5.

²⁴⁵ *Idem*.

²⁴⁶ *Idem*.

senador Orestes Quércia. A emenda proposta por Quércia propunha a revogação da competência exclusiva do presidente de conceder anistia ou de sancioná-la quando de iniciativa do Congresso Nacional. Além disso, propunha incluir na Constituição mais um artigo, de número 211, que concedesse a anistia “ampla e irrestrita” aos civis e militares punidos pelos atos excepcionais e pela Lei de Segurança Nacional.

O texto, além da revogação das prerrogativas do chefe do governo no que se referiu à concessão da anistia, propunha no 3º artigo o acréscimo à Constituição nos seguintes termos:

“Art.211 – É concedida anistia ampla e irrestrita aos civis e militares punidos com fundamentos nos Atos Institucionais, nos Atos Complementares e na Lei de Segurança Nacional. Inclusive com suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos.

‘1 – Os anistiados serão readmitidos nos mesmos cargos ou equivalentes, como assalariados, militares, servidores e funcionários públicos, também das autarquias e sociedades de economia mista, tanto da União como dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, contando-se o tempo em que estiveram afastados de suas funções para os efeitos de aposentadoria, reforma e disponibilidade, inclusive para que sejam reajustados.

2 – Não sendo possível o retorno à atividade, o anistiado ficará em disponibilidade com vencimentos integrais.

3 – No prazo de 120 dias serão cumpridas as determinações contidas nos itens 1 e 2 deste artigo. ”²⁴⁷

As pessoas anistiadas foram aquelas que foram processadas formalmente pela Ditadura, tiveram seus nomes publicados em listas nos jornais da grande imprensa. As pessoas cuja prisão não chegou a ser oficializada pelos militares não foram anistiadas, e foram milhares, embora tenham sido torturadas, perseguidas e intimidadas todo o tempo pelos agentes da Ditadura.

Os mortos e desaparecidos políticos não foram reconhecidos. Muitos deles sequer tiveram direito a um atestado de óbito. Os militares, ao procurarem esconder seus crimes, impediam - e ainda hoje apresentam enorme resistência - o esclarecimento das circunstâncias de prisões, torturas e mortes ocorridas nos porões da ditadura. Não entregaram os restos mortais dos presos políticos desaparecidos - uma situação que ainda perdura - impedindo a seus familiares de até mesmo dar um sepultamento digno aos seus parentes.

A anistia não beneficiou os presos políticos envolvidos nos chamados crimes de sangue. Estes permaneceram nos cárceres, até que a reformulação da Lei de Segurança Nacional atenuasse suas penas. Eles tiveram liberdade condicional, vivendo nesta condição por muitos anos após a anistia.

²⁴⁷ *Idem.*

Nesse sentido, em 28 de agosto de 1979, a anistia foi decretada pelo governo, sem negociação com a oposição. Foi aprovada pelo Congresso numa votação apertada de 206 votos a favor e 201 contrários. Assegurou que não haveria revanchismos, pois o perdão não consentiria que os militares envolvidos com a repressão fossem julgados ou condenados por atos praticados em nome do governo ou das Forças Armadas. A lei teve alcance restrito, excluindo de seus benefícios os condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal. Por outro lado, incluía os acusados de crimes conexos, isto é, de tortura, assassinato, o que dava à lei um caráter de “reciprocidade”. No Brasil, o “espírito de reconciliação” que norteou este caráter recíproco, contribuiu também para que fossem anistiados eticamente todos os que sustentaram a violenta ditadura militar.²⁴⁸



Ulysses Guimarães durante votação
da Lei da anistia
Arquivo - Agência Estado/AE



Ulysses Guimarães no Congresso
durante votação da Lei da anistia
Arquivo - Agência Estado/AE

²⁴⁸ A anistia não representou um perdão. Tal ideia fica muito evidente quando Carlos Heitor Cony diz: Ninguém está pedindo perdão a este governo. Tal pedido implicaria o reconhecimento de culpa. O que se pede, o que se exige é que, pela ausência de provas provadas, por não ter o Executivo capacidade de presidir a processos regulares, nem ter moral para condenar ninguém, conceda o Congresso a anistia total, sem restrições, sem barganha. Cony, Carlos Heitor. Anistia. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, mar. 1965. p. 22.



Manifestação no Largo Treze - SP
a favor da anistia *Ampla, Geral e Irrestrita*

Arquivo - Agência Estado/AE

Abriam-se projetos políticos de reorganização partidária, o que possibilitou novos caminhos para a busca da democracia. A sociedade brasileira revigorou-se para lutar por melhores condições de vida e por liberdades políticas.

Do MDB ao PMDB: Ulysses e a reforma partidária

O MDB surgiu no contexto da ditadura, após o AI-2 que extinguiu todos os partidos políticos em 1965.²⁴⁹ Foi fruto de projeto dos formuladores políticos do regime militar, que implantaram uma reforma partidária visando criar um forte partido de sustentação para o governo e um partido frágil e dócil para abrigar os descontentes e opositores.²⁵⁰

Em meio às negociações que culminaram com a aprovação do projeto parcial de anistia, surgiu discretamente a ideia de criar novos partidos políticos no Brasil. Antes de 1978, em virtude de boatos sobre uma nova reforma partidária a ser implantada pelo governo militar, começaram especulações e negociações visando a criação de partidos de esquerda desligados do MDB. A intenção do governo ao acabar com o bipartidarismo e permitir novos partidos tinha o objetivo de fragmentar a oposição e as esquerdas.

A explicação do governo militar, em princípio, tinha fundamento, pois permitia que os exilados políticos e outros que já atuavam no interior da ARENA e do MDB tivessem outras

²⁴⁹ Art 18 - Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros. Parágrafo único - Para a organização dos novos Partidos são mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, e suas modificações.

In: <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1965vVIIp361/parte-4.pdf>
Atos do poder Legislativo- p.7 Acessado em 17/03/2011.

²⁵⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.285.

alternativas partidárias, porém, da forma como foi feito o decreto, ficou claro que a iniciativa tinha como objetivo específico esvaziar o MDB.

Os primeiros passos rumo ao retorno do pluripartidarismo foram dados em outubro de 1978, oportunidade em que o Governo, através do Ministro Petrônio Portela, enviou ao Congresso Nacional projeto de reforma política que garantia, comprovada algumas formalidades, que novos partidos fossem criados. Os estrategistas da ARENA sabiam que, abrindo a possibilidade para a formação de novos partidos, o MDB, evidentemente, perderia muitos de seus quadros político, havendo, portanto, fragmentação.²⁵¹

Ulysses sempre afirmou que o MDB não era um partido, mas sim um movimento que reunia homens com objetivos comuns a respeito dos problemas nacionais. Uma vez retornada a normalidade democrática, acreditava que novos partidos surgiriam e cada um iria se adaptar àquele que melhor interpretasse suas convicções.²⁵² Em 1977, Ulysses reafirmou a mesma posição falando que o MDB reunia pessoas com diferentes conceitos de democracia, unidos por uma luta comum. “É bastante provável que seus membros, vencida a luta, se dispersem por um partido socialista, um trabalhista, um partido do centro e assim por diante.”²⁵³

Ainda em 1977, em entrevista à revista *Visão*, Ulysses falou sobre a criação de novos partidos.

“Criar novos partidos num país que tem 25 unidades federativas, incluindo os territórios, e cerca de 4 mil municípios, é trabalho difícil que demanda, sobretudo, tempo. E, como acabei de dizer, o tempo é fundamental. De qualquer maneira, numa campanha pela Constituinte inevitavelmente surgiriam os germes de novos partidos.”²⁵⁴

E continuou:

“A idéia substantiva é chegar à Constituinte, e ela une toda essa gama, todo esse espectro de tendências variadas que existe no partido. É verdade que não existem partidos políticos no Brasil, que o MDB não é um partido político, pelo simples fato de que não existe democracia no país. Mas a partir do instante em que houver normalidade democrática, é lógico que há no MDB homens que certamente se encaminharão para outros partidos. O que o MDB será no futuro, ou mesmo se ele continuar existindo – até o ponto em que isso depende de nós –, é a maioria dos próprios emedebistas que vai

²⁵¹ SILVA, Eronildo Barbosa & OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Do MDB ao PMDB – 40 anos de história*. Campo Grande: Fundação Ulysses Guimarães, 2006. p.16.

²⁵² *Visão*, 9 de fevereiro de 1976. Em uma entrevista concedida à revista *Veja* em 12 de setembro de 1973, Ulysses diz a mesma coisa: “Quando se escolheu o nome de Movimento Democrático Brasileiro, e não partido, isso foi levado em consideração. Ele é um movimento para se chegar a um partido, apenas. Na conceituação do direito público, o MDB não é um partido. A ARENA muito menos.” p. 4.

²⁵³ *Folha de S. Paulo*, 6 de novembro de 1977.

²⁵⁴ *Visão*, 9 de fevereiro de 1976. p.16.

decidir. Então, como ia dizendo, para a convocação da Constituinte estamos todos unidos. Depois disso, cada um sairá falando aos eleitores, marcando suas posições. Aí então, poderá haver divergências, e até grandes.”²⁵⁵

Ou seja, Ulysses entendia que o MDB encontrava-se no formato de um “partido” constituído por grupos divergentes devido a um objetivo comum que era pôr fim à ditadura. Mas, no momento em que esse objetivo fosse alcançado, novos partidos tomariam formas e cada um seguiria para onde melhor lhe aprouvesse.

Em 1978 e 1979, as esquerdas lutaram em torno da reforma partidária, no qual segmentos expressivos se afastaram do MDB – e posteriormente do PMDB – buscando caminhos próprios. Segundo Rodrigo Motta aponta que os “cérebros” do regime prevendo a manutenção da tendência do crescimento do MDB, decretaram a extinção dos dois partidos e permitiram o surgimento de um sistema pluripartidário, mas limitado à legalização de partidos comunistas.²⁵⁶

Embora a ideia do governo ao criar um partido de oposição fosse que este (MDB) tivesse um comportamento de “oposição consentida”, com o passar do tempo, o MDB mostrou-se cada vez mais “oposição real”, com críticas, resistência e dissenso em relação às políticas governamentais.

Segundo Maria Helena Moreira Alves, estudos realizados pelo SNI e outros órgãos governamentais indicavam que, apesar das novas regras eleitorais, a oposição provavelmente ganharia o controle do Congresso Nacional, das assembleias estaduais e até mesmo de muitos governos municipais nas eleições seguintes. Tornava-se, portanto necessário, tentar dividir e fragmentar a oposição e controlar cuidadosamente a organização dos partidos políticos. Impunha-se, além disso, agir com rapidez na remodelação do sistema partidário enquanto o governo ainda detinha a maioria no Congresso – garantida pelo Pacote de Abril através da figura dos senadores “biônicos”.²⁵⁷

Para que o Estado continuasse no controle, foi criada uma Nova Lei Orgânica dos Partidos,²⁵⁸ que extinguiu o bipartidarismo. A *Folha de S. Paulo* noticiou sobre a nova lei nos seguintes termos:

“Quando for sancionada, hoje, pelo presidente Figueiredo, a lei de reformulação partidária, estarão automaticamente extintos os dois partidos criados em 1966: Arena e MDB. Agora, o Tribunal Superior Eleitoral tem 60 dias de prazo para regulamentar a

²⁵⁵ *Idem.* p.16.

²⁵⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Idem.* p. 299

²⁵⁷ ALVES, Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p.322.

²⁵⁸ Ver anexo 2 . A Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979 encontra-se na íntegra.

nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Figueiredo, através de veto, restabelecerá as sublegendas nas eleições de senadores e prefeitos, a obrigatoriedade de filiação partidária no caso de convocação extraordinária de blocos, e a escolha, obrigatória, de Diretórios Distritais através de eleições.”²⁵⁹

E continuou:

“A nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos aguardará a regulamentação pelo TSE, no prazo de 60 dias a partir da sanção (terminará no dia 20 de fevereiro), para então gerar seus efeitos no que se relaciona à organização dos novos partidos políticos. Como os tribunais entram em recesso, o assunto deverá ser definido somente em fevereiro. Enquanto, isso, os novos partidos iniciam a arregimentação de forças políticas, constituição de blocos parlamentares e elaboração do programa e respectivo manifesto. O pedido de registro, porém, bem como a formalização para iniciar a fase de criação dos novos partidos, somente poderá ser realizado após a regulamentação da matéria pelo Tribunal Superior Eleitoral.”²⁶⁰

O MDB, como já apresentado acima, era o único partido de oposição legalizado e um movimento que abrigava oposições com diversidades de opiniões que só estavam unidas em prol de um objetivo comum. Desta forma, era mais que esperado que com o fim do bipartidarismo, os partidos se reorganizassem de acordo com suas posições políticas mais específicas, além do grande objetivo do fim da ditadura militar.

De fato o PMDB perdeu muitos quadros. A formação dos novos partidos aconteceu com o concurso de antigos militantes do MDB, mas o partido continuou crescendo e com chance de ganhar as eleições municipais marcadas para 1980. Por isso era importante para o governo que o MDB se dissolvesse e mudasse de nome. Esperava-se, não sem razão, que os membros do partido governamental poderiam ser mantidos para formar um novo partido, e que, além disso, desfrutariam de vantagem eleitoral com a mudança de nome. Assim foi que os membros da antiga ARENA puderam descartar-se da identificação com as políticas impopulares do Estado, formando imediatamente o Partido Democrático Social (PDS).²⁶¹

O governo militar, na nova lei, impôs que os nomes dos novos partidos tivessem obrigatoriamente a letra “P” na sigla, significando “Partido”.²⁶²

Na noite de 20 de dezembro de 1979, por iniciativa de Ulysses Guimarães, um grupo de parlamentares se reuniu em Brasília para discutir o nome do novo partido. Sem muito debate,

²⁵⁹ *Folha de S.Paulo*, 20 de dezembro de 1979. p. 5

²⁶⁰ *Idem*.

²⁶¹ ALVES, Maria Helena Moreira Alves. p.323

²⁶² Art.5 - § 1º Do nome constará obrigatoriamente a palavra partido com os qualificativos, seguidos da sigla, esta correspondente às iniciais de cada palavra, não sendo permitida a utilização de expressões ou arranjos que possam induzir o eleitor a engano ou confusão.

porque não havia necessidade, de acordo com o ex-deputado Sérgio Cruz, líder do MDB na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, que participou dessa reunião. O partido resolveu colocar apenas um “P” antes do MDB e tornou-se PMDB.²⁶³

Nessa mesma noite, o PMDB divulgou o "Manifesto dos Fundadores do PMDB à Nação" reafirmando a missão do partido de prosseguir com a luta travada pelo MDB em prol das grandes teses democráticas:

“Manutenção do calendário eleitoral, eleições diretas em todos os níveis, defesa da autonomia dos municípios e da federação, democratização do ensino, anistia ampla, geral e irrestrita, além da convocação da Assembléia Nacional Constituinte.”²⁶⁴

No jornal do dia 20 de dezembro de 1979, a *Folha de S. Paulo* já atribuía o nome PMDB ao antigo MDB, destacando o manifesto publicado fazendo críticas ao governo após a nova lei. O manifesto destacava que

"A Nação não esquece que cada arbitrariedade do regime permitiu sempre uma definição mais nítida das forças oposicionistas. Enquanto alguns, nominalmente na oposição, fraquejavam e transigiam, outros, muitas vezes vindos das bases partidárias e dos novos movimentos sindicais e comunitários, engajavam-se na luta. Agora, esse mesmo avanço dar-se-á em dimensão maior." ²⁶⁵

Além disso, o manifesto dizia que o partido

"não servirá de instrumento aos que colaboram, direta ou indiretamente, com o Governo, nem aos que não estejam realmente dispostos a participar de uma obra de mobilização popular. E ganhará novos quadros que, até hoje, permaneceram afastados da política partidária por não identificá-la como veículo adequado aos movimentos de base." ²⁶⁶

Os fundadores do PMDB reafirmam no manifesto, entre outras coisas, que o partido "terá como tarefa fazer uma oposição confiável ao povo, não aos detentores do poder", que "surgirá disposto a uma prática política de organização e mobilização, sobretudo frente aos conflitos,

²⁶³ SILVA, Eronildo Barbosa & OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Idem*. p.17.

²⁶⁴ “Manifesto dos fundadores do PMDB à Nação”. Revista do PMDB, 1, Fundação Pedroso Horta, julho 1981.p.13

²⁶⁵ *Folha de São Paulo*, 20 de dezembro de 1979. p.5 Acessado em 13/03/2011

²⁶⁶ “Manifesto dos fundadores do PMDB à Nação”. Revista do PMDB, 1, Fundação Pedroso Horta, julho 1981.p.13

sempre pela via da militância pacífica e democrática", insistindo na necessidade de convocação de uma assembléia nacional constituinte.²⁶⁷

Em 15 de janeiro de 1980 em Brasília, na sala da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, foi oficializada a criação do PMDB. Ulysses Guimarães foi eleito Presidente Nacional. Além do PMDB e PDS, já citados, outros partidos surgiram nesse momento. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular (PP) e Partido dos Trabalhadores (PT). Cabe ressaltar que o Partido Popular foi fundado por Tancredo Neves, um dos nomes mais importantes ao longo da trajetória do MDB.

No dia em que foi proclamado presidente do PMDB, Ulysses na sua primeira fala aos correligionários apontou como meta imediata do partido a luta pela realização de eleições municipais em 1980.

“Estão falando em adiamento das eleições, e isso não vamos aceitar. Vamos denunciar essa manobra em todo o País. Há prefeitos honestos, mas há também muito prefeito corrupto, ladrão, incapaz. (...) O adiamento seria uma iniciativa indigna, indecorosa e desonrosa, mas devemos estar preparados. Entendo perfeitamente exequível disputarmos as eleições, antes mesmo de termos o nosso registro definitivo.”²⁶⁸

Com o crescimento da oposição, através da emenda constitucional nº 14, de 9 de setembro de 1980, determinando a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores até janeiro de 1983.²⁶⁹

Assim, as eleições gerais de 1982 vão contar com todos os partidos e escolher vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores. Exceto para a parte do Senado, governadores e prefeitos de capitais e municípios de interesse da segurança nacional, far-se-ão por sufrágio universal direto e secreto, com participação de todos os partidos registrados.²⁷⁰

²⁶⁷ *Idem.*

²⁶⁸ *Folha de São Paulo*, 16 de janeiro de 1980. p.6

²⁶⁹ Emenda Constitucional nº 14 de 9 de setembro de 1980. Artigo único - O artigo 209 passa a vigor reescrito nos termos infra: "Art. 209 - Os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e seus Suplentes, estender-se-ão até 31 de janeiro de 1983, com exceção dos Prefeitos nomeados.

Parágrafo único - As eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores serão realizadas simultaneamente em todo o País, na mesma data das eleições gerais para Deputados." Brasília, em 09 de setembro de 1980. In: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103921/emenda-constitucional-14-80> Acessado em 17/03/2011.

²⁷⁰ COUTO, Ronaldo Costa. *Idem.* p.282.

As eleições de 1982

As eleições de 1982 eram consideradas as eleições mais importantes na história brasileira, com estimativa de 55 milhões de eleitores escolhendo cerca de 400 mil candidatos a todos os cargos.²⁷¹ Pela primeira vez desde 1965 os governadores seriam eleitos diretamente.

Tendo em vista os objetivos de legitimidade e institucionalização permanente, era importante que estas eleições se realizassem com o máximo de liberdade. Por outro lado, a política de abertura mantinha-se no curso dos planos do governo de liberalização controlada. Era fundamental para o Estado de Segurança Nacional manter o controle sobre o Senado manter o controle sobre o Senado e do Colégio Eleitoral que escolheria em 1984 o sucessor do presidente Figueiredo.

É importante destacar as reformas eleitorais de 1981,²⁷² que influenciariam as eleições do ano seguinte, uma vez que foi criado para garantir a vitória nas eleições gerais em muitos Estados. No dia 25 de novembro de 1981, o presidente Figueiredo anunciou as reformas eleitorais que seriam incluídas em projeto a ser apresentado ao Congresso em regime de urgência. Decidiu-se também que o governo instituiria as lideranças do PDS a “fechar questão” para a votação deste novo pacote de reformas eleitorais. Nesse caso, segundo a norma da fidelidade partidária, qualquer membro do PDS que votasse contra o projeto perderia automaticamente o mandato.

A *Folha de S. Paulo* noticiou sobre as reformas eleitorais de 1981. Em linhas gerais, apresentou alguns pontos das reformas eleitorais.

“Numa decisão considerada “estorrecedora, abrupta e inaceitável” pelas oposições, o presidente Figueiredo suspendeu ontem as negociações do ministro Ibraim Abi Ackel, da Justiça, em torno uma série de medidas destinadas a ‘não resolver o problema institucional que o quadro político apresenta, como imprimir maior rigor às linhas estruturais do pluripartidarismo’.

O novo ‘pacote’ eleitoral a ser enviado brevemente ao Congresso propõe a vinculação dos votos em todos os níveis; a obrigação de os partidos registrarem chapa com candidatos a todos os postos; a obrigatoriedade de votação, em todos os casos, nos candidatos de um só partido, sob pena de nulidade; e a e a condição de não-desistência da candidatura a governador, sob pena de anulação dos votos dados ao partido.

O presidente da República, além disso, recomenda ao PDS que feche questão em torno dessas medidas e das propostas que já se encontram em tramitação no Congresso, relativas às mudanças na lei de inelegibilidades e à criação do Estado de Rondônia. Para a

²⁷¹ ALVES, Maria Helena Moreira Alves. p.332.

²⁷² Ver anexo 3. Lei nº 6.978 de 19 de janeiro de 1982.

oposição, alguns pontos eram inegociáveis. Em virtude disso, o presidente anunciou que não admitia ser encurralado pela oposição.

Para Ulysses Guimarães o pacote com as reformas eleitorais ‘foi um Pearl Harbor.’”²⁷³

Quando Ulysses compara as reformas eleitorais com o ataque a Pearl Harbor, ele quer dizer que foi um “ataque” de surpresa e que “feriu” a oposição.

A revista *Veja* apresenta uma metáfora muito interessante, na qual compara as reformas eleitorais de 1981 a um pacote com duas dobras e dois nós. Amarrado pela autoridade do presidente João Figueiredo, o pacote de novembro foi embrulhado com duas grandes dobras, ambas destinadas a proteger seu conteúdo invisível: garantir a maioria do partido do governo na Câmara a partir de 1983, assegurar o controle do colégio eleitoral que escolherá o presidente da República em 1984 e impedir avanços oposicionistas sobre governos estaduais como os de Pernambuco e Minas Gerais.

Na proteção do conteúdo, deram-se ao pacote duas dobras e dois nós. Uma dobra, a do voto vinculado, obriga o eleitor votar num só partido. A outra, a de proibição das coligações, obriga os partidos a atraírem os eleitores só para suas chapas. Desembrulhando-se o pacote, vê-se não apenas o que ele pretende como também a forma como o amarraram.

Primeira dobra: dobra de vinculação, no qual o governo decretou que o voto para governador, senador, deputado federal, estadual, prefeito e vereador sempre na mesma sigla, significando o voto vinculado.

Segunda dobra: dobra das coligações. Com a reforma partidária de 1979, a oposição ficou dividida em quatro partidos. O governo decretou que além de divididos, os partidos não pudessem se aproximar e, indo além, obrigava-os a brigar entre eles.

Primeiro nó: nó da sublegenda. Na parte interna do pacote há uma dobra antiga do papel de embrulho: a sublegenda municipal. Como ela estava na lei e vigoraria nas eleições de 1982, permitiria a cada partido apresentar 3 candidatos a prefeito e 9 nomes para cada vaga de vereador. Qualquer partido poderia utilizar deste expediente, contudo, o PDS mais se beneficiaria. Por exemplo, em um município com 10 cadeiras na Câmara, o PDS poderia lançar 90 candidatos, aumentando, desta forma, as possibilidades nas eleições.

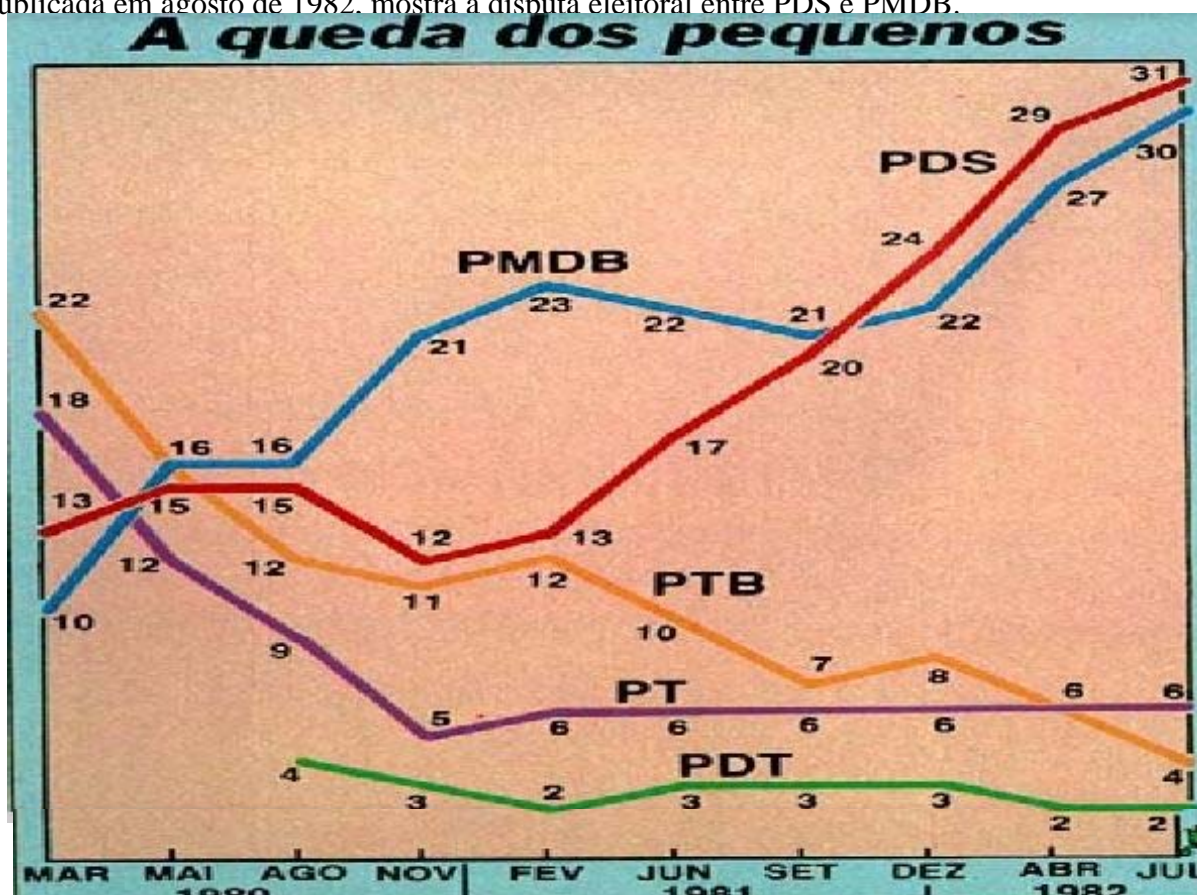
Segundo nó: o nó da campanha. Por fim, embrulhado com uma dobra para cá, outra para lá e amarrado com um bom nó, o pacote estaria seguro. Se um candidato a governador desistisse

²⁷³ *Folha de S. Paulo*, 26 de novembro de 1981. p.5. / O ataque a Pearl Harbor foi uma operação aeronaval de ataque à base norte-americana de Pearl Harbor, efetuada pela Marinha Imperial Japonesa na manhã de 7 de Dezembro de 1941 que culminou com a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial.

da campanha “expressa ou tacitamente”, o partido perderia todos os votos. Assim, o pacote não estava apenas bem amarrado, mas, mesmo a oposição o odiando foi obrigada a carregá-lo.²⁷⁴

As imposições das reformas eleitorais foram muito negativas, especialmente para o partido de Tancredo Neves – Partido Popular (PP) – que, ainda em fase de estruturação e sem capilaridade suficiente, não conseguiu sobreviver, extinguindo-se em fevereiro de 1982, incorporando-se ao PMDB. Isso fortaleceu o PMDB. As eleições seriam plebiscitárias. Para quase todo o universo eleitoral, votar no PDS significaria aprovar o governo e votar no PMDB o contrário.²⁷⁵

Para Ulysses as eleições teriam esse caráter plebiscitário. Em entrevista à *Folha de S. Paulo* em 4 de abril de 1982, ele ressaltou que entende as Eleições de 15 de novembro como um confronto ao regime, por isso o caráter de plebiscito. “É isso o que os países democráticos, que usam o plebiscito, o referendo, para a solução dos seus problemas, até os mais graves. Se numa democracia o soberano é o povo, ele é que tem que decidir.”²⁷⁶ A pesquisa eleitoral abaixo publicada em agosto de 1982, mostra a disputa eleitoral entre PDS e PMDB.



Arte da *Veja*, 25 de agosto de 1982. p.18 Pesquisa Veja- Gallup para as eleições ao Senado em 1982.

²⁷⁴ *Veja*, 02 de dezembro de 1981.p.25-6

²⁷⁵ COUTO, Ronaldo Costa. *Idem*. p.308

²⁷⁶ *Folha de S. Paulo*, 4 de abril de 1982. p.4.

Em maio de 1982, mais mudanças ocorreram por parte do governo com um novo projeto resultando na Emenda Constitucional de nº22 de 29 de junho de 1982.²⁷⁷ Em linhas gerais, reabre as filiações partidárias; adia para depois de 1986 a aplicação dos critérios para a sobrevivência dos partidos, beneficiando os pequenos e evitando que casos como o do PP que se incorporou ao PMDB; aumento dos mandatos municipais para seis anos; elevação de 2/3 do quorum para mudanças constitucionais; adiamento da eleição indireta do presidente da República de outubro de 1984 para 15 de janeiro de 1985 e alteração do respectivo colégio eleitoral, agora integrado por 686 membros, assim distribuídos: 479 deputados federais, 69 senadores e 138 delegados escolhidos pelas 23 assembleias legislativas, entre deputados estaduais do partido majoritário. Além disso, proibiu o voto de legenda e passou a exigir que o eleitor escrevesse o nome ou número dos candidatos em uma cédula.²⁷⁸

A campanha eleitoral seguiu competitiva, com a participação de vários partidos, elevando o nível do debate politizando o processo eleitoral. Desde 1974, tantas questões de importância nacional e local eram abertamente discutidas pela televisão, apresentando os representantes de vários partidos de oposição seus pontos de vista alternativo.²⁷⁹

As eleições ocorreram em 15 de novembro de 1982 e os resultados demonstram a eficácia dos controles impostos pelos militares para a manutenção do poder.

Partidos	Câmara dos Deputados	Senado
PDS	235	46
PMDB	200	21
PDT	24	1
PTB	13	1
PT	8	-

Representação no Congresso Nacional por partidos - Eleições de 15 de novembro de 1982²⁸⁰

Partidos	Estados	Votos	Eleitorado	População	Território (km²)	% do PNB
PDS	12	7.807.696	22.225.818	47.425.296	2.810.207	23,90

²⁷⁷ Ver anexo 4 com a Emenda Constitucional de nº22 de 29 de junho de 1982 na íntegra.

²⁷⁸ COUTO, Ronaldo Costa. *Idem.* p.308-9

²⁷⁹ ALVES, Maria Helena Moreira Alves. p.341.

²⁸⁰ *Idem.* p.342.

PMDB	9	11.612.702	30.134.704	58.400.155	5.037.937	58,22
PDT	1	1.416.630	6.292.265	11.297.962	44.268	16,68

Nota: Eleições para Governador - O PDS venceu nos seguintes Estados: Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O PMDB, em São Paulo, Minas Gerais, Espírito, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Pará, Amazonas e Acre. O PDT venceu no Estado do Rio de Janeiro.²⁸¹

O fato é que o país conseguiu dar marcante demonstração de vitalidade e ordem política. Desde a sanção da Lei da anistia, a maior aspiração das oposições passou a ser a realização das eleições diretas para presidente da República. Após o pleito de 1982, o assunto começa a florescer no novo Congresso. Em 18 de abril de 1983, o pouco conhecido deputado do PMDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira, apresentou a proposta da emenda constitucional, a PEC 5/1983, tornando direta a eleição do sucessor presidente Figueiredo. Mas esse é um assunto para o próximo item.

Luis Humberto



Ulysses Guimarães - Brasília, 1982

²⁸¹ *Idem.* p.342.



Orestes Quercia, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Mário Covas e Fernando Henrique, no PMDB, durante campanha de Montoro em São Paulo em junho de 1982

A campanha Diretas Já e o “Senhor Diretas”

*“Vi a história brotar nas ruas
e na garganta do povo”.*

Ulysses Guimarães, 24 de abril de 1984

O Brasil viveria com as Diretas Já o desfecho de uma luta pela democracia que durou quase vinte anos e terminou de fato nas ruas, com Ulysses Guimarães à frente em uma complexa operação de transição democrática sob negociação política de Tancredo Neves.²⁸²

A eleição direta para presidente era, até janeiro de 1983, vista como consequência do processo de democratização e não como proposta central.

²⁸² LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.31

O PMDB, depois do grande avanço da oposição – elegendo como a tabela acima expõe, 9 governadores – tinha como principal bandeira e objetivo a Assembleia Nacional Constituinte.

Em artigo na revista *Veja* em julho de 1980, Ulysses disse que para ele “democracia é o nome da paz e a Assembléia Constituinte o único fórum capaz de escrevê-lo.” E complementou:

“Por que uma Assembléia Nacional Constituinte? Porque é a saída civilizada para o impasse social e político brasileiro. A saída consensual. A saída evolutiva. Sem traumas, a saída não cirúrgica. É a saída histórica, no Brasil e no mundo, entendida como a solução indicada pela experiência e pelo passado para crises semelhantes às que ora sacodem o país. (...) O Brasil tem condições de alcançá-la da mesma forma que conseguiu a anistia, como recuperou outros direitos por via de pressão popular e não de outorga. O governo tem de ser sensível a isso, tem de acreditar no povo, na dinâmica e na movimentação nacional. (...) Como efetivar a Constituinte, sua forma, seu tempo, é questão de processo, havendo várias maneiras para tanto. E a maneira que emergir será consequência da circunstância e do movimento social.”²⁸³

Nesta entrevista, Ulysses demonstra ter um grande objetivo que é lutar pela Assembleia Nacional Constituinte.

Se a Constituinte apresentava-se como uma consigna complexa para compreensão das grandes massas, o jogo da política no campo do poder, envolvendo facções militares e grupos civis, era, por sua vez, excessivamente obscuro. Suas nuances sigilosas tinham muito mais importância que os fatos públicos.

A tese da eleição direta para presidente da República que romperia esse círculo vicioso e unificaria a oposição, ligando-a ao grande público, era então, apenas uma ideia em elaboração pelo jovem deputado Dante de Oliveira, com a ajuda de seu pai, Sebastião de Oliveira, “dr. Paraná”.

Em 25 de abril de 2004, ou seja, 20 anos depois da campanha das Diretas Já, Dante de Oliveira falou para a *Folha de S. Paulo* sobre a elaboração da Proposta de Emenda Constitucional. Quando perguntando de quem foi a ideia da proposta de eleições diretas para presidente, Dante disse que foi sua, porém, seu pai, sendo advogado, ajudou-o a elaborar.²⁸⁴ Nesta mesma entrevista, Dante de Oliveira falou sobre como foi apresentada sua proposta.

“*Folha* - Na anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência, de 1973 a 1974, já se falava nisso. Mas é curioso que esse projeto não tivesse sido apresentado antes.

Dante - Não. Alguns projetos foram apresentados antes de mim, mas foram arquivados, porque ficaram no âmbito do Congresso, dentro das paredes do Congresso. Quando

²⁸³ *Veja*, 23 de julho de 1980. p.106.

²⁸⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u60342.shtml/> Acessado em 20 de março de 2011.

resolvi apresentar o projeto, fui ao Prodasen no início de janeiro de 1983. Perguntei quantas emendas havia sobre eleições diretas. O funcionário me disse: "Não tem nada". A partir daí, eu corri para conseguir as assinaturas. Pegava assinaturas de deputado que não conhecia, de senador que não conhecia. Pedi até assinatura a um jornalista: eu não conhecia ninguém! Por que eu corri tanto? Porque tinha consciência de que um projeto restabelecendo as eleições diretas, na sucessão de João Baptista Figueiredo, iria ser muito discutido. Mas eu jamais pensei que iria tomar o volume que tomou. Ninguém imaginou."²⁸⁵

E continua falando sobre a recepção do seu projeto dentro do seu partido, PMDB.

“*Folha* - Havia resistências à campanha dentro do PMDB?

Dante - Quando eu apresentei a emenda, em 2 de março [1983], o PMDB estava fazendo uma reunião da bancada federal. No mesmo dia que eu apresentei o projeto, o Domingos Leonelli defendeu a idéia na reunião da bancada. O Ulysses Guimarães abençoou a idéia, mas não colocou a campanha de cara nas ruas. Ficamos chateados, mas só depois fomos compreender: ele tinha governadores recém-eleitos. Ele não podia colocar a campanha na rua porque esses governadores, embora tenham apoiado a idéia, não queriam entrar confrontando o governo federal.”²⁸⁶

A campanha pelas eleições diretas foi o maior movimento cívico-popular da história republicana do Brasil. O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva.²⁸⁷ No entanto, quando Dante de Oliveira apresentou a proposta, não se tinha noção da dimensão que a Proposta de Emenda Constitucional nº5 de 1983 iria ter no ambiente político e na sociedade civil. Ele mesmo afirma acima que jamais pensou que iria tomar o volume que tomou.

Nos primeiros dias de 1983 não se falava em Diretas. A temática do momento era focada na economia, sobre a inflação, Fundo Monetário Internacional (FMI), política salarial. Os novos governadores eleitos tomaram posse. Começou a funcionar o novo Congresso Nacional, com uma correlação de forças no mínimo equilibrada entre oposição e governo.

Em março de 1983, foi o mês que começou a se desenhar a mudança com a apresentação da proposta da emenda constitucional por Dante de Oliveira. Em seu livro com Domingos Leonelli *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*²⁸⁸, Dante faz uma rica e interessante

²⁸⁵ *Idem.*

²⁸⁶ *Idem.*

²⁸⁷ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). Diretas-Já: vozes das cidades. In: *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

²⁸⁸ LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

descrição mês a mês (janeiro de 1983 a abril de 1984) sobre todo o processo de lutas pelas eleições diretas para presidente da República.

Desta forma, a partir de março, tudo o que eclodiria como um vulcão político nos primeiros meses de 1984 tomava forma no mês de março de 1983.

“O presidente Figueiredo manda mensagem reafirmando a abertura e sugerindo uma trégua política. Com discursos históricos, despedem-se do Senado da República os governadores eleitos Tancredo Neves, Franco Montoro e José Richa. Os militares da direita militar e do sistema de informações saem da posição de protagonistas para a posição de atores secundários, embora ainda poderosos. Inicia-se uma lenta mudança na postura do Poder Judiciário, com ganhos de causa para as ações populares impetradas desde a revogação de algumas leis de exceção pelo presidente Geisel em 1977. O governo reconhece a força do movimento sindical e o pedido de trégua do presidente Figueiredo, e volta-se também para essa área. A Emenda Dante de Oliveira dá seus primeiros passos, com o esboço do plano da campanha aprovado na bancada de deputados federais do PMDB.”²⁸⁹

Dante de Oliveira e Domingos Leonelli dizem que mesmo diante dessas mudanças, só olhares mais experientes e atentos conseguiram perceber essas mudanças. A partir disso, entendem que Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro e Lula foram atores que estavam atentos às mudanças. Além disso, destaca ao jornal *Folha de S. Paulo* como um dos atores antenados.

A *Folha de S. Paulo* é citada porque em 27 de março de 1983, publicou na editoria Opinião um editorial intitulado “Por eleições diretas”, quando o movimento ainda não tinha grande dimensão no país. Muito embora o jornal *O Globo* tenha publicado uma matéria sem grandes destaques, no dia 3 de março, sobre as Proposta de Emenda Constitucional. Veja abaixo:

²⁸⁹ *Idem.* p.77



O Globo, 03 de
março de 1983.
p.5

Proposta ganha 199 assinaturas

BRASILIA (O GLOBO) — Com a assinatura de 176 deputados e de 23 senadores, o Deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou ontem a mesa da Câmara proposta de emenda à Constituição, restabelecendo a eleição direta para a Presidência e a Vice-Presidência da República.

Ao justificar sua proposta, Dante de Oliveira afirmou que o Presidente eleito diretamente “passa a exercer um poder que o povo livre e expressamente lhe conferiu”.

— Difere — prosseguiu — o que ocorre com outros candidatos, escolhidos em círculos fechados e inacessíveis à influência popular e às aspirações nacionais.

Dante de Oliveira afirmou também que os maiores presidentes que o Brasil já teve “venceram, todos eles, ungidos pelo consenso popular”.

Voltando à *Folha de S. Paulo*, o editorial dizia que

“No momento em que o processo sucessório toma impulso e sua face pública deixa entrever a complexidade das alternativas que coloca, esta ‘Folha’ considera oportuno reafirmar aos seus leitores algumas opiniões simples e claras sobre o tema. Em primeiro lugar, fomos e somos favoráveis a eleições diretas em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República. Não só porque nos parece a forma de escolha democrática mais compatível com o sistema presidencialista (...). Mas também porque, na atual situação de graves dificuldades econômicas e demandas sociais insatisfeitas, tal forma de escolha se apresenta como a mais apta a esclarecer vínculos sólidos de confiança entre governo e sociedade e unir a opinião pública em busca de soluções viáveis para os grandes nacionais. Segundo, não se pode rigorosamente admitir que as regras vigentes configurem uma eleição indireta, da qual se dissesse que em princípio é tão democrática como a indireta. (...) Terceiro, aos que temem o acirramento de disputas partidárias em torno da sucessão via direta, cabe lembrar que o processo atual processo indireto, não afasta essa possibilidade. (...) Qualquer previsão parece temerária, no entanto, tal a soma de fatores imponderáveis que poderão atuar sobre o processo político brasileiro nos próximos dois anos. O que parece certo, entre muitas incertezas, é que o êxito da tese das eleições diretas será tão menos improvável quanto mais firme e abertamente ela seja sustentada pelos setores da opinião pública que lhe são favoráveis. Se tais setores se

mostrarem amplamente majoritários, como acreditamos que são, sua vontade constituirá também um fator que não deixará de pesar no curso dos acontecimentos.”²⁹⁰

Ou seja, dizendo com toda clareza possível que eram favoráveis às eleições diretas em todos os níveis, em um momento que ainda não se imaginava que um ano à frente, o país estaria fervilhando nas ruas, inclusive, pelas eleições diretas para presidente da República.

Mas, o que de fato trazia a proposta? Que o Presidente e Vice-Presidente passariam a ser eleitos simultaneamente, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por 5 anos de mandato. Além disso, estabelecia que os partidos políticos tivessem representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecesse. A justificativa para a proposta se pautava na restauração da tradição da eleição direta através do voto popular, tradição esta que era profundamente arraigada ao Direito Constitucional brasileiro como também nas aspirações do povo brasileiro. Assim como a escolha direta daria legitimidade ao mandato de forma límpida e incontestável. Por fim, Dante entende que as eleições diretas para presidente deveriam ser vista como a única solução para a crise econômica, política e social pelo qual o Brasil vivia na década de 1980. “A nós basta um mínimo de patriotismo, de honestidade e de sentimento humano, para entendermos que é hora de mudar.”²⁹¹ Foram 199 assinaturas entre deputados e senadores – incluindo Ulysses Guimarães para apoiar a proposta realizada por Dante de Oliveira.

Segundo Luiz Henrique da Silveira²⁹², “Ulysses, com a prudência sábia de sempre, ruminou, por dias, a proposta, até se incorporar a ela com entusiasmo.”²⁹³ Já Ibsen Pinheiro, demonstra que o apoio de Ulysses iria engrandecer e fortalecer a proposta.

“O primeiro passo, conquistar Ulysses Guimarães. Foi com ele a segunda reunião. Sentimos seu ceticismo, igual ao nosso, quanto ao objetivo formal – mas percebemos também que ele desvelou, desde logo, o potencial político e parlamentar da proposta. A inspiração de Dante iria marcar toda a legislatura e a própria história do país. Com o apoio de Ulysses, agrandamo-nos.”²⁹⁴

Em 2004 com os 20 anos da campanha das eleições diretas, Dante de Oliveira concede uma entrevista ao jornal *O Globo*, relatando sobre o processo das Diretas Já. Quando perguntado sobre quando Ulysses se engajou na campanha, Dante respondeu:

²⁹⁰ *Folha de S. Paulo*, 27 de março de 1983. p.2.

²⁹¹ LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante. *Idem*. p. 80.

²⁹² Luiz Henrique da Silveira – Blumenau, 25 de fevereiro de 1940 – é um advogado e político brasileiro.

²⁹³ LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante. *Idem*. p. 85

²⁹⁴ *Idem*. p.84

“Desde o primeiro momento. Ele tinha uma sensibilidade política enorme. Mas como presidente do PMDB conhecia o partido e tinha a preocupação da unidade. Éramos jovens e afoitos e queríamos ir para a rua logo. Ele sabia que o partido tinha diversas tendências e tinha acabado de eleger governadores, tinha que dar tempo ao tempo. Ele segurava, eu brigava e discutia, pensava que ele estava boicotando. Só então fui compreender a sabedoria dele de não sair às ruas com o partido rachado.”

A *Folha de S. Paulo* do dia 2 de março de 1983 trouxe o discurso na íntegra do então presidente Figueiredo, discurso este que ficou conhecido como trégua política, no qual ele anunciou a segunda fase do processo de abertura. Disse em mensagem ao Congresso que esta trégua seria para permitir, em clima de cooperação e entendimento, a superação dos graves problemas nacionais. Segundo a *Folha de S. Paulo*, Figueiredo anunciou “que o País entra agora numa segunda e decisiva fase do processo de abertura democrática, na qual o sistema político, definido pelas urnas, terá que responder, com inteligência e bom senso, as grandes questões que lhe serão propostas.”²⁹⁵ E ainda:

“Chegamos a novo estágio, em que a abertura política não poderá consistir só em atos unilaterais. O funcionamento da democracia, neste período decisivo de nossa história, reclama espírito de transigência e vontade comum de encontrar fórmulas que conciliem a continuidade com a mudança.”²⁹⁶

No dia seguinte, em 3 de março de 1983, no jornal *O Globo*, Ulysses se pronunciou a respeito da trégua política proposta por Figueiredo. Com a manchete “Ulysses alinha condições para a conciliação”, ele disse que, “não se pode falar em conciliação enquanto não houver eleições diretas para Presidente da República e nem com a manutenção da atual Lei de Segurança Nacional.”²⁹⁷

O mês de abril de 1983 foi decisivo para o planejamento da campanha para as eleições diretas. O livro do autor da proposta Dante de Oliveira com Domingos Leonelli demonstra a importância de Ulysses desde o primeiro momento da campanha e uma das razões que talvez o rendeu o apelido de “Senhor Diretas” foi a participação ativa no processo.

Ulysses valorizava a questão da unidade interna para poder colocar posteriormente o movimento com maior visibilidade.

“Dada a diversidade ideológica das forças internas do PMDB, Ulysses não permanecia alianças permanentes com nenhum grupo interno do PMDB e muito menos fazia uma

²⁹⁵ *Folha de S. Paulo*, 02 de março de 1983. p.4

²⁹⁶ *Idem*.

²⁹⁷ *O Globo*, 3 de março de 1983. p.3

aliança permanente conosco, pois percebia, pela nossa inquietação, que não demoraríamos a criar-lhe pequenos problemas, como a tentativa de ingenuamente ocupar, com João Herrmann, a presidência da Fundação Pedroso Horta, o instituto de estudos do PMDB. Para Ulysses, a campanha pelas Diretas seria sua bandeira, já que Tancredo Neves liderava a corrente moderada do PMDB sob a idéia do consenso. Ele percebera isso rápido: o que era um item das reivindicações democráticas do PMDB transformar-se-ia em bandeira, sendo ele próprio porta-estandarte. Diretas e Ulysses seriam a mesma coisa. Não deu outra.

Mas era preciso costurar todas as pontas do partido. Isso teria que acontecer com todo o PMDB unido e mobilizado.”²⁹⁸

Essa passagem acima ocorreu na casa de Ulysses Guimarães. A reunião traçou o roteiro da campanha. “Contrariando nossa intenção inicial, Ulysses propôs, ou melhor, determinou que começássemos pelas pequenas cidades, depois viriam as capitais mais populosas e somente no final os grandes centros.”²⁹⁹ Isso porque começar pelos pequenos centros assustaria menos os que estivessem se opondo a campanha. Além disso, embora Ulysses tenha se manifestado publicamente a favor das eleições diretas, inclusive na imprensa, essa era uma manifestação como tese e não como mobilização e prioridade absoluta.

Outro passo importante para a unidade buscada para Ulysses na campanha foi a aliança firmada em maio de 1983 entre o PMDB e o PT que tocariam juntos uma campanha nacional em favor das eleições diretas para presidente da República.

“Quando o dr. Ulysses Guimarães, acompanhado por Freitas Nobre, entrou na sala da liderança do PT na Câmara dos Deputados, estava se realizando mais uma etapa da primeira fase da campanha das Diretas Já: a unidade dos dois mais importantes partidos de oposição.”³⁰⁰

A *Folha de S. Paulo* do dia 27 de maio de 1983 trouxe uma pequena matéria sobre a aliança entre os partidos com o objetivo de lutarem juntos pelas eleições diretas para presidente.

“A união urgente do PDT, PT e PMDB em torno das eleições diretas para Presidente da República, para levar essa campanha às ruas ‘o mais rápido possível’, foi defendida ontem pelo presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, ao depor na Comissão Mista do Congresso que examina a proposta de emenda constitucional que restabelece o pleito direto para Presidente da República. Na presença do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e do líder do PDT, Bocaiúva Cunha, Lula alertou que as oposições e a sociedade civil não podem aceitar como fato consumado os chamados presidenciais, devendo ocupar o espaço de dois anos que falta para realização da eleição presidencial

²⁹⁸ LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante. *Idem*. p.124-25

²⁹⁹ *Idem*. p.125.

³⁰⁰ *Idem*. p.153.

com uma grande pelo pleito direto, a ser feita nas universidades, igrejas, sindicatos, no Congresso e nas ruas.”³⁰¹

Vinte anos depois, em entrevista ao jornal *O Globo*, Dante disse que o movimento só teve força porque foi unitário. Unificou amplos segmentos, de liberais, conservadores, até os comunistas, empresários, donas de casa, intelectuais, a imprensa. “Quando a Nação se une, ela vence.”³⁰²

A campanha Diretas Já constitui um movimento suprapartidário que reuniu os principais partidos de oposição ao regime militar em torno da bandeira de retorno das eleições diretas para presidência da República. Inúmeras organizações da sociedade civil somaram-se às mobilizações pelas diretas e contribuíram, de forma efetiva, para sua crescente ampliação. Dentre elas destacaram-se a União Nacional dos Estudantes (UNE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, além de inúmeros sindicatos e associações profissionais. Na verdade, a frente suprapartidária se uniu para coordenar, junto com entidades da sociedade civil, a importante campanha cívica das Diretas Já com partidos, programas e trajetórias diferentes.³⁰³

Segundo o jornalista Jorge Bastos Moreno, Ulysses costumava dizer que o fenômeno estava exatamente em ser uma campanha que tinha como condição especial lutar por uma tese. Ele até usava uma expressão técnica, era um direito que se buscava conquistar. Não era uma luta por um programa de governo, por um candidato, era a luta por um direito.³⁰⁴

A campanha pelas diretas já foi lançada oficialmente pelo PMDB em Goiânia no dia 15 de junho, de forma discreta e cautelosa e ainda em meio a discordâncias e contradições internas. Muitas das ideias propostas pela Comissão encarregada de estabelecer as diretrizes do movimento não haviam sido totalmente implementadas. A campanha começava sem que a direção partidária tivesse realizado uma articulação mais profunda com associações, sindicatos e outros setores representativos da sociedade, cujo apoio era imprescindível. Havia também um descontentamento pela escolha de Goiânia para o lançamento da campanha. Muitos achavam que

³⁰¹ *Folha de S. Paulo*, 27 de maio de 1983. p.6

³⁰² *O Globo*, 25 de abril de 2004. p.8

³⁰³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.414

³⁰⁴ *Idem*. p.162.

o marco inicial deveria ser um discurso de Ulysses na tribuna da Câmara, pela repercussão os pronunciamentos de Brasília conseguiam nos meios de comunicação.

A busca pela unidade fez com que Ulysses optasse por um ato mais “moderado”, para que fosse comprometendo, gradualmente os correligionários mais resistentes ao tema das Diretas. No entanto, Ulysses justificou à imprensa sobre a escolha da cidade de Goiânia para o lançamento da campanha porque a cidade fica em um Estado onde o partido estava organizado e obtendo vitórias. Além do fato de ser vizinha à Brasília, o que favorecia o deslocamento de deputados, senadores e correligionários para Goiânia.

Em julho de 1983, Ulysses pediu afastamento da presidência do partido por ter sofrido um forte processo de estafa. Foi levantada a possibilidade de jogada política, mas pessoas mais próximas como o secretário particular Oswaldo Manicardi e o correligionário Fernando Henrique Cardoso, contam que ele estava muito cansado e o simples fato de dormir no avião – para quem nunca dormia – já era um sinal. Manicardi disse que “realmente aquele período, de março a junho de 1983, foi muito cansativo. Dr. Ulysses levava tudo muito a sério. Considerava os problemas do partido e ele assumia tudo com muita seriedade e responsabilidade. Queria resolver.”³⁰⁵

Ulysses ficou afastado por trinta dias. Vivia-se o dilema de negociar ou não com o governo uma saída econômica para a crise. Ulysses Guimarães não presidia mais um partido oposicionista e contestatório, composto por militantes, líderes regionais e parlamentares. O PMDB, a partir das eleições de 1982, passou a contar com governadores cientes de sua força político-partidária e necessitados de manter com o governo federal um relacionamento razoável para garantir aos governos um mínimo de recursos e medidas administrativas compatíveis com a governabilidade.

Não se tratava apenas de manter a presidência do partido, mas a unidade do PMDB. O afastamento de 1 mês foi um tempo positivo para se pensar a “Travessia”. E o que era a “Travessia”, o que propunha? Os objetivos eram assegurar que o diálogo exigido pelos governadores, pelos moderados e por alguns setores da esquerda, como o PCB, aconteceria. Além disso, haveria acordo e entendimento sobre medidas econômicas que visassem retomar o crescimento econômico, reduzir os juros e conter a desnacionalização do parque industrial; não haveria rompimento com o FMI, mas seriam anulados os “acordos ampliados” e por fim, a moratória, embora unilateral, teria prazo fixo de três anos e seria negociada.³⁰⁶

³⁰⁵ LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante. *Idem*. p. 150 e 181

³⁰⁶ *Idem*. p.215

Essas eram as pontes de abertura do diálogo e visava atender aos moderados e aos governadores. Os outros pontos se coadunavam mais com o que Ulysses, a esquerda do PMDB e a oposição geral pensavam. Desejavam a intensificação da campanha pelas eleições diretas como caminho mais curto para a democracia, respeitando o mandato do presidente Figueiredo até o fim. O fechamento de questão pelo Diretório Nacional do PMDB pelo voto contra ao decreto-lei 2.045,³⁰⁷ também era um dos pontos da “Travessia”. Além da recusa do PMDB em discutir nomes e alternativas do governo e do PDS para o Colégio eleitoral e a recusa de “subir a rampa” do Palácio do Planalto para discutir diretamente com o presidente da República uma solução para a crise.³⁰⁸

O discurso “A Travessia” foi pronunciado por Ulysses Guimarães em 24 de agosto de 1983 na Câmara dos Deputados. Segundo Fernando Henrique Cardoso, o discurso foi feito na casa de Ulysses no momento em que ele estava afastado pela estafa. A parte econômica do discurso foi elaborada por ele, Fernando Henrique, Severo Gomes, Raphael de Almeida Magalhães e João Pacheco Chaves. Ulysses acrescentou os trechos políticos e institucionais. Fernando Henrique disse que para Ulysses, “o principal era a política, o poder. Nós achávamos o contrário. (...) O Ulysses estava querendo o poder. Então no discurso ‘Travessia’, ele estava vendo o lado político da coisa.”³⁰⁹

O discurso dizia:

“Para o PMDB o institucional é a democracia, instrumentalizada por uma Constituição estruturada pela vontade política da sociedade. Enquanto estiver arruinada a democracia neste País, pelo arbítrio e pelo autoritarismo, arruinadas estarão como fatal consequência, a vida de milhões de homens, mulheres, jovens e crianças no Brasil.

(...)

No patamar federal, um governo sem legitimidade democrática, não tem representatividade popular e não tendo representatividade, não tem credibilidade interna e externa. Só a eleição direta leva à legitimidade e ao consenso real.

Mas o consenso há de ser o bom senso da reivindicação pela eleição direta, com dimensão plebiscitária, de quase 90% da nação pesquisada, da exigência dos trabalhadores e seus sindicatos, vários deles submetidos a intervenções iníquas; do clamor dos jovens interpretados pela voz independente e mensageira do futuro das associações estudantis; das mulheres que trabalham e que enfrentam na família a luta desesperada e desigual contra o custo de vida e o desemprego; da revolta do empresariado espoliado e expropriado por uma política econômica que contraria os interesses da maioria da Nação.

³⁰⁷ O decreto-lei de 13/07/1983 altera a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que trata da política salarial, e a Lei nº 7.069, de 20 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o reajustamento de alugueres em locações residenciais, adota medidas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

³⁰⁸ LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante. *Idem*. p.215

³⁰⁹ *Idem*. p.217

(...)

A política ou é intérprete da rua, através do veículo convencional, civilizado, democrático, enfim, da sociedade, ou ela, pela incompetência, cegueira e prepotência dos governantes, explode com desespero e sangue na rua, confirmando o sombrio vaticínio de que a violência é a parteira da História.”³¹⁰

Ao longo do discurso, Ulysses reafirmava a preocupação do com a unidade e que o PMDB estava aberto a diálogo para se fazer possível a luta pelas eleições diretas.

“O PMDB está aberto ao diálogo com a sociedade, com os estudantes, com a Igreja, com entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a mocidade e seus órgãos representativos, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), com as mulheres e suas organizações, com os sindicatos e empresários, inclusive as respectivas federações e confederações, com as minorias discriminadas, os negros, os índios e demais setores marginalizados.

O PMDB manterá entendimento com todos os partidos, sem exclusões, com os de oposição, o PDT, o PT e o PTB e também com o PDS.

(...)

A eleição direta em todos os níveis, principalmente para o Executivo federal, é o caminho para devolver à sociedade o direito de dirigir o seu destino. (...) A essência da campanha é que os cidadãos sabem e querem solução de seus problemas e transferem seus votos se acreditam nos partidos e candidatos oferecidos a seu sufrágio.”³¹¹

Sobre as eleições diretas disse que eleição livre e direta não significa apenas direito de escolha, mas representa um exercício de reflexão sobre os desafios e sacrifícios. E continuou:

“A campanha eleitoral, insisto, é o momento especial e valioso de aprendizado. (...) É só através do voto LIVRE que se poderão consubstanciar as verdadeiras prioridades, as desejadas pela sociedade. O VOTO DIRETO é isso: consubstanciação, num determinado momento, da vontade e das necessidades dos cidadãos, indicação precisa e insubstituível de suas prioridades.

Eleição direta para a Presidência da República é o caminho que se apresenta para a rotatividade do poder, vedada pelo regime autoritário, que apenas sucede nomes na trilha do arbítrio e da gestão imprevidente da coisa pública, divorciada da Nação.

Eleição direta é o caminho mais direto para o Estado Democrático, para a participação nas decisões, para a Assembléia Nacional Constituinte que haverá de assentar em novas bases a vida brasileira.”³¹²

³¹⁰ *Discursos Ulysses Guimarães: Diretas-Já!* Brasília: Câmara dos Deputados, 1984. p.19-20.

³¹¹ *Idem.* p.22.

³¹² *Idem.* p.22-3

Ao longo do discurso, vai tratando da questão econômica. Por fim, termina o discurso citando a obra Grande Sertão Veredas de Guimarães Rosa.³¹³ “Digo: o real não está na saída nem na chegada. Ele se dispõe para a gente é o meio da travessia’. O povo atravessará o atual deserto e com a democracia chegará à prosperidade, com o bem-estar para todos os brasileiros.”

314

FOLHA DE S. PAULO

Quinta-feira, 25 de agosto de 1983 — POLÍTICA — 5

A proposta do PMDB

Ulisses prega união e defende moratória

BRASÍLIA — A união de todos os brasileiros, sem radicalismo, a eliminação da tutela do PM, com a decretação da moratória unilateral e a reformulação total da política econômica foram a base do pronunciamento feito ontem, da tribuna, pelo presidente nacional do PMDB, Ulisses Guimarães, durante quase uma hora, sem apertar, e que atraiu mais de quinhentas pessoas às galerias da Câmara.

“Como grave e iminente é o perigo que ronda a Pátria, é a hora da grandeza e da união de todos os brasileiros e instituições, sem radicalismos intransigentes e minoritários”, disse Ulisses. Porém, mesmo defendendo a conciliação, o presidente do PMDB foi cômico ao dizer que o Brasil, apesar de suas esperanças nos planos político, econômico e social “só não tem sido ultimamente, principalmente após 1964, governantes proporcionais à sua geografia e que frustraram a sua vocação de grandeza”.

O pronunciamento do presidente do PMDB foi ouvido em completo silêncio, interrompido apenas por aplausos calorosos, mas logo depois de concluído o tumulto gerado no plenário pela reação dos pedesistas foi tão grande que a sessão teve que ser suspensa por três minutos.

Tudo começou com a reação das galerias e de alguns parlamentares opo-

sicionistas à fala do líder do PDS, Nelson Marchezan que, ao anunciar que a resposta do PDS seria dada em pronunciamento do seu presidente, senador José Sarney, dirigiu palavras consideradas “agressivas” a Ulisses Guimarães e ao PMDB.

Sob o apupos, Marchezan afirmou que Ulisses “não trouxe novidades e sim dados equivocados e posições apaixonadas que revelaram sua profunda ignorância do processo de abertura do que é beneficiário”. Com o aumento do volume das vozes, o líder pedesista disse lamentar que a frustração dos liderados de Ulisses em relação ao pronunciamento se manifestasse sobre ele, líder do PDS.

Enquanto isso, o vice-líder do PDS, Gérson Peres (PA), resolveu dirigir ofensas a alguns peemedebistas, provocando reações dos deputados Olavo Pires (GO) e Gilson de Barros (MT) que só não resultaram em agressões porque Marchezan e Teodorico Ferraz (ES), um dos líderes do grupo “Participação”, puxaram Peres pelos braços e o levaram a um canto do plenário.

Ao mesmo tempo, as galerias cantavam “Brasil unido jamais será vencido”, provocando a ordem do presidente Flávio Marçílio — não cumprida — para a evacuação do recinto e suspensão da sessão.

“Só a eleição direta leva à legitimidade”

Nota é a íntegra do discurso do presidente do PMDB, deputado Ulisses Guimarães.

“Se, presidente, senhores deputados e senadores que honram esta Casa com suas presenças.

“O PMDB é institucional e institucional como o conteúdo constitucional, político, econômico, dos direitos e garantias do homem e de justiça social desta Pátria.

“Para o PMDB a institucional é a democracia, a instrumentalizada por uma Constituição estruturada pela vontade política da sociedade. Enquanto estiver arruinada a democracia neste país, pelo arbítrio e pelo autoritarismo, arruinada estará, como fatal consequência, a vida de milhões de homens, mulheres, jovens e crianças no Brasil.

“O regime politicamente fechado, desestabiliza e desmora a iniciativa empresarial, desorganiza a economia pela ação dos capitais estrangeiros desajustados, ocioso e deserta os princípios da moral pública e privada pelo favorecimento do empresariado cetero e pela corrupção das instituições, destrói e agora as polêmicas com sucessivos escândalos, verdadeiros assaltos à bolsa do povo, como entre outros o escândalo da Delfim, da Cáceres, da Carne-Brasil, que se arrecocha à Nação, insulta provocadamente a classe média e milhões de brasileiros sem ter o que comer, vestir, educar seus filhos e tratar de saúde, expulsos da terra pela brutalidade da força criminosa ou por ordenados espoliadores.

“No patamar federal, um governo sem legitimidade democrática não tem representatividade popular e não tem representatividade, não tem credibilidade interna e externa, só a eleição direta leva à legitimidade e ao consenso real.

“Mas o consenso há de ser o bem comum da reivindicação pela eleição direta, com ditamenso plebiscitário, do quase 90 por cento da Nação plebiscitária, do quase 90 por cento da Nação plebiscitária, da existência das instituições e seus sindicatos, vários deles submetidos a intervenções ilegais; do clamor dos jovens interpretados pela voz independente e managira do futuro das na-



“Não subo a rampa do poder, preferindo assomar o topo desta tribuna”

“Não subo a rampa do poder, preferindo assomar o topo desta tribuna, para falar à Nação e ao governo, pessoalmente legitimado por cerca de 90% da população brasileira.”

Folha de S. Paulo, 25 de agosto de 1983 – Repercussão do discurso “A Travessia”

A campanha pró-eleições diretas foi tomando cada vez mais corpo ao longo do ano de 1983. O sentido da campanha Diretas Já alcançou dimensão bem maior que a de uma mobilização pelo voto direto para presidente. Serviu também como canal de manifestação de um forte descontentamento com a condução da economia do país. Crise econômica e aspiração democrática, portanto, alimentaram as ações de apropriação das ruas e praças das cidades pela população brasileira.³¹⁵

Desde o início de 1984, foram feitos comícios nas capitais brasileiras, com crescente participação popular e cobertura de parte da imprensa. Rapidamente, a campanha se torna o maior movimento cívico da história do país. Ganha o povo, até porque a população atribuía todos os problemas ao governo militar, passou a identificar em um presidente eleito a esperança de

³¹³ João Guimarães Rosa – Cordisburgo, 27 de junho de 1908 — Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1967 – foi um dos mais importantes escritores brasileiros.

³¹⁴ *Discursos Ulysses Guimarães: Diretas-Já!* Brasília: Câmara dos Deputados, 1984. p.29

³¹⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.414

solução dos problemas vividos, como a questão dos salários, emprego, transporte, saúde, educação, inflação, segurança pública, etc.³¹⁶

Até 24 de abril de 1983, no discurso em Brasília na véspera da votação da Emenda Dante de Oliveira, a agenda de Ulysses para participação nos comícios das eleições pró-diretas era movimentada.

COMÍCIOS PRÓ-ELEIÇÕES DIRETAS - FIDE	
ROTEIRO DO PRESIDENTE ULYSSES GUIMARÃES	
09/02 - 5ª feira -	
10/02 - 6ª feira -	São Paulo → Natal-RN 6:15 → 12:45 VR v6o 326
11/02 - sábado -	Natal → Teresina-PI (arrumar avião)
12/02 - domingo -	Teresina → São Luiz-MA 2:20 → 13:00 VP v6o 382
13/02 - 2ª feira -	São Luiz → S. Paulo 7:45 → 16:10 VR v6o 303/116
14/02 - 3ª feira -	
15/02 - 4ª feira -	S. Paulo → Brasília 10:00 → 11:20 TR v6o 470
15/02 - 4ª feira -	Brasília → Belém 12:00 → 13:00 TR v6o 470
15/02 - 4ª feira -	Belém → Macapá (avião particular)
16/02 - 5ª feira -	Macapá → Belém (avião particular)
17/02 - 6ª feira -	Belém → Boa Vista 7:15 → 11:15 VR v6o 230/216
18/02 - sábado -	Boa Vista → Manaus (avião particular)
19/02 - domingo -	Manaus → R. Branco 8:00 → 8:50 VP v6o 383
20/02 - 2ª feira -	R. Branco → Cuiabá 8:15 → 11:15 VR v6o 489
21/02 - 3ª feira -	Cuiabá → C. Grande 10:30 → 12:20 VP " 373
22/02 - 4ª feira -	C. Grande → S. Paulo 12:45 → 15:25 VP " 373
23/02 - 5ª feira -	
24/02 - 6ª feira -	S. Paulo → B. Horizonte 10:00 → 11:00 VP v6o 212
25/02 - sábado -	permanece em Belo Horizonte
26/02 - domingo -	B. Horizonte → Aracaju 7:30 → 11:30 VR v6o 451/345
27/02 - 2ª feira -	Aracaju → S. Paulo 6:50 → 11:30 VR v6o 315
28/02 - 3ª feira -	
29/02 - 4ª feira -	
01/03 - 5ª feira -	
02/03 - 6ª feira -	
03/03 - sábado -	
04/03 - domingo -	
05/03 - 2ª feira -	
06/03 - 3ª feira -	Campanha
07/03 - 4ª feira -	
08/03 - 5ª feira -	Anápolis - Senador Henrique Santilo

COMÍCIOS PRÓ-ELEIÇÕES DIRETAS - FIDE		[ANEXO] 1984
ROTEIRO DO PRESIDENTE ULYSSES GUIMARÃES		UG 84.01.00 pmdb
12/01 - 5ª feira -	São Paulo → Curitiba	9:15 → 10:00 TR v6o 461 ✓
13/01 - 6ª feira -	Curitiba → P. Alegre	(avião particular)
14/01 - sábado -	P. Alegre → Florianópolis	7:00 → 7:45 TR v6o 324
15/01 - domingo -	Florianópolis → S. Paulo	8:05 → 8:55 TR v6o 324
15/01 - domingo -	São Paulo → R. Janeiro	11:00 → 12:00 TR v6o 619
16/01 - 2ª feira -	R. Janeiro → São Paulo	9:00 → 10:05 VR v6o 610
17/01 - 3ª feira -		
18/01 - 4ª feira -	Rio Claro-SP	
19/01 - 5ª feira -	São Paulo → Salvador	20:15 → 23:45 TR v6o 500/544
20/01 - 6ª feira -	permanece em Salvador-BA	
21/01 - sábado -	Salvador → Vitória	5:10 → 9:20 TR v6o 545/201
22/01 - domingo -	Vitória → S. Paulo	9:50 → 12:50 TR v6o 201/503
23/01 - 2ª feira -		
24/01 - 3ª feira -		
25/01 - 4ª feira -	São Paulo - Comício (Praça da Sé)	16:00 ha.
25/01 - 4ª feira -	São Paulo → R. Janeiro	20:00 → 20:55 VR v6o 655
26/01 - 5ª feira -	R. Janeiro → J. Pessoa	7:00 → 11:55 VR v6o 326
27/01 - 6ª feira -	J. Pessoa → Recife	(via terrestre)
28/01 - sábado -	Recife → Fortaleza	12:20 → 13:25 VP v6o 190
29/01 - domingo -	Fortaleza → Maceió	6:30 → 11:45 VP v6o 162/246
30/01 - 2ª feira -	Maceió → S. Paulo	7:50 → 12:50 VR v6o 503
31/01 - 3ª feira -		
01/02 - 4ª feira -		
02/02 - 5ª feira -	São João da Boa Vista - SP	
03/02 - 6ª feira -	Reservado	
04/02 - sábado -		
05/02 - domingo -		
06/02 - 2ª feira -		
07/02 - 3ª feira -		
08/02 - 4ª feira -		

Roteiro de Ulysses Guimarães na campanha Pró-Diretas – Arquivo Pessoa Ulysses Guimarães – CPDOC – UG 84.01.00 pmdb

Antônio Carlos Piccino – 23.02.1984 / Agência O Globo

³¹⁶ COUTO, Ronaldo Costa. *Idem.* p.326



Ulysses e o placar das Diretas na Praça da Sé – São Paulo

ALGUNS COMÍCIOS DIRETAS JÁ

- 15/06/83 **GOIÂNIA** – A direção do PMDB lança oficialmente a campanha do restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República
- 26/06/83 **TEREZINA-PI** – O deputado ULYSSES GUIMARÃES participa de um ato público em favor das Diretas
- 24/11/83 **SÃO PAULO – SP** – Artistas promovem ato público nas escadarias do Teatro Municipal, com políticos do PT e PMDB.
Empresários ligados à FIESP se declaram pró diretas.
- 27/11/83 PT apoiado pelo PMDB e entidades diversas, realiza comício pelas eleições diretas no Pacaembu, com a participação de 15 mil pessoas
- 05/01/84 **OLINDA-PE** – Comício com a participação de 15 mil pessoas sob a liderança do PMDB
- 06/01/84 **CURITIBA-PR**
- 10/01/84 **SÃO PAULO – SP** – “EU QUERO VOTAR PARA PRESIDENTE” – cartazes distribuídos pelo Movimento Pró-Diretas, como divulgação do comício da Praça da Sé.
- 20/01/84 **SALVADOR-BA** – Comício com a presença do deputado ULYSSES GUIMARÃES, TRANCREDO NEVES E CAETANO VELLOZO
- 25/01/84 **SÃO PAULO –SP** – Comício na Praça da Sé
Jornal da Tarde registrou a presença de 250 mil pessoas
Folha de S. Paulo registrou a presença de 400 mil pessoas
- 29/01/84 **MACEIÓ –AL** – Comício com a participação de 20 mil pessoas. Estavam presentes o deputado ULYSSES GUIMARÃES, DOUTEL DE ANDRADE, LULA E FAFÁ DE BELÉM
-

15/02/84	RIO DE JANEIRO-RJ
20/02/84	CUIABÁ-MT – Comício com a participação de 15 mil pessoas
24/02/84	BELO HORIZONTE-MG – Comício com a participação de 300 mil pessoas
26/02/84	ARACAJÚ-SE – Comício com a participação de 30 mil pessoas
08/03/84	ANÁPOLIS-GO - Comício com a participação de 20 mil pessoas
02/04/84	Deputado ULYSSES GUIMARÃES propõe plebiscito popular sobre a realização das Eleições Diretas
10/04/84	RIO DE JANEIRO-RJ – Comício na Candelária
12/04/84	GOIÂNIA-GO - Comício com a participação de 250 mil pessoas
13/04/84	PORTO ALEGRE-RS - Comício com a participação de 200 mil pessoas
24/04/84	BRASÍLIA-DF – Discurso no plenário na véspera da votação da “EMENDA DANTE DE OLIVEIRA”

Fonte: Arquivo Pessoal Ulysses Guimarães – CPDOC – UG 84.01.00 pmdb p.7

Para quem acompanhava o movimento com mais atenção no Congresso que na empolgação popular, não havia esperança. Só por milagre, contrariando a lógica e a realidade congressual, a emenda passaria. Mesmo os cálculos mais otimistas quanto a possíveis indecisos e cooptações de última hora não deixavam dúvidas. Tancredo Neves, profundo conhecedor do Congresso, e outros líderes sabiam disso. Mas trabalhava-se com a máxima de que “ a esperança é a última que morre”. E o movimento valia por si mesmo, como reafirmação da sociedade civil. Era vencedor de qualquer jeito. A emenda caiu, a mobilização e a causa ficaram.³¹⁷

O aspecto mais marcante da campanha das Diretas foi sua capacidade de trazer de volta à cena política, em dimensões não imaginadas, as grandes manifestações de massa. Embora a campanha não se tenha restringido a uma sequência de atos públicos, as manifestações foram por um lado, a maior fonte de recursos do movimento e, por outro, os marcos que balizaram o tempo da ação, periodizando o conflito. Desta forma, as manifestações deram materialidade à convergência da opinião pública.³¹⁸

Mesmo com toda dimensão da campanha pró-diretas, as chances da Emenda Dante de Oliveira dava margens a incertezas. Com base em votos que estimava como seus, Paulo Maluf garantia que “no Senado ela não passa de jeito nenhum”. Diferentemente, para Marco Maciel, “se uma emenda dessas passar na Câmara, eu duvido de que o Senado derrube”.³¹⁹

³¹⁷ COUTO, Ronaldo Costa. *Idem*. p.328

³¹⁸ RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: O grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p.59.

³¹⁹ *Veja*, 21 de março de 1984.

Às vésperas da votação da emenda, os comícios se avolumavam de manifestantes a favor das eleições diretas para presidente da República. O discurso da Candelária no Rio de Janeiro reuniu mais de 1 milhão de pessoas, segundo estimativas dos jornais da época. Nesse discurso Ulysses disse que “esse milhão de pessoas que aqui está acaba de aprovar a eleição direta para presidente da República. Está lavrado o atestado de óbito do Colégio Eleitoral.”³²⁰

No comício de Goiânia em 12 de abril de 1984, os dirigentes peemedebistas decidiram unificar seus discursos e evitar dissensões até o dia da votação da emenda. Firmou-se um pacto entre os governadores Íris Rezende, Tancredo Neves, Franco Montoro, José Richa, Jader Barbalho, Gérson Camata, Wilson Martins e o presidente Ulysses Guimarães. Aprovada ou não a Emenda Dante de Oliveira, as negociações com o governo seriam inevitáveis e necessárias. Mas, até lá, ninguém avançaria teses ou estratégias que a diferenciasssem. Este foi o “Pacto de Goiânia”, unindo o PMDB em uma só voz.³²¹

Goiânia, onde tudo começou, foi marcado com discursos da atriz Christiane Torloni, Martinho da Vila, Leci Brandão, o presidente do PT Lula, entre outros. Segundo Dante de Oliveira e Domingos Leonelli, na vez do discurso de Ulysses, ele parecia cansado.

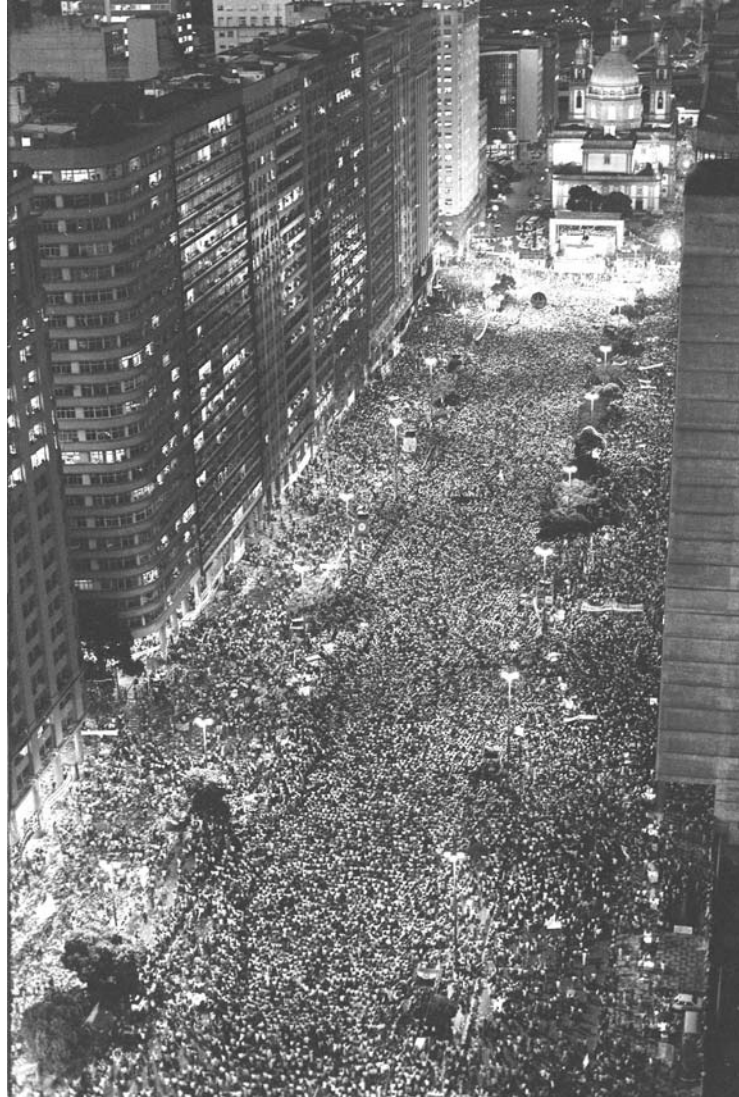
“O velho lutador parece cansado. Desde 15 de junho de 1983, quando sua jornada se iniciou, nesta mesma cidade, ele já viajara mais de 40 mil quilômetros. Percorreu o Brasil de norte a sul por quatro vezes. Levou sua mensagem para mais de cinco milhões de pessoas. Se não fosse sua obstinação, a campanha não teria chegado tão longe. Por isso quando a voz de Ulysses ecoa pela praça, a multidão se emociona, reconhecendo, naquele senhor de 67 anos, o grande mérito pela sementeira do sonho que fez renascer a garra e a esperança do povo brasileiro. Ulysses sente a emoção do público e de repente, seu aparente cansaço dá lugar a um vigor impressionante.”³²²

³²⁰ LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante. *Idem*. p.490

³²¹ *Idem*. p.498.

³²² *Idem*. p.499.

Custódio Coimbra / Agência O Globo



**Comício da Candelária com mais de 1 milhão de pessoas – Rio de Janeiro
10 de abril de 1984**



Brizola, Franco Montoro, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso no palanque no Rio de Janeiro na campanha pelas Diretas Já – 10 de abril de 1984

No dia 20 de abril, a *Folha de S. Paulo* publicou sobre as medidas de emergência que o governo decretou às vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira, a censura das transmissões de rádio e televisão, proibindo a veiculação de qualquer notícia a respeito da votação do dia 25.

A partir desse decreto, Ulysses declarou na *Folha* que “a oposição não vai aceitar provocações, não mudará seu comportamento na campanha pelas diretas-já e intensificará o trabalho junto a congressistas para a aprovação, no dia 25, da Emenda Dante de Oliveira.” E considerou à decretação de medidas de emergência em Brasília e dez municípios de Goiás, “um ato brutal e de irresponsabilidade.” Ulysses votou a negar a possibilidade de as oposições negociarem com o governo a proposta de eleições diretas para a Presidência apenas em 1988 ressaltando que “a luta é pela emenda Dante de Oliveira, pelas diretas-já.” E acrescenta que foi um “ato totalitário, porque usurpa dos cidadãos entre outros, o direito de ir à Brasília, de se

unirem pacificamente, de serem informados pelo rádio e pela televisão sobre a matéria vinculada até sua sobrevivência.”³²³

Tancredo fez um discurso no dia de abril em Ouro Preto, que foi considerado um rompimento ao pacto feito em Goiânia, que objetivava unir a voz do PMDB até a votação da Emenda Dante de Oliveira. “A vida das nações não se faz com intransigências que eliminam oportunidades de convivência saudável e respeitosa de idéias” divulgou a *Folha de S. Paulo* que publicou essa advertência de Tancredo Neves ao defender o entendimento entre as lideranças políticas na nação. Tancredo foi participar da Semana da Inconfidência, chegou à cidade debaixo de vaias e quase acabou atingido por pedradas, por ter impedido a realização de um comício pró-diretas no dia 19 de abril.³²⁴ Lula reagiu ao discurso dizendo que a proposta de Tancredo não era uma proposta de transição, mas de transação.³²⁵

Na reunião dos governadores em Brasília no dia 24 de abril de 1983, o discurso de Tancredo provocou ríspida discussão entre Ulysses e Tancredo. Ulysses cobrou o “pacto de Goiânia” e colocou no âmbito restrito dos companheiros governadores aquilo que parecia apenas elemento de retórica: qualquer negociação teria que ter como centro as Diretas e deveria passar por ele.³²⁶

No mesmo dia 24 de abril, Ulysses pronunciou o discurso “Diretas Já!” na Câmara dos Deputados. Um discurso considerado “um dos mais arrebatadores discursos da história do Parlamento.”³²⁷

Começa referindo-se à medida de emergência que impediu a possibilidade de participação e transmissão do discurso. “Esta tribuna foi profanada e mutilada pelas medias de emergência, que entre outras truculências proibem o povo de ver e ouvir pela televisão e pelo rádio o que fazem, desfazem ou não fazem seus representantes sobre matéria vinculada à sua ruína ou salvação.”³²⁸

Continua falando sobre o que viu ao percorrer o país durante a campanha pró-eleições diretas.

“Pela 16° vez caminhei pelo Brasil entre multidões, mais uma vez vi a pavorosa geografia da fome, do medo e da revolta, das afrontosas desigualdades sociais.

³²³ *Folha de S. Paulo*, 20 de abril de 1984. p.1

³²⁴ *Folha de S. Paulo*, 22 de abril de 1984. p.1

³²⁵ LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante. *Idem*. p.519

³²⁶ *Idem*. p. 520

³²⁷ *Idem*. p. 541

³²⁸ *Discursos Ulysses Guimarães: Diretas-Já!* Brasília: Câmara dos Deputados, 1984. p.5

Vi as praças e as ruas do Brasil se encherem de colossais e sonoras assembléias de protesto e repúdio ao Governo.

Vi milhões de homens e mulheres desempregados e subempregados pela insânia da recessão (...)

Vi os trabalhadores, rejeitando o confisco da lei salarial desumana (...)

Vi, também, a força da mulher brasileira, cidadã, trabalhadora e dona-de-casa, reivindicando igualdade, educação pública, moradia decente e custo de vida suportável. (...)

Vi os estudantes, um milhão e quinhentos mil deles universitários, clamando por novos empregos e acesso à educação, numa economia ruída pelo câncer (...)

Vi os artistas, as Igrejas, os jornalistas, os escritores, os professores, deixarem o palco, as novelas, os púlpitos, os prelos e as cátedras pelos palanques do povo (...)

Vi minorias determinadas em romper as algemas da discriminação (...)

Vi o amarelo vestir de esperança o Brasil; vi a história brotar nas ruas e na garganta do povo; vi pela onipotência de voto direto a ressurreição da participação política e das pressões legítimas pelos preteridos e injustiçados;

Vi o maior movimento de homens, mulheres, jovens e instituições dos quase quinhentos anos de nossa existência; vi legiões de democratas armarem suas tendas de luta, não em torno de líderes carismáticos ou legendas partidárias, mas para as conquistas de governos que lhes sejam o irmão aliado e não o carrasco.

Vi o povo nascer da massa, vi raiar o arco-íris da aliança entre os trabalhadores e a Democracia; vi os desgraçados, os despossuídos e os desempregados convencerem-se de que não há direito nem bem-estar sem cidadania e se conscientizarem de que a má política os destrói e só uma boa política pode salvá-los.

(...)

Enfim, o povo sabe que ‘diretas já’ não é solução para tudo, mas que sem elas não há solução para nada.”³²⁹

Luiz Antônio / Agência O Globo

³²⁹ *Idem.* p.6 e 7



Votação da Emenda Dante de Oliveira. No gramado do Congresso Nacional jovens escrevem Diretas com o próprio corpo - 25/04/1984

No dia 25 de abril de 1984, o jornalista Ricardo Kotscho publicou na *Folha de S. Paulo* a matéria “Em clima de festa, o Sr. Diretas Já é consagrado.” Segundo ele “esse senhor calvo, erecto aos 67 anos, que, entre abraços e cumprimentos, me dizia ‘esta é a recompensa máxima da minha vida pública’, ao sair do plenário. ‘Preciso ir até as galerias para agradecer a presença dessa gente.’”³³⁰

Ricardo Kotscho relembra momentos marcantes da trajetória de Ulysses Guimarães.

“Desde a sua quixotesca anticandidatura à presidência, contra o General Ernesto Geisel, em 73, Ulysses começou a pegar o gosto pelos palanques, deixando um pouco de lado as articulações de gabinete, e encarando o povo de frente. Sua candidatura, como era de se esperar, levou à sua antivitória. Mas, poucos anos depois, nas eleições municipais de 76, ele seria recompensado, depois de um Comício no Crato, interior do Ceará, quando um matuto o cercou na saída do palanque e lascou: ‘O senhor me desculpe, mas, com o perdão da palavra, vai falar bem assim na p.q.p...’. Antes de se jogar de vez, porém, na maior cruzada pela democracia brasileira, que se resumiu nas palavras ‘diretas já’, no final do ano passado, Ulysses teve que enfrentar a pior batalha da sua vida para se reeleger presidente do PMDB. Acabou ganhando.”³³¹

³³⁰ *Folha de S. Paulo*, 25 de abril de 1984, p.8

³³¹ *Idem*.

Kotscho conta na matéria momentos íntimos da convivência com Ulysses ao longo da campanha. E acrescenta:

“Por dezenas de histórias com essas, que não cabem numa página de jornal, nem num livro, mesmo com todas as medidas de emergência, pressões, ameaças e o diabo, Ulysses Guimarães estava com fé, ontem à tarde, contra todas as previsões dos políticos negociadores, que a emenda das diretas vai passar logo mais no Congresso Nacional. E nós vamos cair numa democracia. Baseado em quê? Em nada: quando se entra numa cruzada dessas, só tem uma palavrinha pequena que explica tudo e não explica nada: fé. Foi essa fé que levou Ulysses Guimarães a ser aplaudido de pé ao ser chamado para a tribuna da Câmara, depois de trocar sua gravata azul por uma amarela – aplaudido, consagrado pelo plenário e pás galerias da Câmara, antes de dizer a primeira palavra. Era um estadista brasileiro que estava ali, e que seria aplaudido mais 23 vezes em cena aberta, antes de encerrar seu pronunciamento, que resumia o que estava na cabeça, no coração e na boca de todos os brasileiros: ‘A pátria é o povo e o povo vencerá’. Pode ser hoje, pode ser amanhã, mas é inevitável, e não demora.”³³²

A linguagem de Ulysses foi considerada por José Sarney – que viria a ser presidente do país no lugar de Tancredo Neves – como “arrogante e autoritária”. Vai além dizendo que ele “investe-se, unilateralmente, de um mandato que não obteve no país, falando em nome dele e de todos os seus segmentos, por delegação de palmas e não do voto.”³³³

Chegado o grande dia, 25 de abril. A Emenda Dante de Oliveira foi derrotada, em sessão que durou mais de 16 horas. O povo acompanhou tudo de perto e chorou a frustração. Foram 298 votos de 320 necessários para a aprovação da emenda. Foram 65 votos contra e 115 ausências para impedir a aprovação da emenda.

³³² *Idem.*

³³³ LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante. *Idem.* p.552



Folha de S. Paulo, 26 de abril de 1984. p.1

Não são convergentes as opiniões sobre o significado e importância da campanha. Alguns protagonistas do processo de abertura política foram entrevistados por Ronaldo Costa Couto e avaliaram sobre a campanha pró-eleições diretas, já na década de 1990, portanto, distanciados no tempo do período analisado.

Segundo o ex-presidente Ernesto Geisel, “foi obra do Ulysses, não é? Do Ulysses. Eu acho que fizeram bobagem. Não deu nada. Não deu nada. Tanto que a eleição se fez indireta.”³³⁴

José Sarney, em depoimento, disse que “a campanha das Diretas Já foi um movimento que, vamos dizer assim, atravessou no meio desse planejamento de abertura. (...) O Maluf foi a peça mais importante dentro disso. Foi quem conseguiu os votos necessários a não aprovação.”

³³⁵

Já Lula, em depoimento em 1997, opina sobre o assunto. Para ele,

³³⁴ Depoimento de Ernesto Geisel a Ronaldo Costa Couto em 31 de janeiro de 1995. In: COUTO, Ronaldo Costa. *Idem*. p.330

³³⁵ Depoimento de Jose Sarney a Ronaldo Costa Couto em 26 de fevereiro de 1995. In: COUTO, Ronaldo Costa. *Idem*. p.330

“não é bom a gente falar mal de quem tá morto. Mas eu acho que, nas Diretas, tivemos um problema muito sério. É que Tancredo trabalhou o tempo inteiro contra elas. (...) Ele sabia que se tivessem eleições diretas naquele momento o presidente da República seria Ulysses Guimarães, e não ele. O home que, dentro do PMDB, tinha cacife para se candidatar era Ulysses Guimarães e não Tancredo. (...) Quando terminou a Campanha das Diretas, que nós perdemos e a gente queria continuar o movimento, eu fui na casa de Ulysses Guimarães. O Ulysses estava deitado, eu entrei no quarto para acordar ele. Foi até uma coisa que ... Eu pensei que ele tava morto. Ele estava deitado de barriga para cima e as duas mãos assim. (...) Fui lá: ‘Doutor Ulysses! Doutor Ulysses!’ Aí ele acordou. Eu fui fazer um apelo pra gente fazer outro comício em Belo Horizonte a favor das Diretas. Aí o Ulysses Guimarães sentou do meu lado e falou assim: ‘Lula eu to muito contrariado. E possivelmente eu esteja com a mesma revolta que você está. Agora, eu sei quando estou derrotado. Tancredo me derrotou. Enquanto eu acreditava que a gente ia conquistar as Diretas e fazer eleições, o Tancredo Neves acreditava que, pelo Colégio Eleitoral, ele seria presidente da República. E ele construiu isso, Lula. Então, eu não vou continuar a Campanha das Diretas. O Fernando Henrique Cardoso me chamou na casa dele pra falar que era preciso encontrar uma saída dentro do Colégio Eleitoral, porque, se a gente insistisse na questão das Diretas, poderiam os militares ficarem revoltados e não abrirem.’”³³⁶

Passado o momento da derrota da Emenda Dante de Oliveira, Ulysses participou da campanha por Tancredo Neves para presidente da República, via indireta pelo Colégio Eleitoral. Mesmo Ulysses sendo reconhecidamente um nome forte do PMDB, o caráter conciliador de Tancredo soava melhor. Segundo Ulysses,

“em política, por mais elegante que se seja, ninguém arrisca nada para fazer delicadezas. Ou não se faz política. Por isso, não cedi a vez de me candidatar à presidência ao Tancredo. Foi ele que a conseguiu, com pertinácia, habilidade e ousadia, arrebatando-a de mim. Coube-me apenas com lealdade e companheirismo, reconhecer-lhe a vitória e ajudá-lo a defender a causa comum em que estávamos engajados.”³³⁷

Aceitar Tancredo como candidato e participar da campanha, foi a solução para continuar no centro das decisões políticas do país como líder democrático.³³⁸

Por fim, Ulysses Guimarães reconheceu-se como o homem que desejava acima de tudo, o poder político e fez de sua trajetória a busca do exercício deste poder, não na linearidade

³³⁶ Depoimento de Luis Inácio Lula da Silva a Ronaldo Costa Couto em 3 de abril de 1997. In: COUTO, Ronaldo Costa. *Idem*. p.331-33

³³⁷ GUTEMBERG, Luiz. Moisés codinome Ulysses Guimarães: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.201

³³⁸ LIBERATTI, Angela Inês. *Ulysses Guimarães: pessoal – intransferível*. Birigui - SP: Boreal Editora; Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2008. p.81.

contínua de quem ruma direto ao objetivo, mas através das práticas cotidianas, que pressupõem lutas, abandonos, rompimentos, usos, abusos, deveres e sonhos.³³⁹

³³⁹ *Idem.* p.158.



CONCLUSÃO

Chegamos ao fim de uma longa viagem “embarcada na nau” de Ulysses da Silveira Guimarães, desvendando momentos de sua trajetória política, aguçada pela curiosidade da criança de 9 anos que apenas sabia que o famoso político havia morrido em um acidente de helicóptero e que seu corpo nunca fora encontrado.

Dos meus 9 anos para cá, muitas coisas mudaram. A curiosidade ajudou-me a debruçar sobre a trajetória política de Ulysses Guimarães. Ao longo dos capítulos, procurei entender desde o passado pessedista de Ulysses até o maior movimento cívico-popular que foi as Diretas Já. O objetivo foi pesquisar sobre a trajetória dele durante a ditadura militar, a partir do momento que se tornou presidente do MDB em 1971, porém, não deixando de tecer o “pano de fundo” da história que era a ditadura civil-militar.

Muitos outros momentos poderiam ser pesquisados sobre Ulysses Guimarães, como sua participação durante o governo de José Sarney; sua importante atuação na Constituinte de 1988; sua candidatura nas eleições de 1989 ou a participação durante o impeachment de Fernando Collor. Significando, portanto, que o tema não se esgotou, abrindo novas possibilidades de continuação da pesquisa.

Para concluir esta dissertação, fica abaixo uma discussão final, que de uma maneira geral, aborda o período após as Diretas Já até sua morte em 1992. Fica a questão: “Dr. Ulysses: “velho político” ou “político velho”?”

Dr. Ulysses: velho político ou político velho?

Nos últimos anos de sua carreira como político, Ulysses ora teve o respeito por ser um “velho” político, no sentido de ter uma longa e respeitada trajetória política, ora como político “velho”, significando como se fosse algo que passou e que não tem mais função. Certo é que a imagem de “velho político”, nas memórias registradas, tem mais cor. Contudo, Ulysses não deixou de vivenciar situações na qual já não era mais desejado, considerado velho demais. Retomando alguns momentos de sua trajetória política nos anos 1980, será possível analisar a questão do “velho” e “político”, na qual a ordem das palavras quando associadas, altera de forma decisiva seu significado.

Cabe destacar a participação de Ulysses no governo de Sarney (1985-1989), sendo considerado um fator que contribuiu para o desgaste no PMDB, uma vez que Sarney encontrava-se com a popularidade em queda. Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney assumiu o

cargo. Sob o duplo signo da negociação e da frustração, o Brasil encerrava o ciclo militar e reingressava na via democrática.³⁴⁰ Inaugurava-se assim, a “Nova República”.

Em fevereiro de 1986, o governo lançou um plano econômico, o Plano Cruzado, cujo objetivo era, através do congelamento de preços e salários, reduzir a inflação. Em decorrência do sucesso inicial do Plano Cruzado, Sarney atingiu altos índices de popularidade. Em março, Ulysses foi reeleito presidente do PMDB. Disputando, pela décima vez, uma cadeira de deputado federal por São Paulo, percorreu o país fazendo campanha dos candidatos do partido aos governos estaduais. Em novembro, o PMDB conseguiu eleger todos os governadores, à exceção do de Sergipe. Ulysses, com 590.873 votos, foi o segundo deputado federal mais votado do país.

No dia 21 de novembro, o governo anunciou que o Plano Cruzado teria que sofrer alguns ajustes. Em consequência, as tarifas públicas aumentaram e a inflação disparou. Diante da crise interna do PMDB, Ulysses precisou buscar apoio fora do partido para garantir sua reeleição para a presidência da Câmara em 3 de março. Neste mesmo dia, foi eleito presidente da Assembléia Nacional Constituinte (ANC). Passou então a acumular a presidência do PMDB, da Câmara dos Deputados e da Constituinte.³⁴¹

A ANC foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1987. Em maio, Ulysses começou a defender a proposta de mandato de cinco anos para o presidente da República, ponto de vista defendido por Sarney. A posição adotada por Ulysses, acusado de cumplicidade com o presidente, contribuiu para acentuar a crise no PMDB. Em junho de 1988, diversos peemedebistas deixaram o partido e criaram o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Sobre Sarney, Ulysses dizia:

“É uma tatuagem que eu trago e de que não consigo me livrar. Por mais que eu lave, não sai. Por acaso, um dos traços mais acentuados da sua marca sobre minha vida é justamente a questão do mandato, em que ele se enredou sem necessidade logo que assumi a presidência. (...) O Sarney fez tudo isso e eu terminei responsável pelos cinco anos, o que não deixa de ser uma ironia. Insisto que meu papel foi secundário, embora não tenha me furtado, como nunca me eximi das minhas responsabilidades de coordenação tanto na presidência do PMDB como na Constituinte.”³⁴²

O ano de 1986 foi marcado por um difícil momento de doença para Ulysses, causada pelo acúmulo de trabalho e funções políticas, na qual o fazia consumir doses de lítio.

³⁴⁰ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Idem.

³⁴¹ GUTEMBERG, Luiz. Idem. p. 267

³⁴² Idem. p.278

“No fundo, no fundo, mais do que confundir tempo e espaço, embaralhar realidades, o escândalo estava no fato de que eu me dispensava de qualquer censura e espantava os que me conheciam civilizado e prudente. Depois de passada a crise, vi vídeos e li as notícias e reportagens sobre a minha doença. Eu dizia a verdade nua e crua, que não deve ser dita sem ‘o manto diáfano da fantasia’, em horas e locais em que não podia dizê-la.”³⁴³

Segundo Gutemberg, foram dois meses de exposição a jornais, telejornais, documentando esse momento da vida de Ulysses. A crise de estresse se deu em decorrência da acumulação de cargos políticos e, por isso, um volume grande de trabalho. Presidia o PMDB, a Câmara dos Deputados, e, nessa condição, já que estava vaga a Vice-Presidência da República, ocupava interinamente a Presidência durante as viagens de seu titular. Com a Constituinte, chegaria a ocupar quatro presidências. Recuperado, Ulysses fala sobre o tratamento e sobre o estado depressivo que viveu.

“Num país onde, por medo de serem considerados inválidos, irreversivelmente imprestáveis para a atividade política, os homens públicos precisam esconder até doenças intestinais, como Tancredo Neves, ou acidentes cardíacos, como Petrônio Portela, e morrem por isso, é mais do que natural que um problema como o meu, de alteração comportamental causada pelo estresse, seja um tabu. Quem tem projeto político no Brasil não pode confiar na compreensão racional dos seus problemas de saúde, porque há sempre a dúvida de que se esteja escondendo o principal.”³⁴⁴



Capa da *Veja*, 04/06/1986

A revista *Isto É* noticiou uma matéria cuja manchete era: “O naufrágio de Ulysses: são os perversos golpes da velhice.” Charles de Gaulle³⁴⁵ que assina a matéria, diz que a velhice é um

³⁴³ GUTEMBERG, Luiz. *Moisés codinome Ulysses Guimarães: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.251-252.

³⁴⁴ Idem. p.252

³⁴⁵ Charles de Gaulle foi presidente francês de 1959 – 1969. Morreu em novembro de 1970, portanto, o jornalista que assina essa matéria, utiliza o pseudônimo de Charles de Gaulle.

naufrágio, podendo ser cruel e humilhante quando associa-se à degradação do corpo a desordem das ideias. E continua:

“Essa velhice, a mais sofrida para quem dela padece e a mais chocante para quem a vê, abateu-se sobre a pessoa de Ulysses da Silveira Guimarães meses antes que completasse 70 anos. (...) Mas há quem tenha a convicção fundamentada de que o quadro é praticamente irreversível. (...) Aos repórteres que o cercavam, Ulysses comentou o noticiário do dia a seu respeito, reconheceu que cometera exageros e pediu a compreensão de todos: ‘É a primeira vez que fico dente e acho que tenho esse direito.’”³⁴⁶

A doença vivida por Ulysses afetou sua imagem e, talvez, quando no PMDB decidia quem deveria ser o candidato do partido à Presidência da República em 1989. Em 1988, *O Estado de S. Paulo* faz um perfil de Ulysses. Nesta matéria, o jornalista relembrou os momentos da doença.

“Fala-se muito da saúde do dr. Ulysses. Em 1985, ele não esteve bem, submetido a um processo de estafa, agravado por conta da enxurrada de remédios que tomou. Levado aos Estados Unidos os médicos deram-lhe o único conselho que a lógica indicava: parar de tomar remédios, relaxantes ou excitantes. Ficou novo. No final do ano passado [1987], submeteu-se a intervenção para desobstruir uma artéria coronariana. Sucesso outra vez. Tem 71 anos, mas faz o que gosta, isto é, política. Não será por aí que irão obstá-lo na convenção do PMDB. O resto, quanto a ganhar ou perder a eleição direta, é outro desafio. Outra luta, igual a tantas outras que tem travado.”³⁴⁷

Antes de pontuar as eleições presidenciais de 1989, na qual Ulysses candidatou-se pelo PMDB é fundamental ressaltar o importante ano de 1988, que durante a Constituinte, Ulysses teve um papel de destaque. Segundo Gutemberg, todos os dias Ulysses se reunia em casa, no café da manhã, com seu pequeno grupo de assessores diretos – o deputado Nelson Jobim, o advogado Miguel Reale Júnior, e o secretário da Mesa, Paulo Afonso –, além de convidados eventuais, e interava-se minuciosamente da pauta e das posições em confronto. Mas evitava colocar o peso de sua liderança e da presidência da Constituinte para favorecer esta ou aquela proposta.³⁴⁸

Em 5 de outubro de 1988, Ulysses realizou um antigo sonho. A Assembléia Nacional Constituinte encerrara seus trabalhos. Estava promulgada a nova Constituição do Brasil. “Com Ulysses, a Constituinte erige o primado da liberdade e da cidadania. E, ainda que tenha

³⁴⁶ *Isto É*, 04/06/1986. p.36-37

³⁴⁷ *O Estado de São Paulo*, 21/02/1988.

³⁴⁸ *Idem*.

produzido um texto equivocadamente em muitos pontos, deu-nos as tábuas da democracia, intocáveis nas suas cláusulas pétreas.”³⁴⁹

Completo-se o ciclo da restauração democrática. A nova Constituição foi elaborada em um ano e meio e votada num clima de liberdade. Com o fim dos trabalhos da Assembléia Constituinte, encerrava-se o ciclo da transição política iniciada com a posse do presidente José Sarney, em 1985.

Para Ulysses, o grande mote era que a constituição fosse cidadã. Em seu discurso “A Constituição Cidadã”, fica em destaque o viés do social, no qual ele enfatizava.

“A Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade.

A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis.

Governabilidade é abjurar o quanto antes uma carta constitucional amaldiçoada pela democracia e jurar uma constituição fruto da democracia e da parceria social.

A injustiça social é a negação e a condenação do governo.

A boca dos constituintes de 1987-1988 soprou o hálito oxigenado da governabilidade pela transferência e distribuição de recursos viáveis para os municípios, os securitários, o ensino, os aposentados, os trabalhadores, as domésticas e as donas-de-casa.

Repito: essa será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, vítimas da pior das discriminações: a miséria.

Cidadão é o usuário de bens e serviços do desenvolvimento. Isso hoje não acontece com milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social.

Esta Constituição, o povo brasileiro me autoriza a proclamá-la, não ficará como bela estátua inacabada, mutilada ou profanada.

O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo.

Viva a Constituição de 1988!

Viva a vida que ela vai defender e semear!”³⁵⁰

³⁴⁹ CRUVINEL, Tereza. Despedida. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.2, 28 de setembro de 2007.

³⁵⁰ Brasília, 27 de julho de 1988 - Constituinte Ulysses Guimarães - Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

*Discurso pronunciado pelo Presidente Ulysses Guimarães, na Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 27 de julho de 1988

Agência O Globo



Ulysses Guimarães – 05/10/1988

A Constituição foi promulgada no dia 05 de outubro de 1988. Os jornais deram grande destaque. Em edição especial, o *Jornal do Brasil* destaca que Ulysses foi interrompido 59 vezes pelas palmas do plenário, que, em cinco oportunidades, levantou-se e o aplaudiu de pé o presidente da Constituinte. Ele falou 33 minutos, num discurso em que aliou a defesa intransigente da nova Constituição à retomada do slogan da campanha do presidente Tancredo Neves – Muda Brasil. Ele dizia que após tantos anos de luta e sacrifícios foi promulgado o Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia.³⁵¹

Outro momento que requer destaque na trajetória de Ulysses Guimarães é a campanha para a eleição – direta – presidencial em 1989. Em abril deste ano, os governadores do PMDB se reuniram em Brasília para consultas sobre o candidato do partido às eleições presidenciais de 15 de novembro do mesmo ano. Havia uma intenção de afastar Ulysses da possibilidade de ser candidato. Segundo Gutemberg, o interessado em afastar Ulysses era Orestes Quércia, que a negava em público e confessava nos cochichos, quando chegava até mesmo a antecipar seu candidato a vice, Waldir Pires. E assim foi uma guerra de escaramuças. O mais usual consistia na publicação de notas que exploravam o fato de Ulysses ser velho, de nunca ter participado de

³⁵¹ *Jornal do Brasil*, 06 de outubro de 1988. p.3.

eleições majoritárias, das dificuldades durante o governo Sarney e até mesmo a crise maníaco-depressiva de 1986, já citada acima.³⁵²

Orestes Quércia em entrevista em 2004, falou sobre este momento da história quando é perguntado se o partido queria outro candidato à presidência em 1989.

“Sim. O partido não queria a ele. Mas o Dr. Ulysses ganhou a convenção contra Íris Resende e aquele que tem cara de bobo, do Paraná, aquele que tem uma peruca, o Álvaro Dias, que também disputou. E o Dr. Ulysses ganhou.

Então ele se desgastou muito e quando saí do governo de São Paulo, tendo eleito meu sucessor, o povo queria que eu fosse o presidente do partido. Eu não concordava, respondi: “De jeito nenhum”. Até que um dia o próprio Dr. Ulysses falou que eu deveria aceitar, e acabei sendo porque ele achou que devia ser.”³⁵³

Em 21 de abril de 1989, o *Jornal do Brasil* noticiou sobre a mágoa de Ulysses nesse processo de escolha do candidato do partido, dizendo: “você fala da inviabilidade da minha candidatura porque há desgaste. Concordo que eu esteja sofrendo desgaste, mas quero dizer que ao longo de todo esse tempo, segui a política de vocês, governadores.”³⁵⁴

Em 29 de abril de 1989, realizou-se a disputa na convenção nacional do PMDB que indicaria o candidato do partido a Presidente da República. No primeiro turno da votação, Ulysses Guimarães ficou em primeiro lugar com 302 votos. Em segundo lugar Waldir Pires, com 272 votos, mas à frente de Iris Rezende com 251 votos e Álvaro Dias com 72 votos. Após intensas negociações e com o objetivo de unir o partido, evitando assim um segundo turno da convenção, Ulysses e Waldir concordam em formar uma chapa única, com Waldir saindo candidato a vice-presidente.

No *Globo* de 1º de maio de 1989, já como candidato oficial do PMDB, Ulysses desabafou: “Agora, ninguém me segura”. A imagem de velhinho foi incorporada por ele próprio na sua campanha de 1989 como candidato a presidência da república. O jingle utilizado na campanha presidencial dizia:

“Bote fé no velhinho / O Velhinho é demais /
Bote fé no velhinho / que ele sabe o que faz
Vai limpar o Brasil do Oiapoque ao Chuí
E acabar com a molecagem que tem por aí

³⁵² Idem. p.284

³⁵³ MELHEM, Célia Soibelman & RUSSO, Sonia Morgenstern (org.). Dr. Ulysses: O homem que pensou o Brasil. 39 depoimentos sobre a trajetória do Sr. Diretas. São Paulo: Prêmio, 2004. p.337.

³⁵⁴ *O Estado de São Paulo*, 22 de abril de 1989.

Bote fé no velhinho / O Velhinho é demais /
 Bote fé no velhinho / que ele sabe o que faz
 Vai limpar o Brasil do Oiapoque ao Chuí
 E acabar com a molecagem que tem por aí
 Ulysses guerreiro coragem
 Com ele vamos construir
 Um novo país de verdade
 Desta vez o Brasil vai sorrir
 Esta é a marcha do povo
 Cante junto pra mostrar
 Que sabe que quer
 Só quem sabe faz o novo
 O povo não é bobo
 Ulysses é o Brasil de pé ³⁵⁵

Agência O Globo



Ulysses Guimarães em campanha para as eleições presidenciais - 12.10.1989

Agência O Globo



Ulysses Guimarães e Waldir Pires em comício em Montes Claros MG - 29.07.1989

Trinta dias depois de ter seu nome homologado como candidato pelo PMDB, Ulysses deu um salto nas pesquisas de 3% para 7%. Contudo, o velho lutador ficou em sétimo lugar no primeiro turno das eleições vencidas por Fernando Collor. E assim ficou o resultado da eleição para presidente da República:³⁵⁶

³⁵⁵ O jingle da campanha presidencial de Ulysses Guimarães pode ser visto no site youtube pelo endereço <http://www.youtube.com/watch?v=8cQU0tPZe54> Acessado em 21/01/2011.

³⁵⁶ Fonte Tribunal Superior Eleitoral - www.tse.gov.br Resultado a partir do 7º lugar: 8º lugar - Roberto Freire (PCB); 9º lugar - Aureliano Chaves (PFL); 10º lugar - Ronaldo Caiado (PSD); 11º lugar - Affonso Camargo (PTB); 12º lugar - Enéas Carneiro (Prona); 13º lugar - José Alcides Marronzinho de Oliveira (PSP); 14º lugar - Paulo Gontijo (PP); 15º lugar - Zamir José Teixeira (PCN); 16º lugar - Livia Maria (PN); 17º lugar - Eudes Mattar (PLP) -;

- Primeiro Turno:

1º lugar - Fernando Collor de Mello (PRN / PSC)

2º lugar - Luiz Inácio Lula da Silva (PT / PSB / PC do B)

3º lugar - Leonel de Moura Brizola (PDT)

4º lugar - Mário Covas Junior (PSDB)

5º lugar - Paulo Salim Maluf (PDS)

6º lugar - Guilherme Afif Domingos (PL /PDC)

7º lugar - Ulysses Guimarães (PMDB)

A derrota havia sido humilhante, e a experiência humana, terrível. Somente Ulysses não se considerava liquidado.

“Eu só preciso de uma noite e de algumas horas de sono. No dia seguinte, às seis da manhã, quando invariavelmente me levanto, não importa a hora que vá dormir, rabisco imediatamente uma nova rota e já começo a trilhá-la. O que nunca me faltou foi alegria de viver e esperança para apostar em novos projetos. Quando acordei no dia 16 de novembro, já estava firme na campanha pelo parlamentarismo.”³⁵⁷

Retomando a discussão, político velho ou velho político, a imagem de “velho” foi claramente expressa pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, em setembro de 1992, às vésperas do processo de *impeachment*: “O remédio deve estar modificando seu comportamento, Doutor Ulysses está esclerosado, senil, decrepito, vetusto, fica pregando a insubordinação do Congresso, contra a Lei e o Supremo. É um bonifrate dos interesses econômicos de São Paulo.”³⁵⁸

Em entrevista concedida ao programa do Jô Soares, no SBT em 21 de setembro de 1992, Ulysses respondeu aos insultos de Collor.

“Bom, em primeiro lugar eu quero dizer que parece que eu previa isso quando dizia que velho sim, velhaco não. Eu assumo a minha velhice. Não sei quem vai assumir quem é o velhaco.

Em segundo lugar o que eu também gostaria de dizer é o seguinte que eu fiquei senil, gagá porque eu tomo remédio.

18º lugar - Fernando Gabeira (PV); 19º lugar - Celso Brant (PMN); 20º lugar - Antônio Pedreira (PPB); 21º lugar - Manuel Horta (PDC do B); 22º lugar - Armando Corrêa da Silva (PMB).

³⁵⁷ GUTEMBERG, Luiz. Idem. p. 311

³⁵⁸ *Veja*, 23 de setembro de 1992. p.17

O remédio eu compro na farmácia, licitamente. Eu não tenho que me haver nem com a polícia nem com a cadeia.”³⁵⁹

No dia 9 de maio, a revista *Veja* publicou sérias denúncias do empresário Pedro Collor contra o irmão-presidente. Mesmo após a instalação da CPI, Ulysses não via com bons olhos a proposta de *impeachment*. Porém, com a evidência dos fatos e a adesão popular, mudou de posição e seu gabinete transformou-se no quartel-general da CPI. Ciente de que a vitória do *impeachment* no Congresso seria mais fácil se a votação não fosse secreta, trabalhou para a adoção do voto aberto, afinal aprovado. Em 29 de setembro, por grande maioria, Collor foi declarado impedido de continuar na presidência, sendo substituído pelo vice Itamar Franco.

O processo de *impeachment* foi o último momento de destaque na trajetória de Ulysses. Com sua morte, muitos embates e críticas acabaram sendo minimizadas e, desta forma, percebe-se uma memória positiva a seu respeito.

Após sua morte, José Sarney publicou no jornal *O Globo*, um artigo intitulado “O velho Ulysses”.

“Os deuses são velhos. Velhos são os profetas, os sábios, os magos. O tempo que se faz a vida. Nos homens, a dignidade se decanta com a idade. Num país onde não se sabe envelhecer, Ulysses envelheceu renascendo todos os dias. Em cada momento ele segurava uma nova bandeira. Os anos não lhe faziam mal.”³⁶⁰

Além de Sarney, destaco aqui alguns personagens de destaque na política brasileira, – retirados dos depoimentos no livro organizado por Sonia Morgenstern Russo e Celia Soibelman Melhem - falando sobre Dr. Ulysses, como muitos assim o chamavam.

“Com sua lucidez, inteligência e cultura, entendia profundamente o complexo tecido sociocultural do Brasil. Dr. Ulysses era tudo isso, acreditava na prática democrática e no saber político. Renegava qualquer forma de radicalismo e de autoritarismo. Enfrentava o presente com coragem, e muita esperança. Esse era o jeito “Dr. Ulysses” de ser.”³⁶¹ (Sonia Morgenstern Russo)

“Qual a imagem do Dr. Ulysses que se consolidará na história política brasileira? A da resistência democrática. Foi Ulysses quem infundiu neste país o sentimento de democracia, isso ninguém vai apagar dele.”³⁶² (Fernando Henrique Cardoso)

³⁵⁹ Transcrição de trecho da entrevista de Ulysses Guimarães a Jô Soares, no programa Jô Soares Onze e Meia (SBT). Retirado do site youtube em vídeo sobre o especial de 18 anos de programa intitulado “Jô Soares - Especial em comemoração aos 18 anos do programa” - <http://www.youtube.com/watch?v=eYfdpA3UQMI> Acessado em 21/01/2011.

³⁶⁰ *O Globo*, 18./10/1992

³⁶¹ RUSSO, Sonia Morgenstern. *São Paulo, abril de 2004, 20 anos de Diretas Já*. IN: MELHEM, Célia Soibelman & RUSSO, Sonia Morgenstern. São Paulo: Editora Artemeios, 2004. p.11.

³⁶² CARDOSO, Fernando Henrique. *Idem*. p.99.

“O Ulysses foi a figura que encarnou a luta pela democratização do Brasil, sintetizou esta jornada com firmeza, dedicação, elegância. Para quem conviveu com ele, foi um professor permanente.”³⁶³ (José Serra)

“O Dr. Ulysses foi incansável na luta contra o regime militar e ninguém pode negar que, com todo o seu conservadorismo, foi um combatente da primeira hora, que enfrentou toda a situação com muita coragem.”³⁶⁴ (Luiz Inácio Lula da Silva)

“Ele foi o líder que, a partir de um determinado momento, inspirou a geração que o seguiu e que nele viu sempre um homem lutando obstinadamente em favor dos ideais de democracia.”³⁶⁵ (Mauro Benevides)

Alguns momentos da trajetória política de Ulysses, o “velho” na sua conotação “não ser mais útil”, existiu como foi mostrado acima. Todavia, principalmente com sua morte, a imagem que ficou foi de um Ulysses combativo, importante para a história do país. Acredito que sua frase defina bem a questão de ser ou não velho. “Se acham que com essa história de velho vão me dar por vencido, se enganam. Velho sim, velhaco não.”³⁶⁶

³⁶³ SERRA, José. *Idem.* p.172.

³⁶⁴ SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Idem.* p.247.

³⁶⁵ BENEVIDES, Mauro. *Idem.* p.289.

³⁶⁶ Ulysses Guimarães em resposta aos insultos feitos pelo então presidente Fernando Collor em setembro de 1992.



BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves de. Dicionário biográfico: a organização de um saber. IN: SCHIMDT, Benito Bisso (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. P. 81 – 83.
- ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- ALVES, Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru-SP: EDUSC, 2005.
- AQUINO, Maria Aparecida de. “A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.
- ARAÚJO, Maria Celina de & CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. IN: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo (org.) *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois*. Bauru: Editora Edusc, 2004.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. IN: REIS, Daniel Aarão & Ferreira, Jorge (org.) *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume III. p. 320-353.
- BERSTEIN, Serge. “Cultura Política” IN: SIRINELLI, Jean-François, RIOUX, Jean-Pierre (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa 1998.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. IN: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2006. p.203 – 233.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (coord.) *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 6º edição, 2005. p.183 –191.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar, 1964 – 1985*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.
- _____ . *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CRUZ, Sebastião e MARTINS, Carlos Estevam. “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura”. In: ALMEIDA, Maria Hermínia e SORJ, Bernard (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós 64*. São Paulo, Brasiliense, 1983

- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *O Brasil do Sr. Diretas: com quase meio século de ação política, a vida do velho lutador Ulysses Guimarães se confunde com a história das lutas pela redemocratização*. Nossa História. Rio de Janeiro, v.1, n° 4, p.80 – 83, fev. 2004.
- _____ . *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.
- GUTEMBERG, Luiz. *Moisés codinome Ulysses Guimarães: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo no Brasil. Gênese e trajetória do MDB*. SP: IDESP-Vértice, 1988, p.29.
- KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil: Diário da campanha das Diretas*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas*. RJ: Rio Fundo, 1991.
- LEMOS, Renato. *Anistia e crise política no Brasil pós-64, Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ; 7 Letras, n. 5, setembro de 2002, p. 287-313
- LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (coord.) *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 6º edição, 2005. p.167 – 182.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. IN: RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / FGV, 1996.
- LIBERATTI, Angela Inês. *Ulysses Guimarães: pessoal – intransferível*. Birigui-SP: Boreal Editora; Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2008. p.81.

- MELHEM, Célia Soibelman & RUSSO, Sonia Morgenstern (org.). *Dr. Ulysses: O homem que pensou o Brasil. 39 depoimentos sobre a trajetória do Sr. Diretas*. São Paulo: Prêmio, 2004.
- MOTTA, Marly Silva da. *O relato biográfico como fonte para a história*. Vidya, Santa Maria (RS), n° 34, p.101 – 122, jul./dez. 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.
- _____ . *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB – semeadores da democracia: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo (org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois*. Bauru: Editora Edusc, 2004.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: O grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984.
- SCHIMIDT, Benito Bisso. *Construindo Biografias - Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.10, n° 19, p. 3 –21, 1997.
- SILVA, Eronildo Barbosa & OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Do MDB ao PMDB – 40 anos de história*. Campo Grande: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.
- SOARES, Gláucio A. Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV.
- SOHIET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B., GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*, Rio de Janeiro, Mauad, 2005.
- TEIXEIRA, Francisco Carlos da Silva. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. IN: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. volume 4

Sites

- www.fugpmdb.org.br – Fundação Ulysses Guimarães
- www.pmdb.org.br – Site do PMDB
- www.camara.gov.br – Site da Câmara dos Deputados
- www.senado.gov.br – Site do Senado Federal
- www.cpdoc.fgv.br – Site do Centro de Pesquisa e Documentação FGV.
- <http://www.duplipensar.net/dossies/historia-das-eleicoes/brasil-eleicao-presidencial-1989.html>
- oglobo.globo.com/pais/eleicoes2006/jingles/ - Vídeo com a campanha presidencial de Ulysses Guimarães em 1989.
- www.ste.gov.br – Supremo Tribunal Eleitoral
- <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> - Veja Digital
- http://bd.folha.uol.com.br/bd_acervoonline.htm - Banco de Dados Folha
- <http://acervo.folha.com.br/> - Acervo Folha de S. Paulo desde 1921



ANEXOS

MDB em convenção escolhe seus candidatos



Apois ter obtido 201 dos 243 votos dos convenções, Ulisses Guimarães discursa como candidato do MDB

DESCONFIANÇA MARCA OS DEBATES

BRASÍLIA, 23 de outubro — A convenção nacional do MDB, realizada no dia 22 de outubro no Palácio do Congresso Nacional, escolheu Ulisses Guimarães como candidato a presidente da República e Juscelino Kubitschek como candidato a vice-presidente.

Os debates foram marcados por desconfiança e críticas ao governo atual. O MDB, liderado por Ulisses Guimarães, venceu com 201 votos contra 142 do PTB e 10 do PUS.

Ulisses Guimarães recebeu 201 votos, enquanto Juscelino Kubitschek recebeu 142 votos. O PTB recebeu 142 votos e o PUS recebeu 10 votos.

Os debates foram marcados por desconfiança e críticas ao governo atual. O MDB, liderado por Ulisses Guimarães, venceu com 201 votos contra 142 do PTB e 10 do PUS.

Discurso de Ulisses

Exonerada a convenção, o Brasil se encontra em situação de crise política e econômica. É preciso que o Brasil seja governado por um governo que seja capaz de enfrentar os problemas do país e de garantir a estabilidade política e econômica.

Ulisses Guimarães discursa durante a convenção do MDB, afirmando que o Brasil precisa de um governo que seja capaz de enfrentar os problemas do país e de garantir a estabilidade política e econômica.

Ele afirma que o Brasil precisa de um governo que seja capaz de enfrentar os problemas do país e de garantir a estabilidade política e econômica.

O ingresso de Leites

BRASÍLIA, 23 de outubro — A convenção nacional do MDB, realizada no dia 22 de outubro no Palácio do Congresso Nacional, escolheu Ulisses Guimarães como candidato a presidente da República e Juscelino Kubitschek como candidato a vice-presidente.

Os debates foram marcados por desconfiança e críticas ao governo atual. O MDB, liderado por Ulisses Guimarães, venceu com 201 votos contra 142 do PTB e 10 do PUS.

Ulisses Guimarães recebeu 201 votos, enquanto Juscelino Kubitschek recebeu 142 votos. O PTB recebeu 142 votos e o PUS recebeu 10 votos.

Tentativa

BRASÍLIA, 23 de outubro — A convenção nacional do MDB, realizada no dia 22 de outubro no Palácio do Congresso Nacional, escolheu Ulisses Guimarães como candidato a presidente da República e Juscelino Kubitschek como candidato a vice-presidente.

Os debates foram marcados por desconfiança e críticas ao governo atual. O MDB, liderado por Ulisses Guimarães, venceu com 201 votos contra 142 do PTB e 10 do PUS.

Ulisses Guimarães recebeu 201 votos, enquanto Juscelino Kubitschek recebeu 142 votos. O PTB recebeu 142 votos e o PUS recebeu 10 votos.

As votações

BRASÍLIA, 23 de outubro — A convenção nacional do MDB, realizada no dia 22 de outubro no Palácio do Congresso Nacional, escolheu Ulisses Guimarães como candidato a presidente da República e Juscelino Kubitschek como candidato a vice-presidente.

Os debates foram marcados por desconfiança e críticas ao governo atual. O MDB, liderado por Ulisses Guimarães, venceu com 201 votos contra 142 do PTB e 10 do PUS.

Ulisses Guimarães recebeu 201 votos, enquanto Juscelino Kubitschek recebeu 142 votos. O PTB recebeu 142 votos e o PUS recebeu 10 votos.

SUPER OFERTAS SAARA

VEJA NA CAPA DO JORNAL DA FAMÍLIA

BALCÃO DA TECNOLOGIA CONVENIÊN COM A FRANÇA

A TRANSMITTER PARABENS E TAMBÉM CONCHA O INICIAÇÃO INICIAL DO PROJETO DE CRIAÇÃO DE EMPRESAS FRANCO-BRASILEIRAS EM ESTABELECIMENTOS DEPARTEMENTOS EM LUGAR DE EMPREENDEDORISMO LOCAL E GLOBAIS.

Período de 3 meses, de 1 a 3 anos.

TRANSMITTERS DA TRANSMITTER PARABENS E TAMBÉM CONCHA

RUA PAULO DE AVILA, 311, 11º andar, cj. 1102, 20090-000 - C.A. A.

RUA DE JANEIRO, AV. Rio Branco, 134, 31º, cj. 3102 - BMB, 200 - C.A. A.

MONTANOPOLIS, RIO JARDIM, 8, 4º, c/a.

LONDRINA, AV. Paraná, 453, 8º andar, sala 603

13041 - 200 - C.A. A.

SE VOCÊ PENSA QUE TODAS AS CADERNETAS DE POUPANÇA SÃO IGUAIS, É PORQUE NÃO CONHECE A DA COPEG

A "CADERNETA DE POUPANÇA COPEG" faz parte do "Sistema de Aposentadoria Habilitado" e é planejado pelo INPS. Ela oferece vantagens e benefícios que não são encontrados em outras cadelnetas de poupança.

Mas há uma e só: todas as cadelnetas da COPEG são planejadas pelo INPS e oferecem vantagens e benefícios que não são encontrados em outras cadelnetas de poupança.

Peça a COPEG em qualquer agência da COPEG ou diretamente ao INPS.

COPEG - COMPANHIA PROGRESSO DO ESTADO DA GUANABARA

Anexo 2

LEI Nº 6.767, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979

Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), abaixo enumerados, com as alterações decorrentes das Leis posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A fundação, a organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos são regulados por esta Lei.

Art. 2º Os partidos políticos, pessoas jurídicas de direito público interno, destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos humanos fundamentais, definidos na Constituição.

Art. 3º A ação dos partidos será exercida em âmbito nacional, de acordo com seu estatuto e programa, sem vinculação, de qualquer natureza, com governos, entidades ou partidos estrangeiros.

Parágrafo único - Os filiados a um partido têm iguais direitos e deveres.

Art. 4º Partidos adquirem personalidade jurídica com o registro do seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

Parágrafo Único - O Tribunal Superior Eleitoral somente autorizará o registro de partido político que tenha seu estatuto e programa aprovados nas convenções municipais, regionais e nacional.

Art. 5º Na fundação de um partido serão obrigatoriamente observadas as seguintes normas:

I - Os fundadores do partido, em número nunca inferior a 101 (cento e um), elegerão uma comissão diretora nacional provisória de 7 (sete) a 11 (onze) membros;

II - a Comissão Diretora Nacional Provisória fará publicar, na imprensa oficial, o manifesto de lançamento, acompanhado do estatuto e programa, e se encarregará das providências preliminares junto ao Tribunal Superior Eleitoral;

III - o manifesto indicará a constituição da Comissão Diretora Nacional Provisória, o nome do partido em formação, com a respectiva sigla, bem assim o número do título e da zona eleitoral e o Estado de seus fundadores, destacando, quando for o caso, a condição de deputado federal ou senador.

§ 1º Do nome constará obrigatoriamente a palavra partido com os qualificativos, seguidos da sigla, esta correspondente às iniciais de cada palavra, não sendo permitida a utilização de expressões ou arranjos que possam induzir o eleitor a engano ou confusão.

§ 2º É vedado a um partido adotar programa idêntico ao de outro registrado anteriormente.

§ 3º Não se poderá utilizar designação ou denominação partidária, nem se fará arregimentação de filiados ou adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe.

Art. 6º A Comissão Diretora Nacional Provisória designará em ata, para os Estados, comissões com igual número de membros, que, autorizadas por aquela, nomearão, na respectiva área territorial, comissões para os Municípios e para as zonas eleitorais existentes nas suas capitais.

Art. 7º Os membros das comissões regionais e municipais provisórias assinarão declaração individual ou coletiva de apoio ao estatuto e programa do partido, juntada obrigatoriamente a ata a ser enviada à Justiça Eleitoral.

Art. 8º A Comissão Diretora Nacional Provisória comunicará a fundação do partido ao Tribunal Superior Eleitoral, pedindo o seu registro provisório e o prazo da lei para organizá-lo, juntando:

I - cópia do manifesto, do programa e do estatuto, com prova de sua publicação;

II - cópias autênticas das atas de designação das comissões diretoras regionais provisórias, com pedido para que delas dê ciência aos Tribunais Regionais Eleitorais;

III - credenciamento, perante o Tribunal, de até 6 (seis) representantes do partido em formação, com igual número de suplentes.

Art. 9º Recebida a comunicação e atendidas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o Tribunal Superior Eleitoral concederá o prazo de 12 (doze) meses para que se organize o partido, comunicando tal decisão aos Tribunais Regionais Eleitorais, que dela cientificarão os Juízes Eleitorais.

Art. 10 Após as providências a que se refere o art. 8º, a Comissão Diretora Nacional Provisória expedirá instruções às Comissões Diretoras Regionais Provisórias, e estas às Comissões Municipais Provisórias, às quais serão anexados o estatuto e o programa partidários, a serem discutidos e aprovados nas convenções que elegerem os diretórios respectivos.

Parágrafo Único - As Comissões Diretoras Provisórias regionais e municipais deverão providenciar credenciamento, perante o Tribunal Regional Eleitoral e o Juiz Eleitoral, respectivamente, de até cinco representantes do partido em formação.

Art. 11 Os partidos políticos poderão, fundados no programa, estabelecer planos de ação, fixando objetivos e metas para determinado período.

Art. 12 O partido que, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, prevista no art. 9º, não tenha realizado convenções em pelo menos 9 (nove) Estados e em 1/5 (um quinto) dos respectivos Municípios, deixando de eleger, em convenção, o diretório nacional, terá sem efeito os atos preliminares praticados, independente de decisão judicial.

Art. 13 Realizadas as convenções municipais, regionais e nacional, com a aprovação do manifesto, do estatuto e do programa, e a eleição dos respectivos diretórios e comissões executivas, o diretório nacional requererá ao Tribunal Superior Eleitoral o registro do partido, apresentando:

I - prova de que o manifesto, o estatuto e o programa foram aprovados pelas convenções municipais, regionais e nacional;

II - cópia autêntica da ata da convenção nacional, na qual fique demonstrado o comparecimento de representante dos órgãos regionais correspondentes, pelo menos, a nove Estados da Federação.

§ 1º - Autuado o requerimento, o relator a quem o feito fora distribuído determinará a publicação de edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, para a impugnação, que poderá ser contestada, em igual prazo, mediante intimação publicada no Diário da Justiça.

§ 2º - São partes legítimas para impugnar o registro o Ministério Público, partido político, membro de órgão de direção partidária ou titular de mandato eletivo.

§ 3º - As partes deverão instruir a impugnação e a contestação com os documentos em que fundamentem suas alegações.

§ 4º - Se a contestação for instruída com novos documentos, o impugnante terá vista dos autos, por 8 (oito) dias, para falar sobre eles.

§ 5º - Esgotados os prazos concedidos às partes, abrir-se-á vista dos autos, durante 20 (vinte) dias, ao procurador-geral eleitoral, quando não for ele o impugnante.

§ 6º - Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, com ou sem pronunciamento da procuradoria, os autos serão conclusos ao relator, que os submeterá a julgamento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

§ 7º - Na sessão de julgamento, após o relatório, as partes, inclusive o procurador-geral, poderão sustentar oralmente suas razões, no prazo improrrogável de 20 (vinte) minutos cada um.

Art. 14. Funcionará imediatamente o partido político que, registrado no Tribunal Superior Eleitoral, tenha:

I - como fundadores signatários de seus atos constitutivos pelo menos 10% (dez por cento) de representantes do Congresso Nacional, participando a Câmara dos Deputados e o Senado Federal; ou

II - apoio expresso em voto de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, pelo menos por 9 (nove) Estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles.

§ 1º - No cálculo do percentual de que trata o item I deste artigo, desprezar-se-á a fração.

§ 2º - O partido, devidamente registrado, que atender ao requisito do item I, requererá autorização para funcionamento ao Tribunal Superior Eleitoral, que, se deferir o pedido, baixará resolução autorizativa, de cujo teor dará ciência à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, bem assim aos Tribunais Regionais Eleitorais, para que estes comuniquem a decisão às Assembléias Legislativas e, por intermédio dos juízes eleitorais, às Câmaras Municipais.

Art. 15. Após a apuração, pelos Tribunais Regionais Eleitorais, dos resultados da eleição geral para a Câmara dos Deputados, o Tribunal Superior Eleitoral proclamará o total do eleitorado que haja votado no País.

Parágrafo Único - O Tribunal Superior Eleitoral enviará à Câmara dos Deputados comunicação dos nomes dos partidos que, por terem alcançado os percentuais fixados no item II do art. 14, poderão funcionar, bem assim a relação dos eleitos e suplentes.

Art. 16. Não terá direito à representação no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas o partido que não obtiver o apoio, expresso em voto de 5% (cinco por cento) do eleitorado, apurados em eleição geral para a Câmara dos Deputados e distribuído em pelo menos 9 (nove) Estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles.

Art. 17. Verificando-se a hipótese do artigo anterior, os votos dados aos candidatos serão declarados nulos pela Justiça Eleitoral, preservando o partido sua organização para habilitar-se a novo pleito eleitoral, desde que mantenha seus órgãos dirigentes, de acordo com a lei.

Parágrafo Único - Os Tribunais Regionais Eleitorais somente procederão à diplomação dos candidatos eleitos após a proclamação a que se refere o art. 15.

Art. 18. Os partidos políticos poderão estabelecer normas de seu peculiar interesse e fins programáticos, bem assim fixar, nos respectivos estatutos, o número e a categoria dos membros dos órgãos partidários, definindo-lhes a competência e regulando-lhes o funcionamento, observadas as disposições desta Lei.

Art. 19. É proibido aos partidos políticos:

I - usar símbolos nacionais para fins de propaganda;

II - ministrar instrução militar ou paramilitar e adotar uniforme para seus membros;

III - delegar poderes, em quaisquer de seus órgãos, salvo os diretórios nacional e regionais, às respectivas comissões executivas em assuntos administrativos;

IV - fazer coligações com outros partidos para as eleições à Câmara dos Deputados, às Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Art. 20. O estatuto e o programa são os documentos essenciais à constituição do partido, os quais subscritos pelos seus fundadores e apoiados por todos aqueles que a ele se tenham filiado, devem ser aprovados pelas convenções municipais, regionais e nacionais.

Art. 21. Nenhuma proposta de alteração estatutária ou programática será submetida à votação sem prévia publicação, na íntegra, no *Diário Oficial* da União, pelo menos 6 (seis) meses antes da data da convenção nacional.

Parágrafo Único - A alteração entrará em vigor depois de registrada pelo Tribunal Superior Eleitoral e publicada a decisão.

Art. 22.

§ 2º - (vetado).

§ 3º - (vetado).

.....

Art. 27.

IV - preservar normas estatutárias, a ética partidária ou a linha político-partidária fixada pelas convenções ou diretórios nacionais ou regionais, respectivamente, conforme a medida se aplique a diretórios regionais ou municipais;

V - normalizar a gestão financeira;

VI - garantir o direito das minorias;

.....

§ 3º - A intervenção perdurará enquanto não cessarem suas causas determinantes.

Art. 28. As convenções (vetado) municipais, regionais e nacionais, para a eleição dos respectivos diretórios dos partidos políticos, realizar-se-ão em datas pelos mesmos estabelecidas.

Parágrafo Único - É de 2 (dois) anos o mandato dos diretórios partidários.

Art. 30. Somente poderão participar das convenções partidárias os eleitores filiados ao partido até 30 (trinta) dias antes de sua realização.

Art. 35.

I - 2% (dois por cento) do eleitorado dos Municípios até 1.000 (mil) eleitores;

II - os vinte do item I e mais 5 (cinco) para cada 1.000 (mil) eleitores, nos Municípios de até 50.000 (cinquenta mil) eleitores;

III - os 270 (duzentos e setenta) do item anterior e mais 2 (dois) para cada mil eleitores, nos Municípios de até 200.000 (duzentos mil) eleitores;

IV - os 670 (seiscentos e setenta) do item anterior e mais 1 (um) para cada 1.000 (um mil) eleitores, nos Municípios de até 500.000 (quinhentos mil) eleitores;

V - os 1.170 (mil cento e setenta) do item anterior e mais 1 (um) para cada 2.000 (dois mil) eleitores, nos Municípios de mais de 500.000 (quinhentos mil) eleitores.

Parágrafo Único - Em cada Estado, o Tribunal Regional Eleitoral publicará, com 10 (dez) dias, pelo menos, de antecedência, a relação dos Municípios sob sua jurisdição e o número dos respectivos filiados habilitados a participar das convenções partidárias para organização de diretório.

Art. 36. Para que possa organizar diretório regional, o partido deve possuir diretórios municipais registrados em pelo menos 1/5 (um quinto) dos municípios do Estado.

Art. 37. A constituição do diretório nacional dependerá da existência de diretórios regionais registrados em pelo menos 9 (nove) Estados.

Art. 38. Constituem a convenção municipal os eleitores inscritos no Município e filiados ao partido.

Art. 39. Cada grupo de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos eleitores filiados com direito a votar na convenção requererá, por escrito, à Comissão Executiva Municipal, até 20 (vinte) dias antes da convenção, o registro da chapa completa de candidatos ao diretório, acrescida dos candidatos à suplência.

§ 3º - Se a zona eleitoral estiver vaga, ou se o juiz eleitoral se encontrar ausente, a providência referida no parágrafo anterior poderá ser tomada pelo escrivão eleitoral que certificará a data da apresentação e colherá o recibo do diretório municipal na segunda via.

Art. 55. No diretório nacional haverá pelo menos um membro eleito de cada seção partidária regional, devendo os partidos, sempre que possível, dar participação às categorias profissionais.

§ 1º - Os diretórios regionais e nacionais fixarão, até 45 (quarenta e cinco) dias antes das respectivas convenções, o número de seus futuros membros, que não deverão ultrapassar, respectivamente, os limites máximos de 45 (quarenta e cinco) e 71 (setenta e um), incluídos os líderes nas Assembléias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§ 2º - Os diretórios regionais fixarão até 60 (sessenta) dias antes das convenções municipais o número dos membros dos diretórios municipais, respeitando o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) inclusive o líder da Câmara Municipal, comunicando a decisão imediatamente àqueles e à Justiça Eleitoral.

Art. 62. Somente poderão filiar-se ao partido os eleitores que estiverem no pleno gozo dos seus direitos políticos.

Art. 64. O cidadão inscrever-se-á no diretório do município em que for eleitor, recebendo, no ato da inscrição, gratuitamente, um exemplar do estatuto e programa do partido.

§ 1º - (vetado).

§ 2º - É facultada a filiação do eleitor perante o diretório nacional de partido político.

§ 3º - Os partidos poderão criar tipo especial de filiação, regulado nos estatutos, para maiores de 16 (dezesseis) anos que se comprometam com os seus princípios doutrinários e programáticos.

Art. 65. A ficha de filiação, obtida em qualquer diretório, depois de preenchida e assinada pelo eleitor, em três vias, com declaração, de apoio ao estatuto e programa do partido, será apresentada ao Diretório Municipal, diretamente ou através de qualquer de seus membros.

.....
 § 3º - Da decisão denegatória de filiação cabe recurso direto à Comissão Executiva Regional ou ao juiz da respectiva zona eleitoral, a ser interposto dentro de 3 (três) dias, salvo na primeira hipótese do artigo anterior, quando caberá recurso, no mesmo prazo à Comissão Executiva Nacional.

.....
 § 6º - Na hipótese do § 1º do artigo anterior, a ficha de filiação partidária será enviada ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins de que trata o § 4º deste artigo.

§ 7º - Onde não existir diretório municipal a primeira via da ficha ficará arquivada no cartório da zona eleitoral do filiado, e a segunda será devolvida à Comissão Executiva Regional, que a transferirá à Comissão Provisória Municipal.

§ 8º - Os juízes eleitorais encaminharão ao Tribunal Regional Eleitoral, trimestralmente, a relação dos eleitores filiados a partidos políticos, com o nome e o número do título eleitoral.

.....
Art. 69. O cancelamento da filiação partidária verificar-se-á, automaticamente, nos casos:

I - de morte;

II - de perda dos direitos políticos;

III - de expulsão;

IV - de filiação a outro partido.

.....
Art. 72. Perderá o mandato o senador, deputado federal, deputado estadual ou vereador que, por atitude ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária, ou deixar seu partido, salvo para participar, como fundador, da constituição de novo partido.

Parágrafo único - O senador, deputado federal, deputado estadual ou vereador somente poderá participar como fundador, na constituição de novo partido, uma vez durante um quadriênio.

.....
Art. 95.

III - de doações de pessoa física, no limite, máximo de 200 (duzentas) vezes o maior salário mínimo do País, inclusive com a finalidade de manter os institutos de estudos e formação política;

IV - dotações orçamentárias da União.

§ 1º - As doações a que se refere o item III poderão ser feitas diretamente ao partido, que as contabilizará em livro próprio e prestará contas nos termos desta Lei, facultada a sua dedução da renda bruta, para fins de cálculo do imposto de renda.

§ 2º - Ao final de cada ano, os partidos publicarão, no *Diário Oficial* da União, o montante das doações recebidas e a respectiva destinação.

.....
Art. 97.

I -10% (dez por cento) do total do Fundo Partidário serão destacados para entrega, em partes iguais aos partidos em funcionamento;

II - 90% (noventa por cento) serão distribuídos proporcionalmente ao número de mandatários que tiverem na Câmara dos Deputados.

Parágrafo único - Nos cálculos de proporção a que alude o item II, tomar-se-á por base a filiação partidária que constar na diplomação dos candidatos eleitos.

.....
Art. 105.

I - na manutenção das sedes e serviços dos partidos, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total recebido;

.....
Art. 109. Os partidos gozarão de isenção de imposto de qualquer natureza e de gratuidade na publicação de atas das reuniões convocatórias para funcionamento de órgãos, documentos relativos à vida jurídica e financeira, e editais, súmulas ou pequenas notas informativas na imprensa oficial e emissoras de rádio e televisão de propriedade da União, dos Estados e Municípios, existentes na cidade onde tiverem sede seus órgãos de deliberação e direção, de acordo com instruções a serem baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

.....
Art. 112. Será cancelado o registro do partido que, por sua ação, contrariar as normas dos artigos 2º, 3º e 19.

.....
Art. 114. Cancelar-se-á, ainda, o registro do partido que, organizado mas não em funcionamento, deixar de apresentar, nos prazos da lei, para registro, as atas comprobatórias das eleições periódicas dos órgãos partidários.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o Tribunal Superior Eleitoral, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, processará o cancelamento do registro do partido.

....."
Art. 2º Ficam extintos os partidos criados como organizações, com base no Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, e transformados em partidos de acordo com a Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, por não preencherem, para seu funcionamento, os requisitos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único - Nos casos deste artigo, o Tribunal Superior Eleitoral, de ofício, cancelará os respectivos registros.

Art. 3º Durante a presente legislatura e até o registro e funcionamento dos partidos, os parlamentares reunir-se-ão em blocos, sobre cuja organização e atividade disporão, através de ato próprio, as Mesas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais.

Parágrafo único - Os blocos de que trata este artigo serão constituídos dos filiados a um mesmo partido em organização, vedado ao parlamentar transferir-se para outro bloco.

Art. 4º O suplente de senador, deputado federal, deputado estadual ou vereador, se convocado para assumir o mandato, exercê-lo-á sob a legenda do partido a que se filiou.

Art. 5º Dentro de 15 (quinze) dias, contados na data em que receber, do primeiro partido que se fundar, a comunicação a que se refere o art. 8º da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, na redação dada por esta Lei, o Tribunal Superior Eleitoral disporá sobre o modelo das fichas de filiação partidária e sua distribuição às Comissões Diretores Provisórias.

Parágrafo único - Para as primeiras convenções municipais, a realizarem-se nos termos desta Lei, a filiação será feita perante as Comissões Diretoras Municipais Provisórias.

Art. 6º Será de 1 (um) ano o mandato dos primeiros diretórios eleitos na forma das instruções baixadas nos termos do art. 9º desta Lei.

Art. 7º O Tribunal Superior Eleitoral providenciará no sentido de lhe ser creditado, em conta especial do Banco do Brasil S/A., o total das arrecadações feitas a partir da vigência desta Lei, em conformidade com o disposto no item I do art. 95 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, que se destinará ao Fundo Partidário.

Parágrafo único - Os recursos a que se refere este artigo serão distribuídos entre os partidos políticos organizados e registrados na forma desta Lei, a partir da data em que entraram em funcionamento, obedecida a proporcionalidade de representação na Câmara dos Deputados.

Art. 8º O patrimônio dos Partidos extintos em decorrência desta Lei terá a destinação prevista nos seus estatutos, cabendo ao último presidente de cada um deles promover a execução do disposto neste artigo.

§ 1º - O presidente do Diretório Regional do Partido poderá acolher delegação do presidente da Comissão Executiva Nacional para promover, em cada Estado, a execução deste artigo, dando ciência das medidas adotadas ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 2º - Na impossibilidade de cumprir-se o disposto neste artigo, o patrimônio será alienado em juízo, e o produto líquido apurado, após o pagamento do passivo, equitativamente distribuído entre os novos partidos que se organizarem e entrarem em funcionamento dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do deferimento do registro pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º - Havendo recursos financeiros em conta bancária, estes serão destinados, primeiro, à liquidação de dívidas do partido extinto, porventura existentes, e, na hipótese de restar saldo, proceder-se-á nos termos do *caput* deste artigo.

§ 4º - Os presidentes dos diretórios municipais, regionais, e nacionais dos atuais partidos farão a prestação de contas a que se refere o artigo 106 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta Lei.

Art. 9º O Tribunal Superior Eleitoral baixará, em 60 (sessenta) dias, as instruções para a fundação, organização e funcionamento dos partidos políticos, de acordo com a presente Lei.

Art. 10. Havendo convocação extraordinária do Congresso Nacional, Assembléia Legislativa ou Câmara Municipal, durante o período de recesso, após a presente sessão legislativa e até o início da sessão de 1980, os parlamentares reunir-se-ão obrigatoriamente em blocos (vetado) sobre cuja organização e atividade disporão, mediante atos próprios, as Mesas das respectivas Casa Legislativas, dentro de 5 (cinco) dias, a partir da convocação.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se o parágrafo único do art. 33; o parágrafo 4º do art. 39; os artigos 122, 123, 124, 125, 126 e 127 e seus parágrafos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971; (vetado) e demais disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

www.senadofederal.gov.br

Acessado em 13/03/2011

Observação: Esta lei foi revogada totalmente no dia 20/09/1995

LEI Nº 6.978, DE 19 DE JANEIRO DE 1982.

Estabelece normas para a realização de eleições em 1982, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As eleições para Governador, Vice-Governador, Senador e suplentes, Deputados Federais e Estaduais, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, serão realizadas, simultaneamente, em todo a País, no dia 15 de novembro de 1982.

Art. 2º - As convenções regionais e municipais destinadas à escolha de candidatos a cargos eletivos nas respectivas circunscrições, deverão ser realizadas nos seis meses anteriores à data das eleições.

§ 1º - Para serem votados nas convenções partidárias, os candidatos devem ser indicados por, no mínimo, dez por cento dos convencionais, ou pela respectiva comissão executiva.

~~§ 2º - Nenhum convencional ou candidato poderá subscrever mais de uma chapa.~~

~~§ 3º - As chapas serão apresentadas perante a respectiva convenção e serão votadas em escrutínios distintos, as de candidatos às eleições majoritárias e proporcionais.~~

§ 2º - Nenhum convencional poderá subscrever mais de uma chapa e, na hipótese de duplicidade de assinatura, será obrigado a fazer opção por uma das chapas perante a Mesa da Convenção, sob pena de cancelamento do seu apoio. ([Redação dada pela Lei nº 7.015, de 1982](#))

§ 3º As chapas serão apresentadas à Comissão Executiva dos Partidos dentro de 5 (cinco) dias a contar da data da publicação do edital de convocação da Convenção, e serão votadas em escrutínios distintos as de candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, em cédulas de cor branca (VETADO), nas dimensões de 15 cm (quinze centímetros) de largura por 10 cm (dez centímetros) de altura e características gráficas uniformes. ([Redação dada pela Lei nº 7.015, de 1982](#))

§ 4º - Cada chapa deverá indicar candidatos a todas as eleições a se realizarem na respectiva circunscrição.

§ 5º - Não poderá ser submetida ao voto dos convencionais, sob pena de nulidade, a chapa que não atender ao requisito do parágrafo anterior.

§ 6º - Será permitido ao eleitor concorrer a eleições diferentes, na mesma convenção.

§ 7º - Nos municípios em que os partidos políticos não tenham constituído diretórios, caberá à comissão diretora municipal provisória convocar a convenção municipal e designar delegados para representá-la, caso haja o número de filiados em condições de participar das eleições, previsto no art. 35 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

Art. 3º - O número de deputados por Estado, à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas, será fixado pelo Tribunal Superior Eleitoral até 31 de maio de 1982, observado o disposto nos artigos 39 e 13, § 6º, da Constituição Federal.

Art. 4º - Serão considerados candidatos natos dos partidos a que pertencerem os atuais deputados federais e estaduais, observados os prazos da filiação partidária e o disposto no § 3º do art. 67 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971.

Parágrafo único - Os candidatos natos não figurarão nas chapas apresentadas à Convenção, nem serão submetidos à votação dos convencionais, e terão seus nomes automaticamente indicados no pedido de registro.

Art. 5º - Os presidentes dos diretórios regionais e municipais dos partidos requererão à Justiça Eleitoral o registro dos candidatos indicados nas respectivas circunscrições.

§ 1º - Será indeferido o registro de chapas que não indicarem candidatos a todas as eleições de âmbito estadual (governador, vice-governador, senador e suplentes, deputados federais e estaduais), ou de âmbito municipal (prefeito, vice-prefeito e vereadores), respectivamente, sob pena de nulidade.< /p>

§ 2º - Em caso de morte, renúncia ou indeferimento de registro de candidato a eleição majoritária, o partido deverá providenciar a sua substituição, no prazo de dez dias, sob pena de cancelamento automático do registro dos demais candidatos.

Art. 6º - A renúncia de candidato a qualquer cargo eletivo só poderá ser deferida se o pedido for formulado conjuntamente pelo candidato e pelo partido.

Art. 7º - A desistência, tácita ou expressa, da candidatura a Governador importará na nulidade dos votos que forem dados ao partido.

~~Art. 8º - Nas eleições previstas nesta Lei, o eleitor votará apenas em candidatos pertencentes ao mesmo partido, sob pena de nulidade do voto para todos os cargos.~~

~~§ 1º - Quando o partido não tiver diretório organizado no município nem filiados em número suficiente à realização da Convenção para escolha de candidatos, na forma do § 7º do art. 2º a não indicação destes para os cargos municipais não acarretará o indeferimento da chapa de candidatos às eleições de âmbito estadual e federal.~~

~~§ 2º - A Justiça Eleitoral disporá quanto ao processo de votação.~~

Art. 8º - Nas eleições previstas nesta Lei, o eleitor votará apenas em candidatos pertencentes ao mesmo Partido, sob pena de nulidade do voto para todos os cargos. [\(Redação dada pela Lei nº 7.015, de 1982\)](#)

§ 1º - Quando o Partido não tiver Diretório organizado no município, nem filiados em número suficiente à realização da Convenção, na forma do § 7º do art. 2º, a não indicação destes para os cargos municipais não acarretará nulidade dos votos dados, no município, em favor de candidatos às eleições de âmbito estadual e federal. [\(Redação dada pela Lei nº 7.015, de 1982\)](#)

§ 2º - Quando o Partido tiver Diretório organizado no município, ou filiados em número suficiente à realização da Convenção para a escolha de candidatos, na forma do § 7º do art. 2º, e não a fizer até 100 (cem) dias antes da data da eleição, proceder-se-á da seguinte forma: [\(Redação dada pela Lei nº 7.015, de 1982\)](#)

I - a Comissão Executiva Regional indicará os candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador no prazo de 15 (quinze) dias, observadas as normas do § 1º do art. 5º do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, alterada pela lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982; ou [\(Incluído pela Lei nº 7.015, de 1982\)](#)

II - o Partido poderá deixar de indicar candidatos às eleições municipais em até 5% (cinco por cento) dos municípios abaixo de 50.000 (cinquenta mil) eleitores em que tiver diretórios ou filiados em número suficiente à realização da Convenção, na forma do § 7º do art. 2º, respeitado o número mínimo de 6 (seis) municípios. [\(Incluído pela Lei nº 7.015, de 1982\)](#)

§ 3º - Ocorrendo a hipótese do inciso I do parágrafo anterior, o pedido de registro poderá ser recebido pelo Juiz Eleitoral até 80 (oitenta) dias antes da data da eleição, devendo ser julgado, mesmo que tiver sido impugnado, até 20 (vinte) dias após o seu recebimento. [\(Incluído pela Lei nº 7.015, de 1982\)](#)

§ 4º - Quando o Diretório Municipal não houver requerido o registro de candidatos escolhidos em convenção, até o nonagésimo dia anterior à data das eleições, a Comissão Executiva Regional poderá nomear um Delegado Especial para representá-la no município, com poderes para registrar os candidatos já escolhidos, observados os prazos previstos no parágrafo anterior. [\(Incluído pela Lei nº 7.015, de 1982\)](#)

§ 5º - Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, considerar-se-á automaticamente dissolvido o Diretório Municipal, cabendo ao Delegado Especial da Comissão Executiva Regional praticar os atos que a ele competiriam, especialmente a nomeação de Delegados e Fiscais para atuarem junto às mesas receptoras e juntas apuradoras. [\(Incluído pela Lei nº 7.015, de 1982\)](#)

§ 6º - A Justiça Eleitoral disporá quanto ao processo de votação. [\(Incluído pela Lei nº 7.015, de 1982\)](#)

Art. 9º - São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem nenhum direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre os 90 dias anteriores à data das eleições de 15 de novembro, e o término do mandato do governador do Estado, importem em nomear, contratar, designar, readaptar funcionário ou proceder a quaisquer outras formas de provimento quadro da administração direta e das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista dos Estados e Municípios.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo:

I - nomeação ou contratação necessárias à instalação inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do governador ou prefeito;

II - nomeação ou contratação de técnico indispensável ao funcionamento do serviço público especial;

III - nomeação para cargos em comissão, e da magistratura, do Ministério Público, e, com aprovação do respectivo órgão legislativo, dos Tribunais de Contas;

IV - nomeação dos aprovados em concurso público homologado até 15 de agosto de 1982.

§ 2º - O ato com a devida fundamentação será publicado no respectivo órgão oficial.

Art. 10 - Ao servidor público, sob regime estatutário ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios, de empresas públicas, e aos empregados das empresas concessionárias de serviço público, fica assegurado o direito à percepção de seus vencimentos e vantagens, ou salários, como se em exercício de suas ocupações habituais estivessem, durante o lapso de tempo que mediar entre o registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral e o dia seguinte ao da eleição, mediante simples comunicação de afastamento para promoção de sua campanha eleitoral.

Art. 11 - Os arts. 93 e 173 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passam a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 93](#) - O prazo da entrada em cartório ou na Secretaria do Tribunal, conforme o caso, de requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às dezoito horas do nonagésimo dia anterior à data marcada para a eleição.

§ 1º - Até o septuagésimo dia anterior à data marcada para eleição, todos os requerimentos devem estar julgados, inclusive os tiverem sido impugnados.

§ 2º - As convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, até dez dias antes do término do prazo pedido de registro no cartório eleitoral ou na Secretaria do Tribunal.

.....

Art. 173 -

[Parágrafo único](#) - na apuração, poderá ser utilizado sistema eletrônico, a critério do Tribunal Superior Eleitoral e na forma por ele estabelecida”.

~~Art. 12 - O [parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 1.533, 31 de dezembro de 1951](#), passa a ter a seguinte redação: [Revogado pela Lei nº 12.016, de 2009](#).~~

“[Art. 1º](#)

~~§ 1º - Consideram-se autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos dos Partidários Políticos e os representantes ou administradores das entidades autárquicas e das pessoas naturais ou jurídicas com funções delegadas do poder público, somente no que entender com essas funções”.~~

Art. 13 - Os artigos 5º e 8º do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º -

§ 1º - Em se tratando de pleito municipal, poderá a Comissão Executiva do Diretório Regional do Partido, por decisão da maioria de seus membros, indicar um dos candidatos a prefeito, em sublegenda, a requerimento de um terço dos vereadores do partido, ou de um deputado, federal ou estadual, eleito com expressiva votação no município.

§ 2º - O requerimento a que se refere o parágrafo anterior deverá ser apresentado ao Diretório Regional até quarenta e oito horas após a convocação da convenção municipal destinada à escolha de candidatos.

§ 3º - A Comissão Executiva Regional deverá apreciar o requerimento e, se aprová-lo, fazer a indicação do candidato à Comissão Executiva Municipal, até quarenta e oito horas antes da realização da convenção de trata o parágrafo anterior.

§ 4 - Havendo indicação, pela Comissão Regional, do candidato a prefeito em sublegenda, poderá a convenção municipal instituir até duas sublegendas para concorrerem à mesma eleição.

§ 5º - Os subscritores à indicação de candidatos à convenção ou ao Diretório Regional do partido serão considerados instituidores das respectivas sublegendas, para todos os efeitos deste Decreto-lei.

.....

Art. 8º -

§ 1º - Quando o Diretório Regional indicar candidato em sublegenda, nos termos do § 1º do art. 5º deste Decreto-lei também poderá indicar, pela mesma forma, até um terço dos candidatos à Câmara Municipal.

§ 2º - O número restante de candidatos a que tem direito o partido, será indicado pela Convenção Municipal, nos termos do “caput” desse artigo”.

Art. 14 - O Tribunal Superior Eleitoral baixará instruções para o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 15 - Fica revogada a Lei nº 5.779, de 31 de maio de 1972.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 19 de janeiro de 1982; 161º da Independência e 94º da República.

JOÃO
Ibrahim Abi-Ackel

FIGUEIREDO

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L6978.htm

Acessado em 19/03/2011

Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 22, DE 29 DE JUNHO DE 1982.

Vide Constituição de 1988.

Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único - São alterados e acrescentados à Constituição Federal os seguintes dispositivos, renumerados os atuais artigos de 207 a 212 para, respectivamente, de 209 a 214:

"Art. 15 -

L- pela eleição direta de prefeito, vice-prefeito e vereadores, realizada simultaneamente em todo o País;

.....

§ 5º - Nos município com mais de um milhão de habitantes, o número de vereadores será de trinta e três.

Art. 29 -

§ 1º -

a) pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de sítio, de estado de emergência ou de intervenção federal;

b) pelo Presidente da República, quando este a entender necessária; ou

c) por dois terços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

.....

Art. 30 -

Parágrafo único -

b) não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às Instituições Nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, de religião ou de classe, configurarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza;

c) a Mesa da Câmara dos Deputados ou a do Senado Federal encaminhará, por intermédio da Presidência da República, pedidos de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeito à fiscalização do Congresso Nacional ou de suas Casas;

d) não será criada comissão parlamentar de inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

e) não será de qualquer modo subvencionada viagem de congressista ao exterior, salvo no desempenho de missão temporária da Câmara a que pertencer o deputado ou senador; e

f) será de dois anos o mandato para membro da Mesa de qualquer das Câmaras, proibida a reeleição.

[Art. 32](#) - Os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a honra.

§ 1º - Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável.

§ 2º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, à Câmara respectiva, para que resolva sobre a prisão.

§ 3º - Nos crimes comuns, imputáveis a deputados e senadores, a Câmara respectiva, por maioria absoluta, poderá a qualquer momento, por iniciativa da Mesa, sustar o processo.

.....

[§ 5º](#) - Nos crimes contra a Segurança Nacional, poderá o Procurador-Geral da República, recebida a denúncia e considerada a gravidade do delito, requerer a suspensão do exercício do mandato parlamentar, até a decisão final de sua representação pelo Supremo Tribunal Federal.

.....

[Art. 36](#) - Não perde o mandato o deputado ou senador investido na função de Ministro de Estado, Governador do Distrito Federal, Governador de Território, Secretário de Estado e Prefeito de Capital ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

.....

[Art. 39](#) - A Câmara dos Deputados compõe-se de até quatrocentos e setenta e nove representantes do povo, eleitos, dentre cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto em cada Estado ou Território.

.....

[§ 2º](#) - Obedecido o limite máximo previsto neste artigo, o número de deputados, por Estado, será estabelecido pela Justiça Eleitoral, para cada legislatura, proporcionalmente à população, com o reajuste necessário para que nenhum Estado tenha mais de sessenta ou menos de oito deputados.

§ 3º - Excetuado o de Fernando de Noronha, cada Território será representado na Câmara por quatro deputados.

.....

[Art. 48](#) - Em qualquer dos casos do artigo anterior, a proposta será discutida e votada em sessão conjunta do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros de cada uma das Casas.

Art. 51 -

[§ 3º](#) - Na falta de deliberação dentro dos prazos estabelecidos neste artigo e no parágrafo anterior, cada projeto será incluído automaticamente na ordem do dia, em regime de urgência, nas dez sessões subseqüentes em dias sucessivos, se, ao final dessas, não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado.

§ 4º - A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á, nos casos previstos neste artigo e no § 1º, no prazo de dez dias; findo este, se não tiver havido deliberação, aplicar-se-á o disposto no parágrafo anterior.

.....

Art. 55 -

[§ 1º](#) - Publicado o texto, que terá vigência imediata, o decreto-lei será submetido pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, que o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias a contar do seu recebimento, não podendo emendá-lo, se, nesse prazo, não houver deliberação, aplicar-se-á o disposto no § 3º do art. 51.

.....

Art. 74 -

[§ 2º](#) - Cada Assembléia terá seis delegados indicados pela bancada do respectivo partido majoritário, dentre os seus membros.

.....

[Art. 75](#) - O colégio eleitoral reunir-se-á na sede do Congresso Nacional a 15 de janeiro do ano em que findar o mandato presidencial.

.....

Art. 148 -

[Parágrafo único](#) - Igualmente na forma que a lei estabelecer, os deputados federais e estaduais serão eleitos pelo sistema distrital misto, majoritário e proporcional.

Art. 151 -

§ 1º -

[c\)](#) a inelegibilidade do titular efetivo ou interino de cargo ou função cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade das eleições, salvo se se afastar definitivamente de um ou de outro no prazo estabelecido em lei, o qual não será maior de seis meses nem menor de dois meses anteriores ao pleito, exceto os seguintes, para os quais fica assim estipulado:

1) Ministro de Estado, Governador e Prefeito - cinco meses;

2) Secretário de Estado, quando titular de mandato parlamentar e candidato à reeleição - quatro meses;

3) Secretário de Estado, presidente, diretor, superintendente de órgão da Administração Pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista - seis meses; quando candidatos a cargos municipais - quatro meses;

[d\)](#) a inelegibilidade, no território de jurisdição do titular, do cônjuge e dos parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

.....

[Art. 206](#) - Ficam oficializadas as serventias do foro judicial mediante remuneração de seus servidores exclusivamente pelos cofres públicos, ressalvada a situação dos atuais titulares, vitalícios ou nomeados em caráter efetivo ou que tenham sido revertidos a titulares.

[Art. 207](#) - As serventias extrajudiciais, respeitada a ressalva prevista no artigo anterior, serão providas na forma da legislação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, observado o critério da nomeação segundo a ordem de classificação obtida em concurso público de provas e títulos.

Art. 208 - Fica assegurada aos substitutos das serventias extrajudiciais e do foro judicial, na vacância, a efetivação, no cargo de titular, desde que, investidos na forma da lei, contem ou venham a contar cinco anos de exercício, nessa condição e na mesma serventia, até 31 de dezembro de 1983.

[Art. 215](#) - Os mandatos dos prefeitos, vice-prefeito e vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982 terminarão em 31 de dezembro de 1988.

Art. 216 - Nas eleições de 15 de novembro de 1982, os deputados serão eleitos exclusivamente pelo sistema proporcional e seu número, por Estado, será estabelecido pela Justiça Eleitoral, proporcionalmente à população, com o reajuste necessário para que nenhum Estado tenha mais de sessenta ou menos de oito deputados, nem sofra redução no respectivo número fixado para a legislatura iniciada em 1979.

Art. 217 - O disposto no item II do § 2º do art. 152 não se aplica às eleições de 15 de novembro de 1982."

Brasília, em 29 de junho de 1982

A Mesa da Câmara dos Deputados

NELSON MARCHEZAN
PRESIDENTE

A Mesa do Senado Federal

JARBAS PASSARINHO
PRESIDENTE

PASSOS PÔRTO
1º VICE-PRESIDENTE

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc22-82.htm

Acessado em 19/03/2011